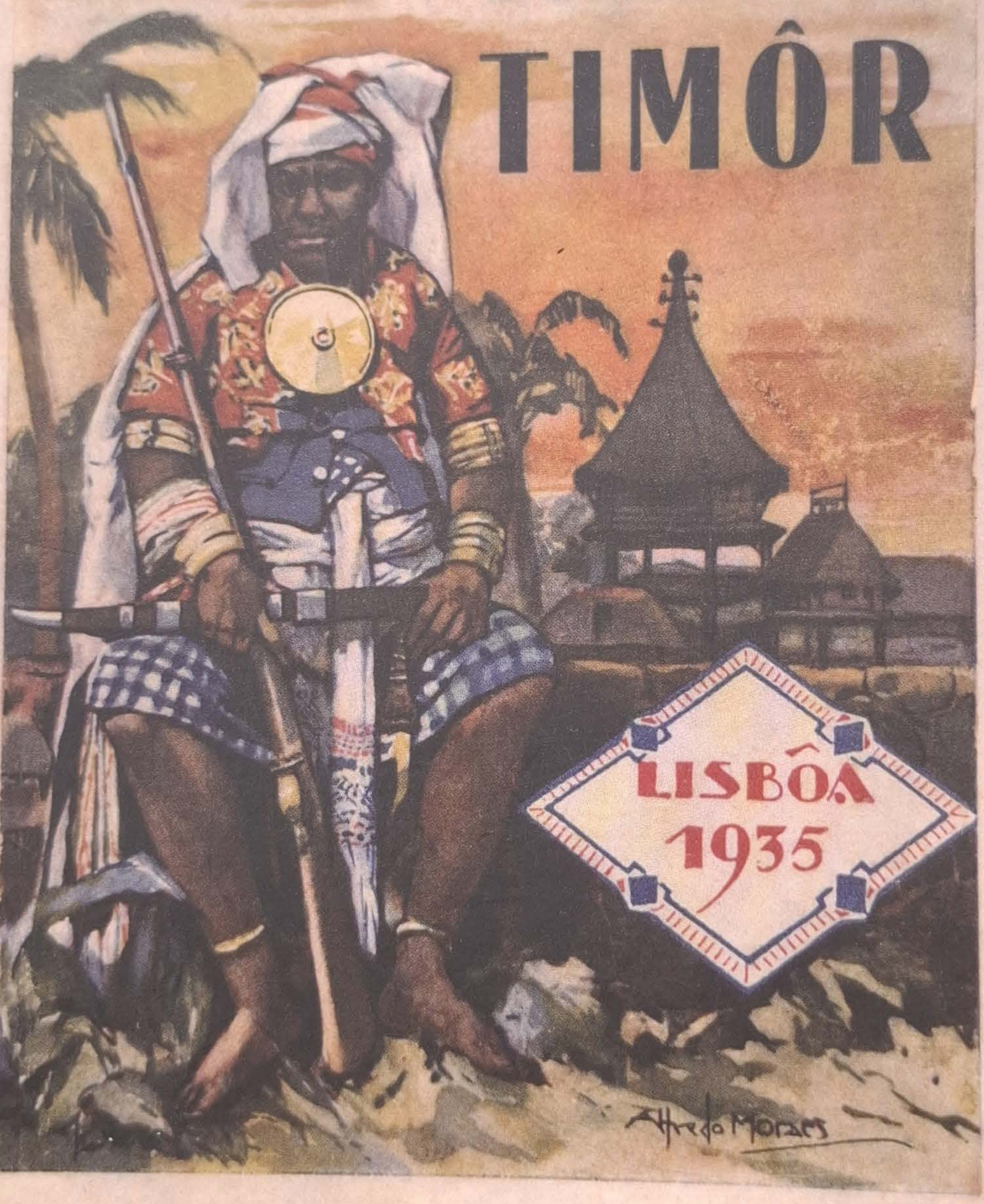
2ª Edição

ARMANDO PINTO CORRÊA

GENTIO DE TIMÔR



Com prefácio de Dom Ximenes Belo

— A Luiz Vieira de Castro

amigo muito querido,
e esforçado camarada
de luta, entãa quasi roman-
tica, por incompreendida, re
valente e saudoso redito
do «a Jornal da Madeira»,
companheiro da redu-
zida e já «a velha guarda» que
pelo Verbo ameaçado e pela acção
isolada e tenazmente, ardeu
do seu fé nacionalista, con-
cebeu e gerou a Revolução

GENTIO DE TIMÔR

— Nacional;

á sua vivacidade admirá-
vel
do seu portuguesissimo
cuelo e vibrante
á sua amizade gene-
rosa e infatigavel

abraço:

Lisboa, 17.I.35

ARMANDO PINTO CORRÊA

Gentio de Timor

1ª Edição - 1935
Lisboa

2ª Edição - 2009
Ilha da Madeira

Ficha Técnica:

Título:
Gentio de Timor
2ª Edição – 2009, com prefácio de D. Ximenes Belo
1ª Edição – 1935 ***Gentio de Timôr***

Autor:
Armando Pinto Corrêa

Patrocínio
Câmara Municipal de Câmara de Lobos
(Município da Cultura 2009)

Revisão de texto:
João Luís Rodrigues Gonçalves
Urbelino José Ribeiro Ferreira

Paginação, maquetagem e impressão:
O Liberal, Empresa de Artes Gráficas, Lda.

Tiragem
1000 exemplares

Depósito legal:
301939/09

ISBN:
978-972-8684-80-8

Capa: D. Boaventura de Sotto Maior, que foi régulo de Manu-Fahi (aguarela de Alfredo Morais).

Sobre a revisão: Timor-Leste tem mais de vinte dialectos locais; muitas palavras e expressões em português foram adaptadas para formas locais de falar em tétum e outros dialectos. Fizemos adaptações da grafia do português do início do séc. XX, para o actual. As demais palavras e expressões, em dialectos locais e modos locais de falar, deixámo-los tal como foram escritos pelo Autor.

Introdução à 2ª edição
por Dom Carlos Filipe Ximenes Belo [1]

Capitão Armando Pinto Corrêa e o Distrito de Baucau (Timor-Leste)

A Câmara Municipal de Câmara de Lobos (Região Autónoma da Madeira), a Associação de Escritores da Madeira, o Senhor Procurador da República, Dr. João Luís Gonçalves, e Urbelino Ferreira, têm o mérito de perpetuar a memória do Capitão Armando Pinto Corrêa, antigo Administrador da Circunscrição Civil de Baucau, levando a efeito a reedição do livro "Gentio de Timor" 1934 [1935].

Publicado há setenta e cinco anos, este livro continua a ser muito actual para o Povo timorense. Os Timorenses continuam à procura da sua verdadeira identidade. E um dos traços fundamentais da identidade timorense, podemos encontrá-lo no seu substrato antropológico, etnográfico, linguístico, cultural e religioso. O livro *Gentio de Timor*, constitui uma obra de charneira neste campo. Daqui o seu inigualável valor e a sua tremenda actualidade.

De facto, vários são os estudantes universitários que querem conhecer a fundo os usos e costumes de Timor-Leste. E, destes alguns têm procurado, em vão, nas bibliotecas das Universidades e nas das Câmara Municipais, o livro "Gentio de Timor".

Com o passar do tempo, vão rareando os livros escritos na primeira metade do século XX. Em vista a colmatar esta grande lacuna, é de toda conveniência reeditar alguns dos livros mais importantes considerados, hoje, como "relíquias". Por isso, achei bem fazer chegar este desiderato ao Exmo. Procurador da República, no Funchal, o Dr. João Luís Gonçalves, se havia uma possibilidade de reeditar o livro do Capitão Armando Pinto Corrêa. Feitas as diligências, eis que este pedido meu vai tornar-se uma realidade.

Do fundo do coração, quero expressar os meus agradecimentos ao Sr. Arlindo Pinto Gomes, Presidente da Câmara, ao Sr. Escritor Urbelino Ferreira e ao Dr. João Luís Gonçalves pela amabilidade em aceder ao meu convite e pela generosa oferta em reeditar o Saudoso Administrador da Circunscrição Civil de Baucau.

O *Tenente Pinto Corrêa*, é assim que os antigos alunos das seis escolas do Reino (Baucau, Kelicai, Laga, Baaguia, Vemasse, Venilale e Laivai) e o povo chamavam o seu Administrador, como dizia eu, o tenente Pinto Corrêa nasceu no Estreito de Câmara de Lobos, a 3 de Setembro de 1897. Depois de frequentar o Liceu do Funchal, matriculou-se nas Faculdades de Ciências de Lisboa e Coimbra.

---

[1] Natural de Wailacama (Baucau), Bispo titular de Lorium, Bispo Emérito de Díli e Prémio Nobel da Paz 1996.

Em 1917 ingressa na Escola de Guerra. Em 1918 é promovido a alferes e quatro meses depois é mobilizado para França, incorporando o Corpo Expedicionário Português, na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Foi ajudante de campo do General Gomes da Costa, por duas vezes (1924 e 1926). Toma parte na revolução de 28 de Maio de 1926. Com Gomes da Costa foi preso e exilado nos Açores.

Em 1928, é destinado a Timor, aonde chega no dia 27 de Junho. Foi por alguns meses ajudante de campo do Governador de Timor, Teófilo Duarte. Poucos meses ficou em Díli, pois no dia 17 de Setembro, desse mesmo ano, foi nomeado Administrador da Circunscrição Civil de Baucau.

No dia 6 de Janeiro de 1934, Armando Pinto Corrêa é exonerado e nomeado chefe da Repartição das Obras Públicas da Colónia de Timor. Seis meses depois, é nomeado Administrador da primeira classe de Díli e, simultaneamente, presidente da Comissão Municipal. No dia 13 de Julho de 1934, é nomeado Inspector Administrativo das Colónias, regressando, portanto, a Portugal. Já em Lisboa, por sua iniciativa, publica o livro *Gentio de Timor*.

Em 31 de Dezembro de 1934, é transferido para Angola, tendo sido, mais tarde, nomeado Inspector-Chefe dos Serviços Administrativos de Angola. Pelas qualidades e méritos revelados na Administração, é escolhido para Governador da Província da Zambézia, em 27 de Agosto de 1941. Faleceu em Moçambique no dia 29 de Janeiro de 1943.

A sua estadia em Baucau redundou em importantes iniciativas de âmbito social e cultural. Em 1929, percorre os postos administrativos que constituíam aquela Circunscrição civil, mantendo contactos com os chefes do Posto, chefes dos sucos e as populações. Três ideias iriam orientar a sua administração: promover a educação da juventude; intensificar a agricultura e reconciliar os habitantes de Baucau, estabelecendo a paz entre os sucos, e entre Timorenses e os Kisserianos (habitantes da ilha de Kissar, Indonésia).

A) Educação e instrução: Para elevar o nível cultural das populações da sua área, o Administrador Tenente Pinto Corrêa inicia, em 1931, a construção de 7 escolas. Uma, na sede (Baucau), na localidade de Teu-Lale e outras seis nas sedes dos Postos Administrativos (Baaguia, Kelicai (em Duru-lari), Laga (em Sama-Lari, Vemasse (em Wai-la-Cama), Venilale e Laivai (hoje faz parte do Distrito de Lautém). Para isso, mobiliza toda a população de cada posto ao trabalho gratuito: transporte de madeira, pedras, areia.

A função da escola, segundo Pinto Corrêa, é *"formar homens, criar o respeito pelas hierarquias, fazer portugueses, preparar agricultores"* (Armando Pinto Corrêa, Timor de Lés a Lés, p.364). Formar homens: "*Homens em toda a acepção da palavra: vigorosos, desempenados, saudáveis. Excelentes animais, fisicamente bem construídos, de arcabouço forte, peito largo, ombro direito e sobre estes, solidamente aprumados, uma cabeça alta, onde brilha um olhar franco, rectilíneo, claro e leal*" (Ibidem, idem, p. 356).

Em 1930, organiza a primeira Exposição agrícola e industrial na vila de Baucau, onde são expostos trabalhos realizados pelos alunos e pelas populações: tapetes, esculturas, panos, cestos, etc. Em 1933, são inauguradas as Escolas do Reino de Baucau. Escola do Reino de Venilale, Escola do Reino Vemasse, Escola do Reino de Laga, em Labagua, Escola do Reino de Baaguia.

Para uma boa educação dos timorenses, o tenente Pinto Corrêa, delineia um precioso programa, tanto para os professores, como para os alunos.

Normas para os professores: "*ser professor é como ser padre ou militar (...). Não será professor digno desse nome o que não desempenhar o seu mister com o poder de simpatia, o entusiasmo ardente, o orgulho estimulador, a fé empolgante, a atractiva e contagiosa alegria de viver, que distinguem os verdadeiros profissionais e que os levam a concentrar-se e absorver-se inteiramente nos deveres dos seus cargos e a eles dedicar todos os seus pensamentos e energias – como numa batalha, o soldado: até o sacrifício, até o esgotamento*". (Ibidem, idem, p. 363).

B) A agricultura: Este sector foi uma das grandes preocupações do Administrador Tenente Pinto Corrêa, na circunscrição de Baucau. De facto, depois de ter percorrido a área da sua circunscrição e der ter testemunhado as condições de pobreza em que viviam as populações, Pinto Corrêa, decide criar viveiros de culturas de valor económico (coqueiros, laranjeiras, bananeiras, hortaliças, morangueiros, etc.). Viveiros de Gari-Wai, de Uma–Ana-ico, Uma-Ana–Ulo, Oíce (Kelicai). Cria o Posto agrícola de Matabian. Incentiva as culturas de arroz e de milho. Junto de cada escola, manda criar viveiros. Seguindo o exemplo da Madeira, no aspecto das "levadas", Pinto Corrêa, abre canais de irrigação, canalizando a abundante água da nascente de Wai-Lia para os sucos de Boilé, Macadai, Tirilolo e Buru-Uma.

C) Pinto Corrêa, o pacificador e construtor de pontes entre povos e culturas. Neste domínio, procurou que houvesse paz, entendimento, respeito e sã convivência entre as diversas etnias que existiam na Circunscrição de Baucau: etnia Macassae (Baucau, Laga, Kelicai e Baaguia); etnia Waima'a (Baucau, Vemasse); etnia Galole (Vemasse); e etnia Naueti (Baaguia) e etnia Midiki e Cairui (Venilale). Tina ele notado que "*os povos da Circunscrição [de Baucau], divididos pelas recordações de antigos conflito e apartados por rotineiros hábitos de isolamento, não possuíam unidade moral correspondente à unidade administrativa fixada pelo Governo*". (Ibidem, idem, p.236).

Era intenção do Administrador reunir todos os chefes para uma confraternização, a fim de cimentar os laços morais. Essa oportunidade surgiu quando Pinto Corrêa realizou, pela primeira vez, a Exposição Agrícola, Industrial e Pecuária, em favor das escolas. Nessa altura, apresentaram-se em Baucau setenta maiorais da região, todos os alunos e milhares de indígenas de todos os postos, que nunca se tinham vistos juntos. (cf.idem, p. 236). Foi, então, Pinto Corrêa os

mobilizou para os mesmos objectivos: concórdia, justiça, agricultura, construção de estradas, de edifícios, paz, segurança e ordem pública.

Uma segunda dimensão dessa paz social, era a boa convivência que os Timorenses deviam manter com os povos vizinhos concretamente com as autoridades de Kupang (Capital do então Timor holandês) e com as autoridade e o Povo da ilha de Kissar. Para esta ilha, organizou, em Julho de 1932, uma excursão, levando de Baucau, representante de liurais, de funcionários e alunos. Os Kisserianos visitaram Baucau e os postos administrativos de Kelicai, Laga, Vemasse, em Setembro e Outubro de 1933. Sobre as viagens dos timorenses fora do seu território, sintetizou Pinto Corrêa com estas memoráveis palavras: "*Foram as primeiras janelas que os timorenses abriram para fora do seu torrão e das quais se debruçaram a observar uma massa de gente estranha, vivendo sob outra bandeira e regulando-se por sistemas diferentes de administração e de vida*" (ibidem, idem, p. 236).

Além destas iniciativas, outras foram também importantes: a construção de estradas, de edifícios públicos, salientando-se o majestoso Mercado de Baucau, de jardins e de parques.

Porém, o Capitão Pinto Corrêa não demonstrou apenas qualidade de governante ou de administrador. Durante os seus anos de permanência em Timor, perscrutou a alma timorense; estudou os usos e os costumes indígenas. Fruto da sua observação e estudo da realidade social timorense é o livro "Gentio de Timor". Neste livro, Pinto Corrêa demonstrou grandes qualidades de um verdadeiro etnógrafo e antropólogo. Ele, não só descreve, com competência, os costumes de Baucau, mas também doutras regiões de Timor Português. Praticamente, descreve com mestria todas as fases da vida do timorense: do nascimento à morte; o seu ambiente social, cultural e económico; o direito consuetudinário, enfim, tudo aquilo que representa a "weltanschaung" indígena timorense. Por tudo isso, o Capitão Armando Pinto Corrêa foi um dos pioneiros no campo da etnografia, da antropologia timorense. E permanece como uma referência fundamental para todos aqueles que queiram interessar-se pelos estudos do Povo timorense.

Nós, os habitantes do Distrito de Baucau, estamos eternamente gratos, pela acção civilizadora deste grande madeirense. E com estas simples palavras, em nome dos timorenses, seja-me permitido prestar a minha profunda homenagem à sua grande figura de homem, de governante e de escritor. Pinto Corrêa amou de verdade Timor-Leste e a Circunscrição civil de Baucau (hoje distrito de Baucau). Por isso, posso afirmar solenemente, que, pelo que escreveu e pelo que realizou, Armando Pinto Corrêa é um Herói para o Povo de Baucau.

Porto, 18 de Maio 2009.
Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB
Administrador Apostólico Emérito de Díli (Timor-Leste)
Prémio Nobel da Paz 1996.

A TEÓFILO DUARTE

o homem que me fez colonial

Mapa da Ilha de Timor

Introdução à 1.ª edição
por Armando Pinto Corrêa

O autor deste livro viveu em Timor perto de seis anos, dos quais a maior parte — cinco anos e dois meses — como administrador da mais populosa das suas circunscrições, a de Baucau. Lógico consigo próprio, coerente com os ideais nacionalistas pelos quais se bateu e sacrificou, e sempre fiel a sua mística vibrante de orgulho pátrio, — cumpriu o seu dever o melhor que soube e pôde, esforçando-se por se não tornar inferior à missão civilizadora que aos pioneiros de Portugal coube realizar na mais remota, pitoresca, sugestiva e enfeitiçante das suas províncias ultramarinas.

Foram cinco anos de vida intensa, de vida moça e pródiga, ansiosa de realizações, em que o espírito se queimava numa combustão de todas as horas, ardido por uma chama calorosa de fé — fé nos destinos da Nação, fé nas possibilidades de Timor.

Construiu, organizou, renovou, mas não se esqueceu também de observar as instituições timorenses, de estudar as suas usanças, de penetrar a alma do indígena, de abarcar a sua mentalidade, de respirar a sua atmosfera psicológica, — de compreender as gentes nativas, para melhor as conduzir, modelar e valorizar. Essa tarefa propulsora de dinâmica social e económica, tem de ser feita dentro dos quadros da hierarquia dos timores, que é preciso garantir e reforçar, e dentro das regras costumeiras, cujo determinismo e conexão exigem um respeito generoso, sempre que não colidam com a obra de integração nacionalizadora, de expansão cultural e de fomento da riqueza indígena, que inspiram e justificam a colonização dos Portugueses.

Julguei que, sendo aquela a mais distante e a menos conhecida das terras do nosso Império, todos os que por lá andaram, e porventura a sentiram e amaram como eu, se não podiam furtar ao dever nacional de contar à Metrópole um pouco do que sabem a respeito de Timor.

Eis a razão deste livro.

Armando Pinto Corrêa

O autor, com os chefes da área da sede da circunscrição de Baucau.
À sua direita, de fraque e chapéu alto, o régulo, D. Tomaz Ximenes da Costa.

AOS MAIORAIS INDÍGENAS DE BAUCAU,

nomeadamente, a

Carlos Ximenes da Costa, *de Berecoli;*[2]
Noco Loi, *de Defa-Uace (Baaguia);*
José dos Reis Costa, *de Bucoli;*
Gamo Cai Liba, *de Gari-Uai;*
Cristóvão Guterres, de *Uato Haco (Venilale);*
António Felipe, *de Namanei (Quelecai);*[3]
António Castro, *de Soba (Laga);*
Bernardo Neto, *de Lai-Soro-Lai;*
Alexandre Ximenes, *de Hadoe (Baaguia);*
Belmiro Belo, *de Tiri-Lolo;*
António Freitas, *de Uma-Dai;*
João Corrêa, *de Séçal;*
Amadeu Gusmão, *de Maca-Dai;*
Mateus Freitas, *de Bua-Lale;*

Portugueses de lei, como os melhores da «Terra-Mater», – a quem nunca faltou o compreensivo entusiasmo e o vibrante orgulho regionalista, na cooperação que prestaram, de corpo e alma, à obra que realizei em Timor.

Tio-avô materno do Exmº Sr. Bispo D. Carlos Ximenes Belo, Bispo Emérito de Díli e Prémio Nobel da Paz. O nome de "Carlos Ximenes" foi atribuído por sugestão deste seu tio-avô, Carlos Ximenes da Costa.

Avô paterno de D. Ximenes Belo. O pai de D. Ximenes era Domingos Vaz Filipe. Este estudou em Baucau e foi professor na escola do Reino de Laga, na de Teulale, onde está situada a escola do Reino de Baucau, e em Wailacama (Vemasse), onde nasceu D. Ximenes Belo.

I PARTE

Costumes de Baucau

I
Do nascimento

I— ABORTOS

São numerosos, em Timor, os abortos provocados, e deles deriva, em grande parte, o défice da natalidade que acusa uma população que decresce de ano para ano, sem que a devastem, como outrora, as guerras ou as epidemias. Ao lado da sífilis, introduzida pelo europeu, intensificada pelo africano e depressa generalizada a todas as regiões da colónia,[4] o aborto, praticado sistematicamente pelas mulheres solteiras, muito tem contribuído para essa quebra demográfica, que já vai tomando, nos quadros do recenseamento, proporções alarmantes.

São numerosos, em Timor, os abortos provocados, e a razão explica-se. É certo que para a moral indígena, assaz desenxovalhada, nada importa a virgindade das raparigas, e destas, raras são as que se não deixam desflorar ainda antes de serem menstruadas, em idades que chegam a ser de dez e onze anos.[5] Mas para

---

[4] Durante uma boa vintena de anos, os soldados de Moçambique estiveram pulverizados em destacamentos e acasalados com mulheres nativas, nos comandos e postos do interior. Acrescente-se que nas praças europeias há uma notável percentagem de sifilíticos que igualmente se relaxam nos tratamentos, e dos quais a maioria, os cabos e soldados, vive amancebada com indígenas. Note-se ainda que, dos deportados sociais importados em 1927 e da multidão de 500 e tantos que em 1931 desabou e se espalhou sobre Timor, poucos eram os que não sofriam de avário se. Calculando-se uma média de trinta mulheres contagiadas por cada um desses gangrenados e um *ruinimo* de dez timorenses a quem elas transmitiram a moléstia e de vinte crianças que geraram, faz-se uma ideia do que deve ter sido a marcha dessa enfermidade infamante que reclama uma campanha de assistência médica, para que ela se não espraie e não devore a população da colónia.

[5] Mesmo a *nona* (manceba) de um europeu, cabo ou deportado que seja, vale tanto, em consideração social e em possibilidades de casamento, depois de ser repudiada pelo amante, como qualquer outra indígena. Mulheres casadas religiosamente com funcionários nativos ou mestiços, recebem-nas familiarmente, trocam visitas, oferecem-se jantares, passeiam publicamente, tu cá, tu lá. A moral timorense é cheia de transigência e de facilidades. Até as filhas dos chefes e alunas das escolas, missionárias ou não, entregam-se ao primeiro *firaco*, (homem rude, montanhês, indígena do leste da colónia), ao primeiro *firaco* de

efeitos de barlaque,[6] moça com filhos é moça desvalorizada, artigo sem preço, que aos pais se torna impossível colocar, de modo a obterem com ela uma transacção rendosa. Pode a cachopa fazer-se *despucelar* por qualquer varão que a encontre num atalho, na volta da feira, ou na ida à nascente, ou por ela se roce naquela promiscuidade animal das cabanas, onde, às vezes, em caso de grandes reuniões convocadas para estilo de família, dorme toda a parentela sob o mesmo tecto, até forasteiros, aos quais negar hospitalidade seria atrair desgraça sobre o casal. Faça a rapariga o que lhe aprouver do seu corpo, mas livre-se de deitar ao mundo algum pimpolho que a comprometa. Perderia a cotação como objecto de comércio e defraudaria os pais na certeza dos lucros que ela para eles representa. Ao egoísmo paterno e ao brio da moçoila, interessa, pois, capitalmente, a supressão desse filho de acaso, produto duma hora de cio ou dum momento de simples curiosidade.

Logo aos primeiros rebates da gravidez, a mulher solteira fabrica uma mixórdia em que entram bocados de raiz de certa árvore (*doteguiare*),[7] e o fruto dum arbusto selvagem, designado por *cane*. Esta é a tisana revulsiva, para uso interno. Ao mesmo tempo e para aplicação exterior, põe-se a mascar gengibre com raspas ou folhas de outra árvore igualmente virtuosa, *baarata asa*.[8] Vai assim formando um *sinapismo* escaldante, com que inicia o tratamento, massajando o ventre, comunicando às entranhas um calor de fornalha. Depois, estira-se no chão térreo da casa, coloca debaixo de si uma laje polida, e, carregando a barriga sobre esta, desata a esfregar-se, durante horas consecutivas, com a energia duma possessa.

Primeiro a massagem, depois a penitência da laje, finalmente a droga do *cane*. Está completa a medicina maldita. Não há feto que resista a essa terapêutica feroz, que não asfixie ou se não desfaça em pastas de carne informe e sangrenta...[9]

II—O PARTO

A mulher barlaqueada, essa, pare sem receio e sem vergonha, mas também sem nenhuns cuidados de higiene. Abundam em todos os sucos[10] as parteiras

---

langotim (tanga), que lhes agrade ou lhes acene com dinheiro. O seu pudor é todo *coqueteria* e no fundo de cada uma delas há uma sexualidade silvestre que nada refreia.

[6] Casamento, em português de Timor.

[7] *Dote guiare*, na língua macassai, a mais vulgarizada na região de Baucau; na língua tétum, doutras zonas da ilha, *ai ánec*. Os vocábulos indígenas apontados no texto deste livro, na parte respeitante a Baucau, são todos em macassai.

[8] *Asa*, folha; *baarata* é o nome da árvore.

[9] Os abortos são tanto mais frequentes quanto, sendo caros os barlaques, há, pelo menos 12% dos indígenas, que, por falta de recursos, se condenam ao celibato. Não será talvez exagerado avaliar em 30 %, a percentagem dos nado-mortos resultantes do amor livre.

[10] Suco é uma família étnica, grupo de aldeias centralizadas na autoridade dum chefe, que, por sua vez, com outros seus pares, obedece directamente ao régulo, ou por via do chefe de jurisdição (aglomerado de sucos). Os régulos, hoje raros, de prestígio enfraquecido e tendo

experientes, as *tana badae*,[11] sempre prontas a prestar o seu concurso, quando alguém, nas redondezas, se *estorce* nas dores da maternidade. Nessa altura, o processo reduz-se a uns frutos oleosos de *sáè*,[12] que se esmagam entre as mãos ou se moem sobre uma pedra molhada com água, e depois se fazem passar na barriga da parturiente, procedendo-se devagar à tarefa de se pôr a criança a jeito para fazer a sua entrada na vida pública...

A mãe, entretanto, parece uma supliciada. A um dos travessões do tecto ou a um dos prumos da parede da casa, amarram-se as duas pontas de uma corda negra e áspera, entrançada com fibra de *gamuteira*. Um homem ou mulher, parente ou vizinha, prende entre as mãos a cabeça da vítima, outra ou outro, segura-a pelos sovacos. A mal-aventurada senta-se em *riba* duma pedra rasa, agarra-se à corda, dobra e desdobra o corpo, encolhe-se e retesa-se, fazendo finca-pé no solo, dez, vinte vezes, só suspendendo essa ginástica fatigante, para se entregar às fricções da *tana badae*. Esta torna a rezar a cantilena ritual, dirigindo-se à criança que tarda em sair:

— Se é homem, saia já para fora, com azagaia, rodela e espada, alavanca e *parão*,[13] para as fainas másculas a que está destinado. *Assucai dáua, ni oro, ni aba, ni si, ni di´a, ni sita, gafo rá issa!*

Continua a esfrega do ventre. E a parteira insiste, renova as interpelações, usando frases centenárias, as velhas frases pitorescas e saborosas, que já presidiam ao nascimento das antigas gerações timoras, de antes do Descobrimento: *Tufurai dáua, ni quida, ni lalode, ni nuba, ni ati, ni serucai, gafo rá issa!* Se é mulher, traga a roca, o cesto do pó,[14] o tear com o seu pau para esticar os panos, e a pele de carneiro com que as tecedeiras amparam os quadris.

É assim que o timorense é fadado para a vida agrícola ou doméstica que o espera, conforme o sexo que *Uru Uato* lhe deu.[15]

Logo que as dores do parto se começaram a manifestar, armou-se na palhota um lantém[16] especial, o chamado *nolóbe*, e foi para aí que a mulher trepou e se conservou dias seguidos, se calhou, dois meses, sob o calor e a fumarada duma lareira que se improvisou noutro lantém colocado à ilharga do primeiro. Nessa

---

sob a sua alçada territórios já muito limitados, eram os cabeças dos reinos de outrora, os liurai (de *liu*, em tétum, mais, e *rai*, terra), os maiores senhores da terra...

[11] Tana quer dizer «mão». Badae significa «operário». Há o *ate badae*, «serrador»; o *afa badae*, pedreiro ; e a *tana badae,* parteira.

[12] *Sae*, camim, árvore oleaginosa, com os frutos da qual o indígena unia os cabelos e faz velas para iluminação.

[13] *Sita* ou *parao*, é uma catana pequena.

[14] *Lalode*, é o cesto onde se põe cinza ou pó de pedra de filtro *(loéfuta)*, que as mulheres molham com saliva e passam pela linha de algodão nativo, quando fiam, acocoradas em casa — ou nos caminhos, muito aprumadas, andando sempre e tagarelando com as companheiras de jornada.

[15] *Uru Uato*, vem a ser o Deus dos timorenses de Baucau. Veja-se o cap. II deste livro.

[16] *Lantém*, é português de Timor. Em macassai, diz-se *rece* ; em tétum, *hadac*. Tarimba, mesa, estante ou banco, de bambu ou hastes de palapa (espécie de palmeira).

lareira, a *ata lia*, feita com uma grade de ramos de palmeiras, de aquediro ou coqueiro, sobre a qual se colocam lajes, terra e pedras redondas, queimam-se galhos de tamarindo (*ate lémi*) e *caidáua*, árvores consagradas para aquele fim propiciatório. Neste somenos, a parturiente vai-se encharcando com xaropes quentes (*sari*), compostos de água simples, onde se deitou a raiz de certa árvore, e que se pôs a ferver durante um quarto de hora.[17]

Quando o parto, afinal, se decide, a parteira separa o recém-nascido, cortando com uma faca de bambú o cordão umbilical que o une à mãe, não cerce ao umbigo do miúdo, mas a uma distância que se mede com duas falanges do dedo indicador. Uma aspersão de cinza no local da amputação é feita imediatamente para se obter a devida assepsia...

A corda de que se serviu a parturiente para facilitar a ejaculação da criança, se esta é macho, depõe-se no *saquitel* (*na'a*) de folhas de palapeira ou aquediro, que a mãe, normalmente, costuma trazer suspenso dos ombros — se é fêmea, no lode[18] do pai — mas num ou noutro com cinza por baixo, e de mistura com os páreas do bambino.

Sete dias depois realiza-se o estilo do nascimento, o *mucu data*. De manhã, ao romper da alva, uma mulher e um homem, parentes mais chegados do casal,[19] dirigem-se a um *ai dac* ou tamarindo[20] das proximidades. O homem leva um parão pendurado à cinta, a mulher segura na mão direita um dos tições da *ata lia*, e na esquerda sustém o *lode* ou *na'a* com a placenta, levando-o embrulhado num pano timor que lhe dá a volta ao pescoço. No trajecto, o silêncio é a regra. Chegados que são à árvore, o homem marinha pelo tronco, encarrapita-se e equilibra-se numa pernada, recebe o cesto da mulher, tira de dentro a corda,[21] e com esta amarra-o a um dos galhos. Em seguida, com o parão, arranca um dos ramos à árvore e desce. Nessa altura, se a criança é varão, põe-se o homem a bailar, agitando a catana, para que o miúdo seja valente e bom dançarino, se fêmea, é a mulher quem dança, à laia de batuque, simulando com os dedos o tamborilar da *tiba*.[22] Falar, continua a ser proibido.

---

[17] E coloca, sobre o baixo-ventre, panos molhados em água tépida.

[18] *Lode* e *na'a* são cestos, ambos entretecidos de folhas, com a diferença de que o primeiro é de forma achatada e o segundo, cilíndrico.

[19] Em Racolo, é o próprio pai que desempenha esse papel, com qualquer matrona da vizinhança.

[20] Em Fatu Maca, as árvores escolhidas são: *mome* e *cai dáua*. O pai é que é o portador do cesto e depois de dar duas voltas, dançando, atira uma pedra para longe, como que dizendo: O meu filho, quando for grande, há-de ser corajoso e bom atirador!

[21] Essa corda, muitas vezes emprega-se durante o parto da seguinte maneira: uma ponta é presa ao polegar do pé direito, a outra ligada à cintura. A parturiente planta as mãos nos quadris, estica a perna direita e faz força até expelir a criança ou força-la a pôr-se em posição mais favorável.

[22] Tambor afunilado, talhado e escavado de banda a banda, num bocado de tronco de tamarindo ou pau-rosa, e tapado num dos lados com pele de carneiro. É o instrumento ao som do qual se executam as danças indígenas por todo o Timor. Em tétum, chamam-lhe *baba*. Tocam-no, as mulheres, suspendendo-o do ombro esquerdo por um barbante.

Se se trata dum primeiro parto, é costume, quando estas duas personagens voltam do estilo, matar-se um carneiro, que o pai oferece e que todos comem, com a parentela, sem mais cerimónia.[23]

Das duas partes em que *a tana badae* fragmentou o cordão umbilical, a grande e a pequena, o *roma* e o *ilo*, quando a segunda apodrece e se despega, envolvem-na num novelo de algodão, e é um rapazito da família quem a vai entalar entre as altas ramadas dum coqueiro, o qual fica desde então considerado como propriedade do recém-nascido.[24]

*

Sucede, porém, às vezes, que a criança se recusa a sair das entranhas maternas, por mais intimativas que lhe dirija a parteira. Esta, num dado momento, com as mãos untadas, verifica que o petiz se instalou defeituosamente, com a cabeça para cima, e não há forma de o virar ao contrário. Caso este complicado, e para o qual não bastam as *sabenças* daquela perita, aliás já muito treinada em matéria de obstetrícia indígena.

Há que matar-se um frango e consultar-lhe o fígado,[25] para se encontrar a explicação do mistério, O fígado poderá dizer, entre outras coisas maravilhosas: ou que a mulher, já depois de barlaqueada, teve relações sexuais com outro homem, que não o marido; ou, então, que existe juramento encoberto.[26]

O arúspice dá conta à mulher do resultado das suas observações, e ela, por fim, não tem remédio senão confessar. Em tais circunstâncias, mentir seria provocar castigos sobrenaturais, inclusivamente a morte, não só da mãe, mas do filho que se lhe contorce no ventre. Segue-se o pedido de perdão ao *faluno*.[27] Pai e mãe da parturiente dirigem-se ao sítio do juramento ou da traição conjugal, levando um carneiro, uma vela, que tem de ser de cera, e a metade duma casca de coco (*tau côro*), com água dentro. Aí chegados, acendem a vela, matam o bicho, comem-no, deixam uns *tassalhos* para o faluno e apagam a vela no *tau côro*. Volvido a casa, o pai preside a esta cena edificante com que se completa o estilo: entrega à filha duas folhas de betel, a outro homem, que faz de comparsa, outras duas, e a ambos um fruto de areca. Diz o marido:

---

[23] Antigamente, na ocasião desse regresso, os parentes esperavam à porta da casa do recém-nascido, e entre eles e os que vinham do estilo travava-se uma batalha renhida, de frutos, marmelos, maçarocas, etc.

[24] Junto com o *ilo*, coloca-se uma parte do ramo que se cortou no estilo O resto queimou-se em casa, na volta daquela cerimónia, e ficou no lume até que o lia caiu.

[25] A isto se chama *u'u guini*, designação que se aplica ao exame das vísceras de outros animais, de ovos ou betel, afim de se obterem auspícios, tal como na velha Roma.

[26] Fazem-se esses juramentos quando um homem é amante incógnito duma mulher solteira, e, não podendo barlaquear com ela, a convence a permanecer celibatária. Ambos, com os dedos traçam uma cruz no chão, põem na cabeça um pouco de terra, e pedem em voz alta que pela terra seja comido aquele dos dois que venha a barlaquear.

[27] Em tétum, *lúlic*. Animal ou coisa sagrada. Vidé adiante.

— *Sôbu oho, lolíni oho, hai goba lissána, hai goba laquene boe; ere malu, ere tia!* [28]

O que, em versão libérrima, pode traduzir-se assim: - Falaste; a tua palavra tudo confessou; afastemos o passado, como afastadas se encontram estas duas folhas de betel e estas arecas.

Em seguida, mascam as arecas e as folhas; o *faluno* já não tem razão de queixa, e a *tana badae* recomeça as suas experiências, certa agora de que será bem sucedida.

Pode também ser que a parturiente haja desobedecido gravemente aos pais. Nessa altura, tem aquela de se ajoelhar, agarrar-se às pernas da paternidade ofendida, e solicitar-lhe desculpa. Esta é concedida, aplicando-se com uma rota umas ligeiras chicotadas nas costas da parturiente, que junta as mãos no pano que o pai tem ao ombro, recebendo, então, um abraço. Se, porém, fez juramento, numa hora de desespero, de entregar o corpo ao *faluno*, (*faluno issi fae guini*),[29] — voto que se formula mascando-se tabaco e depondo-o, após salivado, sobre a laje que serve de ara junto da árvore, nascente ou penedo santo — se ela, de facto, tomou esse terrível compromisso e depois faltou a ele, barlaqueando, há que desobrigá-la, desfazendo o juramento, obtendo que seja devolvida a palavra dada. Vai, então, o pai da parturiente até junto do faluno, leva-lhe um pequeno galo, mata-o, amputa-lhe a crista, mete esta, com algum sangue do animal e um pouco de terra, dentro dum *tau côro* cheio de água, cozinha e come o frango, deixa um bocado de arroz, e torna para casa com o tau côro, como se trouxesse a palavra, até aí empenhada, da mulher...

III — NOMINAÇÃO

Consumado o parto,[30] mãe e filho são lavados com água quente, e aquela, para convalescer, continua ao fumeiro, estirada junto à *ata lia*, e vai-se alimentando com caldos da arroz.[31]

Sete dias depois, dá-se o nome à criança. Geralmente, é o pai quem toma esse encargo. Levanta a mão direita, aperta os dedos em pinha, leva-os aos lábios, molha-os, assopra-os, coloca-os depois na testa do catraio e pronuncia a frase sacramental: *Ilu má ai suma issi gur, ai nai Lequi Loi!*

---

[28] *Sôbu oho*, palavra ; *lolíni*, falar; *hai*, já, completamente ; *goba*, tudo ou todos; *lissána*, confessar; *laquéne*, separar ; *boe*, areca; *ere*, este; *malu*, betel; *tia*, masca.

[29] *Issi*, ali mesmo; *guini*, fazer; *fae guini*, estragar, inutilizar, renunciar.

[30] Para o parto, não há outra designação além de *mata rá issa*; de *mata*, cria ou filho, e *rá issa*, sair. Gravidez é *afunaci*; *mata afu*, levar uma criança ao colo; *ni mata deuc*, abortar; de *deuc*. apertar. Blenorragia é *mata ato*, de *má*, tuaca, bebida alcoólica extraída do aquediro, (palmeira também chamada tuaqueira), e de *ato*, bôrra ou espuma. Para a sífilis, não há nome indígena, por ser doença exótica. Na menstruação, as raparigas resguardam-se e ingerem chili, água quente e tuasaba.

[31] Ao fim duma semana, já a mulher está apta para tudo. Em Venilale e noutros pontos, põe-se logo a manejar o pilão, para descascar o arroz.

Como quem diz: — A minha saliva é a minha alma; com o meu sopro, entra-te, pela testa, a minha alma, e ficarás sendo Lequi Loi.[32]

Lequi Loi ou Uato Má ou outra designação qualquer. A escolha do nome, contudo, obedece, ordinariamente, a uma regra fixa. Vai-se buscar a primeira partícula do nome paterno e faz-se dela uma espécie de apelido. Supondo que o pai é Bere Loi, o filho será, por exemplo, Gamo Bere, o neto, Bere Gamo, e o bisneto, Uato Bere. Outro exemplo: Loi Gamo, Bere Loi, Loi Bere, Côo Loi, Noco Côo, Boro Noco, Cai Boro. A regra é, porém, sujeita a determinadas excepções.

Basta que a criança pegue a chorar na altura da nominação, ou se demore a abocar o seio da mãe, negando-se a mamar, para que logo se lhe mude o rótulo, fazendo-se vários ensaios até que o *faluno* fique satisfeito. E nessa altura, dão-lhe o chamadoiro dalgum avô, e o ainda há pouco Bere Loi passa ser Cahminà (come doces), ou Ossa Dá (não tem dinheiro), ou Ira Náua (bebe água), ou Náua Haga (procura comida),[33] ou mesmo Ata Dego (escravo da noite) ou Uato Ata (escravo da pedra) e até Noco Rau (não presta).[34] Conforme a imaginação paterna e os alvitres que apresenta a parentela, reunida em chusma para assistir à cerimónia.[35]

Esse nome, porém, está longe de ser definitivo. Até aos doze anos, será trocado tantas vezes quantas as doenças graves que atacarem o garoto,[36] sendo frequente adoptarem-se nomes de remotos antepassados que tenham o condão de perseverá-lo contra os males da feitiçaria, de que Timor está a abarrotar, ao que julga o indígena.

Ao proceder a esse crisma, é dos ritos que a família sacrifique um frango ou um carneiro, para «comprar o nome». Chama-se o sacerdote gentílico, que examina uns ovos, para encontrar a razão da doença. Se esta é derivada do nome do avoengo que foi atribuído, põe-se, de noite, um cesto contendo arroz, na janela da casa que fica voltada para o nascente. E o pai do garoto, invocando o espírito desse avô, joga três ou quatro grãos pela janela, e brada:

— Estes são os mensageiros. Que vão pousar sobre o teu ombro, para que tu saibas que está aqui o arroz, a carne e o betel para ti. O teu neto anda achacado por causa do teu nome. Vem, recebe as ofertas, e não tornes a fazer mal à criança

No dia seguinte, cortam a orelha direita a um carneiro, juntam esta a sete folhas de betel e sete fatias de areca, tudo dentro dum açafate, tomam o arroz do outro cesto, e dão com ele duas voltas sobre a cabeça do animal desorelhado, que, por fim, é morto e aberto ao meio. Extraem-lhe o fígado, e o sacerdote verifica,

---

[32] *ilu*, saliva; *má*, tirar; *ai suma*, alma; *gué*, fixar, prender; *gur*, soprar; *issi*, testa; *ai*, o teu ou tu; *nai*, nome.

[33] *Náua* tanto serve para significar beber como comer. Os *noese* pessoais são neutros. Aplicam-se indiferentemente aos homens e às mulheres.

[34] Autêntico. Há alguns indígenas arrolados com essa designação de Noco Rau, que era também a dum suco de Quelicai, o qual, por se ter rebelado em 1912, foi extinto depois da guerra.

[35] Muitas vezes, se a criança entra logo a chupar os seios da mãe, chamam-lhe Náua Sena (come depressa) ou Suço Lai (bebe leite).

[36] Igual costume têm os chineses, assim como outros povos tão rudimentares como o Timor.

«pelas covas ou pelas cruzes», se o avô já se encontra ou não satisfeito com a homenagem. Se a leitura não suscita optimismos, presenteia-se um dos *omarahe*,[37] representante do avô, com qualquer dádiva, correspondendo a um acréscimo no preço do dote matrimonial, e nesse caso o nome persiste.

Não é raro, todavia, que, já homem formado, o nativo torne a crismar-se. Por motivo de vadiagem, para não ser identificado pela autoridade, ou depois de nova maleita que o pôs às portas da morte, para não ser reconhecido pelos *faluno* malfazejos. É fácil de imaginar os equívocos e as maçadas que tal sistema produz nos recenseamentos anuais. Teima o arrolador com o chefe da povoação, acusando-o, com ameaças, de negar a existência de um certo Uai Lale, que figurava nos registos dos anos anteriores; obstina-se o chefe em declarar que nunca entre a sua gente houve criatura alguma que desse por esse chamamento; e no fim de aceso debate, chega-se à conclusão de que o tal Uai Lale está presente, vivo e são como um pêro, tem pago imposto, pontual e exemplarmente, mas há três ou quatro anos que todos o conhecem por Lacu Meta, e até ele, no ano corrente, já perdeu a memória da designação primitiva!...[38]

Um grupo de catraios, à paz Adão.

---

[37] Parente do lado da mulher.

[38] Mudando de nome, como troca de *langotim* (tanga) ou de *sarao* (pano de mulher), o timorense liga-lhe tanta importância, que, às vezes, nos arrolamentos, vê-se, com espanto, um homem hesitar e tartamudear sobre o nome actual da mulher ou dos filhos.

II
Pela vida fora

I — A INFÂNCIA

E temos assim, nessa ilha remota, misteriosa e calma, perdida num canto do globo, mais um timorense que se inicia na vida, arregalando os olhos sobre o mundo...

O petiz é encantador, como são, afinal, todas as crianças malaias. De carnação achocolatada, o corpo todo ao léu, o *focinhito* encardido, o crânio rapado à faca ou a caco de vidro, só com uma mecha de cabelo — o lécuúro — a enegrecer-lhe o toutiço por cima da fronte, o garoto tem umas pupilas muito negras, muito irrequietas, que vibram em chispas de curiosidade inteligente. Ao pescoço, pendurado por um barbante de folhas de palapa, traz um amuleto, feito com os dentes dalgum avô ou com certa pedra branca de ribeira — o *teli* — que não tem mais tamanho que o de uma pílula de quinino.

A terra continua a girar, os meses passam e o fedelho vai medrando, se, por acaso, não aparece moléstia que dê cabo dele, logo de entrada. Já se despegou dos seios da mãe, anda já pelo seu pé, come com os seus próprios gadanhos, e exprime-se com fluência tagarela, na língua sonora do seu suco — nesse Macassai de acento bárbaro, prenhe de vogais muito abertas: *láua, samara, diambata, assucai, tufurai, matacoi...* No seu olhar franco, claro, azougado, de animal silvestre, transpira uma alegria exuberante e ingénua, que virá a trocar-se com o tempo, no findar da adolescência, pela expressão concentrada e definitiva, o aspecto grave e reservado, a fisionomia taciturna, que apresentam, no geral, os timorenses já adultos. Miúdo ainda, é ele quem guarda as hortas paternas, defendendo-as dos macacos e das catatuas. Quando os arrozais pegam a espigar, deixam-no de sol a sol, empoleirado num palanque de estacas de caqueu e cobertura de folhagem, donde afugenta a passarada, agitando as vinte ou trinta cordas estendidas sobre a várzea em todas as direcções e que vêm amarrar ao miradouro do catraio, como se fosse uma central telefónica... É ele também o pegureiro, que, de chibata em punho, conduz às pastagens o gado do casal, e passa o dia ao ar livre, vagueando

nos descampados, a contemplar e a meter na ordem os rebanhos buliçosos dos cabritos, que *retouçam* e cabriolam como doidos, e as manadas de búfalos indolentes, que ruminam o capim fresco e se espojam e rebolam nos atoleiros, afundados em lama até aos *carrolos* monstruosos...

Cresce o garotelho em altura, enrija as formas, cria músculos, toma consciência das coisas que o rodeiam, e treina-se, pelo visto, para o fadário que o espera...

Mas chegam os dias de festança, em que se junta toda a família, a fim de celebrar um estilo, ou o suco se aglomera para receber a autoridade europeia, que calcorria as terras, jornadeando pelo interior, a fiscalizar os caminhos, os viveiros e as plantações. Armam-se arcos nas casas de abrigo.[39] Ressoam os tamboris, os gongos retinem, ecoam as haclalas.[40] As guardas de honra postam-se à espera do branco, desfraldando bandeiras. Dali a pouco, a multidão começa a formar rodas e desencadeia-se o batuque. O pequeno tem, então, a sua hora de trégua e de desforra. A tropo galopo, pela vereda além, um penacho colorido atado na cabeça, ele aí vai, todo pimpão, de gorra com parentes e vizinhos, pronto a imitar os homens e a deslumbrar a arraia-miúda da sua idade, fazendo os seus primeiros ensaios coreográficos. E há realmente que admirá-lo, na destreza com que se desnalga e saracoteia, dentro do círculo das mulheres, sacudindo, nas suas mãos lépidas de bailarino precoce, — à laia das espadas de guerra dos taludos, — duas palmas arrancadas a um coqueiro...

II — A ADOLESCÊNC1A

Para o jovem timorense, a existência vai decorrendo monótona e rotineira, num plagiado servil da vida dos antepassados, copiando ele os actos dos avós, repetindo as palavras dos pais, adoptando-lhes os modismos, os gestos, os tiques e as ideias, e praticando cerimónias cuja origem se perde na densa névoa dum passado multissecular.

Trata os conhecidos ou parentes por *fano ano*, os patrícios por *fibada*, a outra gente por *ana*. O pai e o administrador da circunscrição, ainda são para ele o *Firu-Uato*, «o nosso Deus». Se desobedece à paternidade, se é um filho madraço e repontão, reprimem-no com beliscões, ou castigam-no, pondo-lhe a boca a arder, esfregando-lhe a língua com chili. Mas se por fim o consideram como incorrigível, se a sua rebeldia vai até ao ponto de bater no pai ou na mãe, ou lhes dirige palavrões obscenos, expulsam-no de casa, renegam-no, desamparam-no: o pai, então, solenemente, mete uma pedra dentro dum pano, passa as mãos pelos braços nus como se os limpasse do pó, tira alguns cabelos do seu crânio, e chegando à porta da habitação, deita fora a pedra e os cabelos. Assim amaldiçoado, o moço insubmisso não tem outro remédio, senão ir acolher-se sob o tecto dalgum parente

---

39 Em Timor, chamam-lhes *casas de guarda*. Cada suco tem a sua, para acolher o administrador ou o chefe de posto.

40 Ruidosa vozearia com que os indígenas, em massa, saúdam a autoridade.

ou estranho. Mais tarde, quando o acomete algum achaque, enche-se de terror e ei--lo que torna à casa paterna, a rogar perdão, a oferecer ao autor dos seus dias um búfalo e uma espada. Da autoridade do pai, só se emancipa pelo casamento, ou quando é arrolado para pagar imposto, por volta dos 18 anos.[41]

O rapaz, entretanto, já aprendeu a depilar os sovacos e a barbear-se com uma pinça de bambu, a lâmina afiadíssima de uma faca e um pouco de água. Cabelos no peito, é raro quem os tenha; e esses não se rapam, porque dão sorte e ajudam um homem a ser invulnerável. Quando se realiza um estilo funerário na família — e só nessa conjuntura — o rapaz sofre a sua primeira tatuagem. Com uma agulha ou mesmo com espinhos de piteira, e cinza de carvão dissolvida em meia casca de coco, há sempre um amigo treinado na arte que se presta a picar a pele do próximo com desenhos abundantes e mais ou menos imaginosos: cruzes, corações, flores e peixes, bandeiras cruzadas ou o nome do paciente, e até mesmo o número, se o interessado já foi tropa. É uma operação dolorosa, em que se gastam vários dias, e na qual o sangue que jorra das gravações se estanca às palmadas...

Num recenseamento em Baucau: a primavera dos Timores (1933) …

O indígena gosta de ornamentar-se de tatuagens, cobre com elas os mamilos e os braços, e ainda hoje, por igual vaidade, são númerosos os homens e as mulheres que limam os dentes,[42] empregando o *cadi* — pedra de afiar, com que amolam facas e corrigem catanas, e que vão procurar no leito das ribeiras. Uns aparam a dentuça, estoicamente, até às gengivas, outros talham-na em ponta, e muitos enegrecem-na com o *malotia*, suco de caqueu ou seiva de laranjeira, e com o feijão nativo, esfarelado e ardido. Noutros tempos, furava-se o lóbulo duma das orelhas — geralmente, a esquerda — para nele se enfiar uma arrecada de prata,

---

41 Sendo varão. Porque se for mulher, nunca se emancipa. Da alçada paterna, transfere-se depois para a do marido.

42 *Uassi gui guiire*; de *uassi* dente, e *giire*, limar.

como presentemente ainda se vê entre os habitantes da Campanha, em torno de Roma. Mas, ao contacto com os europeus, essa prática, entre os timorenses, vai caindo em desuso, e agora só os homens de idade se exibem de brincos nas orelhas.

É quase sempre aos dezasseis anos que tem lugar a circuncisão: *ana gui nu hau sei*.[43] A pele mutilada embrulha-se em algodão e guarda-se num saquito de pano encarnado, constituindo um talismã eficacíssimo, que outrora tinha virtudes heróicas. Muitos *assuais* lhe deveram a bravura guerreira de que deram provas em combates encarniçados...

Nessa idade, já o moço timorense colabora nas fainas agrícolas dos pais, nas sementeiras e nas lavras do arroz e do milho, ou se associa com algum vizinho para cultivar uma várzea a meias,[44] ou agenciar a vida de qualquer forma: comprando, por exemplo, búfalos a dez patacas, para ir vendê-los às terras do Loromuno, às regiões cafezeiras do poente, por trinta ou quarenta.[45]

III — OS DESPORTOS TRADICIONAIS

Ao mesmo tempo, o rapaz vai-se exercitando em todos os desportos tradicionais, entrando em competências de força e em disputas de ligeireza com parceiros da sua igualha. Na arte do *tali ana*, a arremessar calhaus à mão ou a fazer zunir frutos de papaia, aquediro e marmeleiro, até grandes distâncias, poucos lhe levam a palma. Sabe matar pássaros com uma forquilha e é perito no jogo da *dala*, divertimento que exige só dois parceiros, cada um deles munido de quatro grãos de milho ou sementes de tamarindo, que, no decorrer da partida, vão deslocando da direita para a esquerda, em catorze pequenas covas abertas no terreno.

Era ainda um pigmeu de palmo e meio, e já delirava pelo *assa safa*.[46] Não descansou enquanto se não viu proprietário de um ou dois galos de combate, que alimenta agora com cuidados especiais, leva consigo para todas as feiras das redondezas e são para ele motivo de orgulho e fonte de receita.

---

[43] *Ana*, órgão sexual masculino; *uli*, pele; *gui*, dele; *hau sei*, cortar.

[44] Nos contratos para o cultivo de sociedade, duma plantação de arroz, o dono do terreno empresta a várzea, o sócio fornece o trabalho e a semente, e ambos dividem entre si as colheitas por igual. Se um homem confia a outro o seu rebanho, metade das crias que nascem pertence ao tratador.

[45] *Loromuno*, palavra tétum generalizada em toda a colónia e que significa: terras onde o sol (*loro*) se põe (*muno*)

[46] Jogo de galo. *Assa nami*, galo; *assa fana*, galinha.

Jogadores de galo, esperando a sua vez (Baucau, 1909)

Os jogos de galo, pelo entusiasmo belicoso que despertam suscitando, por vezes, brigas rancorosas e sangrentas arruaças, estão apenas autorizados nas sedes das circunscrições e dos postos, e por ocasião dos bazares que se realizam, uma vez por semana, em dias diversos para cada um desses centros administrativos.[47] Note-se que o timorense desperdiça, por certo, uma quarta parte da sua vida, a palmilhar as estradas e veredas, para assistir às feiras, as da sua região e as das regiões vizinhas. Algumas há que, pela distância, lhe tomam uma semana e mais: quatro ou cinco dias para a ida, outros tantos para o regresso. O tempo não conta para os indígenas, estes são andarilhos infatigáveis, e os bazares constituem as suas romarias, pretextos para o amor, para o cavaco, para a borracheira e para a jogatina. Larga-se de casa com um cavalo à arreata e quatro abóboras ou dez maçarocas de milho penduradas do flanco do quadrúpede, como justificação da jornada. Suspensos dum pau ou do combro, lá estão o saco das rações e uma panela de barro para cozinhar os víveres. Dali a pouco, já o nosso homem enaipou com um rancho de amigos, onde há cachopas que se mostram acessíveis, e eles aí vão de palestra, ora bifurcados a cavalo,[48] ora a pé, para poupar os bichos, detendo-se aqui e além, numa sombra fresca à beira dum regato, a fim de cozerem o arroz ou dormirem ao ar livre, em camaradagem foliona. Debaixo do braço ou posto ao colo, não falta o galo de combate, nem no saquitel a lâmina acerada que, no começo dos torneios, se

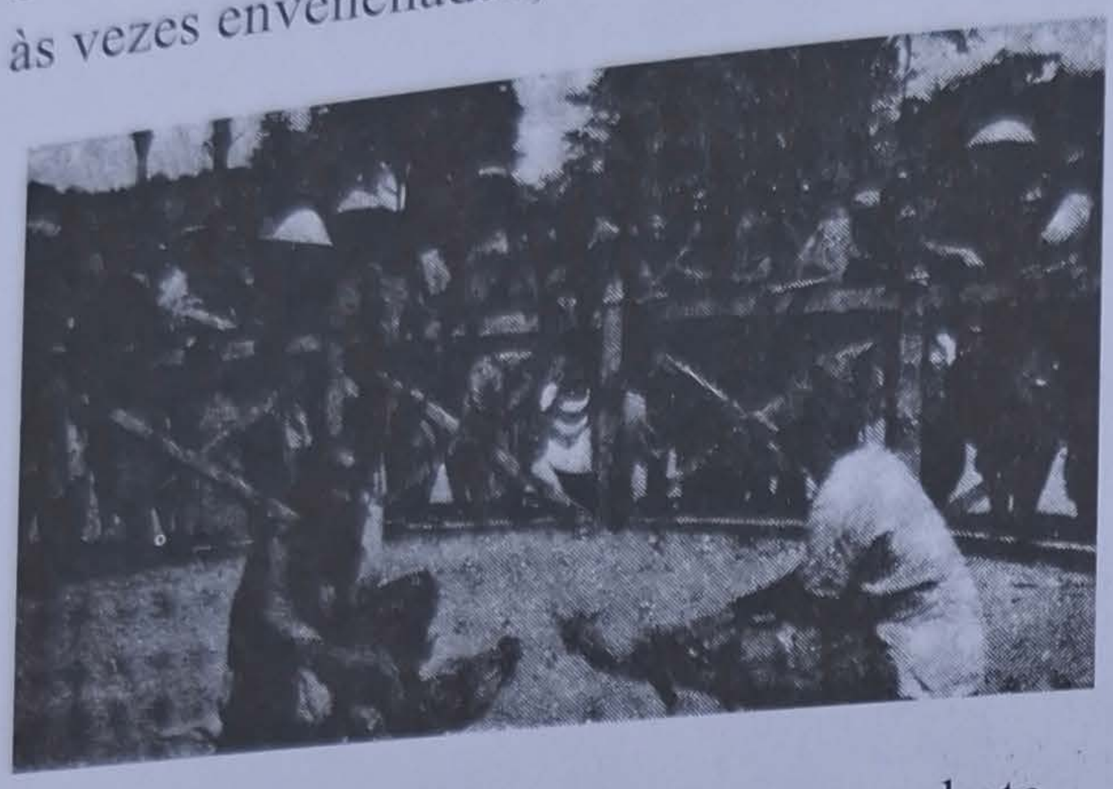
---

[47] Em Baucau, há duas feiras, uma à 5.ª, outra ao Domingo: *bazar caulai* e *bazar berecama*, pequeno e grande.

[48] As mulheres montam de lado, como as nossas antigas amazonas... É raro o timor, dum ou doutro sexo, que não tenha cavalo e não saiba montar.

lhe ata a uma das patas, apetrechando-o para uma peleja renhida, em volta da qual se há de comprimir o povoléu e ferverão as apostas a dinheiro.

Os jogos realizam-se em pleno largo, nas vizinhanças da *tranqueira*[49] da autoridade, e dentro de vedações de alvenaria ou rede de arame, a fim de se evitarem mortes de espectadores entusiastas que se deixavam espetar pelas esporas, às vezes envenenadas, dos combatentes.



Ensaios para o combate … e prontos para a luta

É geralmente depois do meio dia que começa a função, quando se extinguiu a actividade mercantil dos bazares. Antes de se iniciarem as disputas, há já impaciência, vozearia, alvoroço, e um escarcéu de galos que cantam e batem as asas ruidosamente. Os donos empunham-nos, exibem-nos, fazem-lhes o reclamo, e furam com eles por entre a gentana, para que todos os vejam, lhes aquilatem o valor e nenhum deles resista à tentação de apostar nas pugnas de que eles serão os heróis. Os galos são colocados aos pares em frente uns dos outros, em ensaios que se repetem, variando de figurantes: experimenta-se a têmpera aguerrida de que eles dão logo mostras, enristando a crista, ouriçando as penas e desatando às bicaradas. Combinados por fim os parceiros para cada uma das rixas que se vão travar, o burburinho aumenta, formulam-se opiniões ansiosas, o público apinha-se ainda mais, a esportular-se com as apostas, e ouvem-se bater as moedas contra as pedras, a ver se elas são ou não genuínas.[50] Já de cócoras no meio do cercado, os donos dos contendores cofiam as penas dos palmípedes, ajustam-lhes as lâminas, aproximam-nos a desafiá-los, provocam-nos com palavras rascantes de incitamento, até que por fim os soltam, e o combate começa, ao som do berreiro de comentários do populacho. Os galos, primeiro, hesitam, ficam a medir-se, escolhem posição, depois avançam e atacam-se pela frente e pelos lados, agridem-se com os bicos e com os esporões, saltam, voam, tomam outra vez balanço, e projectam-se em novas e mais certeiras e furiosas acometidas. Da coxa dum dos beligerantes já o sangue

---

[49] *Tranqueiras* (*cota*), se chama ainda às residências dos administradores e chefes de postos, apesar de haver já muitas sem os muros abaluartados que outrora as envolviam a todas.

[50] Timor está inundado de moeda falsa, sobretudo desde 1929. É o quebra-cabeças dos cobradores de imposto e a aflição dos indígenas, e um problema que tem de ser solucionado sem mais delongas.

esparrinha. O outro, aos pinotes, não o larga. Atira-se-lhe para cima, cavalga-o, procura achatá-lo contra o terreno, o seu bico, raivoso, remexe-se a arrancar-lhe um olho, a lâmina esfarrapa-lhe o ventre. Em vão, o rival procura defender-se. Dali a instantes, quando consegue desenvencilhar-se, é para bater precipitadamente em retirada, indo agonizar contra a rede da vedação. O galo vitorioso planta-se no centro da pista, apruma o pescoço e ergue o seu canto apoteótico de triunfo... A assistência, enfrenesiada pelas sensações fortes do jogo, parece agora atacada de loucura. Há pulos desvairados, gritos selvagens de alegria, discussões azedas levantadas por alguns que não souberam prever o desfecho da pendência, e que se vêem agora falhados nos seus cálculos e defraudados nos seus ricos cabedais.[51]

*

Outro dos prazeres favoritos do indígena são as caçadas ao veado, mas estas, pelas restrições da autoridade, deixaram de ter a concorrência e de revestir a grandeza espectaculosa que ainda não perderam noutras partes da colónia. As montarias eram feitas a pé, como em Viqueque e Manu-Fahi, ou a cavalo, em pêlo e em corridas vertiginosas, como em Cova Lima e Batugadé, e davam lugar a queimadas devastadoras, ateadas em círculos para acossarem e envolverem os cornúpetos, obrigando-os a que se esgueirassem por certas passagens, onde os recebiam à zagaiada. Pegava-se fogo às massas compactas de capim, seco no estio e às vezes mais alto que um homem, e o lume depois propagava-se, devorava árvores, lambia e esbrazeava tudo quanto encontrava pela frente, pontes, postes telefónicos, casas e rezes surpreendidas no pascido. Os cães espalhavam-se em matilhas, farejando o rastro dos veados, e mal os encontravam, a salvarem-se por uma brecha, atiravam-se-lhes aos testículos, fincando-lhes bem as dentuças, penduravam-se, deixavam-se ir suspensos entre as pernas do animal que galopava, alucinado de dor e de pânico, e iam-nos rasgando implacavelmente, até que eles fossem tombar, esvaídos em sangue, esperando que uma azagaia os acabasse de vez.[52]

*

O jogo de pé (*tas' ehele*), é também dos que entusiasmam o timorense de Baucau, embora seja uma diversão mais frequente na contracosta. Cada jogador, acolitado por uma espécie de *manager*, encarregado de lhe insuflar coragem, procura atingir com o pé direito o sovaco ou o pescoço do adversário e fazê-lo

---

[51] A fuga dum galo, mesmo vencedor, ante o adversário, vale como um sinal de rendição. Quando um timorense vê o seu galo fraquejar, intervêm, sob pretexto de lhe concertar a lâmina, que diz desapertada, mas, de facto, para lhe deixar tomar fôlego Uma perna do galo vencido é para «o comandante do quartel» (em Bobonaro, para os soldados do esquadrão), e por cada jogo pagam os organizadores uma taxa de vinte ávos, que entra nos cofres das Administrações locais.

[52] Os veados que mais se cobiçam são os de nove pontas. No geral, têm seis. Em certas circunscrições, perdura o hábito de se oferecer uma perna ou um veado inteiro ao Administrador. Este é sempre convidado, e se não quer ser tido por sovina, obsequeia os monteiros com latas de canipa (álcool misturado com água).

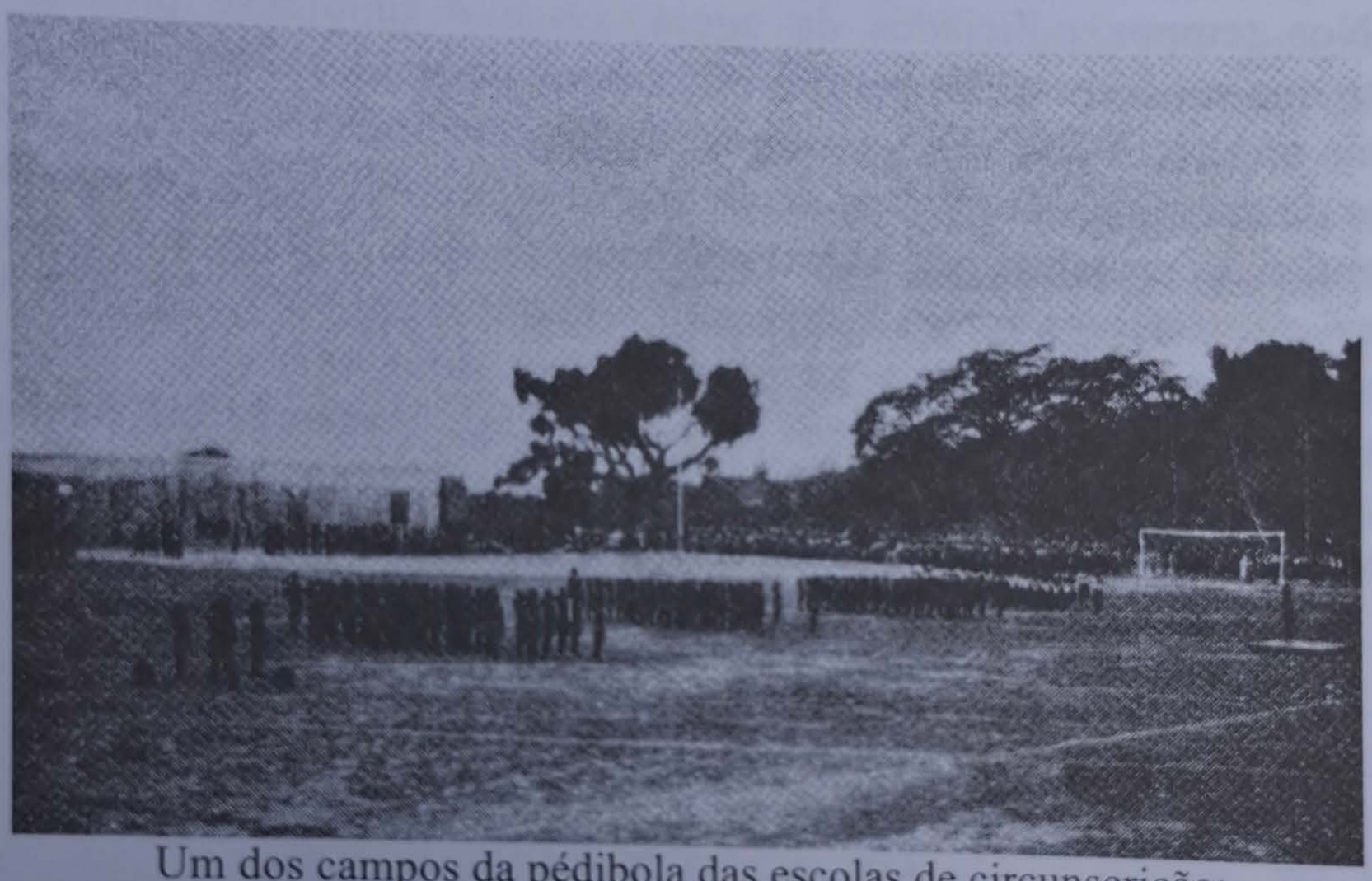
baquear. A defesa consiste em prevenir-lhe o golpe, agarrar-lhe a perna e obrigá-lo a trambolhar de costas.

O *tali rei*, sem deixar de ser uma prova desportiva, apresenta já características de rito propiciatório. Na época das chuvas, em noites de lua, certos sucos, como, por exemplo, os de Bucoli e Ira-Ufa, ligados por um convénio tradicional, reúnem-se para se disputarem em luta de tracção, realizada com uma corda rústica, feita de alguma das raízes aéreas, tão abundantes na flora timorense, e de que os indígenas se servem para arrasto de pedras ou reboque de troncos. Este jogo obedece à necessidade de provocar a queda das chuvas, quando estas se atrasam com prejuízo das sementeiras de milho já, então, terminadas. Mulheres, homens e crianças despicam-se em canções alusivas à chuva e repetem a luta em três ou quatro noites seguidas. Se a chuva se decide a fertilizar as plantações, abatem-se alguns carneiros e os dois sucos fraternizam em ruidoso festim. A corda é depois levada e guardada pelo suco vitorioso, e fica na posse deste até que no ano seguinte apareça o vencido a desafiá-lo.

O jogo do pé

O *arabau bani* era um simulacro de combate, onde não raro acontecia os jogadores se exaltarem, racharem a cabeça uns aos outros, e remeterem alguns dentre eles para o cemitério. Ainda há bem poucos anos se realizava entre as gentes de Leque-Loi-Uato e de Caicido, e duma das vezes teve o comandante em pessoa de ir pôr termo à sanha das guerrilhas. Quando sucedia, num curral único, morrerem de doença três ou quatro búfalos dentro de vinte e quatro horas, o dono esquartejava um desses animais, arrancava-lhe a língua, o rabo, o coração e o fígado, e punha tudo isto a secar. E vindo a lua nova, convidava vinte ou trinta pessoas das suas relações, cozinhava aqueles fragmentos duma das vítimas,

juntamente com um frango branco, e oferecia-os ao *faluno*.[53] Depois, tanto o dono da manada como os convidados apetrechavam-se com frutos de marmeleiro, aquediro, mangueira, e até pedras, e dirigiam-se, com os búfalos restantes do rebanho, para junto duma poça alargada num cano de rega. À frente da represa erguia-se um arco de folhas de coqueiro e por baixo deste acendia-se uma fogueira com bocados de bambu. Os homens dispunham-se então em duas alas, e os búfalos eram obrigados a passar entre elas, a saltar sobre o lume e a cair na água. Assim se esconjurava a moléstia; o que se não fazia sem grossa balbúrdia. Para forçar os animais a avançar, era preciso aplicar-lhes pancada brava. Os bambus estalavam ruidosamente e os circunstantes enrouqueciam, estrondeando *haclalas*. Era nessa altura que, numa eminência sobranceira à ravina, assomava um troço de homens do outro suco e entravam a cruzar-se os projécteis. Esqueciam-se os búfalos, e procurava-se oferecer resistência ao inimigo, escalando-lhe a colina, perseguindo-o, desalojando-o, pondo-o por fim em debandada.



Um dos campos da pédibola das escolas de circunscrição:
Ao fundo, um dos quatro edifícios anexos à escola de Baucau (1933).

---

[53] Se os carneiros adoecem, mete-se uma pedra sagrada (*teli*) ou os dentes dum avô, numa vasilha cheia de água, e asperge-se com esta os animais.
Quando um arrozal é devastado pelos ratos, os quais pululam em toda a circunscrição e chegam a devorar um terço das colheitas, o dono da várzea, se é da beira-mar, fabrica um *beiro* miniatural põe-lhe velas e carrega-o com bambus, contendo cada um rato vivo, que previamente caçou na plantação, um bocado de arroz e uma posta de carne, de cabrito ou galinha. Leva, depois, o beiro para a praia, espera viração favorável, e metendo-lhe a proa na direcção da ilha holandesa, vizinha, de Quissar, deita-o ao mar, dizendo aos ratos que o deixem em paz e vão roer para a terra dos outros... Às vezes a cerimónia é celebrada pelo sacerdote gentílico que pronuncia umas frases mágicas, oferecendo o arroz e a carne ao *faluno*. O *beiro* é feito dum tronco escavado, como as pirogas africanas.

IV — AS GUERRAS DE OUTRORA

O Timorense anda sempre de catana à ilharga, trazendo-a pendurada do ombro e servindo-se dela como dum instrumento de aplicação universal: serve-lhe para cavar, para cortar árvores, para limpar e colher as plantações, para sangrar búfalos, para aparar calos e até para cortar cabeças. As guerras acabaram, mas o indígena não perdeu o amor pelas armas bélicas, com que outrora dava expansão ao seu instinto de aventura e à sua ânsia de pilhagem. Ainda hoje manobra a azagaia (*oro*) com segurança e é hábil no emprego do *gúgú*: canudo colhido nos bambuais bravios, e dentro do qual há uma fibra também de bambu, terminada numa ponta por um ferro pontiagudo, e na outra por um feixe de penas de galinha. Sopra-se do lado das penas, e a seta parte, veloz, atingindo, se o atirador é de bom fôlego, cerca de duzentos metros de distancia. Com ela se incendeiam casas, se matam aves em pleno voo e se derrubavam adversários nas guerras de antanho.

Nos tempos policiados de agora, vê-se o timorense privado do prazer violento que encontrava nas guerras civis, as quais eram, em outras épocas, o maior e o mais completo dos seus desportos, o mais inebriante e glorificador. A guerra fazia-se de surpresa, sem prévia declaração, e o seu objectivo era apanhar cabeças ao inimigo, decepando-as e trazendo-as como troféus, juntamente com mulheres e crianças, que se caçavam para fazer delas escravas ou vendè-las por bom preço. Pegava-se lume às povoações, saqueavam-se os milheirais e os campos de arroz, aprisionavam-se as manadas que o adversário, à pressa, encurralara na sua tranqueira de pedra solta. A guerra fornecia, como se vê, bastos motivos de honra e de proveito...

O administrador (Pinto Corrêa) e o régulo de Baucau

Quando o régulo, ofendido com alguma afronta ou tentado pela ideia voluptuosa das razias, achava que era o momento de desencadear a guerra, mandava convocar o seu povo, fazendo ecoar pelos montes o seu tambor de estilo, o *títi*, de poderosa ressonância. A multidão era acolhida por um bodo grandioso, em

que se distribuíam carne de búfalo e frangos em barda, e a ninguém faltava um amarrado de betel e areca. O sacerdote gentílico alçava então, uma panela de água benta, atirava sete patadas ao solo, mascava a sua areca e o seu bétel, e sete vezes tomava um bochecho de água, com que depois aspergia os combatentes, para torna-los invulneráveis. Em seguida, com a pedra sacrossanta ao pescoço (*buisole*), uma espécie de espanador na mão (*cabora*), e um alto penacho na cabeça (*manu lai*) — os chefes de guerra colocavam-se à frente dos arraiais armados com um arsenal de flechas, azagaias e espingardas de pederneira, e rompiam com eles a marcha, conduzindo os para os assaltos e as emboscadas de que se formava toda a campanha.

Durante a guerra, era vedado às tropas comer bananas, e no se iniciava combate algum sem se degolar um frango ou um cachorro, no meio dos arraiais alinhados em círculo e atenazados de presságios. Se, ao terminar a agonia, o animal ficava com a cabeça dirigida ao inimigo, adiavam-se as hostilidades, até que nova experiência e uma consulta minuciosa, exercida sobre o fígado doutro cachorro ou doutro galo sacrificado, indicassem melhores agouros.[54] O timorense, quando expunha a sua vida, gostava de marchar pelo seguro...

Terminado um combate, eram as cabeças dos inimigos transportadas até ao local onde se encontrasse o régulo. Os arraiais dispunham-se em torno, numa grande circunferência, os crânios, ainda gotejantes, iam para o meio, e primeiro, o régulo, depois os guerreiros, varejavam-nos de pontapés, as mulheres esfregavam com elas as virilhas, e toda a gente se espolinhava em saltos de macacos, rugindo estrondosas ha*claias,* numa trovoada ensurdecedora... Acabava-se pelo cântico do Loroçá,[55] cântico litúrgico de guerra, que era defeso entoar noutras conjunturas.

---

[54] Cada suco, paralelamente aos seus chefes políticos, orgulhava-se de possuir um ou mais cabos de guerra (*assuais*), muito considerados por terem dado provas de heroicidade e de inteligencia táctica, por haverem cortado um número invulgar de cabeças, em velhas guerras, ou por descenderem desses herois famigerados. O cargo era também hereditário.

[55] *Loroçá*, palavra tétum: nascer (*çá*) do sol (*loro*). As terras do Loroçá são as de leste, O corte de cabeças e os pontapés subsequentes constituem práticas quáse litúrgicas, de que impossível é privar o indígena, quando combate. Filomeno da Câmara, o grande governador — tão grande que, sob certos aspectos, mostrou envergadura maior e uma acção criadora mais útil e profunda que a de Celestino da Silva — viu-se forçado a permitir a degola dos insurrectos e mesmo a desfechar o piparote inicial nas danças de guerra, apesar das censuras dos intrigantes maçónicos e das fotografias intencionais do Pré. Laranjeira. Filomeno justificava-se com a certeza de que, a não proceder assim, lhe desertariam os arraiais fiéis, com quem de começo, quase exclusivamente, pòde a tenaz vontade e a flama patriótica do ilustre governador deter a maior revolta que se deflagrou na colónia a de 1912. Sem Filomeno da Câmara, Timor não seria hoje português.
Acrescente-se que ainda em 1926, quando após o motim sangrento dos chinas de Aileu, se tornou necessário, pela insuficiência crónica da guarnição, convocar de novo os arraiais, para uma longa, perigosa e movimentada caçada aos assassinos, os reinos indígenas afluiram em turbas compactas, mas preguntaram logo: *Pode-se cortar cabeça?* Era a sua única preocupação...

Composta numa linguagem confusa, misteriosa, enxertada de vocábulos de idiomas vários, como so a maior parte das canções rituais de Timor, eis a letra do Loroçá, segundo a versão cantada nas regiões de Leste:

Ai belo tula mai,
Au simo fali.
Au belo tula mai,
Au nola fali!

Bai fila lega bou,
Bai fila bâte fêri.

Bui saca sala sai,
Bui sala sai!
Mau saca sala sai,
Mau sala sai!

Bere lico tei tole,
Mano tei tole.
Bere lico badaen,
Nano badaen.

Bua cura lêlo du,
Hote lêlo du.
Maio diquen lelo sai,
Hôte lelo sai.

Au bêlo du rai,
Au du!
Au bêlo saè lélo,
Au sae!

Au bei nona tane lima,
Sérô an-cairó.
Cova Lima,
Mai seró!

Açuc-amam cai leu,
Ida simo fali!
Manuc-aman cai leu,
Ida casso fali! [56]

[56] Essa letra foi-me transmitida pelos maiorais de Baucau, depois de um deles ir a Laleia conferi-la e rectificá-la com os chefes daquele posto de Manatuto, a fim de ser ensaiada para as festas da Exposição industrial pecuária e agrícola, pró-escolar, que realizei em 1930. Desde a ultima revolta (1912), que o *Loroçá* não voltara a ser exibido, e houve mesmo prudentes conselheiros que receiaram não fosse o canto remexer ideias sedimentares, até então jacentes no fundo da psicologia indígena... Não desisti, porque tinha uma confiança quase absoluta na disciplina e no portuguesismo da gente que administrava.

No relatório dum oficial que assistiu em 1893 a uma dessas solenidades bárbaras, por ocasião duma das três campanhas movidas contra a rebeldia contumaz dos montanheses de Mate Bíam, na circunscrição de Baucau, encontra-se a seguinte, interessante narrativa:

«A cabeça do decapitado vem dependurada pelos cabelos na mão do *assuai* (valentão) que a cortou, o qual, à frente da força a que pertence, brandindo a espada com a mão direita e segurando ainda a espingarda na mão esquerda, vai saltando, fazendo mil trejeitos e carantonhas, acompanhados de estrepitosos gritos, que todo o arraial repete, até à tenda do seu chefe, onde este, se o não acompanhou ao fogo, já o espera de pé. Aí, o *assuai* e seus companheiros de combate, formam em círculo, sendo a cabeça arremessada para o centro e até aos pés do chefe, o qual lhe dá um pontapé. Esta cena é repetida por todos os que formam o círculo, fazendo girar essa parte do corpo humano como se fora uma pela, passando depois a cantar e a dançar o *loroçá*. Acabada esta cerimónia, levam a cabeça para junto da água e passam a limpá-la, cortando algum pedaço de carne já semi-solto e extraindo-lhe o encéfalo pelo buraco occipital, pondo-a depois a secar no acampamento ao fumo da fogueira, que para esse efeito acendem. Diariamente, o *assuai* vai pôr-lhe defronte um bocado de comida e masca (bétel e areca), fazendo de conta que é mais um membro da sua família, a quem por isso tem de sustentar. Ainda quando recolhem ao reino, há novos estilos para entrar a cabeça na povoação, onde é recebida com batuque. Nesta ocasião, o chefe é obrigado a condecorar o *assuai* com uma rodela de ouro, a que chamam *lua*».[57]

Moradores mobilizados (guerra de 1912).

[57] Alferes Acácio Flores — *Guerra de Matebiam e Quelecai* — Macau, 1894.

V — PACTOS DE ALIANÇA

Como sobrevivência das antigas guerras, ainda hoje sucos há que se mantém ligados por alianças tradicionais (*dá sau*), seladas em tempos remotos por juramentos de sangue. Estes ainda se praticam, embora com intenção pacífica, e em 1929 tive conhecimento dum deles, celebrado entre os chefes de Bahamori e de Uai Bobo, que assim se conchavaram para interdizer os roubos de gados entre os seus povos limítrofes, um de Baucau, outro de Viqueque.

É em virtude de idênticas alianças, de cujos autores já se perdeu a memória, que um homem de Samalari (suco de Bahú), pode insultar outro de Maca Dai, e vice-versa, sem que o injuriado se considere no direito de se desagravar, agredindo ou queixando-se do ofensor. O mesmo sucede entre a gente de Uani-Uma e a de Maubara, aquela de Baucau, esta da circunscrição distante, de Liquiçá, e cujos chefes há séculos se aliaram em Lifau; e entre as de Tirilolo e Liquiçá, e as de Bucoli e Maca-Dai. O respeito por esses pactos de datas imemoráveis é levado às últimas consequências. Antes de eu administrar Baucau, havia certo alferes de 2.ª linha, «carta patente»[58] do suco de Maca-Dai, que se permitia crivar de injúrias, em público e em pleno bazar da vila, o coronel D. Alexandre, de Berecoli, descendente de antigos reis. Alvejava-o de doestos sangrentos: «cabeça de gatunos, feiticeiro», e outros de igual sabor.

Se os búfalos dum indígena irrompe na várzea doutro homem que pertença a suco aliado, e lhe danificam o arroz, não pode a vítima recorrer à justiça da autoridade, e têm os dois de se entender à boa paz sobre o volume do gravame e o cômputo da indemnização. Marotos há que se aproveitam impunemente dessas circunstâncias, para darem largas do seu espírito de brejeirice: vêem, por exemplo, uma rapariga a banhar-se dentro dum canal, aproximam-se, sorrateiros, deitam-lhe a mão aos panos que deixou na margem, e põem-se de longe a vaiá-la de caçoada, desfrutando-lhes a cólera impotente e obrigando a moça a tornar a casa, levando sobre o corpo, empapado, o curto pano com que se lavou...

Faziam-se os juramentos de sangue, picando os dedos mínimos direitos dos contratantes, e numa casca de coco misturava-se o sangue vertido, com canipa, e, bebendo depois ambos pela mesma taça rústica, tomavam o compromisso, por eles e pelas gerações vindouras, de se conservarem unidos e solidários, quer na paz, quer na guerra.[59] Em Venilale, a mistura era feita com tuaca e completada por quatro ou seis pêlos das sobrancelhas dos dois pactuantes, e o sangue, extraía-o o sacerdote gentílico dos braços direitos de ambos. Invocava-se Deus, pedindo-lhe

---

[58] «Cartas patentes», são os títulos que o Governador assina, concedendo graus militares aos maiorais indígenas.

[59] Na campanha de 1912, para evitar a fuga e a passagem para o campo dos rebeldes, dos arraiais que trazia sob as suas ordens, recorreu o alferes Francisco Costa ao expediente eficaz do juramento de sangue, que celebrou com os chefes indígenas. Os glóbulos igualmente rubros do europeu e do timorense, confundiram-se no mesmo copo, pelo qual beberam os representantes das duas raças, naquela hora trágica para a soberania portuguesa em Timor.

que matasse o que primeiro infringisse o juramento, e se este fora precedido por algum conflito, mandava a praxe que bebesse primeiro o que provocara o desaguisado.[60]

VI— AS CASTAS SOCIAIS

Embora a nossa colonização houvesse fechado o ciclo nas guerras civis e terminado, implicitamente, com a escravatura, que essas guerras alimentavam, ainda hoje sobrevive o regime de castas e a população continua a dividir-se em descendentes de nobres, de homens livres e de escravos: *uae* ou *aram, raha* ou *fogo*, e *lihi*, *ano* ou *daelafo*. Não é raro um homem ou mulher do povo ou da aristocracia, quando se exalta e se excede em descomposturas, atirar à cara a palavra *lihi* ou a de *daelafo*, a um filho ou neto de escravos. Os *daelafo* eram os prisioneiros de guerra; os *lihi*, os escravos obtidos por compra.

Recebi várias queixas por injúrias dessa categoria, com as quais os queixosos se declaravam profundamente envergonhados, por lhes recordarem ascendências que ainda se têm por desonrosas.[61]

Antigamente era costume dos chefes venderem, além dos cativos de guerra, os próprios indígenas das suas aldeias, quando vadios relapsos ou criminosos impossibilitados, por carência de meios, de satisfazerem as multas em que tinham sido condenados. Venderam-se assim muitos homens livres de Baucau para as plantações de nós moscada da ilha, hoje holandesa, de Banda. O régulo actual da ilha de Leti, que visitou aquela circunscrição em 1932, tinha por avô um dos exemplares de certo contingente de escravos, que o suco de Buruma trocara, em velhos tempos, por um carregamento de pólvora.

Mas, tanto em Baucau como naquelas ilhas, nunca a escravatura assumiu o carácter desumano que teve noutras paragens. O escravo era tratado como filho ou irmão, e, à falta de sucessores directos, recaía sobre ele a herança da fortuna ou do cargo do dono. À terceira ou quarta geração, o descendente dum escravo já se confundia com a família a que estava adstrito.

O preço dum escravo variava, outrora, entre dez búfalos, sendo fêmea, e cinco búfalos, uma espada e uma espingarda, se fosse varão. Quando roubados no

---

60 Venilale é um dos postos da circunscrição de Baucau. Até 1934, esta contava seis postos administrativos: Vemassim, Venilale, Laga, Laivai, Quelicai e Baaguia; e um posto agrícola, o da Mate Biam, criado por mim.

61 Os insultos mais vexatórios que um indígena pode dirigir a outro, são os de feiticeiro e escravo (*sabalae* e *daelafo*). Há mulheres que chegam a suicidar-se, quando outras, em colisões de bilhardice ou de ciúmes, lhes lembram que não passam de herdeiras de escravos, incapazes de se nivelarem, pelo casamento, com famílias que foram sempre de gente livre. O timorense põe termo à vida com uma certa desenvoltura. Durante a minha estada em Baucau, tive conhecimento de vários casos dessa natureza, suscitados por motivos, no geral, fúteis. Entre eles, houve o de um velho já caquético que se enforcou numa árvore, e o de um garotito de quatorze anos que espetou uma faca no *piloro*, simplesmente por um tio o acusar dum roubo de meia dúzia de frutos.

tempo de paz, em miúdos e em reinos afastados, chegavam a mercar-se pela bagatela de uma espingarda e um cavalo.

Podiam barlaquear-se, os escravos, mas o dono é que negociava e custeava o casamento, comprando a noiva, se, consoante a praxe, era também escrava, por uma azagaia, uma espada e um búfalo. Hoje, no dote, uma descendente de escravos não se diferencia da de qualquer homem livre.[62]

Um morador e uma mulher, ambos de Baucau (1909)

VII—OS CHEFES

Com o andar do tempo, vão desaparecendo as velhas instituições tradicionais, as castas vão-se nivelando, a hierarquia indígena desmantela-se, e os chefes perdem o respeito e os tributos que mereciam e exigiam dos plebeus. Há vinte anos, não havia nenhum que se atrevesse a sentar-se ao lado dum maioral, e desconhecia-se a promiscuidade com que hoje uns e outros se misturam, a conversar, a mascar ou a jogar. Já não abundam os chefes que mantêm o orgulho da sua *gerarquia*, que defendem o seu prestígio e obrigam os inferiores a guardar as distâncias.

---

[62] Durante cinco anos e dois meses em que exerci a administração da circunscrição de Baucau, vi-me obrigado a punir dois crimes de escravatura: uma criança roubada em Laleia a uns viandantes do centro da colóna e depois vendida a um chefe de suco; e um homem foragido de Manu-Fahi, que. para escapar à cadeia, se entregou a um chefe de povoação, comprometendo-se a servi-lo toda a vida apenas a troco de comedorias.

Eram os plebeus, — os «carregadores», «auxiliares», «soldados» ou «cuda reinos» — como se diz em português de Timor,[63] — quem se subscrevia para as despesas do casamento da primeira mulher do chefe, (a *tufurai ina uai*), quem se esportulava com o preço dela, quem concorria com a importância da «carta patente», e contribuía com os búfalos imolados nas festas[64] nas quais se celebrava a concessão dos títulos honoríficos expressos e chancelados nessas cartas.[65] Eram eles, igualmente, que lhe prestavam trabalho gratuito, sendo obrigados a guardar-lhe e a levar-lhe os rebanhos à pastagem, a arrotear, limpar, semear e colher as suas plantações, a fornecer-lhe ordenanças, uma das quais destinada a garantir-lhe a ração diária de tuaca, e a presenteá-lo com rezes e outros víveres, para alimentação do régulo e da comitiva, nas digressões pela área da sua jurisdição.[66]

---

63 «*Cuda*», em tétum, cavalo. *Cuda reino*, cavalo do reino, cavalo escalado para serviço público, afim de servir de montada, nos locais de muda, às autoridades, quando percorrem o interior.

64 Em começos de 1934, gastou o tenente-coronel de Berecoli nada menos de cinco contos, quando foi promovido pelo governo da colónia sob proposta minha.
A aclamação do régulo, feita pelo «cabo do reino», dava sempre lugar a uma festa aparatosa. O novo chefe repoltreava-se num lantém, lavavam-lhe as mãos e os pés, todo o povo desfilava a beijar-lhe a mão direita, e os escravos estiraçavam-se no chão, para ele colocar-lhes os pés sobre o dorso. Às vezes ofereciam-lhe um banco prateado e deixavam dinheiro num açafate, perto do homenageado. Um régulo nunca podia ser servido por mulheres do povo. Assim sucede ainda em Quissar. Em Baucau era as nobres de Bucoli, os seus fámulos de mesa. Quando nascia um filho de régulo, o sacerdote gentilico, (em tétum, *nai lúlic*), tirava masca da boca e punha.a na testa (*cuta*) da criança, para que fosse inteligente e governasse com acerto. Quando se enterravam, consultavam-se os *faluno*, para se escolher o criado e a criada que deviam ser mortos e sepultados com eles juntamente com um arreio de cavalo, que se ia buscar à casa sagrada. Os verdadeiros régulos do Timor Português eram de Suai-Came-nassa. Constou-me que o actual régulo de Suai só escrevia em língua macassai. A sua casa sagrada e o sítio em que ele vive, têm o nome de Behali — a marcar a origem da sua familia, que era da casa real de Uai Hali, no Timor Holandês. Os filhos, que são caixeiros em Díli e vestem à europeia, envergam a lipa sempre que o visitam. O régulo de Ossurôa, Paulo, e o tenente-coronel de Fatumaca de Baixo, descendem de avós de Larantuca, emigrados para Oe Kussi. Ainda hoje o régulo de Ossu beija a mão de D. Lourenço, régulo de Luca.

65 A esses víveres, que, em português de Timor, se chamam gastos, dava-se, em macassai, o nome de tali ma gui haana cabareci «corda para a boca do cabrito». Era com eles que se sustentavam os comandantes europeus, quando se deslocavam nas terras que administravam. O Governador Celestino proibiu a recepção dessas ofertas.

66 *Rata bada*, são os parentes do chefe.

Chefes do enclave de Oé-Kussi

Ainda agora, quando se quer designar os homens do povo, chamam-se-lhes *rata fogo*, a gente do chefe.[67] Era proibido olhar-se os régulos cara a cara, e se alguém da plebe se dirigia ao seu *rata*, tirava, se os tinha, o penacho ou o pente. E avançava para ele, de tronco flectido, quase ajoelhado, as duas mãos segurando um lenço, que beijava depois de ter tocado na destra do magnate. Em seguida, cruzava os braços sobre os mamilos, em sinal de respeito submisso e inerme. Se se demorava defronte do chefe, agachava-se sobre os calcanhares, como é costume ainda dos indígenas das colónias holandesas, quando se detêm diante das autoridades.[68] Caso fosse a cavalo, apeava-se, se o topava no caminho; se ia a pé, fugia para longe, afim de não afrontar os olhos do *rata* com a sua presença miseranda; ou se era já tarde para essa retirada, arredava-se para o lado e postava-se à margem da vereda, mas de forma que desse a direita ao ilustre personagem.

Presentemente, essas deferências usam-se com chefes cada vez mais raros, e — aparte o beija-lenço, que já não encontrei nas regiões de Leste, a não ser numa

---

[67] Ainda encontrei em Baucau um chefe de antigo modelo, o de Defa-Uace, que falava comigo sempre de cabeça vergada, olhos cravados no chão, e censurava a ousadia irrespeitosa (sic) dos que me encaravam olhos-nos-olhos, como, de resto, eu exigia a todos, proibindo tenazmente as curvaturas de espinha, os olhares humildes, o simulacro do beija-mão e os braços cruzados, com que tratam as autoridades, nas outras partes da colónia, segundo costumes de velha data. Em Fevereiro dc 1934, por alvitre meu, dirigiu a R.S.A.C.,de Dili, a todas as circunscrições, uma nota circular, interdizendo o beija-mão aos Governadores, prática que ainda se conservava no centro e oeste do nosso Timor.

[68] A este propósito, cite se o comentário de Henrique Fauconnier: «Em Java, os indígenas, se querem falar convosco, têm de se assentar. É que um homem sentado precisa de mais tempo que um homem de pé, para sacar do *kriss* (punhal malaio) e espetá-lo no vosso ventre, Eis a razão desse hábito singular, que os Holandeses conservam com tanto cuidado». (La Malaisie, pág. 184).

reduzida minoria, e a flexão do busto, que consegui também fazer desaparecer no território de Baucau — reservam-se elas quase exclusivamente para as autoridades europeias.

VIII — DIREITO PENAL

A decadência do prestígio dos chefes deve-se em grande parte à alienação do poder judicial que exerciam sobre as populações e que agora se acha concentrado nas mãos dos administradores brancos.

Cada régulo era ajudado, na sua governança, por três maiorais: o *parlamento*, que se encarregava de percorrer as aldeias a cobrar as *fintas*, de que uma parte se destinava ao Estado e outra ficava no bolso do régulo; o *major*, que fazia de juiz, dando audiências e proferindo sentenças em nome do grande *rata*; e o *cabo do reino*, que participava das atribuições de ambos e os substituía no seu impedimento.

Os julgamentos caracterizavam-se, afinal, pela venalidade peculiar dos timorenses. Não só as testemunhas se deixavam, como nos nossos tempos, fretar pelos litigantes; mas o queixoso tinha de pagar, de entrada, o «despertar do régulo», o *rata hau tane*, com um búfalo ou um porco, e 150 grãos de mutiçala ou um par de brincos, se a questão movia interesse de monta.[69] O régulo não se dignava assistir às inquirições e debates: conservava-se dentro de casa, ali perto, amodorrado num lantém, onde o ia consultar o magistrado, antes de lavrar o *veridictum*...

O regíme penal indígena cifrava-se quase por completo em indemnizações.

Punia-se um crime de assassínio com a indemnização de 150 grãos de mutiçala e uma cabeça de gado bufalino. Caso não fosse paga, atribuía-se aos irmãos da vítima o direito de suprimirem o criminoso. Para o adultério, a reparação

---

[69] A venalidade dos chefes indígenas é quase incurável. Contam-se as excepções. Um posto administrativo que se confia a um timorense, transforma-se logo em fonte de receita pessoal. «Todo o timor se vende por um cabrito», costuma dizer o velho régulo Moisés, do Remexio (Aileu). Em 1930, foi exonerado um maioral indígena, de chefe do posto de Metinaro, e em 1933, outro do de Laleia, (ambos em Manatuto), por se verificar que este impunha multas de cabritos, com que se locupletava, e aquele julgava querelas de indígenas, obrigando-os a pagar, de começo, o cabrito, e no fim, o «cerrar da porta», conforme as tradições dos régulos. Uma autoridade indígena pode ser inteligente e trabalhadora, mas raramente consegue ser honesta. Luís Vignon, professor da Escola Colonial de Paris, no seu *Un programme de politique coloniale*, é de opinião que se não deve entregar aos nativos quaiquer funções administrativas. E reforça o seu juizo, transcrevendo uma apreciação do sinólogo holandês. De Groot:

«No espirito dos Amarelos, o sistema autocrático não exige que o governo, os seus funcionários, prestem serviços gratuitarnente. Reclamar a intervenção dos mandarins é uma indiscrição, senão um erro, pois que os usos tradicionais querem que os membros duma família regulem entre si as suas desavenças, ou as duas partes se dirijam ao conselho dos notáveis da comuna. Assim, para incomodar os mandarins, é preciso pagar-se-lhes; e o que pagar mal, será mal servido.

consistia em 60 grãos ou 5 panos, caso o amante fosse pobre, ou 200 a 300 grãos, se rico fosse, ou uma espada, azagaia e um búfalo, se parente *omarahe*, ou uma espada, se do ramo familiar dos *tufumata*. Na hipótese, rara afinal, de a adúltera ser consorte de régulo, condenava-se o criminoso à morte. Nas outras circunstâncias, e quando o delinquente não podia ou não queria pagar a indemnização, constituía-se escravo do marido ultrajado.

Um parricida ou um infanticida sofria o castigo de 120 a 130 grãos de mutiçala para o irmão da vítima, e de um búfalo para o pai desta. Aos ladrões reincidentes no roubo de jóias ou de gado, cortava-se-lhes às vezes um dedo, as mãos, uma orelha ou mesmo a cabeça inteira, que eram expostos depois nos caminhos, para lição e exemplo de futuros salteadores.[70] Os outros gatunos recebiam varadas com galhos de *caqueu*, obrigavam-nos a fazer confissão pública do furto cometido, e deixavam-nos amarrados ao tronco duma árvore, como nos nossos pelourinhos, durante a Idade Média.

Antes do julgamento, os criminosos eram encerrados numa das palhotas da aldeia do régulo, e aí ficavam tolhidos, com os pés entalados na golilha (*nena cai*), que já existia antes do domínio europeu.[71]

Joaquim Carlos de Sousa, que o autor protegeu e fez educar, depois de prender o pai, o montanhês *Noco Lequi*, chefe de quadrilha e duplo assassino (1929).

Para garantirem a veracidade das suas declarações, os interrogados juravam, como ainda agora teimam em fazer, por Deus (*Uru-Uato*); pelo Sol (*Ata uá léne ere*, esta luz que alumia aqui); pela Terra (Moa ere); pelo céu (*lodoru*), e pelos

---

[70] Vi em Fatu-Lúlic (Cova Lima), um ladrão de cavalos, a quem os timores holandeses haviam recortado uma orelha, para o assinalarem em novas incursões.

[71] Hoje proibida, mesmo nos calabouços das Administrações. *Gonilha*, se lhe chama em português de Timor. Compunha-se de dois *tabões* ou bambus que se justapunham, deixando uns buracos redondos para as pernas dos encarcerados. Estes só podiam sentar-se e deitar-se.

antepassados (*dada*). Como nas audiências do branco, dos nossos tempos, faziam uma cruz no chão, e, tomando um pouco de terra e deixando-a cair na cabeça, diziam *Moá ere ani náua*, (esta terra me coma). Metiam catanas sagradas numa panela de água e bebiam esta, pedindo às catanas que lhes rachassem o ventre e entupissem a bexiga. E quando os pleiteantes não chegavam a acordo, multavam-se os dois com o pagamento duma espada, e procedia-se em seguida a uma espécie do nosso *Juízo de Deus* medieval. Tinham ambos de pegar num ferro em brasa, que se aquecia com um fole de bambu[72] mergulhavam-lhes as cabeças dentro dum poço de água fria, onde se deitara uma forte dose de piripiri, que lhes fazia arder os olhos;[73] ou afundavam-lhes as mãos num vaso de água a ferver, na qual estava uma pedra (*cadi*), de afiar catanas, e que eles tinham depois de segurar entre os dedos. A razão era concedida ao que maior resistência oferecesse a qualquer dessas provações. Em última *ratio*, intervinha o sacerdote gentílico, que tornava um ovo de galinha e o comprimia entre as mãos e quando não conseguia (*sic*) esmigalhá-lo, declarava inocente o acusado.

Eram os espíritos que assim se pronunciavam, dando ao ovo uma dureza granítica...

IX — ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

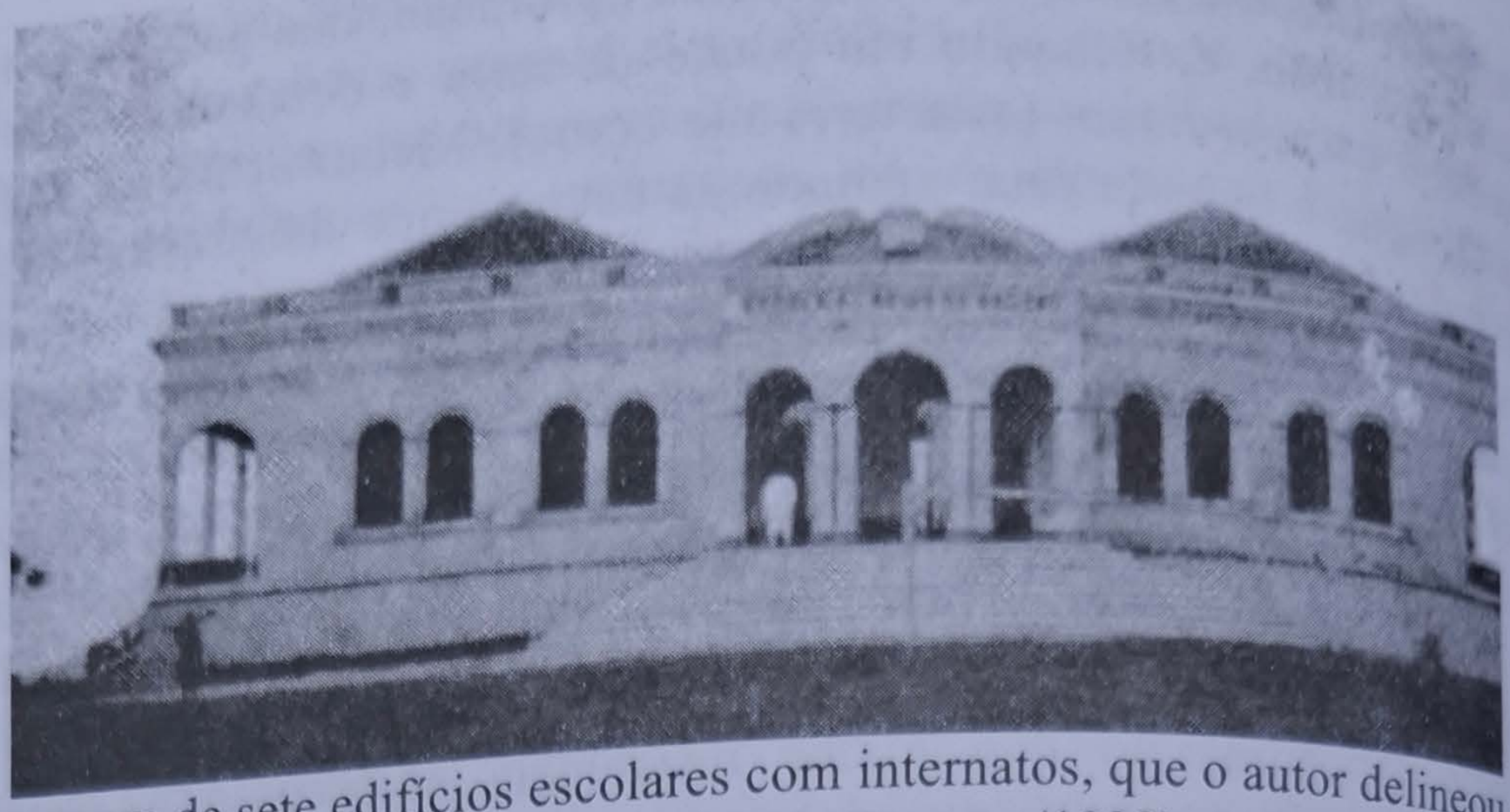
A acção, vasta e intensa, que representaram os trabalhos que pude realizar em Baucau, dinamizando toda a circunscrição, abrangendo não só a sede, mas, uniforme e metodicamente, todos os postos, irradiando para todos os sucos, estendendo-se a todas as povoações, e atingindo e empolgando todos os habitantes — e movendo-os num movimento de ascensão intelectual e de enriquecimento económico — só me foi lícito exercê-la, claro está, através da organização administrativa indígena, cuja máquina encontrei em grande parte já montada.

A circunscrição, e outro tanto sucedia com as restantes zonas do nosso Timor, não dispunha de regentes agrícolas, nem tinha veterinários nem silvicultores. Não contava plantador algum dentro da sua área, faltava-lhe um destacamento militar remunerado, e nem um médico ou missionário possuía para amostra.

---

[72] O fole de ferreiro indígena é formado de dois bambus furados e amarrados um ao outro, e dentro dos quais giram dois êmbolos feitos de varas de caqueu, terminadas por um feixe de penas de galinha que se colam às paredes dos bambús. Estes sáo abertos em baixo, dum lado, para a saída do ar comprimido. Os êmbolos sao movidos à mão, por um homem de pé.

[73] A essa prova se chamava o *uruque*.



Tipo comum de sete edifícios escolares com internatos, que o autor delineou e fez construir na circunscrição de Baucau (1933).

Todo o esforço de apostolado e de direcção, de concepção e de execução, exercia-o o Administrador através de cinco chefes de posto, — um civil mestiço e quatro cabos do exército. Excelentes coadjutores, autodidactas, homens de trabalho e de entusiasmo, que as circunstâncias do meio e o imperativo das funções transfiguravam, multiplicavam e engrandeciam, obreiros quase anónimos, modestamente pagos[74] e sem ambições de glória — eram eles quem se iam prodigalizando, dando tudo quanto tinham, estoirando a saúde, desfazendo os rins, espremendo os miolos, sacrificando-se inteiramente para honra e orgulho da nossa tradição colonizadora. Suprindo a ausência dum pessoal númeroso, como havia noutras colónias, cada um deles tornara-se num homem múltiplo, desdobrando-se nas mais variadas ocupações: o fomento, a justiça, a polícia, as pontes e as estradas, as comunicações telefónicas, as observações meteorológicas, as construções do município,[75] o arrolamento dos homens, das culturas e dos gados, a cobrança do imposto, o recrutamento de auxiliares para serviços públicos ou particulares, e até as escolas, as ambulâncias e as alfândegas. Ora agrónomo, ora juiz popular, ora chefe de polícia e agente de investigação criminal; agora, encarregado da cantonagem; logo, telefonista, vendedor de estampilhas, fiscal dos arames; dali a pouco, mestre de obras, manejando o fio de prumo e o metro articulado; amanhã, recenseador, depois, empregado do fisco, e em seguida, cobrador das receitas municipais, passador de licenças de trânsito aos indígenas e aos chinas, aos gados e às embarcações, e finalmente, enfermeiro e inspector de ensino! Tão completa diversidade de encargos — que fazia o espanto dum engenheiro holandês ali residente e habituado, nas possessões do seu país, a ver pelo interior um nutrido

---

[74] Entre noventa e cento e dez patacas. Um deportado recebia entre cinquenta e setenta, conforme era da primeira leva (1928), ou da segunda (1931). A cotação da pataca variou desde 5$50 escudos a 8$00, no periodo transcorrido de 1929 a 1933.

[75] A partir de Janeiro de 1934, passaram as antigas comissões municipais, depois comissões urbanas (1931), a intitular-se juntas locais. Continuam a ser presididas pelo administrador, e a formar-se de dois membros, escolhidos entre notáveis indígenas e comerciantes chineses.

formigueiro de burocratas, actuando com pingues salários se a horas certas, e com as tardes livres para a sesta sagrada, para o ténis, a pedibola e o «mah jong» — só era possível no Timor português que se estende para além de Díli, e que se transformara, afinal, numa grande escola de energia e de formação de carácter, onde um simples cabo de guarda da metrópole conseguia maravilhas com três ou dez mil almas sob as suas ordens.[76]

A explicação deste milagre encontrava-se, porém, em parte, na organização indígena - a qual, em Baucau, funcionava, pode dizer-se, modelarmente.

Tomemos, para exemplo, a área da sede da circunscrição. Perto de 800 quilómetros quadrados, cerca de 6.000 contribuintes, à roda de vinte mil almas.[77] Tradicionalmente, esta massa humana fraccionava-se em «jurisdições» - membros mutilados de velhos reinos já sem cabeça. Havia, pois, a jurisdição dos moradores de Baucau, a de Fatu-Maca de Baixo *(Ai-muta),* a de Fatu-Maca de Cima *(Ai-fano),* a de Berecoli e as de Letemumo e Séçal. A primeira com 1.865 contribuintes; as outras, respectivamente, com 2.146, 1.188, 829, 426 e 230. Cada jurisdição tinha à sua frente um chefe, e era, por seu turno, retalhada em sucos, nos quais se incorporavam diversas povoações, unidas por afinidades raciais políticas e idiomáticas. E eis assim os chefes de suco, os de povoação e ainda os chefes de casal. Ao lado destas patentes escalonadas, formava um estado-maior de «principais», (em tétum, *bai-nós)* – gente de velho sangue aristocrático, parentela de antigos reis e de chefes já defuntos ou exonerados, rapazes saídos das escolas,

---

[76] Na circunscrição, o pessoal do Estado resumia-se, além do Administrador e daqueles cinco homens, chefes de seis postos administrativos e um agrícola, a um secretário da Administração, acumulando com o papel de delegado de Fazenda e secretário do município (vencimento total em 1931, 144$87); um amanuense (61$97); um intérprete oficial de diligências (31$86); um pecuário (30$00), três guarda-fios de telefones (10$00); um professor (30$00); uma mestra (60$00); um guarda das salinas da Fazenda (4$00); e um fiel de residência eventual dos governadores (16$36).

[77] A circunscrição devia orçar por 2.500 km^2. A parte portuguesa de Timor abrange uma superfície de 18.989 km^2, (450 de comprido por 80 na sua maior largura), compreendendo mais de metade da ilha, a encravação de Oé-Kussi, a ilha de Atauro (em frente de Dili) e o ilhéu de *Jaco* (na ponta extrema, oriental, de Timor). A zona holandesa não excede 14.000. A nossa, ao que parece, é povoada por 450.000 habitantes (censo de 1927).
Macau conta 10 km^2 (168.000 habitantes); a Índia, *4.243* (570.426); S. Tomé e Príncipe, 971 *(53.960);* Guiné, 36.125 (770.000); Cabo Verde, 3.929 (150.000); Moçambique, 756.112 (3.652.008); Angola, I, 259. 252 (talvez 4 milhões); a Metrópole, 91.948 (cerca de 6 milhões). Total das províncias ultramarinas: 2.079.631 km^2 e 9.758.951 habitantes. Densidade demográfica maior que a de Timor, só a apresentam, Macau, Índia e Cabo Verde. A da Guiné corresponde a 24,1 cabeças por km^2; a de Timor, a 27,75. Em extensão territorial, é a terceira, logo após Angola e Moçambique. O seu tamanho equivale a 33,9 vezes o de todo o arquipélago da Madeira, que monta apenas a 560 km^2 (V. *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira,* do P.^{e} Fernando Augusto da Silva, 1934 – pág. 202), embora esse grupo adjacente figure com uma densidade de 377 habitantes (total, 211.601, segundo o censo de 1930). As colónias francesas da África ocidental registam apenas, entre 8 e 11 habitantes por km^2.

aos quais a instrução concedera categoria social. Lá em baixo, no fundo desta escala de valores, ficava a multidão indistinta do proletariado indígena, a plebe dos trabalhadores braçais, os *auxiliares*. Com a anuência da autoridade europeia, os chefes de jurisdição eram eleitos pela vontade dos chefes de suco e estes pelos votos dos chefes de povoação, e se geralmente, nessas escolhas, se preferiam os chamados «aran», algumas vezes era ao próprio «povo», como eles dizem, que os maiorais iam buscar as suas cabeças dirigentes. Neste sistema hierárquico, o regímen de castas vai deixando de ser hermeticamente fechado, como sucedia noutro tempo.

Como um administrador é recebido no interior da sua região. Formatura de moradores de Vemassim (1929).

Cada jurisdição centralizava-se numa «casa da guarda»; espécie de posto de polícia, guarnecido por um pessoal que se rendia quinzenalmente e em cuja nomeação não intervinha o delegado do governo. Tratava-se dum serviço, como os dos viveiros, das plantações, do concerto de caminhos e dos aquedutos, englobado nos chamados «serviços do reino». A guarnição da «casa de1 guarda» constituía-se por diversas entidades, classificadas com títulos pomposos, mas de funções utilíssimas. Entre elas íamos encontrar, não só o escrivão e o «comandante do quartel», mas o «sargento, o cabo» e os respectivos «soldados» tudo tropa de lipa e cabáia, armada de catana e varapau, e recrutada entre os *auxiliares*, cuja robuste merecesse consideração e cuja indumentária se não reduzisse ao «langotim».

Quanto ao «escrivão», vinha a ser uma espécie de bacharel encartado: anda na escola, estava no segredo dos papiros misteriosos..., Se ia uma ordem Administrador, era ele quem, aos ouvidos atentos do chefe destinatário, a verti língua regional: Macassai ou Uaimáa. Se se prendia um viandante susp

trazendo à sirga búfalos ou cavalos possivelmente roubados nalguma pastagem,[78] era ao escrivão que se levava o homem, com os pulsos atados a um bambu, afim daquele verificar, pela guia de trânsito ou de desembaraço,[79] de que o preso devia ser portador, se os animais estavam lá indicados e se as (marcas» realmente condiziam. E no fim do mês, quando se precisava mandar à secretária o mapa dos nados e dos mortos, dos barlaques, dos carneiros ou dos equídeos ou cornúpetos que a maleita dizimara, das latas de néli ou milho semeadas, dos frutos enviveirados e do resto das fainas agrícolas do período transcorrido, era à volta do escrivão que se reuniam os chefes, para que ele escarrapachasse no papel todas as suas informações e organizasse assim o balanço mensal da vida indígena.

Quanto à militança - os «moradores», como se costuma cognominá-los, – os seus serviços eram inúmeros e igualmente preciosos. Sem o escrivão, os moradores e os «interinos», a Administração redundaria num organismo imobilizado por completo.[80]

Os «interinos»[81] constituíam um grupo de cônsules que as jurisdições destacavam às quinzenas, para junto da secretaria de Baucau. Enquanto esta se encontrava aberta, lá estavam eles, à sombra dum frondoso gondão, diante da porta das armas, ouvido alerta e sempre prontos a correr, mal a ordenança assomava a chamá-los. Se vinha um indígena queixar-se, o «interino» entrava com ele e assistia a resolução da «justiça». Pelo «interino» é que se operava a transmissão das ordens escritas, dessa enorme quantidade de oitavos de papel, dactilografados, que todos os dias saía para as «casas da guarda»: testemunhas a intimar, criminosos a

---

78 Os indígenas não podem circular fora da sua sede ou dos seus postos, sem uma *guia de desembaraço*, que as autoridades fomecem grátis sempre que lhes pedem. Estão, porém, dispensados dessa obrigação, na ida ou regresso dos bazares. A guia de trânsito é para as rezes em idênticas condições ou em caso de negócio.

79 Os indígenas, muitas vezes, deixam o gado ao abandono, solto pelo mato, abrindo o apetite a gatuuagem... Limitam-se a prover à alimentação das galinhas e cevados. O resto dos animais, até os cães, não têm remédio senão tratar de si. Aos búfalos e cavalos marcam-nos com os sinais distintivos da jurisdição a que pertencem, para reivindicá-los, quando, por acaso, os identificam nas mãos dos ladrões.

80 Os sucos mais próximos da vila forneciam um «comandante de quartel» (chefe de suco) um sargento, um cabo e doze moradores, destinados à condução de presos, transporte do correio e patrulhas dos arruamentos. Para a guarda da cadeia e da Administração, autorizado superiormente, organizei em 1929, num corpo de cipaios, cerca de 200 ex-soldados das unidades militares aquarteladas em Díli e Bobonaro, regressados, após a baixa, à área da sede, e que, por grupos de nove homens e um cabo, desempenhavam aquele serviço de quinze em quinze dias, devidamente armados e uniformizados.

81 Intermo, escrivão, comandante de quartel, moradores;, são os únicos nomes, bem portugueses, porque os indígenas os conhecem. Comandante de quartel é como que um comissário de policia a dias. As casas da guarda são de palapa ou bambu e cobertas de palha. Também as designam por «palácios», mas sem qualquer intento de ironia... Como nelas repousam, para comer e dormir, os administradores, antes do automóvel, se hospedavam os próprios governadores, teem de ser «palácios» à força…

capturar, chefes a quem era preciso dar instruções, quando a autoridade, esmagada pelas exigências burocráticas de Díli e pela afluência torrencial das querelas indígenas, não podia desacorrentar-se da vila e pôr-se a correr os vales e as montanhas, através da sede e dos postos... O «interino» recebia a ordem assinada pelo Administrador, e, como tinha por sua vez, em Baucau, nos subúrbios, uma «casa de guarda» – o seu consulado – com dois ou tris moradores e um ou dois cavalos para casos de urgência, eis dali a pouco o papelinho deslocando-se rápido, a caminhu do seu destino, metido no bambu que o estafeta transportava pendurado num dos ombros.

Chegada à casa da guarda da jurisdição, a ordem passava a ser lida pelo escriba de piquete e logo ela seguia para o interior, confiada a outro «soldado», que a levava em cópia transladada pelo escrivão, dado que o suco a que ela dissesse respeito tivesse algum letrado capaz de decifrá-la, ou apenas de memória, na hipótese, muito corrente, de o chefe, filhos e principais, serem todos analfabetos.[82]

Semelhante organização completava-se, em cada suco, com outras «casas de guarda», onde vigorava um serviço idêntico, embora mais reduzido, de ordenanças-polícias, e uma ou duas cavalgaduras, cujo fornecimento obedecia a uma escala distribuida por povoações.

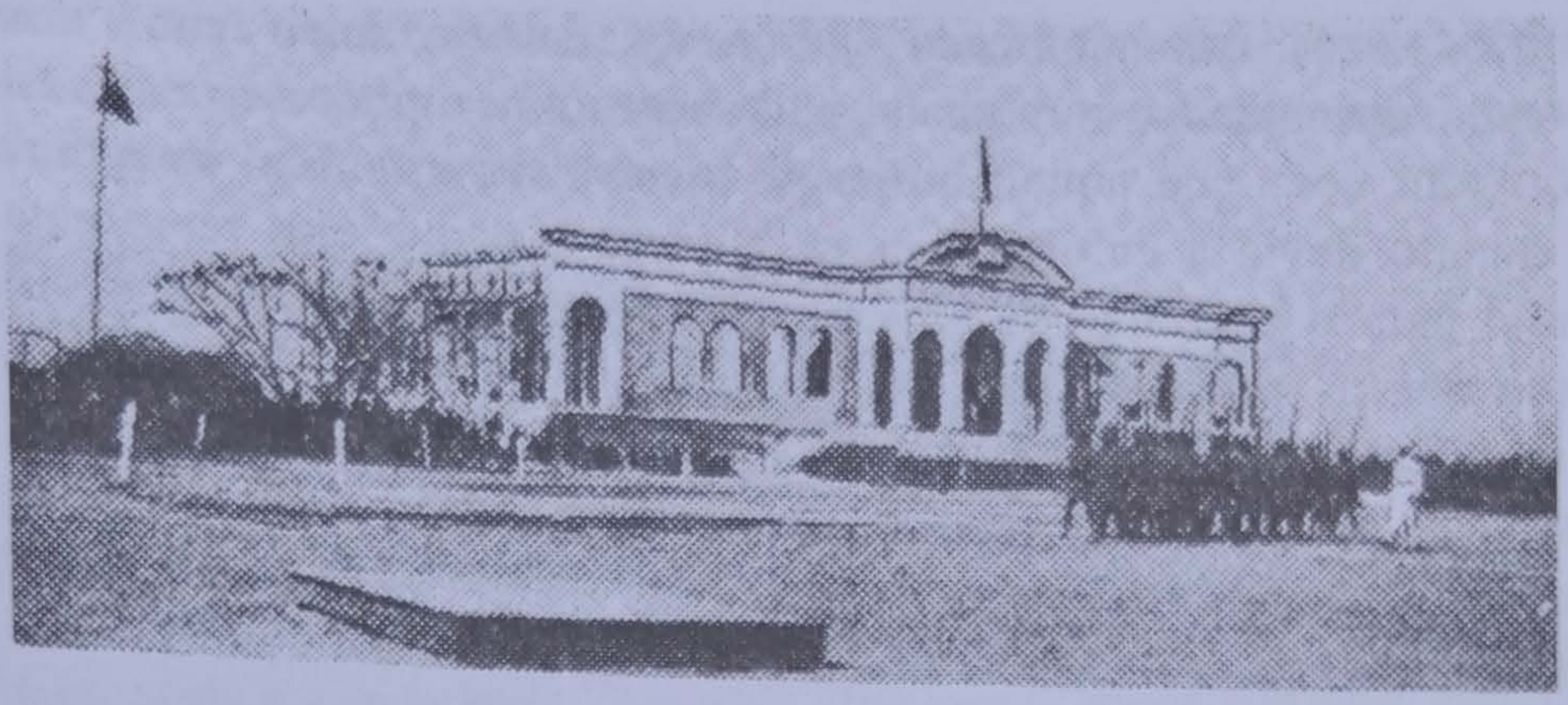
E era, no fim de contas, esta rede de postos de ligação e de segurança rural que tornava exequível a acção administrativa do Estado. Sem ela, não seriam lícitas as rápidas cavalgadas com que o Administrador cruzava a acidentada região,[83] nas suas rondas frequentes, encontrando de hora a hora cavalos de muda. Sem ela, seria irnpossível manejar os sucos com insistência e profundidade, tê-los constantemente debaixo da vista, carregar velozmente para os viveiros dispersos pelo interior, um em cada suco, plantas ou sementes cuja colocação não consentia demoras; obter que uma queixa fosse ventilada e julgada em dois dias, na presença das testemunhas e do acusado, que muitas vezes fora preciso arrancar a aldeias diferente e a choupanas desgarradas no alto de longínquos penhascos; conseguir a vigilância dos carreiras e veredas, fiscalizando passagem de vadios e salteadores; ter conhecimento de um crime de morte, horas depois dele *cometido*, não sendo raro que o morador alviçareiro trouxesse já, com a notícia, o próprio criminoso e os necessários elementos de prova, só sendo preciso ao Administrador saltar para cima da montada e ir proceder ao exame de corpo directo; mobilizar à pressa um troço de homens para reparar um viaduto que a invernia fizera tombar ou um poste telefónico que o temporal deitara abaixo.[84]

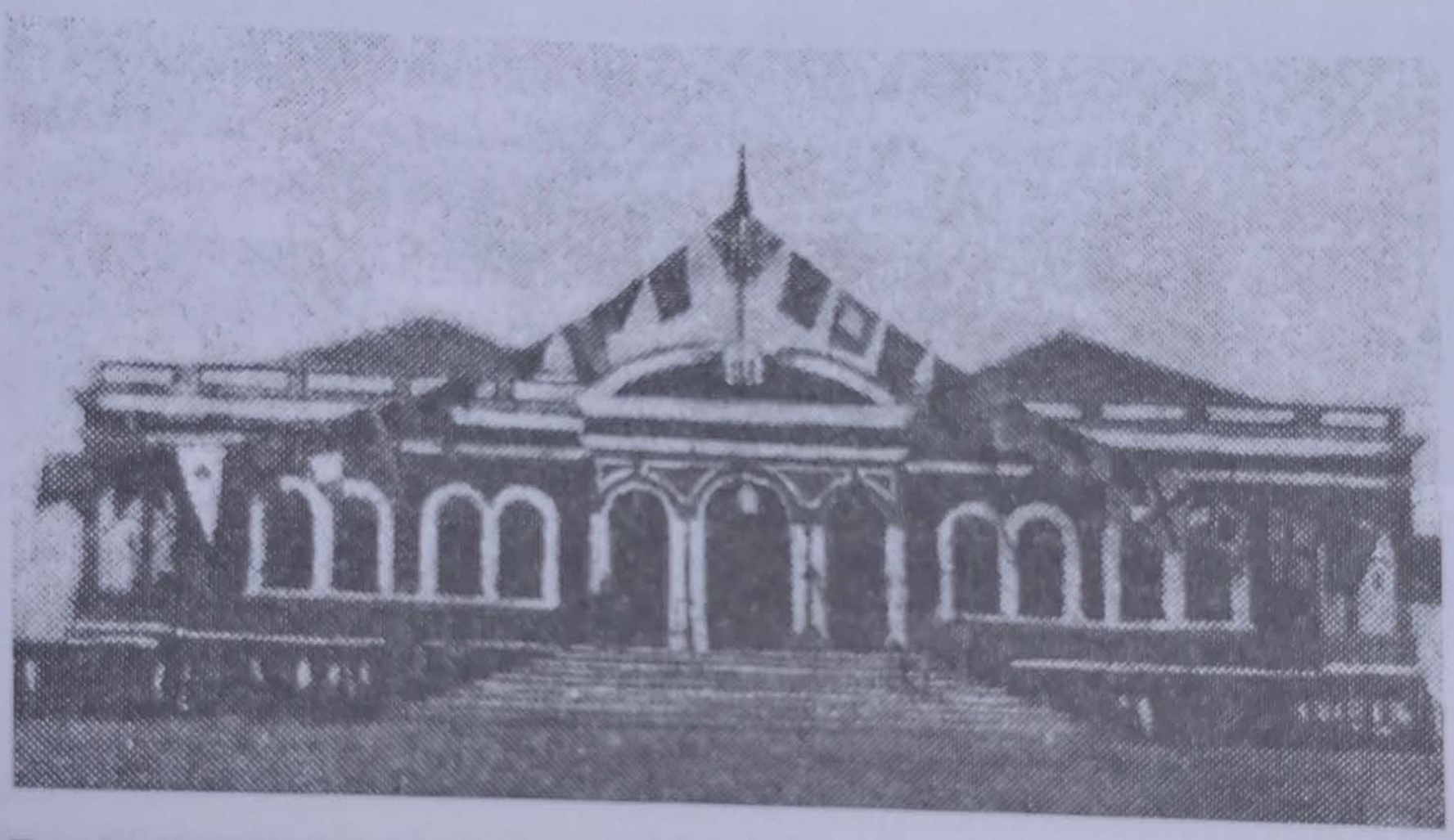
---

[82] Ao organizar as escolas da circunscrição, tive o cuidado de ratear a sua frequência equitativamente por todos os sucos, de modo que no futuro em todos eles houvesse alguém familiarizado com a ortografia.

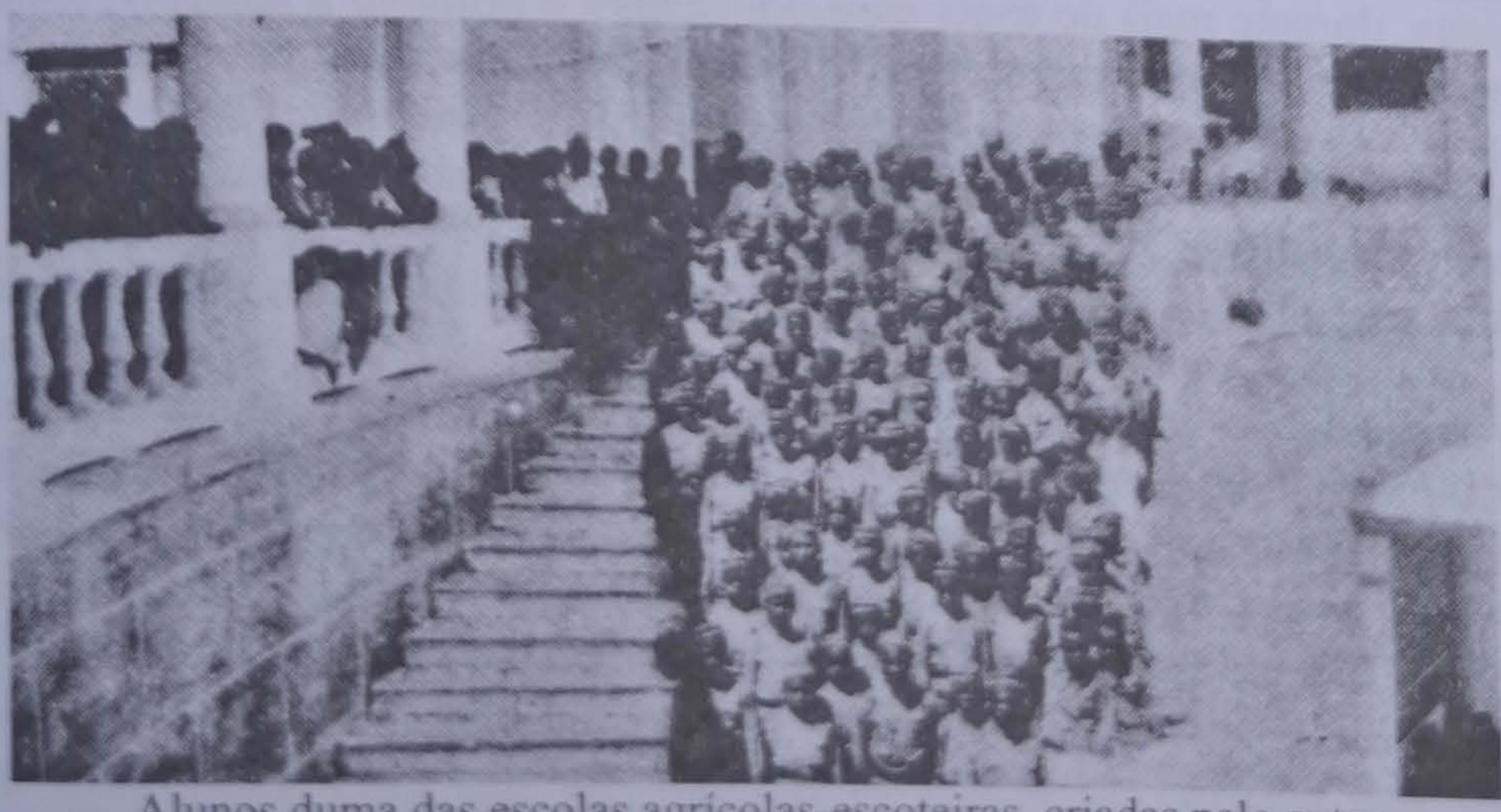
[83] A montanha da Mate-Biam erguia-se até 2350 melros de altitude.

[84] Da centena de tabuletas e dos marcos quilométricos com que sinalisei as estradas da circunscriçâo, e dos milhões de plantas com que arborizei as carreteiras e os próprios caminhos dos sucos, numa campanha insistente de seis épocas de chuva, nada o indígena arrancou ou danificou, mostrando uma disciplina e um sentimento cívico que talvez pudesse servir de exemplo a muitos pseudo-civilizados ...





Escola de Bacau, em construção (1932); Inauguração da mesma escola (1933)



Alunos duma das escolas agrícolas-escoteiras, criadas pelo autor.
(Na escadaria do Mercado de Baucau, 1933).

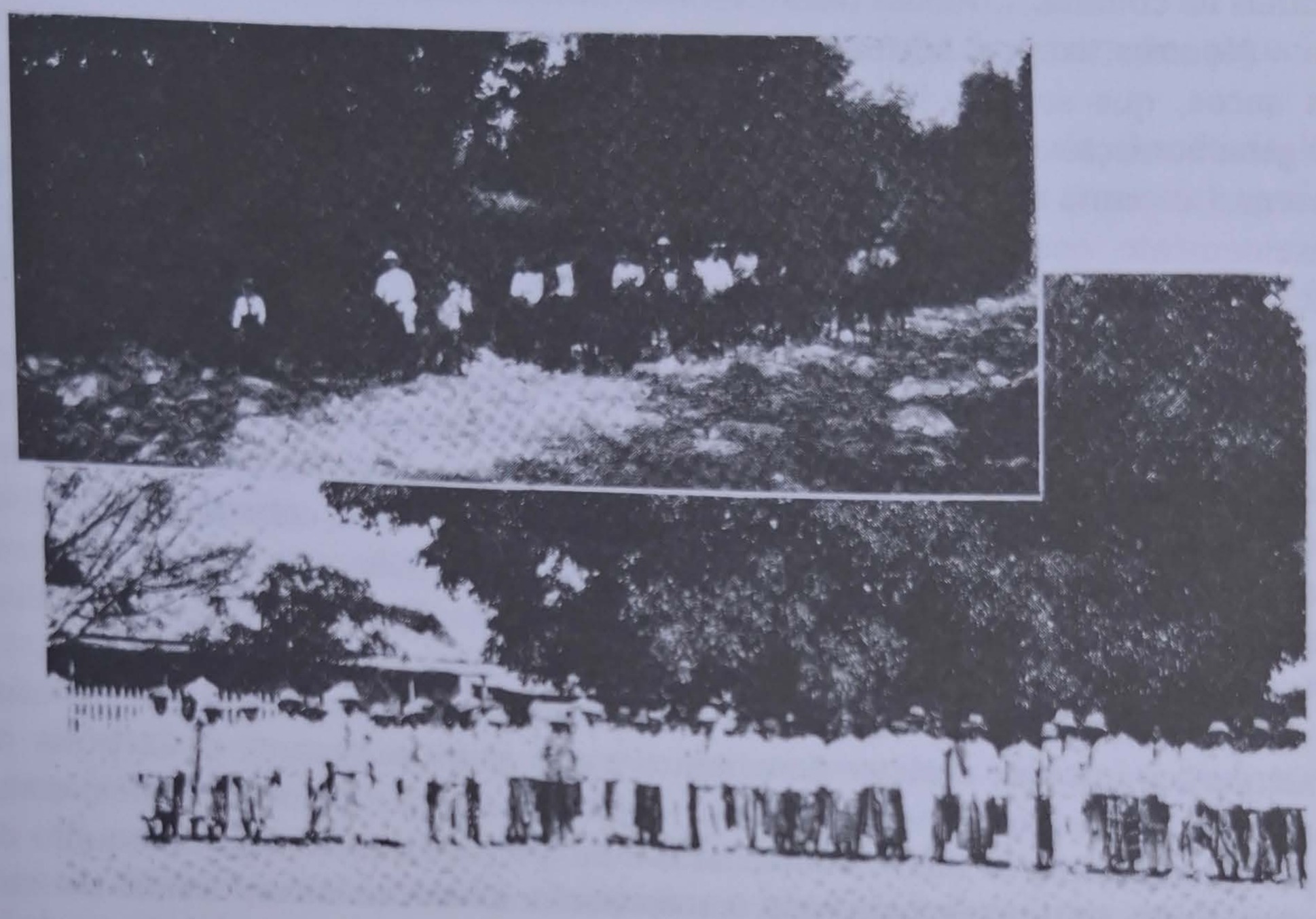
Muitas vezes me aconteceu ver certos inúteis sorrir com ironia, dos «moradores», comentando, com chalaças de botequim, o pitoresco das vestimentas e o ar convicto com que aquela tropa se tomava a sério. Mal imaginavam tais criaturas quanto devia a colónia a esses homens e o que eles representavam de fundamental para o exercício da soberania portuguesa e para a eficácia da acção civilizadora que as circunscrições desempenhavam.[85] o timorense, sobretudo em Baucau, manifesta uma acentuada predilecção pelo militarismo. Os chefes tratam-se pelas suas graduações militares, umas reconhecidas pelo governo, outras atribuidas a si próprios, por correspondência tradicional dos cargos que desempenham. Há de tudo, desde alferes a coroneis, como já houve brigadeiros e até mestres de campo. Os sucos de «moradores», localizados à roda da vila, são ainda conhecidos por «companhias», sobrevivência dum antigo regimento de 2.ª linha, em que os incorporou o grande governador, *Celestino* da Silva, constituindo-os em forças de choque para desencadeá-los sobre as rebeliões que estalavam na província. E assim, temos a 1.ª, a 2.ª, e por aí fora até à 9.ª companhia. Pois eu, na Administração, se mandava chamar algum chefe ou principal, não me acanhava de dizer: «O capitão da 4.ª, o sargento da 8.ª» ou «o alferes da 7.ª». Eram designações assíduas na minha boca.

Não me custava nada, lisonjeava-lhes o amor-próprio, que devemos cultivar para transformá-los numa força estimulante de largos empreendimentos, e dava

---

[85] Há chefes cuja dedicação pertinaz e quase milagrosa pela soberania nacional, inspira uma ternura e um respeito irreprimíveis. Topam-se velhos maiorais cobertos de serviços, a quem dá vontade, positivamente, de trazer ao colo!... Mesmo fora da circunscrição, apontam-se nomes que são lições de fidelidade e de bravura. Um deles é o do major Luiz de Noronha, de Lacló, que, durante mais de trinta anos, foi sempre o primeiro a aparecer, com os seus arraiais, onde quer que estivesse em perigo a integridade do nosso domínio. Esse valente condecorou-o o Estado com a medalha de Valor Militar, proposta por Filomeno da Câmara, que, ao largar de Timor, distinguiu novamente o herói de pé descalço, aliás inteligente e culto, com o único abraço que deu à partida.
Cite-se ainda o régulo de Mó-Pitine, o qual, tendo-lhe cabido, numa das delimitações de fronteiras, ficar do lado do holandês, abandonou o seu território, os seus homens, os parentes e as plantações e os gados, fugindo para Oé-Kussi, a recomeçar a vida num meio estranho e ingrato, onde perdia facilidades e categoria, mas declarando com firmeza que, «tendo nascido português, português queria morrer!». Quando tomam posse, não há governador que não estreite contra o peito esse velho admirável. Muitos outros existem ainda que merecem, como eles, provas de carinho, uma condecoração das que instituiu nobremente o ministro, Dr. Armindo Monteiro, e o nome afixado nas esquinas das artérias de Dili. Baucau deu o exemplo, quando, ao conferir nomes às ruas da vila, uão me esqueci de António de Sousa Gama, hcrói de sete campanhas e morto à traição, vítima do seu portuguesismo inquebrantável.
A guarnição europeia foi sempre diminuta e é a esses indígenas obstinados de lealdade, que se deve o facto de Timor não se ter perdido para o Império. Quando os brancos tiveram de largar de Lifau, em 1769, não passavam de vinte em toda a colónia, os portugueses da Europa, e no século XIX chegou a haver apenas sete, dizem-no as celébres intruções do conde de Sarzedas.

consistência a uma organização de que vivia o nosso sistema colonizador, e sem a qual a autoridade europeia seria, enquistada no meio timorense, um mero manga-de-alpaca, isolado, apático e inutilmente digestivo.



Como um Administrador percorre o interior do seu território.
O autor, com um séquito de chefes, escalando a montanha de Mate-Biam. (foto superior)
Chefes indígenas da sede e postos de Baucau (todos com distintivos nos braços e, muitos, vestidos à europeia). Em 1932, começaram a usar trajes europeus, 130 principais da circunscrição. (foto inferior)

X - CRENÇAS RELIGIOSAS

Para o Timorense a vida é um carreiro torcicolado, onde ele caminha cautelosamente, envolto e torturado de mistérios e terrores sobrenaturais, tropeçando em armadilhas dispostas a cada canto pelas almas penadas, que se entretêm a desfrutar, apoquentar e desgraçar os vivos …

O numero dos *faluno,* das coisas santas, torna-se inesgotável. São *faluno* determinadas rochas e certas matas ou árvores isoladas, nascentes ou animais, e as pedras de manganês, com que se marcam as linhas de partilha dos sucos. Há inúmeros *faluno* aos quais estão ligadas tradições familiares, lembranças dos antepassados, recordações de fastos notáveis, guerras e milagres. Tomam as formas mais diversas: espadas[86] e azagaias; rudelas e crescentes de ouro ou de prata;

---

[86] Quem enterrar uma espada sagrada, terá o seu ventre fendido por ela na ocasião da colheita do milho.

espingardas de pederneira, de fechos escavacados ou ferrugentos; estandartes portugueses do tempo da monarquia;[87] e até barretinas, de barbela e penacho, e capacetes de chapas metálicas, onde se lêm letreiros de unidades militares já extintas na colónia.

Noutros tempos, era nas casas sagradas, espécie de templos e de relicários dos sucos, que se guardavam esses *faluno* tutelares. Mas, como a gatunagem indígena começasse a perder a supersticiosa reverência que tinha por essas igrejas-museus, e entra-se a saqueá-las sem medo das represálias dos espíritos, presentemente, quem entra numa dessas casas, raro é que lá encontre objectos de valor. Pouco mais se nos depara do que as panelas de barro e os cestos de aquediro que servem nos estilos.

A *uma faluno*[88] ficou apenas para a prática dessas cerimónias, e continua a ser uma construção suspensa sobre altos prumos; as paredes, de talos de palapa; os tectos, de quatro águas, rematados por um pau de fileira lavrado, saliente, arqueado nas pontas, e recheado de conchas da praia ornamentais; a cobertura, negra, de fibras da palmeira de *gamuti* e a entrada, fechada por um bocado de tronco que se aparou à catana, até ficar com a grossura de três dedos. Do lado de fora e nas duas metades da porta, desenham-se, à faca, altos relevos figurando crocodilos.

As casas *faluno* são confiadas a certos homens – os *anu faluno* ou *anu laidá* _[89] cujos cargos têm carácter hereditário, e dos quais alguns, – o da praia de Vemassim e o da montanha de Uairoque – ainda ostentam cabelos crescidos, como os parsis da Índia e os timores holandeses e de Oe-Kussi, enrolando-os ao alto da cabeça. Entre os nossos indígenas, exceptuando os do enclave, foram os *anu faluno* os últimos a tosquiar as guedelhas hirsutas, ainda gerais no século passado.

Os objectos sagrados que podiam despertar a cobiça herética dos ladrões, encontram-se hoje escondidos em casa dos chefes, ou de famílias que, embora já sem fortuna ou categoria oficial, conservam ainda o respeito, dos indígenas, por representarem a descendência da velha nobreza timorense. Não me esquecerá, tão depressa, a expressão de angústia e de pavor, com que uma velhota, viúva dum maioral de Boilé, me surgiu, uma tarde, na Administração, a pedir-me a captura do filho, vadio sem emenda, que, dias antes da morte do pai, roubara alguns dos faluno que estavam entregues à honestidade do casal. Eram luas de ouro, que o marau fôra vender a um negociante chinês e que este logo despachara para Díli, onde os seus compatriótas, nessa época, costumavam derretê-las para confeccionarem artigos de joalheira.[90]

---

87 Uma vez, em 1929, em Uato-Lari (Ossuqueli, Vemassim), onde há muito não ia uma autoridade europeia, receberam-me com uma velha bandeira de quatro panos, azul e branca e com a coroa real. Quando os repreendi, desculparam-se com o facto de não possuirem outra e não terem disposto de tempo para encomendarem a «bandeira nova».

88 "*Uma*" significa "casa"

89 Sem eles, não se fazem os casamentos dos chefes do suco. Quando o *anu falulno* não tem descendentes masculinos, é a mulher quem lhe herda o emprego.

90 O negócio das luas de ouro foi proibido em 1933, para evitar que se desfizesse a riqueza tradicional indígena.

As luas eram insubstituíveis. A sua perda atraíra a desgraça sobre toda a família.

– Meu marido já morreu! – Soluçava a pobre mulher, enfiada e a tremer como varas verdes. E nós, vamos também morrer todos, senhor!...

O caso é que a velhota, nas vezes em que tornou "Administração, parecia sempre mais e mais a definhar...se."

As órbitas iam-se-lhe cavando, os olhos tinham clarões de demência, a desgraçada finava-se de desgosto e de pânico. Não me admiro que tivesse chegado a morrer de auto-sugestão.

Lembro-me, também, de ter um dia procedido a uma busca na montanha de Gari-Uai, em casa do chefe do Dae-Me-Naha. Haviam-me informado que era este o receptador dum grande latrocínio cometido em Uai-Lili, mas o que lá encontrei foram apenas os *faluno* do suco, e entre eles uma barretina, um capacete militar dos começos do século passado, e um *kris* – punhal malaio de folha ondeada. Como estava a organizar um pequeno museu regional em Baucau, propus ao de Dae-Me-Naha comprar-lhe, o município, essas velharias; ofereci por elas bastante dinheiro, mas acabei por restituí-las, tal o ar lastimoso com que o chefe me apareceu por três vezes, seguido pelos seus principais, e a explicar-me que não havia fortunas humanas que pagassem aquele tesouro.

– Morre o suco todo, se os chapéus não voltam a casa sagrada! – dizia ele, esgazeado de susto.

O capacete e a barretina recebera-os um seu avô, das mãos de D. António Guterres, rei de Venilale, quando este ajudara o branco a sufocar uma rebelião dos indígenas de Dae-Me-Naha. Oferecera-os o monarca em sinal de aliança e mediante o compromisso, tomado pelos vencidos, de nunca mais, nem eles nem as suas gerações, deixarem de obedecer ao governo.

*

Os *anu faluno*, ou os «*donos dos lúlics*», como se diz em português mascavado de Timor, são sempre, ou os herdeiros de remotos chefes de tribo, – os quais deveriam ter sido ao mesmo tempo os chefes políticos e religiosos do seu *clan*, – ou os tetranetos dalgum personagem nebuloso a quem se atribui a primeira posse duma nascente, pedra ou mata sagrada. Não se faz estilo junto dum *faluno*, sem a colaboração e a presidência do respectivo dono. Sobre este impende o encargo de custear ou reunir as ofertas destinadas a propiciar o espírito que habita no *faluno*. Se ele não «*der de comer ao lulic*», já sabe, não tardará a cair sobre ele alguma desgraça irremediável...

Toda a circunscrição está semeada de *faluno*. Há os *faluno* naturais e os *faluno* familiares. Assim, a árvore que cobre a nascente de Aubaca é um faluno natural. Várias vezes encontrei junto dela, numas lajes improvisadas em altares e arrimadas ao tronco, oferendas de cocos, areca e carne de cabrito. Houve uma altura em que mandei alargar a nascente, para lhe aproveitar parte do manancial, que se perdia por uma galeria subterrânea. Pois, mal as picaretas começaram a

morder a rocha em torno, as dádivas multiplicaram-se à beira da árvore e até um galo vivo passou a figurar entre elas. Antecipadamente, haviam celebrado um estilo, e o anu faluno decifrara, nas entranhas dum cabrito, que nas escavações morreriam três homens em holocausto ao espírito da fonte. Dias depois o vaticínio confirmava-se: um dos trabalhadores adoeceu, recolheu a casa e expirou dentro de poucas horas...

Mais tarde, cortaram-se uns ramos à árvore, que era gigantesca e de frondosíssima copa, de guisa deixar o sol penetrar e iluminar alguns cafezeiros plantados à sua sombra. Quando lá apareci, dei de cara com o dono do lúlic e com um grupo de homens atarefados a cozer arroz e a assar um leitão e um cabrito, em metades de bambu e em honra do espírito da árvore, não fosse ele exasperar-se com a mutilação. Encostadas ao fuste, não faltavam as azagaias sagradas e uns molhos de ramos de areca.

Quando, em 1927, se iniciou a estrada para Laga e se teve de estoirar a dinamite uma rocha que era tambeín *faluno*, a morte de dois trabalhadores, causada por uma explosão retardada, serviu logo para confirmar e reforçar as superstições indígenas...

É lulic a nascente da Cai-Bada, a de Baucau, a de Uai Líli, a de Loi Dua e a de Uai-Cana (Venilale);[91] são lulics quase todas as fontes, as árvores que nelas mergulham as raizes, e as enguias que vivem dentro delas. Na nascente de Uai Tequi, de Bucoli, cujo dono é o chefe de Baha-Uaque, perdura ainda o costume de se presentear a enguia que ali habita, com arroz e coco ralado. Se a enguia se escapa para fora da nascente, compete, ao dono desta, e só a ele, ir repô-la na água, levando-a embrulhada num pano vermelho.

Na balisa de Lavatere (Quelecai) com Ate-Lari (Laga), quando um sargento europeu, por fanfarronada, matou a tiro uma enguia lulic que vivia numa poça junto à cascata, foi enorme a impressão de terror que se produziu entre os indígenas.

Para eles, uma enguia sagrada, é eterna: contemporânea das origens da tribo, viverá pelos séculos fora, beneficiando a tribo com a sua presença, ou sendo para ela funesta, se a deixam sucumbir à fome ou a matam de morte violenta.

Nem todas as enguias são sagradas, e as que o são de um determinado suco não merecem veneração dos indígenas de outro suco. Estes podem dar cabo delas e mesmo comê-las, que nenhum mal lhes acontece.

As cobras pretas e os veados malhados, consideram-nos também *faluno* quase todos os habitantes de Baucau. No suco de Maluro, quando se colhe o arroz,

---

[91] Na de Baucau, como na rocha de Laleia, os missionários, entendidos com as autoridades, colocaram cruzes de madeira, c os estilos, desde então, deixaram de ser realizados nesses locais.

A nascente de Baucau era o lulic do suco de Macadai. Na fonte de águas sulfurosas e térmicas de Uai Cana, encontrei eu as únicas figurações antropomórficas de *faluno* que ainda se vêem na circunscrição. Eram dois bonecos toscos de pedra de filtro, que tinham à volta nozes de areca e alguns cocos.

ninguém se aproveita dele, sem primeiro oferecer uma mão cheia de grãos aos camarões que pululam nos canais de rega. O camarão está para os montanheses de Maluro, como o jacaré para a população costeira de Séçal. Rezam as tradições que há muitos anos, estando um homem na praia daquela jurisdição, viu com espanto levantar-se do meio das águas um ser de forma humana, o qual lhe atirou uma pedra e lhe disse ser seu irmão falecido dias antes:

– *Ani Lai Liba, ai caca. Defa gafomau. Ani cáraca náua! Sou Lai Liba,* teu irmão. Traz-me um cachôrro. Quero comer!

Dali a pouco, toda a gente acudia à praia, levando o animal requerido pelo Lai Liba. Este avançou, deitou as unhas ao animal, e, recuando depois para o mar, tomou de repente o aspecto dum jacaré. Então, jogou nova pedra para terra e ordenou que todos os anos lhe fizessem um estilo. Desde essa aparição, o povo de Séçal reúne-se uma vez por ano no sítio de Boro-Vai e aí abate, em honra do «avô Liba Mau», um cão e um carneiro. Corta a cauda daquele, extrai a ambos, o fígado, os rins, o coração e a língua, os animais são depois retalhados, cozinhados com arroz e môlho, e distribuídos em pratos de folhas entrançadas de aquediro, que se alinham ao longo da praia, a cerca de quatro metros da babugem.

Atraído pelo fumo das fogueiras, um jacaré, que costuma rondar nas proximidades, sobrenada, põe-se a flutuar à tona da água, vagueando para cá e para lá, enquanto o «dono do lulic», que se posta de cócoras junto das oferendas, redobra nos apelos:

– *Dada Lai Liba, mau; seu ere; náua! Avô Lai Liba,* vem cá; a carne está aqui; come!

Em seguida, levanta-se, e vai-se aninhar numa moita a setenta passos do mar e onde já todo o suco se aglomera, espreitando as manobras do lagarto. Pouco depois, quando tudo recai em silêncio, o monstro aprôa à praia, rompe pela areia dentro e arregoando as terriveis mandíbulas, engole as ofertas dum trago.

Na época das chuvas, há sempre um ou dois crocodilos que fazem cruzeiro na ribeira de Séçal, junto à estrada, aguardando algum indígena isolado e desprevenido que se atreva a passá-la a vau, porcos e galinhas tresmalhadas, ou mulher que venha encher a panela nas poças de areia miúda que orlam a ribeira, e que servem de filtros ao Povo da localidade, onde não há fonte alguma. É raro o ano em que os jacarés não acutilam, com as suas caudas potentes, um ou dois dos indígenas de Séçal, arrebatando-os para a foz da ribeira, onde os mastigam tranquilamente, regeitando uma ou outra posta que os seus bandulhos atafulhados já não contêm, e com que depois se identificam as vítimas. Tais mortes são interpretadas como significativas do «avô estar zangado»: alguém talvez lhe faltou ao respeito ou não foi bastante zeloso nas dádivas que ele exige dos seus netos…[92]

---

[92] Em Lautém, recorria-se aos crocodilos para certos juízos de Deus de maior monta. Acusado e queixoso, quando não chegavam a acordo, eram depostos nas ribeiras para os crocodilos se decidirem por um deles. (Alf. Ant. Metelo, *fantasma do Oriente*, Lisbôa, 1921). Em Cupão, no Timor Holandês) na altura da aclamação do régulo, escolhia-se a donzela mais perfeita do reino para a oferecer a um crocodilo, o qual vivia na ribeira que atravessa a cidade e era considerado como o deus tutelar (Cabaton, *Les Indes Neerlandaises*). O culto

Certo dia, passando eu pela «casa da guarda» do Séçal, saíu-me ao encontro um magote de indígenas a convidar-me para ir ver, ali perto, um jacaré que parecia atacado de moléstia, e que tinham conseguido amarrar, quando se enfiara e ficara entalado num cano fundo de irrigação. Fui deparar com um belo exemplar de três metros de comprido, ligado a um coqueiro por uma corda frágil de folhas de palapeira. Em roda, espremia-se uma multidão de homens, mulheres e crianças, que, apesar de verem o estafermo a deslocar-se e a escancarar a bocarra com enfado ou apetite, não davam mostras de se impressionarem com o espectáculo.

– Não faz mal, vocelência, – explicava-me o chefe. A corda não é forte, noutra ocasião seria o bicho capaz de rebentá-la, mas agora não tem ganas de morder ninguém.

Está envergonhado por ter sido apanhado em terra... E não houve forma de convencê-los, nem de persuadir a assistência embasbacada a debandar para lugar que oferecesse menos risco. Deixei, então, ordem para que matassem o monstro e mo levassem para Baucau, pois queria comprá-lo, para lhe aprveitar a pele. No dia seguinte, tinha, de facto, o jacaré à porta, preso numa padiola, mas ainda vivo e continuando a dar aos queixos. Foi necessário liquidá-lo com dois tiros de carabina, na fronte. A gente do Séçal não quisera comprometer-se com o avô Lai Liba, nem ficar com esse remorso às costas…

Outro animal que os indígenas nunca matam por sua iniciativa, mostrando repugnância em fazê-lo, quando o branco lhes manda, e que eles tratam também por avô, é o tóque, cuja voz roufenha, quase humana, os sensibiliza até ao calafrio, por lhes anunciar do alto dos tectos e das copas das árvores, – to-que, to-que – os anos que lhes faltam para morrer.

---

que o jacaré merece da gente de Séçal é uma das formas mais características que conheço, do totemismo existente em certos povos primitivos.

Vejam-se as definições de J. G. Frazer: «**O totem é uma classe de objectos materiais que o selvagem olha com um respeito supersticioso**, crendo que existe entre ele e cada membro desta classe uma relação íntima e muito especial. As relações entre um homem e o seu totem tem um carácter de utilidade recíproca: o totem protege o homem e este prova o seu respeito pelo totem, de diferentes maneiras; não o mata, por exemplo, se é um animal; não o corta nem o colhe, se é uma planta. Um totem, e isto o distingue do feitiço, nunca é individualizado, mas sempre uma classe de objectos, geralmente uma espécie animal ou vegetal, mais raramente uma categoria de objetos inanimados naturais, menos vezes ainda, de objectos artificiais.» Frazer distingue o *totem* da *tribu,* (clan-totem), comum a toda uma família étnica, e que passa duma geração a outra por via de heranças; o totem sexual, comum a todos os homens ou a todas as mulheres duma tribo e pertencendo exclusivamente a um sexo; e o totem individual, propriedade dum individuo isolado, aos herdeiros do qual não pode ser transmitido (Le Totemisme, trad. de A. Dirr e Van Gennep, pags 3 e segs.). Num livro do holandês Riedel sobre os Celebes e os Papúas, apontam-se certos habitantes das ilhas vizinhas de Timor, (Amboina, Ouliase, Quíssar, Vétar, Aarou e Babar), que julgam descender de árvores, porcos, crocodilos, enguias, serpentes, cães, tartarugas, etc.- animais que não comem - e diz o autor que algumas famílias das ilhas Leti, Moá e Lacor, adoram o crocodilo e não lhe podem comer a carne.

Em Vemassim, na casa lulic da praia, deve ainda haver uma cobra vermelha, sarapintada, que se alimentava de pintos, carne seca e arroz. Não faltava manhã alguma, em que lhe não acendessem uma vela de homenagem.

Nos sucos de Maluro e de Lai-Soro-Lai, existia um tabu interessante: ninguém plantava arequeiras, nem lhes aproveitava os frutos para a masca. Acabou o tabu com a criação dos viveiros dos sucos, que institui e onde cada indígena, por toda a circunscrição, era obrigado a semear cinquenta arecas por ano. Outros tabus têm caído em decadência. Assim, outrora, era defeso pôr-se a mão directamente na bandeira portuguesa, passar sobre a sombra que esta, içada nos mastros das autoridades, projectassem no chão, e beber tuaca em certos locais, como por exemplo, na nascente de Bauéau. No suco de Uani-Uma não se podia entrar de calças, dentro da povoação do chefe. Fui eu o primeiro europeu que lá entrou. Tinha chegado de fresco à circunscrição e pusera-me a percorrer todos os sucos, um a um. Grande, porém, foi o alarme dos funcionários indígenas da Administração, quando souberam, na véspera, que um deles tinha de me acompanhar, e eu, por certo, lhe não permitiria renunciar à indumentária europeia a que eram obrigados em serviço...

Para o indígena, os loucos são desgraçados que urinaram em cima dalgum *faluno*, que o troçaram ou lhe faltaram ao respeito, de qualquer modo. A lepra é, também, castigo de Deus. Mas ninguém se atreve a brutalizar, nem uns nem outros, chasqueá-los ou recusar-lhes comida, porque os espíritos o não permitiriam. Pelo contrário vêem-se os indígenas, nos recenseamentos, a acompanhá-los, guiá-los, ampará-los e reconduzi-los, depois, a casa, cercando-os sempre de atenções.

XI - ALMAS PENADAS

Rudimentar, sem teologia organizada, a religião timorense formula-se e caracteriza-se por crenças animistas e pelo culto dos antepassados, mal se define na concepção das divindades dominantes e não chega a teorizar explicações àcerca da génese do universo, nem sobre a origem da vida. Quando se insiste com os indígenas, para que nos traduzam a noção que formam de Deus, verifica-se, realmente, que eles o designam por Uru-Uato, palavra composta, que, tanto em Macassai, como em Uaimaa,[93] os idiomas mais generalizados na circunscrição, significa Lua-Sol. Nota-se que é invocando Uru-Uato que às vezes realizam os seus juramentos. São eles próprios que justificam o enterramento dos cadáveres, com os pés virados para o Nascente, dizendo que assim, as almas, ao separarem-se dos corpos, dão de cara com o Sol. E apura-se, com muito labor, que há duas estrelas, a que chamam Lela Dara e Lequi-Luro – e às quais envolvem numa consideração tão supersticiosa, que supomos tratar-se de dois outros deuses. Lela Dara é a Estrela

---

[93] O macassai é a língua mais espalhada na circunscrição. Há, todavia, na mesma zona, o *uaimaa*, que se fala em alguns sucos dos subúrbios da vila, em Bercoli e Venilale; o galoli que de Manatuto irradiou para Vemassim; e ainda o *midique* e o *nauele*, dialectos encravados em certas aldeias de Venilale.

d'Alva; Lequi Luro, a mais viva da constelação de Orion. Se algum timorense, por inadvertência, pronuncia esses nomes prestigiosos, bate logo no peito e corre para casa a penitenciar-se, sacrificando uma parelha de frangos, um oferecido a Lela-Dara, outro a Lequi-Luro, o primeiro junto com arroz, o outro com milho.

O conceito que fazem dessas divindades, os atributos e a missão que lhes conferem, continua a ser um mistério que nenhum timorense, por mais civilizado e cristão que se julgue, se atreverá a violar. A não ser, o que também é possivel, que, manejando línguas pobres, desprovidas de expressões abstractas, e mais preocupada com as benemerências e, sobretudo, com os malefícios dos espíritos inferiores que habitam os falunos e vivem à flor da terra, em contacto permanente com os vivos – nunca a imaginação indígena se houvesse preocupado em esboçar uma metafísica, entretendo-se em precisar a ideia de Deus, – ser demasiado transcendente e assaz desligado das acções humanas, para mover os indígenas a personalizá-lo e desencastoá-lo da névoa confusa em que o envolvem.[94] As almas dos mortos, essas é que absorvem o interesse dos vivos e determinam ou embaraçam toda a existência. Nunca a frase de «os mortos comandam os vivos» foi tão verdadeira como em Timor.

Para o habitante de Baucau, as almas, quando se libertam das carcassas humanas, vão concentrar-se e passam a residir em três ou quatro paragens consagradas. Ou em Afabuhobere, nas fragas da montanha da Mate Bíam,[95] cujos cerros alcantilados se erguem a 2.350 metros sobre o mar, dominando toda a massa orográfica oriental da colónia; ou em Dacibuináa, na planície da Caibada, entre os morros pelados e cinzentos de manganez, um quilómetro a oeste da ribeira de Séçal; ou em Uásica, nas terras escalvadas e pedregosas que descem, em rampa, de Caicido à ponta de Bondura, numa vasta extensão de paisagem hostil e deserta, que vai até ao mar, sem um veio de água, sem uma vereda, nem um tecto de cabana. Quando morre algum notável de Baucau, quem nessa noite estiver na colina de Buruma, ouve um rumor surdo de caixas de guerra e de vozes de comando, que o vento traz das bandas de Séçal. É a guarda-de-honra das almas que vêm ao caminho, para servir de escolta ao espírito do defunto ilustre …

Crêm, porém, os indígenas que, se as almas habitaram em corpos que eram de gente ruim, assassinos, ladrões, incestuosos ou filhos rebeldes, vão encarnar-se, depois, em porcos-bravos e em veados galhudos. Julgam, outros, que as almas réprobas jazem durante algum tempo encerradas em calabouços, purgando as

---

[94] O mesmo aspecto vago e informe tem Marómac nas regiões que falam o tétum.

[95] Mate Bíam significa, em tétum, almas (*biam*) dos mortos (*mátè*). Foi nome que lhe deu a gente do reino de Luca, na contra-costa, onde se fala aquele idioma, e que, nos seus tempos de fastígio, estendeu jurisdição até Viqueque, Ossú, Venilale e a alguns sucos da Mate Biam. Luca chegou a ter uma igreja católica e, ao que parece, um seminário indígena. A sede do reino aglomerava uma densa população, que cobria uma grande superfície do litoral com plantações de arroz. Hoje, devastada pela malária e desprestigiada por várias derrotas, em velhas guerras, só resta de Luca meia duzia de cabanas, um régulo escanifrado e barbudo, que parece o fantasma do reino, e dois sinos armoriados, suspensos num cavalete miserável, à porta duma palhota.

malfeitorias que praticaram, ao passo que aquelas que observaram fielmente os tabus tradicionais, andam a pairar, ao menos durante algum tempo, em torno das povoações da parentela.

O terror que as almas penadas inspiram aos timorenses, é de tal guisa que raros são os que se aventuram isolados a jornadear de noite. Sempre que a Administração carece, ao pôr-do-sol ou noite já fechada, de fazer sair estafetas, portadores de ordens ou comunicações de urgência para algum posto, tem de os mandar em parelhas. São eles mesmo que o reclamam, e, se por timidez, não se atrevem a solicitá-lo, é sabido que o mensageiro irá aninhar-se em qualquer aldeia ou cafua, esperando o sol nado para, então, se desobrigar do encargo. É de noite que as almas deambulam, vagueando por toda a parte. Não são poucos os indígenas que esbarraram com elas, ou perfiladas sobre os montes, em atitudes, mímicas e vozeirões calafriantes, ou estiradas no meio dos caminhos, para desgraçarem os incautos que nelas tropecem ou as calquem. Os meus criados, que eram chefes de família, como todo o bom timor abonado, à noite, quando concluiam o serviço, recolhiam a penates, nos arredores da vila. Mas se alguém morria em casa que lhes ficasse à beira do itinerário habitual, já eles se entregavam, durante sucessivos dias, a largos e arrevezados desvios. Prevenindo a esperteza da alma do finado, iam por uma banda, e na manhã seguinte tornavam por outra muito diversa, despistando assim qualquer intento de perseguição…

Ninguém ousa, em plena noite, transitar nas proximidades dos cemitérios, mas se, por acaso, é de todo impossível escapar a esse trajecto, não se esquece o indígena de oferecer às almas uma homenagem de areca e de betel.

Um dos números das festas da Exposição de Baucau (1930):
A dança guerreira do «Loro-Sahe» (sol nascente), junto à nascente sagrada da vida.

XII - BRUXOS E CURANDEIROS

Vive o timor na permanente obsessão das almas e dos bruxos. Ha numerosas criaturas tidas e havidas como feiticeiros, e a quem se acusa de sinistras façanhas, mortais olhadelas, terríficos vampirismos. Imputam-lhes certas mortes repentinas ou outras que sobrevêm após doenças, cujo diagnóstico subsiste, sem natural explícação. O bruxo, o sabalai, nada tem que o distinga do comum dos conterrâneos. Há-os velhos e novos, homens e mulheres, tortos e escorreitos, incultos e civilizados. Nas suas habitações, inútil procurar desencantar apetrechos de quiromância ou artes ocultas, ou cenários macabros que denunciem a personalidade do inquilino.

O amanuense da minha Administração de Baucau, por exemplo, tinha fama estabelecida de bruxo. Era um pacato quarentão, inteligente, videiro e bem humorado, filho de auxiliar, mas proprietário duma excelente casa de alvenaria, florida e vistosa. Bígamo, é certo, mas católico baptizado, e de dois em dois meses, quando chegava o missionário, assistia a todas as missas, frequentando a igreja, onde casara com a primeira das suas mulheres, cujo barlaque pagara, todavia, seguindo os bons preceitos regionais ... Pois, a voz pública, apontava-o como responsável de mortes sem conta. No tempo do meu predecessor, tinham-no surpreendido de noite, nas vizinhanças de certa moradia, onde agonizava a mãe dum outro funcíonário. O amanuense estava metido dentro dum cano de rega, e viram-lhe a boca aberta, a vampirizar a alma da moribunda. Horas depois, a velhota já não era deste mundo. Noutra ocasião, encontrando-se a dormir a professora Natália, também católica praticante, educada pelas freiras de Manatuto, despertou em sobresalto, pulou da cama e correu, desvairada, para o meio da rua, alarmando toda a povoação em berros desaustinados: «vira, o amanuense debruçado sobre ela, de novo as fauces escancaradas, preparando-se para lhe comer a alma»... Outros casos fatais eram atribuídos ao bonacheirão do meu escriba, o qual, fiel ao seu nome pacífico de Manuel Boavida, continuava a sangrar-se em saúde, embora não ignorasse a reputação pouco lisongeira de que gozava. Era, porém, geral convencimento de que, se ainda o não tinham suprimido, como medida de salvação pública, o devia ele a ser empregado do Estado.

Muitos crimes de homicídio praticados em Timor, são inspirados pela necessidade de defender uma família ou uma povoação contra os malefícios dos bruxos. Recordo-me dum processo que instruí e em que figurava como autor certo principal de Laga, que, tendo visto morrer, uns após outros, dois filhos e dois sobrinhos, assoldadara dois plebeus para largarem fogo à cubata dum *sabaiai*, carbonizando este, a mulher e um filho ainda catraio. Quase asfixiados, os três conseguiram escapar à cremação, safando-se de casa e indo esconder-se num milharal. Mas aí os perseguiu a sanha dos mercenários. A mulher sofreu graves lenhos, e ao feiticeiro, esborracharam-no à paulada.

De outra vez, tive de meter na cadeia o próprio amanuense, por ter espancado um chefe de povoação, arguindo-o de estar a «comer» a alma duma das mulheres do agressor. Esta caíra em quebranto, chamara-se o doutor indígena, o

mossa[96] imprescindivel, a fim de observar a enfermidade, e o facultativo concluira por identificar o *sabalai* empenhado em dar cabo da matrona. Logo o amanuense se precipitara para casa do bruxo, a amassar-lhe a carcassa, e este fora refugiar-se na tranqueira, esperando o Administrador, que nessa noite devia estar de volta duma das suas rondas pela montanha. Era de ver a indignação com que a vítima protestava contra o vexame, não só por um filho de auxiliar ter levantado a mãe contra um nobre, cujo pai, repetia ele, fora «oficial da 2.ª linha, com carta patente do Governo», mas porque a pecha de bruxo, a radicar-se na credulidade dos patrícios, criar-Ihe-ía uma auréola que só poderia causar-lhe gravame.

Mais ou menos por esse tempo, sucedeu que o chefe do suco da Cai-Bada, Artur de Almeida Cabaço,[97] desatou a emagrecer, a perder a cor e o apetite, mirrando-se, de tal forma que, numa certa altura, quando vinha à Administração receber ordens, já mal se podia suster de pé. Desaparecia a olhos vistos. Mas uma tarde, ei-lo que me entra no gabinete, trazendo a reboque um indígena, de mãos amarradas e todo trémulo de susto.

– Senhor Administrador, – diz-me o chefe Artur. V. Ex.a tem querido saber qual o motivo porque estou assim derrancado e mais morto que vivo!? Pois aqui tem o causador da minha desgraça. Este maldíto é *sabalai*. É ele que anda a matar-me aos poucos. Esta noite encontrava-me eu no lantém, acordei e dei com ele a espreitar-me pela porta, que entreabrira.

– E foi então que o prendeste?

– Não, senhor. Foi esta manhã. De noite, quando o descobri, quis levantar-me e caçá-lo, mas não pude. Parecia que tinha um pedregulho em riba do corpo... Ele estava a comer-me a alma. E por certo que foi ele quem comeu a de meu irmão!

O mano – Acácio Flores[98] era a sua graça – falecera, realmente, poucos meses antes, mas o que o devorara fora a tuasabo, que raquitisa e caquetisa a maior parte dos indígenas. É raro o timorense que, entre os quarenta e cinquenta anos, já não tenha as mãos trémulas do alcoolismo.

Aflitíssimo, o preso afirmava a sua inocência. Com igual sinceridade e maior excitação, o chefe continuava a acoimá-lo. Mandei soltar o homem, dizendo-lhe que nessa noite eu mesmo deixaria aberta a janela do meu quarto, e que fosse ele para lá ensaiar as suas habilidades, sugando-me tambem a alma... Mas o que não consegui foi dissuadir o queixoso, persuadido, como todos os nativos, de que as

---

[96] *Mossa*, o mesmo que *matadoc* em tétum e *naara* em uaimáa.Sabalai, o mesmo que *bua* em tétum, *massa el amac* em galoli e *suangue* em malaio e no português de Díli.

[97] Os indígenas que se pretendem civilizados, crismam-se com nomes de comandantes e administradores que passaram pela região, ou de governadores que se demoraram na colónia, e que os impressionaram. Encontrei um montanhês que se registara como Celestino da Silva. Há outros governadores que, por efémeros ou por terem estado alapardados em Díli. não logram que os seus nomes sejam decorados ou conhecidos do indígena do interior. A adopção dos nomes das autoridades locais, é frequente.

[98] Outra homonímia dum antigo oficial que prestara serviço numa guerra de Baucau e cujo nome se reteve.

malas-artes dos bruxos não têm poder sobre os brancos... Para os indígenas, porém, o sabalai é uma entidade temerosa. Não se limita a tragar gente: come os próprios búfalos. À distância, sorrateiros, dão uma lançada invisível e certeira no bojo duma pessoa ou dum animal, abrem ferida imperceptível e, por esse buraco, começam, sempre de longe, a chupar a vida. «É como o vento que estraga as coisas e não se avista», dizem os timorenses.[99] Tais brechas, só as distingue o mossa, o doutor sortílego, que tudo sabe e tudo vê, curandeiro universal, vivendo na sociedade indígena, a par com o sabalai, como o cão e o gato. Um dos chefes mais europeizados que havia na minha circunscrição, capitão de 2.ª linha e antigo comandante de dois postos em Viqueque, José dos Reis Costa, guardava uma raiz dum arbusto raríssimo, que se dignava emprestar ao mossa do seu suco, para sarar as tais feridas invisíveis, que só eles têem a faculdade invejável de reconhecer...

O mossa dispõe duma farmacopeia complicada, parte de herbanário, parte de alquimista. Um deles, pus eu a ferros por ter propinado a uma criança doente, certa mezinha repugnante, em que entravam esqueletos de lagartixas. São os mossa que interpretam os sonhos dos enfermos e identificam os feiticeiros, eujos nomes as vítimas pronunciam de vez em quando, a denunciarem os autores dos seus achaques. O mossa é uma cabeça imaginosa, de expedientes variadíssimos e dum engenho inesgotável. Até o aproveitam como agente de investigação policial. Havendo um furto, passam-lhe um galo para as mãos, ele rasga-lhe as entranhas, procede à vístoria das miudezas, e logo acerta com o chamadoiro do ratoneiro. Se uma mazela é renitente, esquarteja um frango, consultando-lhe o figado, manda vir um gongue de cobre (dadíl) que seja *faluno*, e roça-o pelo corpo do enfermo, que não tarda a sentir melhoras... Outras vezes, são prestidigitadores e hipnotizadores fantásticos. Transformam as almas em galinhas com narizes humanos, ou obrigam os *sabalai* a confessar as suas proezas, o que eles fazem geralmente por fraqueza de espírito ou vã glória, para grangearem presentes ou conseguirem empréstimos, de ingénuos a quem inspiram receio.

Se um homem tem febre, o mossa toma umas rodelas de areca já consagradas por terem sido oferecidas a um *faluno* qualquer, embrulha-as em folhas de aquediro e pendura-as ao pescoço do doente. Para a sarna (cáqui), aplica banhos do suco de determinadas folhas de toranja, ou então mastiga copra assada, até lhe extrair todo o sumo, mistura-a depois com pólvora e esfrega-a no corpo do enfermo. Se se trata de desinteria, o remédio é cozinhado com sementes de abóbora e milho encarnado, desfeito em pó, ou constituído por uma porção de água quente com cascas de toranja. Se a maleita se acusa por pontadas, saliva-se uma raspa de árvore *patecai*, e esfrega-se esta na região atingida. Aos lázaros, massajam-lhes as feridas com toda a força, para lhes fazer sai o sangue ruim, empregando para isso um caroço de maçaroca de milho, que vai primeiro ao lume e se passa depois nas

---

[99] Noite cerrada, os *sabalai* rondam as casas, travestidos em porcos ou disfarçados em cães, para sorverem a vida de quem lá mora...

pústulas esponjosas.[100] Quando alguém se queixa de dores de cabeça, ata-se-lhe na nuca um cordel, que prende a testa, comprimindo-a violentamente, ou carimba-se o pobre diabo com duas pastas de cal aguadas em sumo de limão.[101] Para equimoses e mordeduras, não há como as raizes da *lábar*, eficacíssimas se forem grudadas com masca. E se a gente entra a sentir as costas e o peito dorido, não se deve hesitar; bate-se à porta do mossa, conta-se-lhe o nosso mal, o espertalhão destila umas rezas cabalísticas, volta-se lá dias depois, ele esguicha um jacto de masca sobre as nossas ricas costelas, e dali a nada, com grande espanto nosso e no decorrer dumas fricções com que nos esmaga o cavername, eis que lhe sai das mãos um autêntico calhau, que ele nos explica, sabiamente, ser a origem do nosso mal estar! Era a pedra, afinal, que andava dentro de nós, para baixo e para cima, a afligir-nos a paciência …

Mixto de curandeiro, de vidente, de acrobata e de faquir, o *mossa* é, em geral, um nevropata, com acessos intermitentes de epilepsia e condenado a um desgaste rápido e a uma morte precoce. De ordinário, o pai também foi um epiléptico e um *mossa*, e o filho herdou-lhe a neurose e a sabença, desencabrestando, depois, os nervos com os ingredientes picantes do bétel e da areca.[102] Durante as suas práticas de mais aparato, todo o corpo lhe treme, fala sem nexo, estrebucha, dá saltos de possesso, até cair esgotado. Ergue-se depois, de rompante, senta-se sobre pontas de espadas, passeia em cima de brazas, enfia velas acesas na boca, e tomba de novo, ficando algum tempo crispado, como morto, para, em seguida, despertar e anunciar que esteve em contacto com os espíritos. Ao pescoço traz uma pedra negra ou vermelha, de preferência negra, que é sagrada e que se chama *buisole*. É um talismã que inspira um terror irresistível. Às vezes, servem-se dele para extorquirem dinheiro aos pategos: ou me dás já uma pataca, ou o *buisole* vai-te comer!...

Para o mossa, não há doenças que não sejam provocadas por desacatos aos faluno, por infracções cometidas, dos deveres para com os avoengos, por maus olhados, ou por rapto da alma, que algum sabalai arrebatou para sua casa ou amarrou nalguma árvore, da qual é preciso libertá-la, entre orações, pondo-se masca no respectivo tronco.

A alma (suma) toma a forma de uma aranha especial (*boba raco*).

---

[100] Os leprosos, vivem em casas separadas e a família manda-lhes a comida. Não há na colónia um lazareto. Chamam-lhes, em macassai, *bainuno*, de *bai*, porco, porque aos leprosos é defeso o comer a carne dos suinos. A esta, quando cozinhada com sumo de limão, atribuem a doença, e há numerosos indígenas que se recusam a comê-la naquelas condições. É lulic, dizem. Como é lulic o comer feijão branco ou vermelho, do tipo europeu, que, todavia, semeiam e vendem, por determinação das autoridades, que dessa cultura já obtêm uma notável produção. Muitos católicos, o meu amanuense entre eles, não lhe metia dente. Só comem o feijão nativo, miúdo e negro, e perigoso quando não é lavado em várias águas.

[101] É frequente encontrarem-se indígenas com a cabeça amarrada por barbantes, ou com a testa estampilhada por duas manchas de cal já seca, do tamanho de hóstias.

[102] Às vezes, se tem talento natural, o *mossa* aprende com algum mestre que lhe transmite a ciência por amizade ou a troco de dinheiro.

XIII - CENAS DE ESPIRITISMO.

Quando alguma desgraça desaba sobre um timorense, ou alguma enfermidade o ataca, logo se recorre às artes e manhas do curandeiro para esconjurar os malefícios. Promete-se-lhe boas maquias e o fenómeno não falta.

Este homem precioso e excepcional, – que se enfeita com o nome de *liurai mossa*, ou ainda mais pomposamente, liurai, apenas [103] – faz-se acompanhar por um acólito - o duro bossa, que é o portador e o tocador duma espécie de viola, o *lacad' hou*: um entrenó de grosso bambú furado numa das pontas, e com cordas feitas de lâminas, também de bambú, presas por cordéis aos dois extremos e dispostas ao longo do instrumento. É dedilhado por uma palheta, de ponta de búfalo.

O mossa invoca os espíritos numa linguagem prolixa, às vezes incompreensível e que é, então, vertida pelo intérprete, no idioma do consulente. O língua vai explicando:

– *Liurai lólo: súma aí 1áa, sabalái guitâna múto.*

O enfermo, pelo visto, recusou-se a qualquer pedido dum *sabalái*, a dar-lhe ou emprestar-lhe néli, e ele vingou-se, deixando-o sem alma. Como obter a reintegração desta no corpo do paciente? O *liurai* é interrogado pelo duro bassa e replica que se torna «preciso mandar um oficial». O dono da casa traz sete grãos de néli, entrega-os ao *duro bassa*, este descasca três, dá-os ao *liurai*, o qual, nessa altura, põe-se a assoprá-los e a chegá-los ao ouvido, com o ar atento de quem escuta vozes só inteligíveis para ele. Três vezes se repete a manigância. O curandeiro já começa a tremelicar, sacudido por uma crise. Mãos e pernas agitam-se duma forma impressionante.

– Sim! – responde ele três vezes, às palavras que Deus lhe diz por via dos grãos de néli.

Depois, o *duro bassa* atira os grãos pela janela. É o *oficial* com os seus soldados,[104] que parte em busca da alma extraviada. Um compasso de espera. Toca-se o *lacad'hou*. O *mossa* desata a mastigar frutos enervantes de camim e assobia com uma expressão estranha de alucinado. Silêncio e espectação ansiosa. A folhas tantas, o *liurai* anuncia que a «alma já vem perto». Redobra a excitação do público. Mas, como a alma, afinal, se retarda no caminho, pede o *mossa* que lhe tragam um ovo de galinha. Examina-o demoradamente e verifica que a alma tornou a ficar cativa. «O *sabalai* está a fazer muita força para a reter». O caso é difícil, mas não chega a ser desesperado... Que lhe tragam um galo branco ou vermelho, para «se transformar em cavalo» em que a prisioneira se escape, mais uma espada para lhe servir de rota»[105], e ainda uma pataca que «lhe fará de cadeira».

---

[103] Liurai, palavra da lingua tétum da qual, por vezes, como do português, se salpicam as frases em macassai – quer dizer «maior que a terra», e com ela se designa o próprio deus dos timores. Liurai mossa é o curandeiro em nome e por inspiração de Deus...

[104] Assim, em português, lhe chamam os curandeiros durante as suas práticas.

[105] *Rota*, vime. Em português de Timor, todo e qualquer chicote.

O *mossa* volta a mascar o camim, e joga agora duas folhas de bétel ao ar, apanhando-as depois na mão espalmada. Se cairem fechadas, é mau sinal. Se vierem abertas, é porque a alma não se deve atrasar muito. E o liurai, cada vez mais exaltado, cobre a cabeça com a lipa,[106] assobia mais estridentemente, contorce-se como um lagarto, e brada ao ajudante:

– *Duro Bassa! Bessi, béssi caúro! Bôbo cassa, béssi, béssi basse!* [107]

O duro bassa, palhetando o *lacadhou* ou fazendo-o ressoar às punhadas, cumpre a ordem, tocando com uma rapidez vertiginosa. Num dado momento, o curandeiro esbugalha os olhos, e dá, então, um salto como quem apanha uma mosca. Abre depois a mão, e os espectadores vêem nela ou uma aranha viva, que parece de prata, ou um caracol, e que é a alma já liberta e reconduzida, junto da qual se vêem de novo os grãos de néli que foram arremessados pela janela.

Dando várias reviravoltas, como se fosse um pião, o liurai entrega aquelas coisas admiráveis ao ajudante e, plantando as unhas nos quadris, ordena-lhe que abra os grãos:

– *Loé, bessi, bessi!*

Quebra-se a casca do arroz. Se dentro de algum aparece uma mancha verde, é porque um soldado já morreu na expedição...

– *Soldado ú hai úmo. Soldado ú hai gúto. Diabo*[108] *sabalai, nocorau!*

E depois, para o dono da casa:

– *Sae ila, nae bessi!* .

O dono da casa, que tem igualmente de mascar camim, traz novos frutos desta espécie, assim como raízes de *lode*, uns e outros pisados e feitos em pasta, que o liurai aproveita para enrolá-la em uma ou mais bolas, conforme as aranhas ou caracóis que lhe surgiram na mão. As bolas são sopradas e levadas ao ouvido, para segredarem qual o motivo da doença.

– *Hum!* – responde o curandeiro, declarando-se entendido. E, em seguida, para o enfermo, com a intimativa dum poderoso taumaturgo:

– *Sissíri, hau etémi!* Doente, levanta-te já!

É nessa conjuntura que se localiza a maleita. Se esta é da cabeça, emprega-se a aranha *guidae,*[109] colando-se a respectiva bola na fronte do desgraçado, cuspindo-se lhe para cima e dando-se-lhe três ruidosos beijos, Se o mal não é daí, pega o liurai noutra bola, a *gui falai néle*, a do braço esquerdo, e vai assim procedendo a várias, consecutivas experiências, até acertar com a cura do paciente. A sessão é intervalada com novas tocadelas de viola, cortada por pinchos e contorções mais espectaculosas, e demorada por incidentes sempre pitorescos e destinados a conservar a assembleia em permanente vibração.

---

[106] Pano riscado de algodão que usam os timores, prendendo-o na cintura, de modo a taparlhes as pernas até aos artelhos.

[107] *Bessi*, depressa; *basse*, bater ou tocar; *ate caúro* e *bobo cassa*, o mesmo que *lacadhou.«*

[108] Também em português.

[109] *Doe*, cabeça; *gui*, dele ou dela.

Por exemplo, se alguém da assistência não resiste ao grotesco da cena, o *mossa*, indignado, acode logo a proclamar que o liurai morreu de repente:

– *Liurai hai umo*!

Para ressuscitá-lo, é preciso dar-lhe dinheiro: dez ou vinte ávos, conforme as exigências dos dois sacripantas.

Estes, às vezes, demoram-se vinte dias e mais, em casa ao doente, esperando realizar a cura, por definitivas e imprevistas mirabolâncias No fim, pagam-lhes os serviços com vinte patacas, além da espada e do galo que entraram na comédia. Como se trata duma diversão movimentada, e como o indígena não dispõe de passatempos agradáveis e os afazeres não lhe sobram, é costume acorrerem parentes e vizinhos, para gozarem a farsa, embora a troco dos sacrifícios que lhes impõe o curandeiro: não terem relações sexuais e não tomarem banho, enquanto ele não curar o enfermo, e não comerem nem beberem, enquanto ele não interrompe as suas funções para repousar, num descanso, aliás bem merecido...

*

O indígena Raco Leve, da povoação de Samalari, suco de Lai-Vai, posto de Lai-Vai, aparece-me na Administração a queixar-se de que foi vítima da intrujice dum seu patrício, há coisa de dois anos. Estava o queixoso na sua terra, empoleirado num aquediro, por onde gatinhara para colher a tuaca, quando alguém, no caminho, o interpelou:

– Ora, deixa-te disso, homem! Porque hás-de andar com esses trabalhos, se é só quereres para ficares rico!...

Raco Leve olhou para baixo e deu de cara com quatro viandantes. Agarrou no bambu da tuaca, desceu da palmeira e dali a pouco estava à trela com eles. Palavra puxa palavra, não tardou a saber quem eram e donde vinham. Um chamava-se Dai Reci e nascera em Báaguia; os outros três provinham de Quelecae e chamavam-se Reci Cai, Cai Bada e Sina Soro. O primeiro apresentou-se como *mossa*,[110] o último como *durobassa*, e os outros como «ordenanças do *lulic*».

E tornaram à vaca fria

– Sim, realmente, no mato de Lai-Vai havia mutiçala em barda, — dizia o Dai Reci. — E eu posso mostrar onde ela se encontra. Fui eu mesmo quem enriqueceu o tenente-coronel Noco Loi, de Defa Uace. Se ele tem fortuna, deve-mo a mim!...

Tão bem falante era o *mossa*, que o bom do Raco Leve entrou logo em ajuste: adiantaria sete patacas, o Dai Reci iria com a comitiva ao mato, buscar a mutiçala, e quando esta cantasse nas mãos do de Lai-Vai, ser-lhe-iam dadas vinte patacas mais.

Eis agora todos cinco em fraternal camaradagem e o mossa instalado em casa do Raco Leve como se fosse o grande Elias... Mal se apanha lá dentro, e se vê senhor das sete patacas, começa a impor condições violentas: durante cinco dias e cinco noites seguidas, nem Raco Leve, nem a família, poderiam pregar olho!...

---

[110] Afirmou-me este homem que a alma do pai, falecido há seis anos, lhe aparecera duas vezes e de ambas para lhe aconselhar: – Tu és timor, tu és pobre. Vai fazer-te *mossa*!

Todos anuíram, tal a cobiça com que o tesouro anunciado lhes esfervilhava o sangue. Durante aquele prazo, ninguém deitou o nariz fora da palhota. De cócoras, cercando o *mossa* e os acólitos, ali ficaram embasbacados para as cenas de magia com que o Dai Reci os atordoava. Um do séquito ia tocando machete, enquanto o adivinho invocava o espírito, berrando — *liurai hai mau, liurai hai mau!* — ou se rebolava no pavimento, ou esperneava e se contorcia e dava pinotes, ou agitava uma vela de camim, a arder, que, depois metia na boca, assombrando a assistência estarrecida.

Entretanto, pusera-se de reserva um dos quartos da palhota, que se havia de encher de mutiçala até ao tecto, e onde, contudo, os charlatães, a pretexto de novas rezas, se iam revezando, a descansar, dormindo corno cevados...

De noite, o *mossa* obrigava toda a gente a empunhar velas. Ele apagava a sua; os outros faziam o mesmo. Era, então, nessas trevas propícias e sugestivas, que o birbante simulava animados diálogos, em que dizia estar a palrar com os espíritos, e fingia tirar da boca autênticos cordões de mutiçala.

Entretanto, o pacóvio do Raco Leve já se desfizera de vários objectos que o maroto lhe pedira, como necessários para o inspirarem na descoberta do paradeiro onde se escondiam as maravilhosas riquezas. Foi primeiro um colar de mutiçala de 160 grãos, número insignificante, mas que se multiplicaria dentro dum saco misterioso que o *mossa* pousara em frente de si, esperando que transbordasse como a cornucópia da Fortuna... Seguiram-se depois duas lipas, dois lenços e duas espadas, que se empilharam sobre o saco, para darem sorte... E não tardou que o Raco Leve se deixasse também convencer a matar o melhor porco que tinha, e cujo sangue, vertido num prato, era indispensável para «lavar a mutiçala», mas cuja carne a comeram o *mossa* e o seu rancho, cozinhada com arroz, também fornecido pelo dono da casa...

Na sexta noite, exaustos de tantas vigílias, Raco Leve e a parentela não tiveram mão em si e caíram fulminados de sono. Quando acordaram no dia seguinte, já ia alta a manhã. O liurai mossa e a sua companhia de burlões, as mutiçalas, as lipas e os lenços, tudo havia levado sumiço!...

Dois anos mais tarde, tendo o artista da viola aparecido em Laivai, foi reconhecido pelo Raco Leve, que o fez prender no bazar e o conduziu ao posto, donde ambos foram bater à Administração. Consegui fazer prender o resto da cáfila e obrigá-la a restituir ao simplório tudo quanto lhe tinham roubado.

Tive ocasião de interrogar diversos curandeiros. Uns eram flagrantes intrujões, outros maníacos sem mescla. Houve um, por exemplo, que se me apresentou com os flancos cobertos de pústulas, chagado como um lázaro, e a expressão característica dum tarado. Em linguagem delirante, contou-me como se iniciara na arte dos sortilégios.

Era ainda um garotelho e passava junto à ribeira de Afalita, por diante duns rochedos esbranquiçados, quando se lhe deparou, mesmo à mão de semear, uma panela atulhada de mutiçala. Parou, aproximou-se, agarrou nas pedras preciosas, e pôs-se a correr à desfilada, em direcção à casa familiar. Nisto surgiu uma figura de

homem, «mais alto, porém, que duas palhotas empinadas uma em cima da outra», e que o perseguiu, espancando-o com um galho de gondão.

– São ainda desse tempo as feridas que trago no corpo — dizia-me ele.

O pequeno deixou logo a panela e continuou a fugir, mas ao chegar à cabana paterna, viu que o tal vulto e outros iguais a ele, se tinham posto a rondar em frente da porta.

– Quem eram, afinal?

– Eram os diabos, *suceliso*![111]

– E quem são os diabos?

– São os soldados de Marômac, os polícias de Deus!

Desconcertado com a resposta, insisti

– Mas quantos diabos há?

– Muitos.

– E vêem-se a olho nu?

– Às vezes. Outras, não. Estão deitados na terra, ao comprido, e vai a gente não dá por eles, pisa-os e adoece logo.

– E não há remédio para a doença?

– Haver, há. É questão de se mascar e esfregar no peito as flores encarnadas do *caisebedai* e a raiz do açafrão...

Pois o catraio, acossado pelos diabos, ficou *zorato* de todo. Até que, passados alguns dias, surgiu-lhe uma pessoa «alva como um china» e da altura dum homem vulgar. Estava junto duma barraca erguida em cima duma árvore e vestia de calça e casaco branco, e este todo ornado de libras. Era o Marômac!... Junto dele, à laia de condestável, pousava um diabo ostentando uma longa capa negra: o *Fidaecoro diabo berecama*, explicou o narrador.[112]

E foi nessa ocasião que Deus o inspirou e lhe conferiu os poderes de milagreiro que o tornavam agora famigerado entre os ingénuos conterrâneos de Báaguia.

*

Onde, porém, o *mossa* tem um papel de relevo, é no estilo chamado *defa lassi, assa lassi*.[113]

Este realiza-se quando alguém morre de repente, despertando suspeitas de intervenção sobrenatural, muito grave, que é preciso esclarecer com urgência, para o resto da família não ser abrangida por algum castigo de Deus.

Para esse efeito convocam-se os parentes *omarahe* das cercanias, dirigem-se depois todos à casa sagrada, trazem de lá os *faluno* do suco e a espada mais prestigiosa. O cadáver, entretanto, está ainda insepulto. Por debaixo do esquife, amarra-se um cão e um frango. Chama-se o *mossa* de maior celebridade que haja no reino, e, com ele na dianteira, põem-se a caminho dum terreiro que, para aquele

---

111 *Suceliso*, deturpação de Sua Excelência, habitual sobretudo nos montanheses de Baucau.

112 *Fidaecoro*, cabeça de nós todos, nome que os indígenas dão também às autoridades. *Berecama*, grande.

113 Ou *defa sei, assa sei*. *Defa*, cão; *assa*, galo; *sei* e *lassi* cortar.

fim, é costume haver em cada suco. Aí agacham-se, formando círculo, e cada qual coloca uma pedra diante de si. Designando os presentes um a um, o *mossa* enuncia as causas possíveis da morte e estabelece as correspondências: cada pedra representa uma hipótese que se convenciona, para se atinar com o motivo real daquela defunção misteriosa. Esta, por exemplo, serve para o caso do extinto não ter cumprido à risca as obrigações que devia ao *omarahe* respectivo. Aquela, para o de haver barlaqueado fora do suc,o onde a tradição familiar lhe impunha que escolhesse a mulher. Esta outra, para a de não ter honrado os *faluno* com as devidas oblatas. Mais além, aquelas outras, para as de ter praticado algum juramento encoberto (*dura suba*) ou malefício (*fouci*), cometido algum roubo, cuja autoria subsistisse ignorada, ou sido alvo da vingança de alguém, assassinado pelo morto ou por seus ascendentes, ou ainda vítima de qualquer terrível praga homicida (*faeguini*).[114]

Trata-se, portanto, dum jogo que não chega a ser de azar, porque a ele preside o próprio Deus, que se manifesta através dum galo, elemento decisivo na mecânica desta roleta extravagante. Ao centro da roda, dispõe o *mossa* a pedra principal do jogo. Chamam-lhe *buholi* e é ela que figura a divindade timorense de Baucau: *Fidé Uru Uato*. Trata-se da única cerimónia em que o seu nome se pode pronunciar sem perigo de sacrilégio.

Procede-se, então, ao *assa lassi*. Com uma faca, o *mossa* rola as carótidas do animal, e este, com os movimentos limitados por um cordel, forçado a não ultrapassar a circunferência descrita pelos calhaus, começa a percorrê-la, no desejo da fuga, e vai por ali fora, de cabeça a pendular e de pernas trôpegas, até findar a agonia junto dum dos seixos, no qual finca a pata desesperadamente... Verifica-se quem está por detrás da pedra, e tem-se assim a determinante da morte. Se o bicho se enclavinhou sobre o calhau do meio, o *mossa* proclama, conceituoso:

– *Gui mane dane, mane naque*![115] O que sabe dar a vida, também a sabe tirar. Foi o «nosso Deus»: *Fidé Uru Uato*.

A experiência é repetida por intermédio dum cachorro, e ainda se tira a contra-prova, pelo exame das vísceras dos dois animais. No fim da animada sessão, em que acontece muitas vezes gastar-se um dia inteiro, desde o romper ao pôr-do-sol, sai a família, assaz, edificada e ansiosa de esconjurar futuras calamidades, presenteando os *faluno* com ofertas abundantes, ou arroteando uma plantação de arroz ou milho para congraçar o *omarahe*...

Esta cerimónia é da categoria das que tem a designação comum de *barare*, e as oferendas que depois se dedicam aos *faluno* ou ao *omarahe* agastado, recebem o nome de *mula barare*. É dos ritos timorenses, o mais secreto, e o mais desconhecido dos europeus. De resto, não há povo nenhum como os habitantes de Tirnor para velar em segredo os seus usos e costumes, especialmente as suas práticas religiosas. Graves e reservados, os indígenas daquela colónia não se

---

[114] No *faeguiui*, adjura-se a terra para que coma uma pessoa a quem se quer mal.
[115] *Gui mane*, o que sabe; *dane*, dar, criar; *naque*, tirar.

deixam troçar, como os africanos,[116] e se algum branco os desfruta, retraem-se logo, orgulhosamente.

Muito supersticiosos, receiam a irreverência do europeu, que, a violar o sigilo das suas práticas cultuais, poderá irritar a susceptibilidade dos *faluno*.

Nessa matéria, o timor fecha-se a sete chaves, calafeta-se hermeticamente, defende-se das profanações, e só quando, em vários anos de contacto e de respeito mútuo, como sucedeu comigo, se estabelece um ambiente de confiança, é que, a pouco e pouco, de forma insensível, deixa a autoridade penetrar algo dos seus mistérios, que permanecem ignorados para muitos funcionários que tem desfilado na colónia.[117]

XIV — CERIMÓNIAS CULTURAIS.

Toda a vida social timorense é semeada de festas religiosas, nas quais intervém geralmente o sacerdote gentílico, o *anu faluno*, cujo saber hereditário, como o dos *brâhmanes*, tem o condão de pôr os indígenas em contacto mais seguro e mais íntimo com as regiões sobrenaturais.

1) Festa da espiga — Assim, quando uma horta é arroteada pela primeira vez, mandam as boas regras do saber viver que se pratique um estilo, apelidado de ate lu'uro tau[118] justamente na altura em que o milho principia a formar espiga. O lavrador coloca-se bem ao centro do milheiral e começa por invocar o espírito.

---

[116] E não mendigam como os pretos, nem sequer pedem o *mata bicho*, com que em África sarrazinam o branco. O timorense tem uma nobreza de atitudes, a que ainda ninguém fez justiça, mas que os destacou, por forma inconfundível, na Exposição Colonial do Porto, em flagrante confronto com a nudez, as palhaçadas, a grosseria desarticulada, que caracterizavam os grupos representativos da Guiné, Angola e Moçambique.

[117] Dois casos a ilustrar a discrição do barare: Francisco Belo Ximenes, católico baptizado e casado com os sacramentos da Igreja, e intérprete oficial de diligências da Administração de Baucau, quando lhe morreu um filho, celebrou um daqueles estilos, e apurou-se que a causa da morte fora o abandono a que o suco de Macadai votara a respectiva casa sagrada. Logo o chefe Carlos Ximenes mobilizou a gente do suco, e o templo foi consertado e revestido de palha nova.

Ao falecer o guarda-fios, Afonso da Conceição Belo, outro católico assíduo e fidalgo da melhor nobreza de Baucau, procedeu-se também a um estilo, onde se verificou que o morto fora vítima dum juramento encoberto. — Em Venilale, colocam-se duas pedras no chão, em frente da casa do morto: uma representa os parentes *tufumata*, outra os *omarahe*. Golpeia-se o pescoço do frango, e se este vai tombar junto do primeiro calhau, é porque o falecido não pagou o que devia ao respectivo *omarahe*. A essa cerimónia preside o *mossa*, que naquela região, formando a área dum posto de Baucaii, tem o nome de *uato íssi*.

[118] *Ate*, haste, ramo ou árvore; *lu'uro*, rebentos com que a chuva renova os galhos que se cortaram para esclarecer e com eles adubar uma horta, com a sua cinza, depois de queimados sobre o terreno; *tau*, partir.

Barare! — exclama ele — *Teli uá le'ere, hai ama muto ere, uá ne'e nau é sai, nau é gôba: seu ate lo ere, nau runa, nau bâne. Ani gâna é rau sura. Ani gâna é rau êna*![119]

Refere-se a um carneiro que vai imolar, para, examinando-lhe o fígado, conhecer a sorte, propícia ou funesta, que as almas reservam à plantação. E o homem continua, mudando agora de tom, simulando a resposta do espectro invocado:

Hou! Nai gau nocorau? Nai gau umocau? U'ere dáua imir la'a sulaní'si do mi. Butír goba mau ré'a muto; dêtu gàna finire, raga gâna finire.[120]

Está posto o problema em equação, definidas as alternativas em que o fígado pode surgir aos olhos suspicazes do arúspice improvisado: se a víscera, por ventura, se apresenta lisa, sem qualquer mancha, ou com uma apenas, vermelha e localizada na ponta, é sinal de colheitas garantidas. Caso contrário, temos horta falhada, devorada pelas ratazanas, ou perdida com as sacudidelas da ventania impetuosa, cujos repelões, em torvelinho, ceifam e arrancam, muitas vezes, pela soca, milhares de povoações inteiras.

Seguidamente, o lavrador mata o carneiro, vibrando-lhe uma cacetada na cabeça, chamusca-lhe a pelagem numa fogueira, pica-lhe o peitoral à faca, abrindo-lhe sete golpes dispostos em linha, e traça um X no meio deles. Rasga-lhe depois o tronco com dois golpes, que partem dos sovacos e chegam até à junção das patas traseiras, para depois continuarem interiormente por debaixo das costelas, separando e erguendo toda a metade dianteira do tronco. Há, no final, uma complicada cirurgia para arrancar, ligados numa só peça, a garganta, a língua, o coração e os pulmões. Atam-se esses órgãos com o intestino delgado e oferecem-se, então, ao *faluno*, depondo-os sobre uma laje, num prato feito de folhas de aquediro, onde também se deitou o arroz cozinhado, clássico nestas oferendas propiciatórias. É ao cabo desses trabalhos que se esquadrinha o fígado[121] e por ele se pode adivinhar o destino da sementeira. Na hipótese de o *faluno* se manifestar magnânimo, diz-se *Faluno ai tero ai sidi*! O espírito cobre-nos e cerca-nos com a sua protecção...[122]

---

[119] *Barare*, é a palavra mágica com que se iniciam as invocações dos espíritos. *Teli*, milho; *uá le'ere*, este; *hai*, já; *ama*, horta de milho; *mulo*, dentro ; *ere*, aqui ; *ua ne'ee*, no caso de; *nau é sai*, estragar-se. *Seu*, carne; *are*, fígado; *lo ere*, deste; *nau rumo* despegar-se; *nau bâne*, apodrecer. *Ani*, eu; *âui gâna*, eu mesmo; *é rau*. não poder; *sura*, analisar; *êna*, ver.

[120] *Nai gau*, porquê; *noco rau*, não prestar; *umo cau*, morrer, perder-se; *ue're daua*, se assim for; *imiri*, encarnado ; *la'a,* ir; *sulani'si*, colocar-se na ponta; *domi*, sentar-se, pôr-se em cima. *Butir*, branco; *gôba*, junto ; *ré'a*, ficar; *ré'a muto*, ficar no centro; *detu gâna*, parte direita do fígado; *ruga gana*, órla da mesma víscera; *finire*, juntar.

[121] A esse exame, se chama *sura*, ler.

[122] *Tero*, cobrir; *sidi* cercar. Se o fígado mostra alguma racha, (*delo ai taba, rago ai taba*; *taba*, significa aberto), o comentário da praxe é: *Faluno n'to tero, n'to sidi*. *Noto* ou *nana*, significam «não».

Na laje do *faluno*, arranjada em mesa com outras pedras por baixo, coloca-se outro cesto com o molho de que carece o petisco oferecido.

Em qualquer dos casos, o dono da horta e a família, que também veio à cerimónia, assam e comem o resto do carneiro, com o molho picante, que é elemento imprescindível na culinária timorense, e com uma porção de arroz, que é cozido dentro dum bambu.[123]

2) Estilo da sementeira — Antes de qualquer horta de milho receber a semente, deve proceder-se à lavagem do terreno com água de algum coco verde, mal formado, ainda sem cairo. Na água mistura-se um pouco do sangue dum carneiro, ao qual previamente se amputa uma orelha, e o lavrador, acompanhado da mulher e dos filhos, espalha-a com os dedos em todos os sentidos e em longas aspersões. O que ele tem é de se levantar muito cedo nesse dia, porque o estilo só se pode realizar quando rompe a manhã e quando o sol ainda não começou a iluminar a terra. Além de o obrigar a sair de noite, exige a etiqueta que, durante o trajecto, ele não dê palavra a ninguém. Larga de casa sozinho e, uma vezterminado o rito, aparece-lhe, então, a mulher, que vem iniciar a sementeira, a qual é realizada à velha, moda timora: um buraco aqui, outro ali, esburacados com uma vara pontiaguda, capeada no extremo por um bocado de ferro. Em cada furo, dois ou três grãos de milho. Na maior parte das vezes, o solo foi apenas limpo do capim e este queimado em fogueiras de ramos secos, distribuídas por toda a horta.[124]

Mas se esta é feita num terreno que estava abandonado ou virgem, e se teve de cortar as árvores que o sombreavam,[125] o estilo complica-se um pouco de exigências e toma o nome de *ama muno rau*.[126]

Sacrifica-se um porco ou um cabrito, e arranca-se lhe o fígado, que é objecto duma rigorosa vistoria. Se este aparece intumescido, mau agouro para a colheita... Em seguida, cozinha-se arroz com a carne do animal, e o manjar é oferecido, em folhas de bananeira, e sobre uma pedra faluno, ao espírito maléfico, ao *raabu*, que haja, porventura, nalgum penedo ou árvore sagrada, existente nas cercanias da plantação. A esta árvore ou pedregulho, se dirige o dono da horta nos seguintes termos:

---

123 Quando não há a panela de barro, um entre-nó de bambu substitui-a admiravelmente...

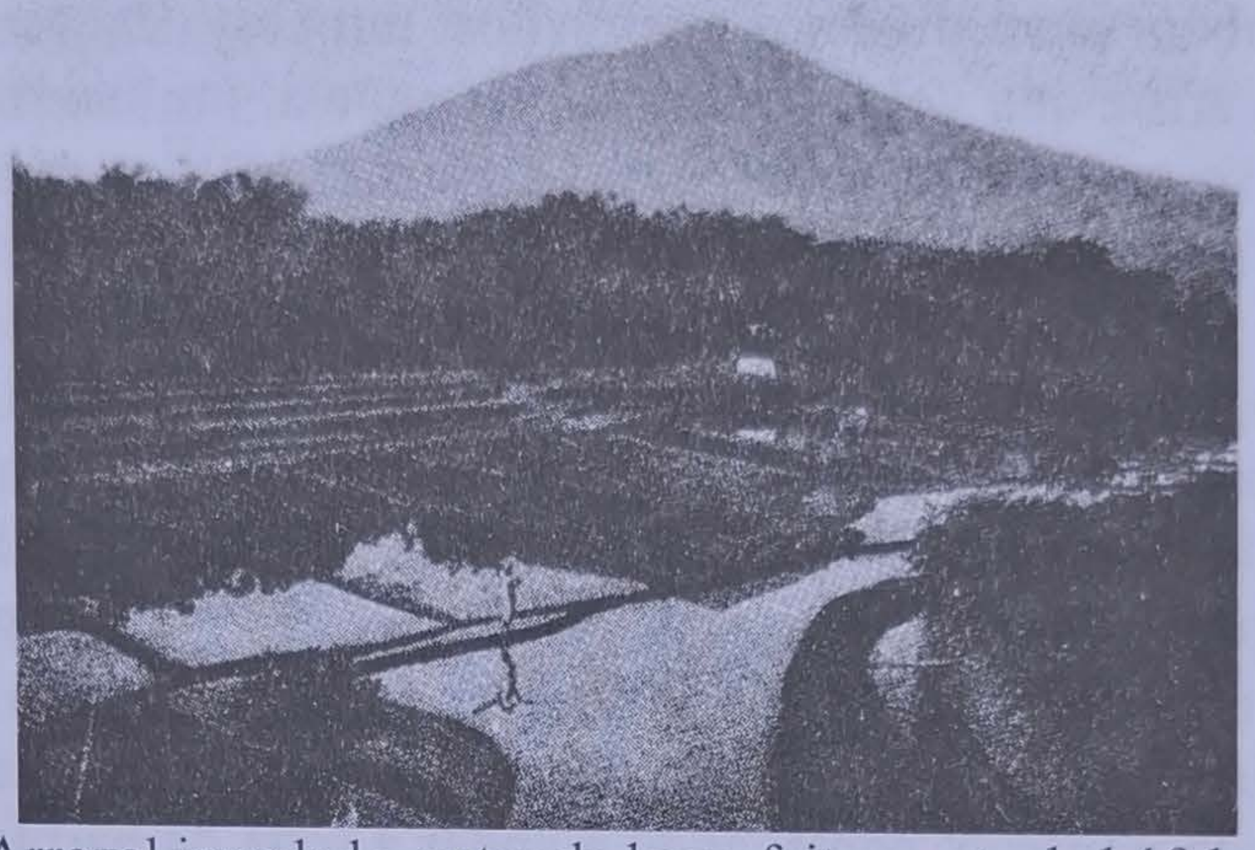
124 Por insuficiência numérica de população, mais de metade de Timor está por ocupar agricolamente, embora já o estejam quase todos os terrenos irrigáveis. Para os milheirais de chuva, quando não fiquem à beira das casas e sejam assim estrumados pelos dejectos destas, o indígena costuma variar de poiso todos os anos. A toda a superfície que encontra inculta, chama-lhe sua, e é-o de direito, sem que o Estado lhe reclame qualquer imposto de

125 propriedade ou de rendimento. Na colónia só existe para o nativo, o imposto de capitação. Durante a minha administração, proibi e castiguei severamente todos os abates de árvores com que o indígena ameaçava desnudar a colónia. A frequência das punições, das rondas e dos bandos semanais nos bazares, e das prédicas sobre os perigos agrícolas das devastações arboricidas, conseguiu, por fim, persuadir os habitantes a olhar como sagrados os fustes e os galhos cimeiros, limitando-se a tosquiar os outros ramos, para aquecer a terra e adubá-la de cinzas.

126 *Ama*, horta, *muno*, capim; *vau*, ajuntar. Arrancar e reunir o capim, deixando o solo a descoberto para ser semeado.

– *Ate daâni, afa daâni, náua mara, erau teli*[127] *faenini*!

O estilo é completado com betel e areca, que o lavrador esmói na boca demoradamente e depois cospe, em esguichos, sobre a terra. Quanto à carne do porco ou cabrito, papa-a ele, com a mulher e a prole, sem cerimónia alguma.



Arrozal inundado, antes da lavra feita a pata de búfalo.

3) Estilo da colheita — Ainda na hipótese de a horta ter sido arroteada em terreno novo, não se realiza a colheita sem se presentear os espíritos com parte dum frango e o arroz indispensável, e executar uma última aspersão de betel e areca, bem mascados. Duas cordas, uma de sete, outra de cinco espigas, são dependuradas a um canto da horta, significando o *ama buna* (o bando, o aviso, o olho da horta, que a vigia e guarda).[128]

Se trata dum arrozal, o estilo da espiga toma o nome de *reça bâni* ou *reça lubo toi ili*, lavar o néli ou afixar o edital respectivo, garantindo os direitos de propriedade…[129] Chegado o dia da colheita, pratica-se, então, a cerimónia da *lia sura*,[130] que é das mais pitorescas e prolixas da liturgia indígena.

Nesse rito, celebrado também antes do nascer-do-sol, procede-se da seguinte maneira: o *néli* encontra-se já amassado e ligado em feixes, que ficaram distribuídos ao longo dos canteiros de que é feita a várzea; armou-se já a barraca (*ria-ria*) destinada ao piso. Dentro dela, estendeu-se a grande esteira de folhas de

---

[127] *Teli* ou *caiçoro*, se se trata de arrozal com que também se estreie um terreno. Nesse caso, não se semeia o néli (arroz por descascar, em português timorense, sem primeiro se abater um carneiro, cujo fígado, juntamente com arroz e um pano de mulher, é deposto sobre a laje dos *ex voto*. Passado uma ou duas horas, leva-se o pano e deixa-se o resto dos presentes para o *faluno* comer...

[128] *Buna*, olhar; *lolo buna*, olhar a direito. O rito é igual ao *ate lu'uro tau,* também conhecido por *uata bua fia bâni. Toi ili*, pendurar; *lubo*, aviso; uata, coco; *bua*, verde; *bâni*, lavar; *nia*, com.

[129] O rito é igual ao ate *lu'uro iau*, também conhecido por *uata bua fia bâni. Toi ili*, pendurar; *lubo*, aviso; *uaia*, coco; *bui*, verde; *bâm,* lavar; *nia*, com.

[130] *Lia,* fogão, lar, braseira; *sura*, tirar.

aquediro, entrançadas pelas mulheres da casa,[131] e onde mais logo se hão-de lançar os amarrados de *néli*.

Antes de largar da palhota que lhe serve de moradia, o lavrador esfaqueia, cozinha e come à cafreal, bem tostado e picante de piripiri, um frango da capoeira doméstica, agarra nos faluno familiares — a espada e a azagaia dos antepassados e previne-se, também ,com diversos apetrechos: um cesto encerrando um ovo cozido e um pouco de arroz que veio igualmente da panela, um bambu com água, e outro cesto, no qual se confundem a areca, o bétel, o *cábè*,[132] o gengibre e uma raiz de lode. Um dos filhos leva-lhe um galho de *uaa'rua*,[133], atado em sete ervas de *faehulo* (capim de várzea).

Chegado à plantação, o homem escolhe o seu lugar junto da *ria-ria*, mas da banda do Nascente, depõe toda aquela tralha em cima da esteira e do mesmo lado, corta a raiz do lode, masca esta com o *cábè*, o betel e a areca, abre o cesto, e talha o ovo em cruz, partindo-o em quatro bocados. Em seguida, o pequeno da casa vai plantar-se no meio da esteira. O lavrador, então, coloca a azagaia no ombro esquerdo, entala a espada sob o braço, e, manobrando com a mão direita, empunha e agita o atado da *naa'rua,* começando a andar à roda da barraca. Depois de contar em voz alta até sete e de, a esse número, bater com o feixe na esteira, atira para cada canto desta, uma ruidosa cuspidela... Feito isso, regressa à posição inicial e manda ao garoto levantar a esteira por uma das pontas. Por baixo dela e a meio, há novo disparo de masca... Deixa-se a esteira cair, o atado do capim e do galho é posto sobre ela, o dono da várzea cospe-lhe também em cima e, desfechando um último esguicho para Oeste, volta-se para o lado do Poente.

Os companheiros da colheita aguardam, já com os feixes de néli nos braços, que termine o cerimonial.

Berra agora o lavrador em todas as direcções, a chamar os espíritos:

– *Soro mau, laline mau*! [134] *Mau dó seira der! Mau dó gata der! Biti muta ici dá! Bitida'e ici dá! Olo bassa muto! fifiela muto.*

Vêm os primeiros feixes, como se os espiritos, em resposta, fossem os próprios a atirá-los... Sempre voltado para o Poente, o dono da várzea toma um deles e dispõe-no à cabeceira da esteira. Em torno desta, colocam os outros, os restantes amarrados.

A azagaia sai então do ombro e é cravada junto da esteira, na orla virada para o Sul. Nela se dependura a espada.

---

131 Fazer panos, esteiras, tabaqueiras e cestos, eis obrigações a que não pode escusar-se a mulher indígena e que fazem parte integrante da educação feminina timorense...

132 O *cábè* é uma espécie de cal, mas vidrada, como gesso. Serve de masca e de remédio. A raiz do lode é sagrada. Quando se derruba a árvore do lode, é preciso matar-se um cão, para se ser desculpado...

133 Espinheiro.

134 *Mau*, vir; *dó*, para, afim de; *será* ou *gata*, mais; der, atirar; *biti*, esteira; *mtla*, lado do Poente ou de baixo; *bitida'e*, cabeceira da esteira; *ici dá*, passar. *Olo*, pombo; *bassa*, papo; *fifiela mulo*, rachar-se a terra.

Podem já vir todos os outros feixes. Os homens saltam para dentro da *riaria*. E, segurando as cordas de palapeira, pendentes do tecto, desatam, como nos nossos antigos lagares de uvas, a esmagar com os pés, os montões de néli, saltando e cantando, num ritmo variado, entre sacudido e dolente:

Olele, Bere Loi!
Riqui ho-o-o...
Bere Loi,
Loi Lode!
Riqui ho-o-o.[135]

Acabado o piso, em que se gastam às vezes dias,[136] conforme a colheita e as criaturas convidadas para nela cooperarem, os homens e as mulheres descansam, aguardando a hora da limpeza, espapaçados sobre a palha do néli, a trocar facécias ou ajustando negócios, a bisbilhotar a vida alheia ou os actos da autoridade, as voltas que deu, as palavras que disse, os gestos que teve e as pessoas com quem falou — tudo narrado, esquadrinhado e remexido até às fezes…[137]

---

[135] *Olele*, salta; *riqui ho*, repenica; *loi lode*, cesto para masca e tabaco; *Bere Loi*, nome pessoal de cuja inclusão no canto já se perdeu o significado.

[136] Desde a colheita, até se levantar o néli da esteira, não pode o lavrador beber água fria. Tem, pelo menos, de a fazer passar, num bambu ou tigela, sobre o lume. As espadas que se usam neste rito são, geralmente, ordinárias. Têm apenas um valor estimativo e simbólico, por haverem pertencido aos antepassados e estarem ali a representá-los.

[137] Para o indígena, um dos melhores passatempos é ocupar-se da autoridade, e não há faceta moral ou minúcia física que ele não observe, grave na memória e divulgue nas palestras. Amigos de se gratificarem uns aos outros com alcunhas, nem os brancos lhes escapam. Teófilo Duarte, cavaleiro incansável, enamorado da sua obra de governador, e por ela sacrificando para sempre a saúde, ao fim de dois anos de colónia, — conheciam-no os timorenses por *manu fúic*, em tétum, galo bravo. O governador Raimundo Meira, de atitudes cordiais, ficou sendo o *ema bote amenassa*, o homem grande que ri (*ema bote*, é em tétum a designação que os indígenas conferem aos governadores, de *ema,* homem, e *bote*, grande). O tenente Manuel Valente, tão valoroso na guerra de 1912, chamavam-lhe o *bé nacali*, água a ferver. O tenente Seabra, oficial trabalhador, com excelentes serviços prestados ao fomento da colonia, mas severo para a ladroagem, passou a ser o *catana*. O meu antecessor, tenente Lemos, era o *bobolíni*, o fala muito. De *arebiro*, decidido, esperto, cognominaram o alferes Duarte, herói das guerras de Celestino. A outro oficial, comandante de Cova Lima, porque só falava a gritar, puseram-lhe o nome de *aquíler*, berrador. Certo antigo administrador civil, que piscava o olho, apelidaram-no de *matam cabita*, olho pisco. A mim, alcunharam-me em tétum, de *mane manas*, homem quente, e, em rnacassai, de *balicassa ite meia*, galo branco das pernas pretas, pela farda branca e as botas altas da indumentária com que percorria o interior...
Cotejem-se estes períodos de Luis Franck, sobre o indígena do Congo Belga: «O negro bantú é inteligente e possui uma faculdade de observação aguda. No Congo, nunca devemos esquecer-nos que os olhos do negro nos seguem por toda a parte, sempre arregalados sobre nós. Depressa o indígena descobre os traços de carácter e os defeitos do chefe branco, quer seja funcionário do Estado, missionário ou negociante.
«Cada branco, cada notável, recebe uma alcunha. Por vezes o indígena vai buscá-la a qualquer facto que o impressionou. Stanley era chamado *Boula Matari*, o que significa «O

Entretanto, o dono da várzea ainda não tem a consciência tranquila. Faltam-lhe ainda duas cerimónias, a que é preciso ali mesmo dar pronta execução. Uma delas é a do *deto guíni, raga guívi.*[138] '. Vai celebrá-lo agora no sítio *faluno*, pedra, árvore ou nascente, ali perto. Mata novo carneiro e extrai-lhe o fígado e uma orelha, que são consagrados aos parentes ou vizinhos, que em épocas próximas ou remotas faleceram nas cercanias da várzea, ou enforcados ou vítimas de homicídio, desastre, queda de algum rochedo ou desses trambolhões frequentes, quando os indígenas trepam às palmeiras ou árvores de culo, para apanharem a tuaca ou colherem frutos. Sacrifica-se também um pintainho, em intenção de algum feiticeiro assassinado em desforço das malfeitorias que praticou, quando andava cá pelo mundo...

Depois, temos uma espécie de via-sacra, em que o plantador deve percorrer os lugares *falunos* das redondezas, distribuindo por todos eles o fígado e a moela do pinto, migados com arroz cozido e postos num prato de folhas de aquediro. Parte desta mistura, é atirada para longe, nas direcções dos pontos sagrados mais distantes. E a arenga com que vai apresentando as ofertas, para que os espíritos as recebam e aproveitem, é feita num tom imperativo:

– *Sêu ere tia; na que! Nána ere lia; na que! Ni lima fala! Ni queri fala!* [139]

A outra cerimónia tem o nome de *ánu fan*,[140] e o animal abatido em holocausto é ainda um carneiro. Começa-se por colocar perto da esteira da *ria ria*, sete folhas de betel, e sobre cada uma destas uma rodela de areca e uns grãos de arroz, descascado mas cru. Corta-se a orelha direita ao bicho e junta-se às sete folhas. Pega-se depois num cesto de néli, atira-se um pouco deste ao carneiro mutilado e invoca-se o nome do primeiro homem que trabalhou naquela várzea. Se este não é conhecido, designa-se por omarahe laidá:

– *Omarahe laidá, ai gau bíbi u lé ere*! [141]

---

que faz explodir os rochedos», porque o grande explorador tinha empregado dinamite para rasgar um caminho nos montes de Cristal, O célebre «vali» árabe, Hamed Ben Mohamed, traz, na nossa história, a alcunha de Tippo Tip, que corresponde ao que «pisca os olhos». «Númerosos são os casos onde uma alcunha corresponde a uma qualidade ou a um defeito da pessoa à qual é aplicada: «aquele que vê tudo», designa um governador conhecido pela sua perspicácia, mas um grande funcionário guloso da sua comodidade, foi qualificado como «aquele que gosta de se estender ao comprido» e também como «o amigo da sua poltrona» ou ainda como «O homem cheio de comida.» (Le Congo belge, tomo 1, pag. 88).

138 Em macassai: morto por facada, *uta-uta*; enforcado, *nâma umo*.

139 *Séu*, carne; *naque*, tirar; *lia naque*, receber; *naua*, comer, ou, então, arroz cozido, por ser este o prato de resistência das terras arrozeiras de Baucau ; *fala*, segurar, amparar, receber; *ni lima*, folha de aquediro dobrada dos dois lados e de que muitas vezes se vê o timor servir-se como prato; *ni queri*, a mesma, mas dobrada só de um lado.

140 *Fan*, dar de comer; *anu*, gente.

141 *Laidá*, velho; em tétum, *catuas*. Tão associados têm a ideia da autoridade à imagem dos velhos que eram os seus chefes, nos tempos patriarcais, que uma autoridade, embora nova, é sempre o catuas. *Bíbi*, carneiro; *u*, um.

O carneiro, em seguida, é morto e autopsiado, com os pormenores já descritos no relato do estilo do milharal. Espera-se, então, o vento, e quando este sopra, limpa-se o néli, erguendo-o e remexendo-o para que a aragem deixe ficar os grãos Para ensacá-los, há também um protocolo especial, que se observa com rigor semelhante. Masca-se de novo o *lode,* o *cábè*, o gengibre, a areca e o betel — e isto «para aquecer» (*uu guini),* para inchar o néli, para torná-lo mais abundante... Os homens tomam os *tada* (cestos pequenos), o dono da várzea cospe-lhes para dentro (*sufa*) a masca virtuosa,[142] cospe ainda nas mãos dos companheiros, cada um destes abre as pernas, passa o cesto por entre elas, detrás para diante, e com a mão direita enche o cesto, que é logo vazado no *dofe* (saco grande, de folhagem e de forma cilíndrica).

Esvaziada a esteira, o plantador entrega ao *faluno* o ovo e a carne, sacode na destra as sete ervas do *fae-hulo* com as sete espigas, e diz que tudo está acabado: voltarão a reunir-se quando o céu tornar a trovejar, sinal de que teremos outra vez a chuva, com a qual se alimentam as nascentes, e se engrossam as ribeiras e os canos de irrigação que fecundam os arrozais:

— *Hai sai! Hai goba gána la'ara! Ua ne'e lacurúru uainó muniduguru dete fi munitá sorúnu.*[143]

Verdadeiramente acabado, ainda o ritual não está, porque, na madrugada seguinte, uma rapariga da família há-de sair da várzea para casa, levando um cesto de néli ao alto da cabeça, e por cima desse, um outro cesto, mais pequeno, de arroz descascado. Tem de ir depressa e em silencio. Quem a encontra no caminho, adivinha-lhe o propósito, e torna-lhe as costas, para ela não cair na tentação de lhe dar fala... Chegada à moradia paterna, depõe no pavimento o cesto do néli, abre o do arroz limpo e despeja este em quatro montinhos nos quatro cantos da casa. [144] É depois dessa ultima cerimónia que o dono da várzea, a família e os amigos, que passaram a noite juntos na ria-ria, dão inicio ao transporte da colheita.

4) Estilo do milho novo — A colheita dos milharais obriga a um outro rito igualmente pitoresco e onde surgem elementos novos, como o duma confissão pública, que faz lembrar um pouco a dos primeiros cristãos na época remota do apostolado. Não pode o indígena servir-se do milho que apanhou na sua horta, sem que o «dono da casa sagrada» da respectiva povoação celebre um outro estilo, com o concurso e a assistência da parentela, da qual, geralmente, fazem parte todos os habitantes da mesma aldeia.

Acompanhado do *anu faluno*, sobe o plantador os degraus do templo, levando consigo sete espigas de milho, que, nessa manhã e em silêncio, foi buscar à horta, e mais um cacho de areca, sete folhas de betel, dois ou três frangos e uma

---

142 É para não deixarem minguar o néli colhido. Diz se, então, que «têm *faluno* nas mãos»...

143 Quer dizer: «Acabou (*hai sai*). Todos (*goba*) se podem (*gana*) ir embora (*la'ara*). Esperemos (*dele*) que nós (*fi*) nos encontraremos (*munitá surunu*), quando (*ua'nee*), o trovão (*muni duguro*), se oiça do lado do sudoeste ou do sul (*Lacururu*)».

144 A esses montinhos se recorre mais tarde, quando se faz al gum estilo dedicado aos *faluno* familiares.

panela cheia de água, onde já misturou o sangue da orelha direita dum carneiro. É o *anu faluno* quem coloca toda esta tralha num lantém, do lado do Oriente, e diante duma espada, uma azagaia e uma lua de ouro ordinário.

Em seguida, descem ambos para o terreiro, a juntar-se de novo aos parentes, e procede se à penitencia da confissão — *o ni sôbo lissâna.*[145]

Pondo os olhos num cesto de arroz, que lhe traz o sacerdote, começa o «dono da casa» a recordar todas as pragas com que tem alvejado certos membros da sua família, provocando-lhes desgraças, das quais se arrepende, neste acto impressionante de contrição... Umas após outras, vão desfilando na sua boca, historiadas e logo renegadas, todas as horas de impaciência e de azedume, em quê o seu espírito em desordem, desejou e pediu o mal do próximo.

Lembra-se, por exemplo, de ter soltado a terrível praga contra os irmãos, aquela que tolhe os braços e os pés aos visados, torcendo-lhes os membros como saca-rolhas.[146]

– Meus irmãos – diz ele – recusaram-se a cumprir as suas obrigações. Deixei-me vencer pela ira e praguejei: que o *faluno* os comesse! Aqui declaro na vossa frente que não quero que a minha palavra seja maléfica para eles. Oxalá que ela seja como uma folha de árvore, como folha de palmeira ou penugem de sumaúma, à qual o vento afasta para longe, para as ilhas de Vétar e de Quíssar!...[147] *Assi sobo lé u'ere noto nai tíiro! U su u' au, dó bali; cabaría ialimu, ucaluma, dó teule Uetara,isse lá' a Dala' hito!* [148]

Já de ânimo desafogado com a denúncia e a apostasia dos seus maus pensamentos e palavras, invoca em seguida os espíritos, cuja presença se manifestará por via duma lagartixa:

– Agora é o tempo de comer o milho verde. Se ficarem calados os quatro cantos desta casa, é porque teremos sorte e não sobrevirá qualquer doença...

Um compasso de espera. Lê-se a inquietação em todos os carões, iluminados pela fogueira que crepita no meio deles. Passados uns cinco minutos de silêncio e de ansiedade, e caso a lagartixa faça ouvir a sua voz, diz-se:

– *Hai issi lolo, taferú ! Anu u, Manu Dará ere, taferú umo afa! Ai sulo hairau, ai gaa rafa. Ni cuno loloá, hau tene issi lolo*![149] A minha palavra já disse a

---

145 *Sobo*, falar; *lissana*, confessar.

146 A essa deformação paralisante, chama-se *assassissiri,* doença de galo. É atribuída quase sempre a uma praga fraterna...

147 São duas ilhas, hoje holandesas, que, em dias claros, se avistam de Baucau, assim como a ilha de Léti.

148 *Assi sobo,* minha palavra; *lê u'ere,* esta mesma; *noto nai,* não ser; *tíir,* pesada; *u,* uma; *su u'au,* certa árvore que, em tétum, se designa por *fáuc; dó,* para; *bali,* sobrenadar; *cabaria,* espécie de palmeira; *ialimu,* sumaúma; ucaluma, arbusto que dá um fruto penugento como o do algodão; *teule,* espalhar; Uétara, ilha a que os holandeses chamam Wetar; *Dala' hito,* idem, Kísar; *isse la'a,* ir parar.

149 *Hai issi,* já; *taferú,* verdade; *anu u,* um homem; *Manu Dara,* nome pessoal do dono da casa; *taferú uma afa,* absolutamente certo; *ai sulo,* colheres; *gaa,* pratos; *hai rau,* acabar, deixar, abandonar, estar pronto; *rafa,* deixar frio, abandonar; *ni cuno,* os cantos; *loloá,*

verdade. Está aqui um homem, o Manu Dara (se é este o nome do dono da casa), que falou certo. Podemos largar os pratos e as colheres com que se come nos estilos; podemos deixá-los esfriar no templo, porque os quatro cantos aprovaram a minha confissão.

Mas se a lagartixa se mostra difícil em responder, procura-se enternecer os espíritos, chamando-lhes a atenção distraída para as ofertas com que se pretende comovê-los:

– *Ni gué ai tero, ni gué ai sidi, gugo. Seu ere náua, tinâna naua!*[150] Está aqui o vosso prato de arroz e os ingredientes para o comer, e nós cá estamos também, mudos e quedos. A carne e o arroz, ei-los já prontos: vinde trincá-los!

Quando a lagartixa se resolve, por fim, a cantar, chega então, a vez dos outros presentes quererem saber, por intermédio desse oráculo bizarro, qual a sorte que está reservada a cada um. Repete-se a experiência com toda a parentela, e mesmo com os ausentes da família, – primeiro, os *omarahe,* depois, os *tu fumata,* – e até com as crianças e os búfalos – que lavram as várzeas donde se extrai o arroz sem o qual não se pode alimentar os *faluno*...

À medida que a lagartixa se pronuncia, o sacerdote toma a cabeça dos bafejados pelo augúrio, cospe-lhes a masca na fronte, asperge-os com a água que recebeu a sangria do carneiro,[151] e proclama enfaticamente:

– *Ni gui ai tero. Ilu uai dani!*

Depois dele, todos os circunstantes disparam a masca que têm na boca para dentro do cesto do arroz, que o dono da casa segura na mão e que depois devolve ao *anu faluno*. Este fá-lo girar sobre a cabeça do carneiro mutilado, e põe-se a invocar os antepassados:

– Anu Lequi (outro nome de avô), *ai gau bibi u ere, ai noco goba, ai caca goba, in guissa dete gui dada goba. Fuli náua!*[152] O teu carneiro está aqui, os teus irmãos e filhos não faltaram, nem esqueceram a carne assada que é o seu tributo para todos os avós. Vinde comer, todos juntos!

E dito isto, mata-se o carneiro e separa-se-lhe o fígado, que é examinado para se verificar se a confissão do estilo foi, realmente, completa, feita sem

---

quatro; *hau tene,* repetir, confirmar, aprovar.

150 *Ni gué,* vosso; *ai tero,* cobertura, sombra, ou tampa de cesto de arroz, a qual também serve de prato; *ai sidi,* cercar, ou artigos alimentícios para completar uma refeição; *gugo,* calar; *tinâna,* arroz descascado.

151 Os cristãos, para não caírem em pecado depois do baptismo, aparam a cuspidela no antebraço direito, quando colaboram naquele estilo pagão «o Deus dos brancos é bom, mas – pensam eles – o *Uru Uato* dos timorenses também não é mau»... Fazendo sincretismo da teologia católica do animismo tradicional, os indígenas não oferecem grandes esperanças à catequese missionária. Um dos sacerdotes que ali vive há muitos anos, dizia-me, certo dia, num momento de desabafo: «Mais valor, pela sinceridade, tem a conversão de um índio, que 100.000 sacramentos aplicados aos timorenses»...

152 *Ai gau,* teu; *bibi u ere,* um carneiro está aqui; *ai noco goba,* teus irmãos todos; *ai caca goba,* teus filhos todos; *in guissa,* carne assada; *dete,* multa, tributo para; *gui dada goba,* seus avós todos; *fuli náua,* comam todos juntos.

reticências nem arcas encorpadas, com a franqueza e a lealdade que exigem os ascendentes. Se a víscera apresenta mancha, que não seja *imír*, mas *butír*, diz-se: *Ai omarahe gui nai lolo*. De contrário, pode-se garantir que o antepassado se dignou acolher os presentes de boa graça:

- *Omarahe ni seu ai te amaha*!

Vai então alguém à casa sagrada e cozinha o carneiro em duas panelas, servindo-o depois em sete pratos – estes muitas vezes de antiga loiça da Índia, – e acompanhado do respectivo molho picante, que se deita em malgas, uma de casca da árvore *dote*, outra de loiça vulgar.

Seguido pelo *Omarabe, o anu faluno* sobe lá acima, quando o pitéu já está pronto, e despeja uma panela de água sobre o *lantém* onde, no começo do estilo, se depuseram as oblatas.

- *Ira múmuro!* - anuncia ele, em alto vozeirão, para ser ouvido pelos *tu fumata* que se reúnem agora debaixo da casa.

Em seguida, vai explicando:

– *Sêu ere náua, tinâni ere náua, assi dada, assi nana, assi ina, assi boba.*[153]

Com uma colher de molho, besunta a espada e a azagaia que representam os avoengos; saca a primeira, um pouco fora da bainha, coloca sobre a folha uma vela acesa, e dá então início ao banquete, em que se supõe que não só deglutem os *omarahe*, mas os próprios avós se associem ao festim… No silêncio profundo em que decorre a cerimónia, ouve-se apenas a voz do *anu faluno* e uma outra dum *tu fumata*, que, sob a casa, lhe vai repetindo os dizeres, como um eco. Enquanto os *omarahe* dão às mandíbulas, comendo a carne que estava sobre as armas santas, os *tu fumata* não comem senão os restos do carneiro e estão proibidos de franquear a casa sagrada.[154]

5) *Estilo da inauguração dum templo* – Quando uma casa sagrada já está a cair de podre e o povo se decide a construir uma outra, escolhem-se primeiro as árvores que é preciso derrubar, para depois, descascadas e afeiçoadas à catana, fornecerem os prumos que servirão de apoio e de esqueleto ao novo edifício. Para junto dessas árvores, leva-se um carneiro e um frango, ambos clássicos no ritual indígena; corta-se a orelha àquele e a crista a este, deitam-se uma e outra numa vasilha cheia de água, e com esta, benzem-se, em seguida, os troncos previamente assinalados.[155] Mais tarde, quando já estão aparelhadas as vigas, transporta-as uma chusma ruidosa, até ao local onde se demoliu a casa velha e onde é da praxe que as mulheres aguardem, tamborilando as *tibas*, e ornamentadas com todas as jóias que haja nas suas aldeias, – crescentes, luas de ouro, braceletes, manilhas, brincos, alfinetes de cabaia, pentes e pregos de cabelo... O dono da casa *faluno* é obrigado a contribuir com búfalos, cabritos e carneiros, e os respectivos *tu fumata*, com arroz e

---

153 *Ina*, mãe; *boba*, pai; *nana*, bisavô; *dada*, avô; *tinani*, arroz; *seu*, carne.

154 O *anu faluno* que intervém no estilo do milho é uma espécie de magno sacerdote, a quem se chama o *ira beno* e que preside apenas a quatro estilos: o do milho verde, o da chuva, o da casa nova e o da guerra.

155 Devem ser sãos, sem buracos, e só se lhes aproveita o cerne.

porcos em número e valor correspondente às ofertas daquele.[156] Autênticas montanhas de carne que são tragadas pela voragem da grande festa...

Entra, nessa altura, em cen,a o *omarahe gui fu,* ou seja o mais legítimo, o mais directo representante do mais antigo proprietário da casa. Traz um porco, cuja orelha será também cortada, para o sangue vertido servir à «lavagem» dos prumos com que se vai armar a casa, e um pano *(saabora),* que desempenha o papel simbólico de corda para atar esses prumos. Nos buracos já cavados para se encaixarem estes, deitar-se-ão cinco pedras de *mutiçala,*[157] ofertadas igualmente pelo *omarahe gui fu.* Em troca, o actual dono da casa dá-lhe um carneiro e um cavalo.[158] Um dos *tu fumata,* a tempo designado, deve apresentar-se com uma espada, que, por idêntica simbologia, será empregue para «abrir as covas».

Terminada a construção, terceira cerimónia. Vêm, outra vez, as mulheres com os tamboris, e todos os *omarahe* comparecem.

Coloca-se, então, a escada exterior da casa e completa-se a lareira que passará a funcionar, em estilos futuros, como o altar do templo *(ata lia).* A generosidade do *gui fu* é, de novo, posta à prova. Tem de concorrer com um porco, para ser assado, inaugurando-se, assim, a lareira; e, além do porco, com um cesto grande de *néli* e um pano de mulher. Este é desdobrado por baixo do lar e sobre folhas de castanheira. No tecto da casa, e por dentro, estende-se um pano de homem, espécie de *velarium* romano, a fim de «não deixar entrar, nem sol, nem chuva»...

Aos outros *omarahe* compete oferecerem um búfalo e um pano, ou colar de mutiçala: «as cordas para amarrar os travessões da casa», e ainda outro pano que será uma espécie de caleira: «para aparar sob os beirais, as folhas que se despregarem da cobertura». Quanto aos *tu fumata,* esses também não escapam. A eles, cabe dar um pano, mais urna espada e um porco, recebendo do dono da casa um pano e um cavalo.

O sacerdote gentílico prefere umas orações, consagrando a casa, e, no final, os terreiros em frente desta convertem-se num açougue formidável. Todos os animais são esquartejados,[159] tostados em grandes fogueiras, e a turba entra a esgarçá-los, retalhando bocados ainda sangrentos, que são comidos com o habitual fastio timorense.

---

[156] *Oma duro,* chama-se a essas dádivas; *oma,* casa; *duro,* para ela ou para ele.

[157] Como se faz na Europa, com moedas e pergaminhos, por ocasião do lançamento da primeira pedra.

[158] O carneiro em troca do porco; o cavalo em paga pelo cavalo. A mutiçala não tem retorno.

[159] Todos esses donativos têm designações especiais na terminologia ritualista, familiar à maior parte dos timorenses. Assim, o porco do *gui fu* chama-se *bai ata lia muto guissi,;* o *dofe* de neli, *saraguénaa,;* o pano de mulher, *cama assa,;* os panos dos outros *omarahe, lebabora* e *dula lessana,* este para os beirais, aquele para os travessões; e o porco dos *tufumata, bai muto guissi.* A «castanheira», como se diz em português de Timor, não tem parentesco com o castanheiro da metrópole, nem sequer o aspecto, mas só, no fruto, um pouco de sabor das nossas castanhas; chamam-lhe *culo cama.* Ao pano do interior do tecto, dão o nome de *tero.*

6) Estilo da casa de habitação – Nesta cerimónia, começa-se também por dois ou três grãos de mutíçala, que se deitam num dos buracos que se aprofundaram para cravar os barrotes que hão-de aguentar a palhota. Esse buraco é o que fica do lado nascente, e quem deita os grãos é o descendente mais em linha recta da mulher mais antiga que gerou a família que tem morado no mesmo lugar – em casas anteriores que o tempo foi estragando e a mão piedosa dos netos tem ido substituindo.[160]

Casa de Lautém, que foi do régulo D. Paulo

Tais estilos fazem-se apenas com as casas suspensas, do tipo antigo, hoje só frequentes nas montanhas. Assentam, como as construções sagradas, em oito prumos, dispostos em duas ordens, os quatro primeiros cravados no terreno e segurando um tabuleiro, espécie de terraço ou de *hall se*m paredes, onde se

---

160 Se um *omarahe,* por fanfarronada oferece cinco búfalos, vê-se obrigado, o dono da casa, a corresponder à prodigalidade, matando cinco porcos. O Timorense, em geral, é largo de mãos, e se peca é por excessiva imprevidência, que o leva a gastar tudo quanto tem e o que não tem, sem nunca pensar no dia de amanhã. Os estilos são uma das causas dominantes que impedem o indígena de levantar cabeça. Ele não compreende a economia, e quando nota a avareza escandalosa de certos funcionários calafetados no culto da pataca, que não só recebem ofertas de indígenas, mas não as retribuem, e outras vezes não o fazem com superior generosidade, os seus comentários tornam-se sangrentos e quase sempre justiçeiros. Em Timor, é preciso ser-se um pouco timorense.

recebem visitas, as mulheres tecem panos e às vezes se cozinha. A esses prumos ligam-se os outros por cordas e são estes que aguentam directamente o pavimento da casa, cujo corpo, armado à laia de pombal, tem uma entrada de lado ou no chão. Para lá se trepa por uma escada de degraus de bambu, ou por um só bambu entalhado aqui e ali para apoiar os dedos dos pés, – que, nos timorenses, são duma previsibilidade maravilhosa, de tal modo estão treinados a marinhar pelos magros fustes das palmeiras até 15 e 20 metros, de uma altura vertiginosa .

Não merecem estilo as casas assentes em baques de pedra solta, terra batida ou alvenaria. Nessas mesmo, torna-se impossível celebrar qualquer cerimónia religiosa, nem guardar os *faluno* familiares, a espada e a azagaia dos antepassados, que se vêem em todas as outras penduradas do lado do sol, juntamente com o *lode,* a vela e o tacho de barro, da liturgia indígena.

Quando se conclui uma construção suspensa, o dono da casa, ao raiar da manhã, enche uma panela com água, mete-lhe dentro um cacho de areca e folhas de *bete*, e é com ela que vai buscar os *faluno* tutelares, que tinham ficado na palhota onde, entretanto, habitava. Sacrifica-se, então, um porco na *ata-lia,* e o sacerdote gentílico, cuja comparência foi solicitada, vira-se para o Oriente, e recita uma arenga nestes termos:

- Dantes, a casa achava-se em ruína; mas fez-se outra nova. Avós nossos, venham todos ver como ela está agora! *Rai gui tu, uato gui tu, du ere hai nocarau; uere gau hai munitelo, hai muniguini!* [161]

O bisavô, o avô, a mãe e o pai, são todos chamados a capítulo, para um novo bodo de carne e arroz:

- *Assi dada, assi nanu, assi ina, assi boba; gaba fúlinau ara.* [162] *Seu ere, náua! Tinani, náua*!

Devem eles estar contentes com a sua geração, porque esta não desertou do lar familiar, e voltou a erguer a nova casa, justamente no local onde eles nasceram, gozaram, penaram e morreram, à beira dos túmulos de todos os antepassados. Os vivos continuam dignos dos mortos, fiéis ao seu exemplo e à sua memória...

Mas se, porventura, não estão satisfeitos, que falem, que previnam, que digam de sua justiça:

- *Du ere hai guini, oma ere guini. Bó nocorau, da hasu issi lolo!* [163]

Caso continuem em mutismo, é porque estão agastados:

- *Nana dáua. gugo*![164]

---

161 *Rai gui lu* e *ualo gui lu,* sinónimos; significam «outrora» *Uere,* por isso, porquê: *gau hai,* assim; *munitelo,* fazer de novo; *hai muniguini,* idem. Os Timores têm, como os africanos, a volúpia palreia da sinonímia...

162 *Ara,* já.

163 *Du* e *oma,* casa; bó, o mesmo que *ara; da hasu,* se assim; *issi lolo,* fala já.

164 *Nana dáua,* do contrário; *gugo,* calar-se. Para os outros significados, cotejem-se as notas anteriores.

E a interpelação acaba, como sempre, pela oferenda das comezainas:

- *Seu u ere, náua* ! *Tinana, náua*!

Mais uma vez, é a lagartixa que tem de servir de porta-voz dos antepassados. Se ela "canta", tira um peso enorme dos ombros dos vivos. Se persiste em silêncio, fervem, então, as perguntas ansiosas, no desejo de explicar aquela surda hostilidade que é de mau agouro. Será por isto, será por aquilo?... E as hipóteses são aventadas em altos gritos, até que os avós confirmem qualquer delas, sublinhando-a com a réplica da lagartixa.

Acaba o estilo pelo fatal banquete, onde se dá cabo de novos búfalos, provando-se assim aos antepassados, que os netos, para honrá-los, não se poupam a sacrifícios...[165]

7) ***Estilo da chuva*** – Quando os milheirais já estão semeados e as chuvas continuam remissas, alongando-se a seca com prejuízos que se receia venham a agravar-se, transformando-se em calamidade pública, celebra-se uma cerimónia religiosa, que corresponde ao nosso *ad petendam Dei Pluviam*. O estilo é realizado em Bai Cai Lale, no suco de Uani-Uma, onde vive o mais importante dos sacerdotes da região, o mais categorizado dos *anu faluno*. Chamam-lhe o *Irabeno gau ha* – o homem da água em barda, da chuva a potes...[166]

Tal rito é precedido pela convocação dos povos. Destaca o *Ira beno* uma espécie de arauto que, durante dias, percorre os sucos dos moradores de Baucau e os de Fatu Maca, vai até Ossuqueli e Vemassim, e torna depois para Leste, numa incursão por terras de Buato e Tequenamata, na área do posto de Quelicai. Por todo o caminho vai tangendo um gongue de cobre. Quem com antecedência não se afaste dos carreiros por onde ele marcha, tem o dever sagrado de segui-lo. Dos rebanhos que encontre na sua frente, assiste ao arauto o direito de exigir um carneiro, e pelo trajecto fora, nas plantações e nas aldeias, cabe-lhe exigir dos habitantes tudo quanto a terra produz, graças aos benefícios da chuva: o arroz, o milho, o feijão, a batata, o algodão, o tabaco, o coco, a areca, o trigo, o café, tudo afinal, que a chuva arranca ao solo de Timor por ela fecundado. Não há casa onde entre, onde lhe não dêem pousada hospitaleira, e certas palhotas há, de especial forma arquitectónica, dos tipos *lacasoro* e *mani-meta*,[167] onde é forçoso obsequiá-lo com um frango. Os *anu faluno,* esses, vão-se-lhe juntando, constituindo um longo cortejo – assim como um colégio sacerdotal. Quanto aos outros indígenas, se não querem agregar-se a ele e pagar-lhe o devido tributo, não têm outro recurso senão tresmalhar, desandando em sentido contrário àquele donde vêm os ecos do gongue.

---

[165] Quando um indígena se vê forçado a mudar de casa, leva um pouco da terra do pavimento daquela em que vivia e deita-a junto do prumo da nova habitação, do lado Nascente, oferecendo um suíno pequeno aos antepassados. - Em Racolo, na inauguração da moradia, substituem-se os búfalos por carneiros. Nas outras partes (Fatu Maca, p. ex.) continuam-se a imolar búfalos nessas cerimónias.

[166] *Ira,* agua; *beno,* cheia. A esse estilo chama-se o *ira naque.*

[167] Vidé o 4.º capítulo deste livro.

Um vago terror espalha-se pelas povoações...

- *Defa ai coho!* O cão está a ladrar!

Terminada a peregrinação, recolhe o mensageiro com o seu rancho, à casa *faluno* de Bai Cai Lale, que é a mais prestigiosa do departamento.

É nessa altura que o *Ira Beno,* seguido por seis *anu faluno,* (dois de Aubaca, dois de Uahe-Osso, um de Tirilolo e o último de Bucoli), cada qual empunhando uma vela de cera virgem, de um metro de altura e grossa como um cotovelo, se dirige, entoando cânticos, à galeria subterrânea de Cai Huno, cafua natural, aberta nas rochas despovoadas que formam a ponta de Bondura. A caverna é funda e mergulha, em parte, sob as águas do mar. Lá dentro, sete fontes brotam de estalactites, pingando do alto um líquido gelado que humedece as paredes da galeria, donde se esgaravata com as mãos e se arrancam pastas de terra, «doces como o mel»... Os *anu faluno* dispõem-se em bicha, na cauda do *Ira Beno,* enfiam pelo furado estreito, e vão descendo e cantando. Numa das bicas, a mais sagrada, é que o magno sacerdote enche um bambu, com que já vem prevenido.

Depois, e agora com o *Ira Beno* atrás de todos, regressa o cortejo. Mas quando chegam à boca da extensa gruta, é costume encontrarem esta cerrada com uma nova parede, e uma voz sobrenatural ressoar, pela galeria dentro, num eco que dá calafrios:

- *O' Caidau, ira lia!*

É o espírito do dono da gruta que protesta, em voz irada, contra os ladrões que lhe roubaram a água. O *Ira Beno* torna, então, a cantar, e profere certas palavras cabalísticas, ante as quais, logo o muro se afunda na parede primitiva e a entrada se descentra completamente!...

Lá em cima, em Bai Cai Lale, a multidão espera, e, quando chega o *Ira Beno,* forma roda à sua volta, para ser aspergida com a água que o magno sacerdote trouxe no bambu.

- *Mata na´a lee assa ara mau do muiri!*[168]

Ordena a teus filhos que venham brincar sobre a terra – diz ele, voltado para o céu, enquanto benze os peregrinos.

São as águas da chuva – que Deus mandará saltar, em festiva retoiça, sobre as terras sedentas de Timor…

Acabado o estilo, dirige-se o povoléu à casa sagrada de Oca Bai, onde se dispersa, depois de matar e comer os carneiros que restaram do lauto banquete, que também não faltou em Bai Cai Lale, conforme pragmáticas veneráveis...

---

[168] *Mala naa lée* os pequenos; *assa ara,* mandar; *do,* para; *muiri,* brincar.

O Autor, com uma criança indígena, junto dum dos canais de irrigação que fez construir (1929)

XV – CRONOLOGIA INDÍGENA.

Analfabetos na sua maioria e, no geral, ignorando o calendário gregoriano dos europeus, e professando pelo tempo o desdém fatalista de quase todos os povos primitivos, os Timorenses reduzem as suas necessidades cronológicas a meia dúzia de noções. Quando algum deles vai parar à cadeia, ou entra ao serviço de qualquer particular, como servo auxiliar ou matroz,[169] a sua forma de contar os dias que vão correndo, para verificar quantos lhe faltam para a liberdade, ou qual a soldada que já lhe deve o patrão, – é um simples e enrodilhado barbante, no qual todas as noites vai dando um nó. O barbante é a sua escrita, a sua contabilidade, o seu diário, a sua agenda, as suas memórias. Com ele se apresenta na Administração, a reclamar o pagamento de dívidas, a documentar preços de barlaque, a inventariar partilhas, ou

---

169 *Matrozes,* em português de Timor, são os serviçais dos comerciantes, e que se ocupam em depilar, secar, ensacar e carregar mercadorias. *Auxiliares,* os que, ao serviço de homens de qualquer profissão ou raça, se encarregam de buscar lenha e água, e doutras tarefas exteriores. Criados, há-os de três espécies: o de quarto e de mesa, o lavadeiro *(mainato),* e o cozinheiro. O Timorense, como servo doméstico, é um especializado, observando à risca, sem dar por tal, a estandardização de Taylor... E é assim que até alguns sargentos europeus se vêem obrigados a ter três serviçais para uso interno...

a mostrar o rol dos objectos ou animais que lhe roubaram. Se se lhe manda proceder ao balanço das árvores plantadas num caminho, ou das sementes que desta ou daquela espécie germinaram no viveiro, ou recorre à corda clássica, ou a pequenas pedras, ou a hastes minúsculas de arbustos, que vai juntando na concha da mão, uma para cada dez exemplares que for apurando...

Sem o barbante, é impossível aos timorenses reconstituírem as datas de factos decorridos, nem ele poderia fornecer-lhes uma sequência biográfica, pois que, só o adoptam para incidentes isolados da sua vida. Na rememoração do passado, cingem-se à indicação de largos períodos, de épocas, para as quais dispõem de referências cronológicas. Há, por exemplo, a quadra do arroz e a do milho, *reça gui ane e teli gui ane.* Querendo precisar a altura das sementeiras, dizem: *reça gui líire* ou *teli gui sáuno.* Se se trata da ocasião das colheitas: *reça se s´ei* ou *teli* co *c'oe,* Tendo um caso ocorrido na estação das chuvas, empregam a palavra *arara;* mas se teve lugar no Estio, lançam mão do termo *barere.* E assim, dado o indígena pretenda frisar que tal acontecimento se produziu há dois anos, coincidindo com a época seca, a frase a usar será: *Hai guto barere lolae.*[170]

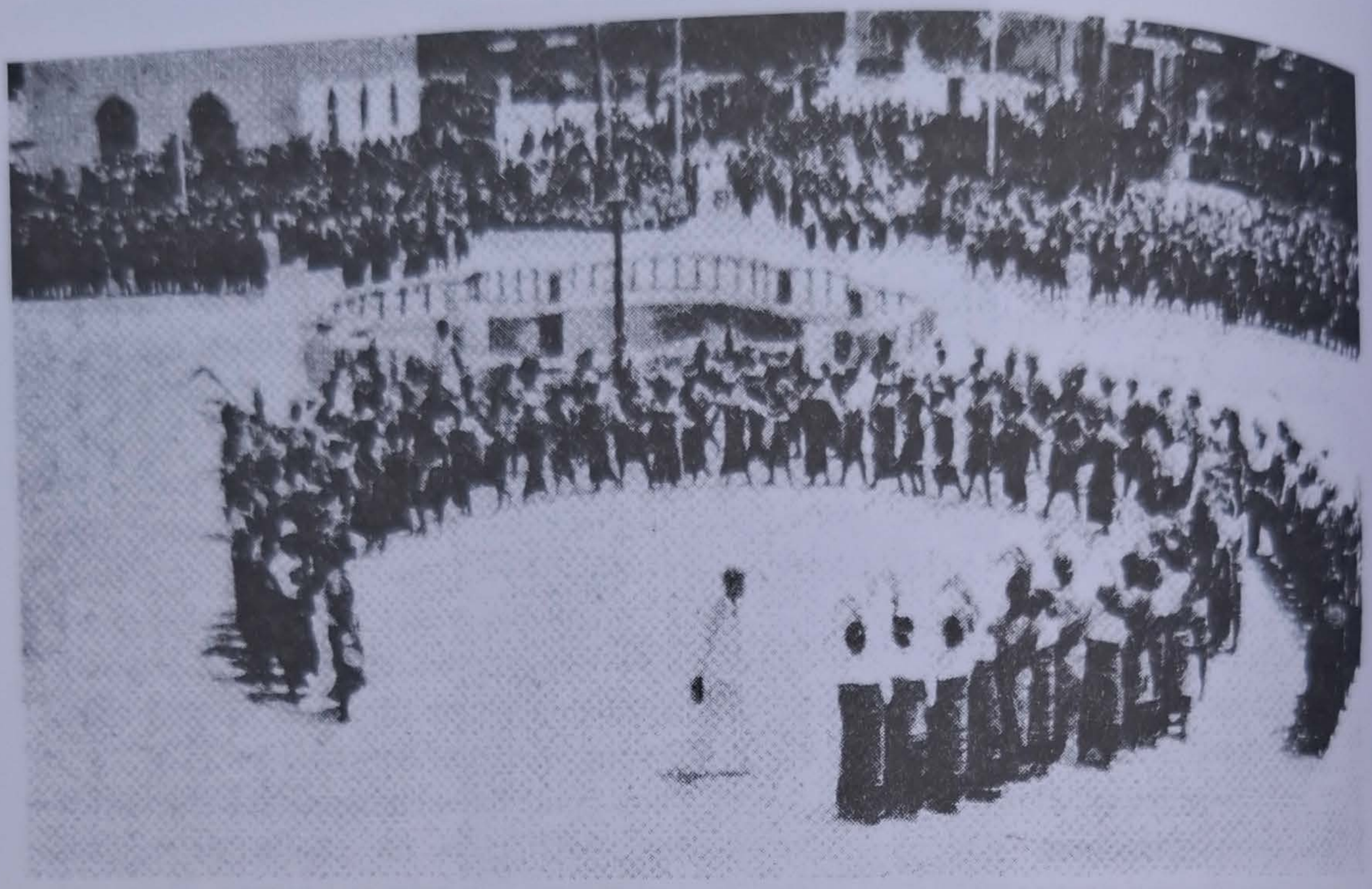
Outro expediente ao seu alcance é o dos nomes dos comandantes militares e dos administradores que lhes sucederam, desfilando na chefia da região: «Carrazedo *gui* tempo, Vieira da Rocha *gui* tempo, Rebelo *gui* tempo, Belo *gui* tempo, Lemos *gui* tempo»...[171] Recordam-se, assim, das autoridades que mais demora tiveram em Baucau, que os impressionaram por qualquer aspecto ou obra realizada, deixando-lhes os apelidos gravados na retentiva. Da mesma forma, invocam os nomes dos raros governadores cuja acção, além de irradiar para fora de Díli, se tornou duradoura; *Da' e berecama* Celestino *gui* tempo, *Da' e berecama* Filomeno *gui* tempo.

Devo acrescentar que encontrei entre certos indígenas mais cultos da região, chefes de Bucoli, de Tiri LoIo e de outros pontos, uma espécie de calendário, não conhecido, todavia, indígena vulgar, e que engenhado em gerações anteriores sobre motivos agrícolas, me fez lembrar aquele que o irreligiosismo da Convenção de 1793 legislou e esteve em vigor durante a Revolução Francesa: mês das vindimas, mês das brumas, mês das geadas, das neves, das chuvas, dos ventos. da germinação, das flores, das pastagens, das colheitas, do calor, dos frutos: *vendimiaire, brumaire, frimaire, nivose, pluviose,* etc.

---

170 A numeração em macassai, é a seguinte: *u, loláe, lólito, loloá, lima, dáua, fito, afo, siva, ruro. Cem, hátus; mil, riúm.* O resto é obtido com o termo *récin,* mais. Assim, 4823: riúm loloá, hatus afo, ruro loláe, récim lolito.

171 A palavra "tempo" é dada em português, visto os indígenas, na sua despreocupação pela ideia correspondente, nunca terem pensado em forjar outra, antes de travarem relações com a civilização. Para os Timorenses, *time is not money...*



No novo Largo Vasco da Gama, em Baucau. Festas em honra da autoridade e de 300 indígenas da ilha de Quíssar: a dança da «Batanda», da Mate-Biam. (Ao fundo, vê-se uma parada de «moradores», a secretaria em construção e a «tranqueira»), (1932).

Para aquele grupo restrito de timorenses macassai, o ano é partilhado em doze meses lunares, todos igualmente intitulados com designações poéticas. O primeiro é o *muno duro,* o tempo das ervas, e é durante ele que se mondam os milheirais. A seguir vem o *sússul,* assim chamado por ser o mês em que os bambus se desentranham em novos rebentos. Depois, o *assa duro,* o mês dos pássaros, que desabam em bandos vorazes sobre as espigas de milho, vendo-se o Timorense em pancas para afugentar aquela praga daninha O quarto e o quinto são o liri *mata* e o *liri bere,* das pequenas e grandes sementeiras de arroz, entre os nossos Abril e Maio. Passados eles, chega a altura das colheitas do *buto,* e por isso ao mês respectivo dão o nome romântico de "açafate de buto", o *buto muro.* Sucedem-se-lhe o *aelono assabala,* fase do céu enevoado e das folhas murchas; o *omar,* em que se constroem ou reparam as habitações, porque não há fainas agrárias a tomarem o tempo; o *mátèr,* em que florescem as árvores de pau -rosa; o *luto mata* e o *luto bere,* os meses da pesca, em que nas restingas de coral se armam os cercos de pedra solta, os *luto,* para reterem o peixe da babugem, quando se esvazia a maré; e por fim, o *lilu báiafa,* no qual, em certos troncos, aparece uma pequena cobra, o *lilu,* que é procurada gulosamente pelos porcos bravos, – os quais abundam em Timor, exibindo um aspecto de javalis, e sendo conhecidos pela apelação de *baiafa.* [172]

---

[172] *Reça,* arroz; *teli,* milho; *lire,* semear a lanço (nos arrozais); *sauno,* semear em covas (como nas hortas de milho) ; *se se´e,* cortar; *co co´e,* descascar, desfolhar; *guto,* passado, decorrido; *duro,* pertence a; *assa,* ave, pássaro ou galo; *mata,* pequeno; *bere* ou *berecama,*

Mas para o povo em geral, o mês é partilhado segundo as fases da lua: *uro béquile,* quarto crescente;[173] *uro lébene,* lua cheia; *uro digara,* quarto minguante; e *uro ai mulo,* lua morta, ou lua nova, como nós dizemos.

Um mês vem a ser *uru* u ; a manhã, *gamo gamo*; a tarde, *rai male;*[174] a noite, *gamo;* o meio-dia, *uato bu lata,* sol ao alto -havendo o meio dia grande *(berecama),* e o meio-dia pequeno *(caulai),* que corresponde às nossas onze horas.

Deseja um indígena reportar-se a qualquer dia de semana? Não há coisa mais simples. Toma como base o dia do bazar grande em Baucau, que é o domingo, e trata-o por *bazar berecama;* a quinta, é o *bazar caulai.* Pois, a segunda feira, passa a ser o *gui moa ussa,* aquele em que a claridade se entorna sobre a terra depois do grande dia; a terça, o *bazar gui bate;* a quarta, o *bazar gui uato lolae:* a quinta, o *bazar gui rai lima* ou *bazar uato lima;* a sexta, *bazar uato daua;* e o sábado, *eli haga,* aquele em que se procuram e juntam as mercadorias que hão-de ser vendidas no dia imediato.[175]

Duas epidemias houve antigamente que dizimaram numerosos habitantes de circunscrição e que ainda hoje servem de referência cronológica, ou aos contemporâneos, ou aos sobreviventes: *saca gui* tempo, a época da varíola; *da'e sara gui* tempo, a da gripe.[176]

XVI – JOGOS DE ADVINHAS

É frequente, por ocasião de visitas ou em serões familiares, em festas de bodas ou em vigílias funerárias, quando parentes e vizinhos se acocoram em torno duma fogueira e se tagarela até desoras, entreterem-se os indígenas em jogos de adivinhas, que são os seus torneios de imaginação e de inteligência, os jogos florais da sua literatura embrionária e sem escrita. . . Pacatamente, no meio de goladas de tuaca e ao calor estimulante das labaredas, os Timorenses divertem-se: cascalham as risadas, esfuziam as troças, quando algum dos parceiros não atina com a decifração dos enigmas, ou soltam-se aclamações jubilosas, se algum mais esperto mata as

---

grande; *niuno,* erva de horta; as da estrada são *fere, bulo,* cereal que se rega e dá, ao fim de três meses, uma espiga que lembra a do arroz; *ae,* chuva; *ae tono,* tempo carregado de névoas. É a altura da segunda época de chuvas, habitual na contra-costa, e que na circunscrição de Baucau, nos últimos anos, se traduz em ligeiros chuviscos, excepto na área de Baaguia, posto que já fica acavalado no espinhaço longitudinal da ilha.

173 *Uru,* lua; *béquili,* aumentar, desenvolver. Por ex.: *gui dada, gui nano hai bequili gui ai eu'e:* o seu avô e bisavô (os espíritos deles) aumentaram-no (deram-lhe sorte) naquilo que tinha (tornando-o rico).

174 *Rai.* abaixar; *male,* perto. *Rai male,* aproximar-se, curvando-se. É o sol que se vai chegando para a terra.

175 *Moá,* terra; *ussa,* claridade; *uato,* dia; *eli,* mercadoria; *haga,*procurar.

176 *Da'e,* cabeça; *sare,* cair cabelo. Um homem calvo é um *daeleca.* São raríssimos entre a população indígena, quase toda de fortes cabelos e dentes magníficos. Alain Gerbault encontraria nos Timorenses novos argumentos para a apologética do semi-nudismo e da cabeça ao léu, que faz no seu *Evangile du soleil...*

charadas sem longos quebra-cabeças.

Muitas das adivinhas são interessantes, reveladoras não só de agudeza de espírito, mas duma sensibilidade poética que só raros europeus conseguem descobrir nos timorenses, por detrás da fachada inexpressiva com que geralmente surgem aos olhos da nossa raça. Não resisto à tentação de reproduzir aqui meia dúzia delas:

– «Um homem a tocar tamboril em Lautem e simultaneamente a dançar em Cupão.» Lautem e Cupão são os dois extremos da ilha de Timor. – Resposta: um cachorro. Explicação: – porque um cão, ao ladrar, põe-se logo a dar ao rabo.

– «Navio à vela; quando navega, tem a vela arreada; só a iça quando fundeia no porto.» – Resposta: uma catatua. Porque esta ave só abre a crista em leque, no momento em que deixa de voar.

– «Por baixo, é cheio; por cima cheio é; mas é vazio no meio.» Um coco maduro, porque, ao sazonar-se, seca-se-lhe a água dentro.

– «Morreu o rei nascente, mas só vai a enterrar quando chega o rei poente». O Sol e a Lua.

– «No céu, andam duas mulheres a tecer um só pano, cada uma do seu lado, mas com a intenção de ligarem no fim, as partes respectivas». Idem.

– «A ribeira é grande, tão larga e funda que um homem não pode atravessá-la. Mas atravessa-a uma criança, e sem medo nenhum». Uma panela de água a ferver, onde entra uma colher, mas não se pode meter a mão.

– Uma pessoa adulta leva uma hora a chegar à praia, mas um gaiato chega lá num instante». São os olhos.

– «A esteira encontra-se desenrolada e sobre ela espalharam-se flores brancas. *Nahe bilerenda care mugerin*». É o céu estrelado.

– «A rainha está triste, porque o rei tarda em vir.» É o mar parado, quando lhe falta o vento.[177]

XVII – AS VELHAS LENDAS.

É nessas reuniões caseiras em que se propõem e resolvem adivinhas, e em que os Timorenses chalram e se divertem até horas mortas, que às vezes acontece um ou outro velhote, de loquacidade fácil e memória ainda fresca, se pôr a narrar, ante o silêncio quase religioso da assembleia, algum dos contos tradicionais da

---

[177] Outras, que recolhi em Liquiçá, também da boca de indígenas sem mescla: «Pode agarrar-se, mas não se vê». A nuca. – «Um homem em cima chama outro que está em baixo, e este obedece ao apelo; o de baixo chama o de cima, e este recusa-se a isso». As duas mandíbulas duma criatura, – «A areia choca os ovos sem precisar da mãe que os pôs». Os ovos que a tartaruga abandona na praia e que germinam sobre a areia. – «Quem passa a vida a embrulhar uma esteira, que, todavia, aparece sempre desenrolada ?» É o mar, dobrando as suas ondas sobre a costa. – «A cabeça toca tambor e a cauda iça bandeira" – Idêntica à de Baucau. É o cão. –. «Parte do meu corpo vai para Díli, mas outra parte vai para Maubara». É um dos pés que fica atrás quando o outro avança. – «Vapor grande não pode andar; barco pequeno está sempre a andar». O prato e a colher, quando se come.

região, lendas ingénuas e sumarentas de pitoresco.

Recitam-se e aprendem-se assim de cor, histórias antigas, fábulas cobertas de ferrugem e de poeira, mas deliciosas, impregnadas de rude nativismo, tal como as concebeu a fome de maravilhoso que sentem, afinal, todos os povos. Quer estes sejam brancos ou de cor, há em todos a mesma avidez de se criar um mundo de ficção, paraísos artificiais, «palácios encantados da fantasia», para se desforrarem da banal secura e da hostil dureza da vida real, presa à monotonia enfadonha do seu ritmo.

Uma das lendas que mais impressiona a atenção dos indígenas é, por certo, a do dilúvio, que se encontra igualmente em muitos outros povos rudimentares. No timorense, ela sobrevive como recordação de pré-históricas revoluções cósmicas, nas quais, di-lo a própria ciência dos brancos, se afundou a ilha, total ou parcialmente, conforme o atestam as camadas de coral que se topam a cada canto, sobretudo na zona de Baucau, e nas altitudes mais diversas.

Reza, pois, a tradição indígena que, há coisa de muitos anos, certo dia o mar tomou-se de fúria, e, arremessando-se sobre a ilha, varreu todo o litoral, galgou montes, arrasou plantações, submergiu os gados, destroçou as aldeias, e cobriu e afogou todos os habitantes de Timor. Dessa enchente calamitosa, salvaram-se apenas três homens, cuja sorte foi a de se refugiarem a tempo no mais alteroso e escarpado cocuruto da montanha da Mate Biam, logo que viram o mar a inchar e a referver, a invadir as planícies, começando já a galgar os contrafortes, em espantosos turbilhões.

Ora, os nossos heróis, mal se apanharam no seu penhasco quase inacessível, não pararam, nem de dia nem de noite, enquanto não construíram uma espessa trincheira, com a qual se defenderam do assalto das ondas, e que ficou tão alta e grossa de muros, que o mar revolto bem a lambia e a atacava, e trovejava contra ela espanando-se em cachoeiras de espuma, mas não lograva subvertê-la ou abrir-lhe mossa, por maior ímpeto com que a acometesse, em furiosas e redobradas investidas.

Tinham, porém, já decorrido algumas semanas; os víveres começavam a escassear, as vagas não desistiam de engolir o resto da ilha, e os valorosos timorenses iam, por certo, rebentar à míngua de comedorias – pois já não havia ratos nem cobras, nem raízes nem peixe podre,[178] em que meter o dente, – quando surgiu uma ave providencial, a que os indígenas chamam *queto* e consideram corno santa. O pássaro arrumou uma forte patada nos vagalhões, e patada foi ela que o mar partiu-se logo ao meio e desatou a rolar, precipitadamente, pelas encostas abaixo: indo cada metade para seu lado da ilha.

Assim se afastaram e se formaram os dois mares que banham agora a costa de Timor – o «mar homem e o mar mulher».[179]

---

[178] São coisas a que o indígena não torce o nariz. Os próprios chinas comem sem repugnância e até com prazer o pescado que começa a fermentar. Peixe cuja compra se recusava em minha casa, por não estar já fresco, corriam os pescadores a vendê-lo aos comerciantes da vila, que o acolhiam sempre de bom grado.

[179] São esses os nomes com que os indígenas, de ponta a ponta da ilha, designam o mar do

E é com esse pontapé formidável que se explica a razão de andar o *queto* sempre a coxear. Foi dado com tanta alma, que o pássaro desmentiu a perna e ainda hoje continua a sofrer da entorse...

1) ***A guerra entre Behali e Lequeçan*** – Outras *histó*rias de épocas remotas, novelas imaginosas que se transmitem oralmente de umas gerações para outras, e cuja acção decorre nos tempos recuados, em que o Timorense ainda ignorava a existência da raça branca sobre o vasto mundo – vêm, então, borbulhar, naqueles serões familiares, agora uma, logo outra, recitadas pelas bocas comovidas dos velhos contadores.

E há uma história que começa assim:

– Houve um tempo em que toda a ilha pertencia a dois únicos reis: o de Lequeçan e o de Behali. Eram dois grandes potentados, cada qual governando o seu território por direito de herança e de conquista, mas de tal modo viviam distantes um do outro, nas suas cortes, longe das fronteiras, que nunca chegavam a encontrar-se.

Certo dia, porém, juntou-os o acaso numa praia deserta, lá para as bandas de Batu-Gadé. Foi uma surpresa. Mediram-se de cima a baixo, e vai o de Lequeçan, altivamente, como era próprio da sua estirpe, perguntou ao de Behali:

– Quem és tu?

– Sou o filho do Céu e da Terra! – respondeu o interpelado, invocando as origens sobrenaturais da sua ascendência. E tu, quem vens a ser?

– Eu sou filho da Água e do Mar! Não sorrias. Posso provar-to. Ao passo que tu blasonas, mas não tens forma de demonstrar títulos que te não cabem.

– Ousas duvidar? – retorquiu o outro, já fora de si.

– Se és filho do Céu e da Terra, desaparece.

Palavras não eram ditas, o monarca de Behali desfazia-se na atmosfera, como se fosse um novelo de fumo.

– Bem, já estou convencido, – observou-lhe o de Lequeçan. – Reaparece agora.

Restituído à sua forma humana, foi a vez do *liurai* de Behali intimar o parceiro a dar provas dos atributos que se arrogara. O mar, então, encapelou-se, as vagas num arranco, invadiram a praia, e o de Lequeçan, transmudado numa poça de água, foi levado por elas.

– Bom, não é preciso mais – disse lhe, por seu turno, o de Behali. – Volta a tomar aspecto de gente e façamos amizade.

Trocou-se, entre os dois, a masca que faz os bons amigos, e dali a pouco, sentados em fraterna camaradagem, prometiam e juravam conservar entre os seus reinos uma paz sólida e duradoura. Como garantia e penhor dessa aliança, até ficou conchavado entre eles, que ambos casariam com as irmãs um do outro.

---

norte e o mar do sul: *tassi mane* e *tassi feto*. Este é o mar mulher por ser mais sossegado, dizem eles, sorrindo... Das duas grandes massas montanhosas da Mate Biam, a do norte é também o *homem*, a do sul, *a mulher*.

Dias depois, tendo os dois volvido às suas terras, iniciaram-se as visitas dos parlamentários, embaixadas aparatosas, encarregues de negociar as cláusulas dos barlaques, os rebanhos de búfalos e cavalos, os montes de jóias, as espadas de finíssima têmpera, os panos de alto preço, que seriam cambiados entre as famílias das duas futuras rainhas. E, ultimadas que foram as conferências, esclarecidos todos os pormenores dos contratos, a irmã do *liurai* de Lequeçan, escoltada por rumoroso séquito de cavaleiros e peonagem de fidalgos e de escravos, barulhentos de músicas e descantes, lá partiu, pelas montanhas fora, a caminho do seu destino.

Vão passando os dias, e na corte de Lequeçan, toda afestoada de arcos e grinaldas, há um formigueiro de povo, que acorreu de todo reino e que, já borracho de tuaca e derreado pelos batuques, continua ansiosamente à espera da nova soberana. Escalonados sobre as cristas dos montes e distribuídos em cordão até à fronteira longínqua, alviçareiros em grupos numerosos, perscrutavam todos os relevos e recessos das encostas para as bandas do poente. E já o desespero começara a apoderar-se da turba concentrada na aldeia realenga, quando, numa bela manhã, ecoou alegremente, repercutindo-se de quebrada em quebrada, o anúncio de que a princesa de Behali fora apercebida, não muito distante da *balisa*[180] dos dois reinos, choutando entre longa caravana, ao longo dum trilho que serpenteava no meio de palavrões brancos. . .

Largaram quase todos os maiorais, escanchados em cavalos fogosos, ao encontro da ilustre personagem, a qual, poucos dias depois, fazia a sua entrada em Lequeçan, ao som de *hadalas* de entusiasmo e dum alarido ensurdecedor de gongues e tamboris. Encharcado de suor, o gentio delirava de contentamento, espinoteava nos terreiros, enrouquecia em clamores joviais, desengonçava-se em danças festivas que pareciam nunca mais acabar.

Sucedeu, porém, que num desses dias em que se prolongou a folgança, houve um velho principal que, durante uma temporada, vivera no reino fronteiro e que, em alta grita, rompeu de súbito por entre o povoléu, declarando indignadamente que aquela mulher não era a irmã do rei de Behali!... O *liurai* aliado cometera a mais negra das traições: em vez de uma princesa da sua grei, mandara uma reles filha do povo!

Calcula-se o espanto em que estas palavras inesperadas mergulharam, de começo, toda aquela gente. Houve, primeiro, um silêncio de assombro.., Depois foi uma balbúrdia tumultuosa, em que ninguém se entendeu. Não se viam olhos que não fuzilassem de raiva, nem bocas vermelhas a espumejarem de masca, que não ejaculassem obscenidades, rugindo pragas sinistras, vomitando ameaças de vingança. Interrogou-se a rapariga. Trémula de susto, os olhos nublados, chorando às bagadas, a moça confessou tudo. Era realmente uma impostora, uma vil plebeia, sem mescla de sangue *aram*. Ordenara-lhe o rei de Behali que representasse aquela

---

180 *Balisas*, em português de Timor, vem a ser os limites territoriais dos reinos, circunscrições, áreas de postos, jurisdições ou sucos, e deles são os indígenas de tal modo ciosos, que não poucas vezes, por causa dessas linhas de partilha, estalam conflitos, em que os Administradores têm de intervir como árbitros e apaziguadores de ânimos exaltados…

farsa e ela, por fim, aceitara, coagida pelo medo, e sem ter, aliás, uma noção precisa da gravidade e da torpeza da burla que cometia.

Ao ouvir a confissão da estrangeira, quase abafada pela tempestade dos mugidos iracundos dos maiorais – o monarca de Lequeçan, soltando um grande brado, impôs silêncio à multidão. Era de ver, nessa altura, a expressão de rancor que lhe arrepanhava a cara, os olhos raiados de sangue, os beiços grossos, franzidos de cólera, a mostrar os dentes – que ele tinha limados, pontiagudos, tingidos de negro, como todos os timorenses daquele tempo. Desembainhou, então, a sua magnífica espada de guerra, de folha recurva e de guardas de tamarindo, lavradas e marchetadas de ouro, e sem uma palavra mais, a lâmina crepitou ao sol, cortou o ar, e, dum só golpe, fez saltar para longe a cabeça da falsa princesa!

Tão vil fora, porém, a deslealdade do ultraje, que tinha de ser lavada no próprio sangue do rei de Behali. Houve, pois, uma guerra de desafronta; guerra que se tornou memoranda e em que os dois povos, açulados como cães de caça se chocaram em mil combates, morrendo gente como moscas. Luta brava, sangueira implacável e sem tréguas, mas que veio a acabar pela prisão do monarca traiçoeiro. Algemado à boa maneira timorense, os pulsos amarrados a um bambu cruzado atrás das costas, transportou-se o cativo até ao acampamento do vencedor e ali ficou, junto a um montão de crânios que tinham sido ceifados, no decurso da campanha, ao exército inimigo.

Não quisera o rei de Lequeçan declinar em ninguém a glória de cortar a cabeça ao prisioneiro. Ei-los agora, frente a frente, no meio da falange dos homens de guerra, empenachados e todos eriçados de armas. Começam estes a entoar o cântico lúgubre, vagaroso, do *Loroçá,* a celebrar a matança e a festejar a colossal vitória. Os crânios são, depois, desempilhados a pontapés e, durante largo tempo, disputados pelas patorras calejadas dos homens e pelas gretadas manápulas das mulheres – frementes de volúpia sanguinária andam a girar em ziguezagues e aos vaivéns ao som duma trovoada de aclamações ferozes.

Quando reboou, de novo, o *Loroçá* e as últimas notas enervantes desse hino de morte se extinguiram, em ecos soturnos, arrepiadores, apagando-se ao longe, nas dobras do vale – o rei de Lequeçan, num repelão, os olhos a coruscarem, ergueu a catana e vibrou-a contra a gorja do prisioneiro!

Mas, logo um sussurro de estupefacção correu por todo o povo... Ao bater no pescoço do rei de Behali, a catana produzira um som cavo, quase saltando fora da mão de quem a empunhava!

Este arremessou a espada e gritou que lhe dessem uma azagaia de ponta bem aguda. Trouxeram-lhe a melhor que havia no reino. Recuou o *liurai* de Lequeçan uns trinta passos, balançou-se sobre as pernas, reclinou o tronco e, firmando bem o dardo na mão enclavinhada, projectou-o numa lançada certeira contra o coração do adversário. A azagaia foi bater no peitoral musculoso do inimigo e fez ricochete, pulando para o lado como se desse contra um rochedo !...

– Ora, já vês – disse, então, o prisioneiro, numa voz profunda, calafria, que parecia gelar o sangue de quem a ouvia. – Não é a fio de espada nem à ponta de azagaia que pode morrer o filho do Céu e da Terra! A minha vida depende de um

segredo que tu ignoras, mas que eu, no entanto, não tenho receio de te ensinar.

Se, porventura, ainda teimas em me dar a morte, deixa as armas em paz, porque elas nada podem contra mim. Agarra um bocado de *á hia* e aperta-me o pescoço com essa erva sagrada. É sobre o mundo, a única coisa, diante da qual não sou invulnerável.

E foi assim, realmente, que morreu o Filho do Céu e da Terra, estrangulado pela terrível vingança do rei de Lequeçan.

2) ***Fundação do reino de Vemassim*** – Conquistado e devastado que foi o território de Behali, entre outros tributos e humilhações que sofreram os vencidos, impuseram-lhes a obrigação de fornecerem cinco dos mais valentes cabos de guerra do reino para enquadrarem na guarda nobre do *liurai* vitorioso. Os *assuais,* de facto apresentaram-se. Sucedeu, porém, serem todos homens engenhosos e ladinos, muito adestrados na arte da guerra, criaturas useiras e vezeiras em ciladas e outras artimanhas de que sempre se compuseram as lutas bélicas entre Timores. Cega pelo triunfo, a gente de Lequeçan não lhes desconfiou das baldas e nem cuidou que eles só pensassem em tirar desforra das derrotas recebidas!

Entretanto, os *assuais* não perdiam o seu tempo. Esquadrinhando o mato, caçaram quantas cobras por lá havia e, volvendo à corte, persuadiram os habitantes a tomá-las e a conservá-las bem apertadas nas mãos, pois dessa forma e mantendo-se imóveis, sem tugir nem mugir, conseguiriam, sem precisão de despesas nem labutas – diziam os embusteiros – um ano de colheitas fartas como nunca tinham tido em dias da sua vida… Supersticiosos como são todos os timorenses, prontos sempre a crer piamente em todas as práticas ressabiadas de mistério, os pobres indígenas de Lequeçan caíram no logro.[181] Dias depois, sabendo-os desprevenidos, os arraiais de Behali, escalavam a tranqueira de Lequeçan e desabavam lá dentro

---

[181] Em 1929, foi preso em Manatuto, um charlatão indígena, o qual trazia já em alvoroço a gente daquela zona e alguma de Díli, persuadindo-as de que, por meio duns grãos de milho, que ele vendia, arrancariam à terra messes abundantes, transformando-se cada grão numa horta maravilhosa... Nessa altura, foi igualmente preso, um iluminado de Aileu, que atraíra numerosos habitantes dessa e doutras regiões, realizando vários estilos com os animais que lhe levavam, e em que o fanático, proclamando-se *Governador negro, (Ema bote metan),* profetizava acontecimentos apocalípticos e, entre eles, a cessação do pagamento dos impostos e o abandono da colónia pelos brancos... Denunciou-o uma mulher arrebitada, que não se conformou com a proibição de mascar diante do vidente autoritário. Em 1931, chegou a aparecer em Díli, um magote de indígenas da Hatu Lia, alçando uma bandeira azul e branca, com que deram a volta à igreja católica e foram, depois, até ao altar, sempre guiados por outro inspirado, que já ia formando uma espécie de seita religiosa, atraída pelas virtudes mágicas duma bola de vidro, que o homem agitava teatralmente, como vara de condão, que lhe permitisse operar toda a casta de milagres. Quando a farândola regressou à Hatu-Lia, mandou o comandante cercá-la, desterrou-se o caudilho e o seu estado-maior, o estandarte foi apreendido, e a bola milagrosa desfez-se logo em estilhas sob as botas altas daquela autoridade da região. Dissolvida assim, sem mais brancos nem emprego de tropas, nunca mais a seita deu que falar…

como um furacão! Tão grande foi o pânico que ninguém pensou em resistir. Uns caíram logo, trucidados pelos assaltantes, e a maioria lançou-se numa fuga desabalada. Fugiu o rei e com ele os maiorais, atirando-se ao mar em *beiros*, com que rumaram, depois, ao longo da costa, em demanda de refúgio contra a perseguição dos invasores. Por terra, e em grosso e alvoroçado rebanho, o povo ia também fugindo, acompanhando de longe a marcha das embarcações.

Ora, aconteceu que o rei, levando consigo a cabeça já defumada do *liurai* de Behali, não se esquecera, também, do *lúlic* famoso, padroeiro do reino, que estava entregue à sua guarda, encerrado em preciosa caixa de sândalo, espécie de arca santa da tribo posta agora em debandada...

E foi esse *lúlic* venerável, cheio de virtude e de prestígio, que se dignou proteger o êxodo e guiar os foragidos até às terras onde o Sol nasce, terras que nesses tempos remotos ainda estavam desabitadas. Rei e Povo juntaram-se, então, à beira de uma nascente de água salgada *(Ué Massim)* e aí se fundou a capital duma nova e florescente monarquia, cuja forte autoridade se alargou, mais tarde, irradiando para Leste e para o Sul, abrangendo extensas regiões – que são hoje de Baucau, de Lautem, de Ossu e de Ossurôa.

Correram, porém, os anos, o rei entrou a envelhecer, e o povo estava mais triste que o mar sem a aragem da brisa, por ver que o monarca, não encontrando em Timor noiva alguma que fosse da sua alta condição, iria, por certo, morrer sem deixar descendência. De novo, o *lulic* omnipotente salvou Lequeçan! Era uma cobra enorme, toda de ouro e de aspecto horrendo... Certa noite, escoou-se para fora do seu cofre de sândalo, tomou a forma dum homem e dirigiu-se ao lantém onde dormia a irmã do rei, viúva do *liurai* de Behali. Esta não repeliu o abraço da divindade temerosa... Meses depois, três filhos gémeos vinham a nascer desse conúbio sobrenatural.

Os fedelhos cresceram, foram espigando, e a mãe, muitas vezes, não sabia que resposta lhes havia de dar, quando a interrogavam sobre a identidade do pai... Até que, ao vê-los já homens feitos, decidiu conduzi-los à presença do *lulic* e revelar-lhes a origem milagrosa do seu nascimento.

Um deles acreditou e curvou-se numa saudação reverente. Os outros, incrédulos, apedrejaram e cobriram de apupos o espantalho de ouro. E foi nesse momento que a cobra voltou a revestir-se com o aspecto humano, e, apontando os três filhos, pronunciou as seguintes palavras:

– Tu, que soubeste ter para comigo o respeito que me devias, serás o rei de Vémassim, e depois de ti, os filhos e netos das gerações que esbracejarem do mesmo tronco. Os outros e os descendentes que deles saírem, não passarão de plebeus sem categoria, *cuda-reino*, enjeitados para sempre, condenados à pobreza e à servidão, sofrendo eterno castigo pelas pedras sacrílegas com que me afrontaram!

E pronunciada que foi a terrível sentença, o *lulic* poderoso tornou a transformar-se em cobra... A profecia cumpriu-se. Dos três filhos da irmã do *liurai*, um veio a ser o herdeiro do reino, mas os outros foram escorraçados da corte, e ainda hoje os seus netos andam a penar sob a maldição divina!...

3) Origem de Baucau – Há outra lenda, essa toponímica, que a imaginação popular teceu em roda do nome de Baucau.

Era uma vez um velho timorense, já viúvo e encarquilhado pelos anos, e que tinha também três filhos. Chamava-se o mais velho, Uono Loi; o segundo, Tai Loi; e Lequi Loi, o mais novo. Este era caçador apaixonado, e não faltava noite alguma que não desandasse de casa na companhia de bons rafeiros, em busca do *laco*[182], ou de outros animais, cuja carne o pai tinha em grande apreço. Ora, uma bela noite, como o rapaz estivesse doente ou arrasado do trabalho, estirou-se no lantém e deixou-se vencer pelo sono. Na manhã seguinte, antegozando já o prazer de rilhar alguma febra saborosa, o pai encaminhou-se para o sítio de Cai Huno[183], que demora a 300 metros do lugarejo onde se construiu e alastrou a vila de Baucau.

Aí, como de costume, encontrou-se com a prole e aguardou que lhe dessem de almoçar. Mais lesto que os irmãos, já o Lequi Loi trepara por um aquediro, abraçando-se ao tronco, içando-se a pulso e fincando os pés por um dos dedos, nas cintas de folhas que servem de frágeis degraus ao longo do fuste, e, num ápice, marinhara como um símio, até se pendurar na copa e extrair a tuaca espumosa que o timorense não dispensa para animar os seus repastos...

Sentou-se o velho à palestra com os outros dois filhos, mascou com eles e soube, então, que não havia posta de carne em que meter o dente.

– E agora, que há-de a gente fazer? – consultou o pai.

– Eu cá, tenho um porco - respondeu o Uono Loimas – ainda está mal medrado e seria para mim um desgosto se o abatêssemos hoje…

Tai Loi, por seu lado, referiu-se com hesitações e muitos rodeios, a um carneiro que lhe pertencia; chegou a dizer que o punha ao dispor da paternidade, mas o certo é que se não deu grande pressa de ir buscá-lo à árvore onde o tinha amarrado, a roer capim…

E não se passava disso, o velhote já estava a ralar-se, cheio de apetite e de cismas, quando o Lequi Loi desceu da palmeira e interveio, decidido:

– Ó pai, o melhor é poupar o cevado e o carneiro. Tenho aqui um cão já trôpego, que já de nada me vale para a caça. Pois come-se o cão!

E sem mais tir-te nem guar-te, armando-se dum esgalho que se encontrava para ali caído, vibrou uma pancada certeira na cabeça do animal. O cachorro foi esfolado, esquartejado, preparado, assado numa fogueira ao ar livre e deu um excelente almoço, que foi regado com uma tuaca de se lamber o beiço…

No fim, o ancião dirigiu-se aos filhos e crismou-os:

– Doravante, tu, Uono Loi, por estares tão ligado ao teu leitão, passarás a chamar-te Ua Bubo (rabo de porco)... O Tai Lequi trocará o seu nome pelo de Cai-Uada (indiferente), e o cadete, o Lequi Loi, chamar-se-á Tiri-Lolo, homem direito, resoluto, que foi o que ele mostrou que era.

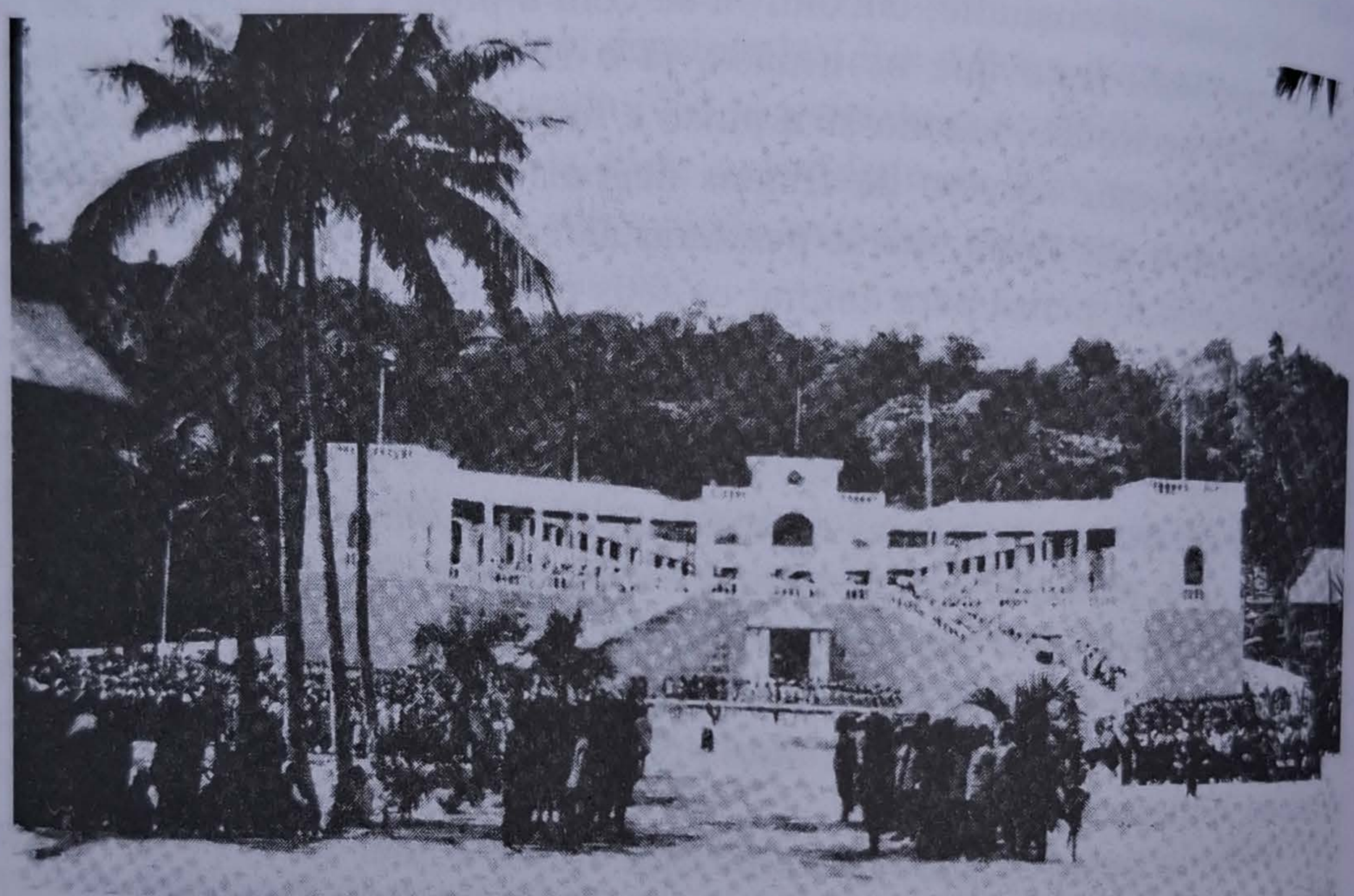
---

[182] *Laco*. espécie de gato selvagem, a que os malaios dão o nome de *louvac,* e que em Timor assalta os cafezeiros, comendo-lhes as bagas, de que só digere a polpa, dejectando o resto, que, assim, semeado ao acaso, produz o que se chama o *café do laco,* de rápida germinação.

[183] *Cai Huno,* em uaimáa «lugar onde se bebe tuaca»

Pouco tempo depois, sobrevindo a morte do pai, dispersaram-se os três, indo cada qual construir a sua casa em lugar diverso. O mais velho foi estabelecer-se nas proximidades duma nascente e aí constituiu família, dando origem à povoação de Baucau. O segundo instalou-se nuns terrenos mais para Oeste, que são hoje do suco da Cai-Bada. E o outro foi empoleirar-se numas rochas que se erguem a Sudeste de Baucau e que assim se tornaram em cabeça do suco de Tiri-Lolo.

A designação de Ua-Bubo, proveniente dum dialecto do qual já se perdeu a memória, transformou-se em *Uau-C'au,* através da linguagem uai-maa, que entrou a ser falada pelos habitantes daquela zona. E foi de Uau-C'au que derivou Baucau, nome que já tinha o pitoresco lugarejo, quando os brancos ali penetraram, aventurando-se pela encosta, há coisa de 300 anos.



Inauguração do mercado municipal de Baucau, projecto do autor (1932). Parada de cipaios, moradores e escolas, por ocasião do «copo d´agua» aos chefes indígenas.

4) Conquista de Baucau – Num dos contos que andam divulgados entre a gente da circunscrição, – transmitidos oralmente, um pouco à laia dos cantos da *Ilíada,* antes de Homero, na boca dos *aedos* gregos, – as personagens são também três irmãos, a quem se atribui a conquista de Baucau, por meio dum dos estratagemas astuciosos que são tão do agrado da psicologia timorense. . .

Segundo essa versão, havia em Maca Dique, para trás da montanha da Mate Biam, três irmãos cujos nomes eram os mesmos que têm hoje três dos sucos que habitam nos arredores de Baucau. Maca-Dai, Cai-Bada e Tiri-Lolo, se chamavam os rapazes, e foram eles que trouxeram de Maca-Dique a língua macassai, que ainda hoje se fala naqueles sucos, apesar de morarem na vizinhança de outros onde só se fala o uai maa.[184]

---

[184] No Timor Português, a população encontra-se partilhada, não só por manifestos diversi-

Estavam os três irmãos ainda em Maca-Dique, quando, numa tarde, se lembraram de derreter um pouco de cera virgem em três vasos separados. Um deles, o mais novo, teve, porém, a precaução de meter dentro da sua panela um bocado de corda. Distraíram-se os outros a palrar, e, no fim da palestra, lembrando-se da cera, foram encontrar as suas panelas vazias, ao passo que na do benjamim a cera coagulara em volta da corda... Sem perceberem que a deles desaparecera em fumo, os dois zangaram-se com o mais novo, teimando em que havia bruxedo ou maroteira da parte deste, travaram-se todos de razões, espancaram-se, mas quem levou a melhor foi o cadete. Este, generoso, conseguiu persuadi-los das razões do facto que suscitara a contenda. E tão envergonhados ficaram *eles,* nesse momento, que logo resolveram abandonar Maca-Dique e ir em procura de novas terras, onde pudessem ser felizes e amigos, sem repetirem as desavenças em que se tinham gasto até então.

Dias depois, eis os três em marcha para o norte, levando consigo um porco, um cão, um frango, um *gugu* e um fole de ferreiro *(toha).* Era seu propósito desencantarem uma nascente de água igual à de Maca-Dique, para à beira dela se fixarem. Primeiro acamparam nas rochas de *Ata Lia,* que hoje são conhecidas por Fatu Lia,[185] em seguida pousaram em Ossuala, e pelo caminho iam agregando a si alguns habitantes resolvidos também a correr aventuras. Eram já trinta homens quando entraram no planalto de Ossuqueli e aí descobriram uma nascente subterrânea, a de Uai Nique, que ainda nos nossos tempos maravilha os naturais. Do caudal formidável que estruge por baixo da terra, só o rumor chega à superfície. A agua desaparece por uma galeria calcárea, muito funda, até se despejar em frente das praias de Cai-Sido, distinguindo o azul do mar, numa larga e transparente mancha verdosa.

Em Baucau, nesse tempo, havia apenas seis povoações e todas elas andavam em guerra: duas dum lado, quatro doutro. Um dos partidos, sabendo que os forasteiros se encontravam a curta distância, enviou-lhes uma mulher com o encargo de lhes pedir auxílio e de presenteá-los com um carneiro e um cabrito. A ajuda foi logo prometida, mas as ofertas tiveram de ir de volta, recusadas com a declaração de que só depois da vitória receberiam a paga dos serviços que prestassem.

---

dades antropológicas que desconsertam os raros especialistas que delas se têm ocupado, embora muito vagamente, mas por quinze línguas de estrutura bem definida, com expressões totalmente diversas: o tétum, o galoli, o macassai, o vai-máa, o dagadá, o midique, o nauete, o idaté, o naumique, o búnaque, o vaiqueno, o mambai, o tucudede, o quémaque e o lacalei. Ao lado desses idiomas constituídos, são numerosos os ramos dialectais.

185 Outrora jurisdição, depois suco, integrado no posto de Venilale. Ossuala. suco vizinho, paredes meias daquele, pertence ao posto de Vemassim. Ossuqueli é uma jurisdição deste segundo posto, mas já sem chefe comum aos cinco sucos de que é formada.

É preciso dizer que em Baucau, antes dos homens de Maca Dique lá aparecerem, não era costume, em caso de guerra, perseguir os vencidos, quando estes abandonavam o campo da peleja, fugindo para cima das árvores ou refugiando-se nos rochedos, nem tão pouco era lícito pôr a saque as habitações, pois nestas só se permitia que fossem apreendidos, os pilões, os pratos e os víveres. Grande, pois, foi o assombro dos arraiais beligerantes, quando os estrangeiros desataram a cortar a cabeça dos inimigos, sem lhes darem trégua nem quartel, debalde protestavam os aliados, obtemperando não ser leal nem cavalheiresco aquele processo de guerrear, fora de todas as regras até então em uso, entre a gente de Baucau.

– Eh lá! – replicaram os forasteiros, já de sobrecenho carregado – ou vocês nos deixam combater à nossa guisa, ou têm igualmente de se haver connosco!

A ferocidade de que eles deram provas repugnou, de tal modo, aos homens da terra que, terminadas as hostilidades, a sua única ideia foi verem-se livres de tão perigosa camaradagem. Reunidos uns e outros nos penhascos que envolvem a nascente de Baucau, trataram logo os naturais de lhes pagar generosamente a cooperação que lhes deviam. Ofereceram-lhes carneiros, panos, jóias, búfalos e escravos numerosos. Mas nenhuma das dádivas logrou interessar os estrangeiros. E como os outros, ao fim e ao cabo, os interrogassem sobre a forma como desejavam ser retribuídos, houve uma velha que se ergueu e indicando a nascente que estrondeava ali perto, desfibrando-se, em cascata, sobre o dorso baleado dum penedo, disse:

– A gente não quer, nem gado nem ouro, nem rebanhos de gado nem récuas de escravos. O que exigimos é isto: ficarmos com o direito de beber daquela água!

O que significava que tinham resolvido estabelecer-se em Baucau para todo o sempre... Não se descreve a decepção que esse intento provocou nos antigos moradores. O desejo, porém, era formulado em circunstâncias tão imperativas, que não havia remédio senão anuir. E os estrangeiros foram, então, bivacar para o alto dum morro encaroçado, que fica no extremo oeste da vila, começaram a carrear para lá toras de árvores, feixes de palapa e montões de folhas e, dali a dias, havia em Baucau uma nova povoação.

Semanas depois, como os da terra persistissem admirados com a superioridade guerreira dos recém-vindos, a sua bravura e as suas baldas, foram ter com eles e perguntaram-lhes qual o motivo porque andavam sempre de penacho na cabeça[186]. E vai os interpelados responderam:

– É que, nós outros, somos todos *assuais*. Quando éramos ainda gaiatos, furaram-nos os crânios, cravando-lhes estas insígnias que nunca mais largámos e que nos fazem valentes como as armas. Mas, se vocês querem igualar-nos, se querem ser também guerreiros destemidos, venham cá esta noite: tragam uns molhos de penas de catatua, que nós vos ensinaremos a forma de conseguirem tornar-se tão corajosos como nós.

---

186 Os penachos, feitos de penas de catatua, tingidas de amarelo ou encarnado – quatro ou cinco aves dão um penacho – usam-nos hoje apenas os dançarinos e as mulheres dos batuques, mas só os que habitam na montanha.

O que pretendiam os velhos donos de Baucau era aprender os segredos dos intrusos, para depois se medirem com eles, infligindo-lhes uma derrota que os alijasse da região. Escusado será dizer que ninguém faltou ao convite[187]. Cada forasteiro tomou, então, à sua conta, um filho da terra, e, aproveitando-se do escuro tenebroso da noite, espetou-lhe um ferro aguçado pelo toutiço abaixo! Quando os desgraçados, loucos de dor, se puseram a uivar, os outros acudiram logo, em risadas fragorosas, troçando do ânimo pusilânime que eles demonstravam, querendo ganhar o título e a coragem dos *assuais,* mas sem força para sofrerem as provações com que se temperam as almas rijas dos heróis. As dores, era certo, atordoavam um bocado, eles próprios também as haviam sentido, mas aquilo era mal de pouca dura.

– Agora, todos dançam! O que é preciso é bailar! Os pobres diabos ensaiaram uns passos de batuque, mas esvaíram-se em sangue e foram tombando um a um e morreram todos como urna vara de porcos em ocasião de grande estilo. Ainda hoje, numa depressão de terreno que se vê junto àquele morro de sangrentas tradições, se alguém escava a terra, vai encontrar as ossadas das vítimas da horrível hecatombe.[188]

---

[187] Não se ria, porém, o leitor, da credulidade timorense, vendo nela indício de bestial selvajaria, e lembre-se das seitas grotescas que rebentam como tortulhos na Inglaterra e na América, c das cartomantes que nas capitais da Europa recebem ilustres clientelas nos seus escritórios sumptuosos. Recorde-se dos oráculos com resposta paga, apregoados nas folhas, tanto nacionais como estrangeiras, das almas penadas, dos maus olhados, dos buxos virados do avesso, dos bruxedos e dos enguiços, que também por cá abundam, e daquela mulher que, ainda não há um ano, toda a população duma aldeia da província se entreteve, ao ar livre, a converter num torresmo, queimando-o numa fogueira, para lhe expulsar o diabo do corpo...

Não será também despiciendo espevitar a memória com os motins populares que estalaram em 1911, pondo Lisboa em pé de guerra, por mor daquelas chinesas que a rivalidade dos médicos diplomados e a intervenção aparatosa da polícia e dos esquadrões da Guarda, não permitiam que continuassem a extrair bichos misteriosos de sob as pálpebras dos alfacinhas civilizados... (Cf. *zona de tufões,* de Malheiro Dias; *John Buli,* de Ramalho Ortigão; *Sistema dos mitos religiosos* e *A Inglaterra de hoje,* de Oliveira Martins, os trabalhos etnográficos de Leite de Vasconcelos e as monografias madeirenses, tão interessantes, de Alfredo de Freitas Branco, obras estas ao alcance de toda a gente.

[188] Neste livro, em que procuro apresentar o gentio timorense tal qual ele é, – autêntico, *pur sang,* sem mestiçagens intelectuais, - não há usança apontada, cena relatada, cerimónia ou lenda descrita, que não tenha, em todos os seus pormenores, sido joeirada por um crivo rigoroso, obedecendo sempre ao critério inflexível de pôr à margem tudo o que não fosse rácica, profunda e verdadeiramente timor, isento de deformações, sedimentos ou, sugestivas e contagiantes influências europeias.

Para alcançar tal escopo, reuni e consultei, miúda e insistentemente, por várias vezes, numerosos chefes indígenas, entre os quais cito: o régulo de Baucau; três chefes das jurisdições de Berecoli, Seçal e Lete Muno e os das de Fatumaca de Baixo e de Cima; os chefes dos sucos de Bucoli, Tiri-Loio, Lai-Soro-Lai, Dae-Me-Naha, Maluro, Bua Lale, Maca-Laco, Boilé, Buru Uma, Loi-Dua, Baha-Mori, Uato-Haco e Fatu-Lia; os ajudantes dos sucos de Tiri-Lolo e Uma-Dai; e os funcionários indígenas Manoel, Amilcar Boavida e

5) O *mágico João Lere* – Os pequenos timorenses deliciam-se com estas fluorescências do folclore regional, mas o seu maior regalo são as proezas fantásticas de João Lere, que se dão por realizadas no tempo dos brancos, quando já havia, pelos modos, um governador português na ilha e até um bispo católico.[189]

João Lere – assim mesmo lhe chamavam os patrícios, metade à indígena, metade à europeia[190] – era o chefe do suco de Uani-Uma e, simultaneamente, um taumaturgo incomparável. Numa ocasião, por exemplo, estava ele em Lautem, onde fora acompanhar o governador, o prelado e o régulo de Vemassim, e deixara ficar o filho a vigiar o suco, não houvesse, entretanto, por lá, algum disparate grosso. Tinham ido todos quatro, os brancos, o régulo e João Lere, até um pontal da costa, quando, olhando para Oeste, repararam que as terras do litoral, na altura de Uani-Uma, estavam a abrir gretas profundas e a desfazer-se, resvalando para o mar em blocos tremendos. O filho, ao que parecia, não era homem para ter cobro naquele desastre.

– Vamos depressa ao meu suco – disse o João Lere para os companheiros. que eu preciso aguentar aquilo!

Num abrir e fechar de pálpebras, governador, bispo, régulo e o nosso fenomenal João Lere, sentiram-se arrebatados da terra firme, levados pelo ar, e quando deram por si, estavam já pousados em Uani-Uma, sãos e salvos. João Lere pronunciou, imediatamente, algumas frases misteriosas e aquela facha do litoral, rochas, aldeias e plantações, voltou tudo à primeira forma...

Boquiaberto com o extravagante episódio, não querendo acreditar no que viam os seus olhos, quis o régulo tirar a contra-prova dos poderes sobrenaturais de que parecia dotada a estranha criatura. Tinham chegado, entretanto, de Lautem, nada menos de 200 carregadores, o dorso vergado sob as padiolas das bagagens do

---

Francisco Belo Ximenes.

Em Timor, é preciso desconfiar de solitárias versões de criados e de indígenas já civilizados – inteligências e sensibilidades mascavadas de europeísmo, cérebros onde se misturam farrapos de ideias e sentimentos mal digeridos na audição das cavaqueiras dos patrões, das tertúlias dos deportados ou da catequese dos missionários, ou mesmo forrageados na leitura das gazetas metropolitanas, das quais há chefes que são leitores assíduos, por empréstimo, e até por assinatura, dois ou três…

Já se tem dado o caso, com oficiais que viveram seis meses entre os exemplares intelectualmente adulterados de Díli e apenas outra escassa meia dúzia no interior, confiarem com sofreguidão nalgum servo ladino, num ou noutro maioral finório que lhes impingem, como tradicionais, c vernáculos, mitos e lendas que cheiram de longe a catecismo e às nossas histórias" da Carochinha, dando lugar, em Timor, a gerais desfrutes, quando perfilhados e apregoados na Europa, pela inocente credulidade das vítimas dessas mistificações pitorescas…

189 Com a tomada de Malaca, no século XVII, pelos holandeses unidos ao gentio de Java e Samatra, passou a viver em Timor o bispo daquela *diocese,* até que se extinguiu a prelazia. Um dos prelados foi enterrado em Luca, reino da contra-costa que chegou a ser um centro importante de actividade missionária.

190 São frequentes, nos recenseamentos, esses nomes híbridos.

governador e comitiva. Mobilizados de repente, os serviçais não tinham trazido rações, e para lhes matar a fome, não havia, por acaso, naquela altura, senão um cesto de arroz que, distribuído por todos, não daria para a cova dum dente. O caso era, realmente, bicudo, mas João Lere, ante o apelo do régulo, deu-lhe pronta solução. Mandou juntar 200 panelas, fê-las encher de água e deitou um grão de arroz pilado em cada uma. Dali a pouco, a assistência, atónita, via que as panelas transbordavam e lá dentro começavam a esboçar-se, a tufar-se, a aparecer nitidamente, massas espessas de arroz e tassalhos enormes de carne, porcos, cabritos e galinhas… Nunca os pobres carregadores atulharam a barriga como naquele dia. Foi um fartote!

Os homens estavam, porém, moídos da jornada, e era preciso rendê-los por gente fresca, que a urgência aconselhava fossem recrutados no próprio suco de Uani-Uma. João Lere é que não se achava prevenido e não era assim, de pé para a mão, que se convocavam e reuniam duas centenas de homens. Melhor do que ninguém sabia o régulo que uma coisa dessas não era sangria aberta. Mas, como o régulo tinha a sua ideia fisgada e o que ele queria era desfrutar as faculdades miraculosas do super-homem, exigiu e barafustou, insistindo em que as bagagens largassem nessa mesma tarde para Vemassim. João Lere, por fim, fez-lhe a vontade: pegou numa «rota», foi-se às malas, aos sacos, aos cestos e ao resto, atirou uma chicotada a cada um dos volumes, e toda a tralha começou a correr, pelos ares fora, a caminho da povoação do régulo…

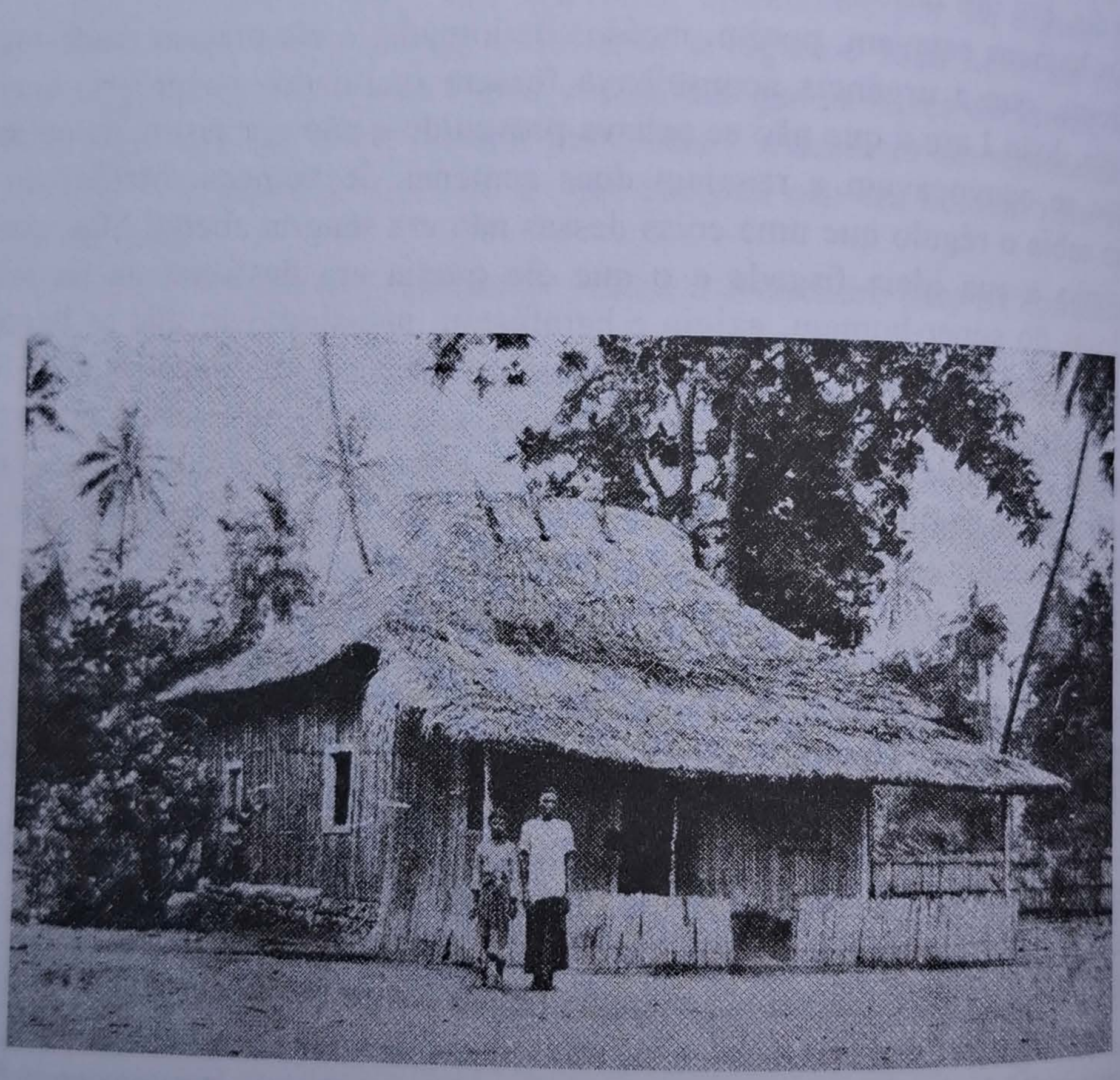
Convencido, enfim, de que se tratava dum bruxo, que tinha pacto com o demónio, o governador levou-o consigo para Manatuto, e aí mandou-o amarrar de pés e mãos e suspender-lhe dos gorgomilos dois avantajados pedregulhos. João Lere, assim tolhido, foi entalado num beiro, e este deitado ao mar, e depois virado, de modo que aquele homem diabólico ficasse a jazer e a apodrecer no fundo do ancoradouro. João Lere não resistiu: deixou fazer tudo quanto quiseram. Mal, porém, se viu mergulhado nas águas salgadas, desenvencilhou-se das amarras, reapareceu à tona das ondas e, andando sobre elas, pôs-se a marchar para a praia como se nada lhe houvesse acontecido.

Está-se a ver o desespero que acometeu, então, o governador. Em brados de cólera, ordenou que o matassem ali mesmo, à sua vista. Logo uma matulagem correu a acutilá-lo à catana e à azagaia, mas os ferros não penetravam nem faziam raspão no cavername desse homem extraordinário!... E foi ele próprio, a sorrir, quem indicou qual era a maneira viável de lhe tirarem a vida. Que o envolvessem numa meda de palha de arroz e lhe pegassem fogo. Assim se fez. Ergueu-se uma coluna de lume, em rubras labaredas crepitantes e negros rolos de fumo, que taparam João Lere aos olhos dos espectadores. Quando a fogueira se extinguiu, nada havia que restasse do assombroso semi-deus.[191] Tinha-se evaporado!

---

[191] Ainda hoje, o tenente-coronel de 2.ª linha, Carlos Ximenes da Costa, chefe da jurisdição de Berecoli, guarda um farrapo do «langotim» que foi de João Lere, e trá-lo sempre sobre o corpo como uma relíquia benfazeja.

Depois da morte, João Lere fez a sua reaparição, voltando a Uani-Uma, e falou à viúva, para lhe dizer que era da sua vontade que os povos erguessem em honra dele, uma casa sem tecto e sem portas. Juntaram-se todos os sucos do reino e construíram-lhe uma habitação naquelas condições. É a mais importante *uma-faluno* de Baucau e aquela onde se celebra a mais aparatosa das suas cerimónias rituais, o estilo da chuva. Quando a reconstroem, afluem voluntários de toda a região, acodem as ofertas a granel, e reúnem-se centenas de romeiros na ponta de Bondura, para serem aspergidos com a água benta colhida numa gruta sagrada, que serve agora de moradia à alma do prodigioso João Lere.[192]



Casa indígena. Tipo do litoral, já imitado das construções dos europeus.

[192] V. págs. 108 deste livro.

III

Do casamento

I – O PREÇO DE UMA NOIVA

Instrumento de trabalho ou objecto de prazer, a mulher adquire-se, na região de Baucau, por valores que são relativamente muito altos, inatingíveis para um certo número de *auxiliares*[193], que a pobreza reduz ao celibato ou à mancebia. O preço da mulher, num barlaque regular, transaccionado segundo os cânones hereditários, fracciona-se em parcelas, cada uma das quais, na linguagem imaginosa dos indígenas, tem uma designação metafórica dum ressaibo simbólico, evocando tempos em que o timorense era ainda um nómada, todo ocupado pela guerra e pela caça.

Há uma parte que corresponde às faculdades paternas, direitos de autoridade ou de posse, alienados pela venda da nubente. Indemniza-se o pai da moça, pagando-lhe o *buramuto.*[194] Este é constituído pelas seguintes quotas: 1.ª) O *ci amo,* ou seja a espada de valia, a espada Macassar, necessária para as lides guerreiras; 2.ª) O *oro amo,* azagaia igualmente originária de Macassar e arma indispensável para as caçadas ao veado; 3.ª) O *gui bía,* bainha para o ci *amo:* 4.ª) O *gui nuto,* haste para receber e brandir o ferro pontiagudo da azagaia; 5.ª) O *lubo gué,*[195] que significa o bando, o aviso, a publicidade consagrando a transferência de propriedade da rapariga, que o marido foi obtendo por sucessivas prestações; 6.ª) O *sarigué,* que representa o remédio oferecido contra doenças ou feitiços que possam sobrevir ao pai com a perda de um dos elementos da sua prole.

---

193 Em português de Timor, *auxiliar* é o homem da plebe.

194 De *bura,* em macassai; comprar; *muto* ou *amuto,* junto, total; vender, é *teu;* pagar barlaque, *bura guini* ou *dera dani:* homem casado, *samara:* mulher casada, *dauala:* solteira, *baronami.*

195 Em tétum, diz-se *quero.* Quando um chefe pretende prevenir a sua gente de qualquer interdição, proibir, por exemplo, a colheita de cocos ou areca ainda não maduros, coloca um bambu no caminho, suspende-lhe um fruto ou um ramo daquelas espécies. E eis o *quero,* o *lubo gué,* a forma primitiva do edital.

Resta ainda o *gui quei gui ate,*[196] que vem a ser a vara destinada a apanhar castanhas das árvores de *culo,* ou o galho que se espeta no chão ou na parede da casa paterna, para nela se pendurar a espada de preço, o referido *ci amo.*

O trabalho que despendeu a mãe a gerar, amamentar e cuidar da rapariga, até ao barlaque, esse também se paga, com uma retribuição a que se dão rótulos análogos de pitoresco e de intenção parabólica. E assim, temos o *suti,* a faca, empregue pelas mulheres nas fainas das colheitas dos arrozais e nas operações culinárias, e a *gui ina gui mata,* ou sejam, as crias bufalinas ou cavalares, que é obrigação oferecer à mãe para a compensar da falta da sua própria cria...

Toda essa nomenclatura variada e colorida, que se engloba sob a epígrafe geral de *tufurai gui bura* – equivale, na realidade, a um penoso sacrifício de valores em jóias e gados, que o marido leva anos a mobilizar. Se este é homem da plebe, *cuda reino,* sem categoria e sem recursos, dispensam-no de custear o *suti* e o *gui ina gui mata.*[197]

Mas o *buramuto,* terá ele de liquidá-lo por completo.[198]

Quer para o maioral, quer para o auxiliar, o preço da mulher é orçamentado com as mesmas verbas. A diferença está, apenas, na importância atribuída a cada uma delas.

---

[196] Em macassai, *ci amo,* espada macassar; *oro,* azagaia; *gui* ou *gué,* dêle ou dela; *nuto,* haste ou cabo; *lubo,* aviso; *sari,* remédio; *ate, á*rvore ou ramo; *quei,* apanhar.

[197] *Suti,* faca; *ina,.* mãe; *mata,* filha ou criada; *tufurai,* mulher. O *gui ina gui mata,* também é designado por *tana huli* (tana, mão; *huli* unha); unha da mão, a unha da mãe...

[198] Para o Timorense, **a família compõe-se de dois ramos, o dos *omarahe* e o dos *tufumata,*** palavras que, na língua macassai, representam o mesmo que *fetossá* e *umane* em tétum, e *omarahe* e *tufumata* em galoli. Exemplo: Loi-Modo barlaqueia com Suco-Ussa. Os parentes desta chamam àquele o seu *tufumata,* pois este ficou aparentado com aqueles, por meio de uma mulher que foi buscar àquele grupo familiar. Mas para o Loi-Modo, todos eles são os seus *omarahe.* Não há indígena que não seja, simultaneamente, *tufumata* para o lado da parentela que lhe advém pelo seu próprio barlaque; e *omarahe* para os parentes que lhe entraram na família, barlaqueando com suas irmãs, tias ou sobrinhas.
Se um homem é *omarahe* de outro, tem de fornecer a este a noiva de que ele precisa para contrair matrimónio. Este, por sua vez, não pode buscar rapariga fora do âmbito do grupo dos *amarahe,* a não ser que nenhum destes possua filha ou sobrinha em idade casadoira. Assim, o rajá da ilha holandesa de Quíssar, é *tufumata* da gente de uma povoação de Baucau. Ali casaram seu pai, seu irmão e seus avós. Em 1932, quando da excursão dos Quissarianos à circunscrição portuguesa, o seu povo ficou enxofrado com ele, por não ter apalavrado o casamento com uma rapariga que os *amarahe,* seus tios, mandaram a toda a pressa vir de Díli, onde vivia com seu pai, empregado na capital como faroleiro. A mãe do rajá veio acompanhando este, com a intenção do pedido.
Se um indígena se vê obrigado a ir procurar noiva em família estranha, tem de pagar o ingresso, e o direito de os descendentes de uma banda e doutra se ligarem por futuros contratos matrimoniais. Chama-se a essa contribuição - *rau quéhe, fae quéhe,* apartar o capim, para abrir caminho. *Rou* e *fae,* significam erva; *quéhe* ou *té'a,* afastar. Custa isso um búfalo, um cavalo, um carneiro, uma espada e uma azagaia.

Para um indígena de escol, fidalgo ou ricaço, o *ci amo* traduz-se numa espada cotada em seis búfalos; o *oro gamo,* numa azagaia avaliada em duas rezes daquela espécie; o *gui bia,* em cinco búfalos de carne e osso; o *guinuto,* num sexto búfalo; o *lubo gué* e o *sari gué,* numa espada e numa azagaia, equiparadas a dois búfalos cada; o *gui quei gui ate,* num sétimo cornupeto autêntico. Total: sete búfalos, duas espadas e duas azagaias. Mas para o *auxiliar* pobretana, aquelas fracções diminuem, e são, respectivamente, duma espada Macassar, equivalendo a quatro ou cinco búfalos; uma azagaia, trocável por um animal desse género; um búfalo verdadeiro, outro búfalo ou um cavalo; uma espada barata, no valor de um solípede; outra espada de igual preço; e ainda uma quarta espada da mesma guisa.

Essa tabela de equivalências, firmemente enraizada no direito consuetudinário matrimonial dos indígenas, permite substituições de armas por cabeças de gado, e destas por aquelas, se verificar que o interessado se encontra em embaraços para satisfazer compromissos em qualquer das espécies contratadas. Todavia, nessas alternativas, há que observar com rigor absoluto, os valores cambiais das espadas ou das rezes negociadas para o efeito. Assim, os búfalos medem-se aos palmos, cada um representativo de cinco patacas e mantendo o nome de *pardaus,* que lhes ficou de moedas que antigamente circulavam na colónia. As espadas avaliam-se pela têmpera das lâminas, pela sua flexibilidade e rijeza e por certas manchas e caracteres desenhados nas folhas de aço mais ou menos puro.[199]

Note-se, ainda, que nas áreas dos postos de Laga e Laivai, ao contrário do resto da circunscrição, é praxe tradicional recusarem-se as espadas Macassar e, em lugar delas, exigir catanas de guerra, cuja valia depende, identicamente, da liga metálica com que são fabricadas e das datas inscritas nas folhas. Dividem-se essas catanas em três grupos, consoante a sua importância mercantil: *guruniça,* que vale cinco búfalos; a *biragaba,* que se pode apreçar por três; e a *reda-mata,* à qual os peritos não atribuem mais valor que o de um búfalo de dois pardaus.

Como oferta à mãe da rapariga, se esta pertence à aristocracia indígena, o *suti* implica uma espada de cinco búfalos e a *gui ina gui mata,* quatro búfalos e dois cavalos, mas uns e outros com as respectivas crias.

Alguns exemplos destinados a ilustrar e a fixarem a explicação destes complicados contratos matrimoniais.

Certo funcionário timorense, embora casasse pela igreja com a sobrinha do rei de Laga, não conseguiu furtar-se a pagar por ela uma série copiosa de doze búfalos, trinta e seis cavalos e quatro catanas, estas totalizando uns cinco búfalos. Para a sogra, o presente elevou-se a dois cavalos, uma espada e quatro búfalos com as crias do costume. A cachopa importou numa fortuna. O actual chefe do suco de Buru Uma, aproveitando a liberdade que lhe davam as equiparações de valores a que me referi, convencionou a compra de sua mulher por seis espadas Macassar de

---

199 As manchas em meia-lua chamam-se *uro*. Nelas distinguem-se umas partículas brancas *(la're butir),* e outras pretas *(la're meta)*. Alguns indígenas, mais letrados, classificam certas espadas, muito raras, por «de aço de Damasco».

alto preço ou três espadas e três azagaias. O chefe de Lai-Soro-Lai, tenente de 2ª linha e cristão baptizado e educado pelos missionários, deu pela consorte, seis búfalos e seis espadas, das quais uma cotada em doze búfalos, outra em dois, a terceira em trinta búfalos. Com os mencionados seis búfalos de verdade e mais cinco fornecidos para o curral da sogra, concluímos que a cara-metade do chefe Bernardo da Conceição Neto custou-lhe, afinal, os olhos da cara. Nada menos de quarenta e uma cabeças de gado. Uma real manada que, calculando o preço mínimo de 10$00 por exemplar, corresponde a cerca de três contos de reis da Metrópole. Outro chefe de suco, o de Baaguia, Bernardo Alves, obteve a mulher por seis búfalos e quatro espadas no valor de dezoito búfalos; o de Lacu-Lihu, Paulo Alves, por seis búfalos, duas luas de ouro, valendo dez búfalos, e quatro espadas equiparadas a vinte e quatro búfalos; o de Bualale, Mateus Freitas, por três búfalos e oito espadas, orçando por trinta e seis búfalos, acrescidos de outros três para a sogra, que pelos modos, era ainda do número dos vivos e, é claro, reclamava a pés juntos a remuneração que lhe competia pelo seu esforço de progenitora...[200]

O pagamento dessas volumosas importâncias, pelas quais se põem em praça e se mercariam as raparigas indígenas, é realizado, como disse, em prestações, mas garantido pela condição de o marido permanecer em casa dos sogros até liquidar pelo menos, um terço do *tufurai gui bura.* O marido usa a mulher, mas não se apropria dela, senão, quando o barlaque está já satisfeito em grande parte. É ele mesmo quem, hipotecando a sua pessoa, se constitui fiador do compromisso tomado. É raro aquele que não demora anos a libertar-se dessa coabitação degradante, e muitos há, auxiliares, sobretudo, que se conservam toda a vida encadeados à família da mulher.[201] Tiveram que largar os penates dos avós, abandonar a parentela paterna, mudar de povoação, às vezes de suco, e até de posto, desertando das suas plantações, dos seus chefes e das terras em que estão arrolados e pelas quais devem prestar serviço.[202] Criam-se desta forma situações

---

200 É de regra oferecerem os pais da noiva: à filha, dois panos, e dois panos ao genro. É' com eles que ambos aparecem à família na manhã seguinte à noite de núpcias. O noivo com um embrulhado na cinta e outro, no ombro; a noiva, com um enrolado nos quadris e outro preso por baixo dos sovacos. Jóias, só quando são ricos. Consistem em cordões de mutiçala, pregos de cabelo, pulseiras de prata, alfinetes para cabaia e brincos. Se o marido é exigente e envergonha a mulher por nada trazer para casa, além dos dois panos obrigatórios, e se não consegue da pobreza dos sogros nenhuma jóia como dote, às vezes sucede estes consertarem com o genro que este custeie a prenda e lhe desconte o preço no pagamento do barlaque.

201 Quando nascem os filhos, se parte do barlaque está ainda em débito, pode o marido resgatar-se, dando um deles aos sogros, como fiança *(mata gatadá).* Se for varão, o pai e a mãe perdem todos os direitos sobre ele; se fêmea, receberão metade do preço do barlaque, quando ela chegar, já mulher feita, a ser negociada. No caso de não haver filhos, pode ainda o marido resgatar-se com uma criança que adopte, comprando-a a qualquer parente que esteja pelos ajustes.

202 Às vezes, já sem esperança de se resgatar, o marido pede e obtém do Administrador, autorização para se transferir de povoado, fazendo-se arrolar no dos sogros. Mas nos *estilos,* especialmente nos funerários, não deixa de comparecer na aldeia natal.

irregulares, abre-se conflito entre as nossas leis e os inveterados costumes gentílicos, vendo-se a autoridade muitas vezes obrigada a intervir com sanções punitivas, a castigar com cadeia, a tomar por vadios criaturas que não são mais do que vítimas da instituição do barlaque, homens que um *sarão*[203] de mulher removeu para vinte, quarenta ou sessenta quilómetros de distância, em pontos de onde os chefes vão desanichá-los, para lhes cobrar o imposto ou nomeá-los para serviços do Estado. Incapacitados de resgatarem a mulher, satisfazendo o preço pelo qual se debitaram, ao ajustar o casamento, esses pobres diabos, mais numerosos do que se cuida, ficam reféns, cativos pelos sogros, reduzidos a uma vida sem independência nem personalidade, transformados em escravos domésticos, vegetando entre gente estranha, dormindo em palhota alheia, lavrando terrenos que lhes não pertencem.

II – EXPLORAÇÃO MERCANTIL DA MULHER

Dessa valorização feminina, provém, quero crer, o elo de altanaria desdenhosa que, em frente dos maridos, apresentam em geral, as mulheres desta região e as distingue das dos outros comandos, onde o barlaque não corresponde a tão altos encargos. Torna-se flagrante a maneira decidida e sistemática, com que elas, nas estradas e atalhos, marcham na dianteira dos homens, e a frequência com que se substituem a eles, apresentando-se na Administração a trazer queixas que interessam ao casal, enquanto o consorte se conserva calado ou se deixa ficar na horta ou na cabana, certo de que a causa comum está confiada em boas mãos. Sabendo-se de aquisição difícil, a mulher de Bazucas limita o seu concurso agrícola à tarefa leve da colheita, relaxa-se em cozinhar os alimentos para o marido, troca-o facilmente por qualquer mocetão que a aborde numa curva do caminho, abandona a casa sob todos os pretextos que lhe oferecem os bazares e a bilhardice das vizinhas e parentes, e mesmo quando o *baramuto* se encontra já de todo liquidado, está sempre pronta a fugir ao infeliz que a pagou por bom preço. Mal aquele ergue a voz, numa reprimenda um pouco rascante de termos pornográficos - em que a língua indígena é quase tão fértil como a nossa[204] – ou o que é raro, esboce sobre a pele da esposa, o correctivo duma bofetada oportuna,[205]

---

[203] Pano de tecido regional, usado pelas indígenas: *Sarão* é português de Timor.

[204] Além da sua própria terminologia, abundante em pragas, insultos e palavrões escabrosos, os indígenas adoptam sofregamente e trocam entre si, todas as grosserias que por acaso, ouvem aos europeus. Tal como se via na Flandres, em que os gaiatos das aldeias depressa se tornavam eruditos na gíria que apanhavam aos nossos soldados da Grande Guerra.

[205] Homem que bata na mulher, tem de pagar uma indemnização. Se se referir insultuosamente aos pais dela, a indemnização é mais avultada ainda. Se a mulher se considera vexada e foge para casa dos pais, paga o marido, ordinariamente, uma espada ou um búfalo, a título de «tapar o buraco» ou «cortar a árvore», onde a fugitiva deixou sinal como feitiço. Esta, às vezes, crava uma alavanca na frente da casa, para «separar», coibindo o marido de a seguir. A reconciliação e a multa exigem a intervenção dos pais de ambos. No fim, os da mulher oferecem um pano ao genro, à laia de recibo.

ei-la que enrola a trouxa, põe o cesto à cabeça, e depois de fazer mão baixa sobre o dinheiro ou jóias que haja no casebre, evade-se, sem mais tire-te nem guar-te, para junto da paternidade. E temos, então, o desventurado, dobrado sob o seu negro fadário, a suplicar o regresso da sensitiva, a prometer indemnizações pelo ultraje que lhe fez naquela hora em que «Marômaque o tentou». Roga, humilha-se, recorre a todos os processos para convencê-la, mas não ousa transpor o buraco cheio de sal que ela abriu à entrada da cabana, acobardado pelo receio supersticioso das malas artes de que a virago será capaz, para embargar ou, pelo menos, tornar o regresso ao lar um negócio mais demorado e rendoso. Com a «lavagem da cara», lucra ela e ganham os pais.

Sem uma companheira para lhe preparar as refeições, cortar o néli e tecer panos para vestimenta, o desgraçado não tem remédio senão largar de mão mais um búfalo ou um carneiro rechonchudo. E mais uma vez, ainda, ter-se uma filha é capitalizar-se um pecúlio, que, com o matrimónio, se põe a render a juros excelentes.

Há mulher que o pai dá em barlaque, sucessivamente, a dois, três e quatro homens. O primeiro entra com uma porção de *tufurai gui bura* da praxe. Porém, ao fim de um prazo mais ou menos curto, declara-se a discórdia, explodem os dois termos irremediáveis; a fêmea bate as asas, e o casamento dissolve-se. É preciso, claro está, restituir os búfalos e espadas já recebidas,[206] mas, como a entrega desses valores é difícil de provar, por carência de testemunhas, e, como eles dizem, «timor assim costumado», mente com uma serenidade desconcertante, imperturbável, impenetrável e obstinada – no fim de alguns dias de averiguações inúteis, e depois de espartilharem algum dinheiro na compra de falsos depoimentos, há sempre possibilidade de extrair daquele divórcio, previamente ensaiado e habilmente conduzido, um lucro razoável com que se arredondam os cabedais da família. E a rapariga começa a ser agenciada, a pingar receitas, a passar de mão em mão, como certas éguas em feiras ruidosas de ciganos.

Se a mulher indígena é fonte inesgotável de rendimento para quem a deitou ao mundo, torna-se, por vezes, numa boa mina para um marido espertalhão que a saiba explorar. Não é raro aparecerem nas secretarias, casos dessa natureza típica. Devidamente apalavrada com o consorte, é a mulher quem se mete à cara do amigo da casa ou de algum transeunte abonado que ela espia ou topa no trajecto dos bazares. Provoca-o, pede-lhe tabaco ou dinheiro, insiste na sedução com ademanes de gata viciosa e se ele, desconfiado, ainda resiste, reeditando a atitude bíblica do José do Egipto, puxa-lhe o pano, como a mulher do Faraó, e vai às do cabo, atirando-lhe obscenidades, chicoteando com injúrias para a sua integridade física e orgulho varonil. Vence, no fim, a mulher. E é nessa altura que surge o sacripanta do marido, como diabo de mágica rompendo de um alçapão. Berros, insultos coléricos, indignações protestadas com uma facúndia admirável, e toca o terceto a

---

[206] Havendo filhos, estes, segundo o direito indígena, constituem propriedade do pai, e este satisfez o barlaque por completo. Caso contrário, à mãe, o que é mais uma forma de extrair vantagens de um sistema matrimonial já assaz rendoso.

caminho da Administração, o cônjuge a dizer-se «envergonhado» e a reclamar a lavagem da face com um cavalo ou um suíno; a mulher a jurar, pela «bandeira» ou «pela terra que a coma», ter sido imolada à brutalidade de um sátiro musculoso e sem coração; e o sátiro a declarar resignadamente não ter dúvidas em limpar, com um porco, a frontaria encardida dos dois ilustres comediantes.

Note-se, contudo, que, mesmo para um timorense vulgar, a infidelidade da mulher, ordinariamente, não suscita divórcios nem provoca crimes passionais. Basta uma indemnização do amante para tranquilizar o marido atraiçoado, restituir a fêmea aos parentes e refazer a harmonia conjugal. Os dramas de ciúmes são esporádicos. Durante mais de cinco anos em que fui administrador de circunscrição, só conheci dois casos dessa natureza, ilógicos para a mentalidade timorense. Um deles, teve por protagonista certo moço de Cai-Sido que, dirigindo-se, de noite, a casa da noiva, foi surpreender esta a dormir nos braços de outro conterrâneo. Exasperado, e vendo-os pegados no sono, esfaqueou uma perna do intruso e fugiu em seguida, sem dar fala aos dois. Foi tal o pavor da infiel, que deixou ficar o amante a sangrar-se, por um pequeno corte feito a canivete numa veia, conservando-se agarrada a ele toda a noite, até ao último suspiro. Quando acorri, levando comigo o médico, este apenas teve que registar o óbito, assombrado todavia, com a insignificância do ferimento que causara a morte. O outro, drama que me chegou ao conhecimento, desenrolara-se vinte e cinco anos antes: o chefe da povoação de Titi Lari (posto de Lai-Vai) matara o amante da mulher com um zagalote de espingarda de pederneira e pusera-se a monte, tendo andado sempre escondido, até que o denunciou o chefe do suco de Ili Lai. O crime, porém, já prescrevera, e por isso o de Titi Lari teve de ser solto, dias depois. [207]

III – COMO SE NEGOCEIA UM MATRIMÓNIO

Modo-Dú acaba de chegar ao casebre conjugal. Levou toda a manhã na faina de pôr os búfalos a cirandar sobre os canteiros alagados, preparando a várzea para a sementeira que se aproxima. Desde a alvorada até ao «meio dia grande» que as bestas, no seu passo lento, olhos papudos, imbecis, longos e grossos chifres em meia-lua, andaram girando, pipas de carne maciça, a rolar para cá e para lá, para cima e para baixo, a amassar a terra, a revolvê-la sob as suas patas disformes e poderosas, deixando-se conduzir pelos monossílabos guturais e pelo varapau do dono. As manobras dos bichos são comandadas por altos gritos que ecoam de quebrada em quebrada, e por um galho de caqueu, comprido e flexível, com que o indígena espanca os lombos coriáceos das bisarmas e põe em debandada os corvos de azeviche que vêm empoleirar-se sobre o dorso dos animais, a catar parasitas.

---

[207] Sessenta grãos de mutiçala ou cinco panos do fabrico regional, são suficientes para apagar a ofensa, se o conquistador é criatura de poucos haveres. Se é rico, a .«lavagem da cara» custa mais: até 200 ou 300 grãos - Quando a mulher se porta mal, o marido tem logo um rebate: começa a sentir dores nos pés e nos cotovelos. A infiel terá de oferecer um leitão ao *falunu*, e lavar o marido com uma droga feita de água, carmim, etc. Se o não fizer, o *faluno* não mais largará o marido com as dores.

Modo-Dú, simples *anu,* da *auá*[208] de Uai Quinari, *atenénuai* de Cai Bada, teve a ajudá-lo, nesse dia de verão, esbracejado pelo calor da planície, um dos seus filhos, de nome Loi-Modo, rapagão entroncado e escorreito, ainda solteiro, mas que há já duas colheitas o Administrador arrolou para pagar imposto. É um mancebo esbelto, de formas elásticas, pele achocolatada e lisa, tão prático na arte de treinar um galo para o *assa safa,* como na de dirigir os *arabau*[209] dentro dos socalcos de um arrozal, na altura fatigante das lavras. Poucos como ele saberão guiar os búfalos, nos vaivéns da amassadura, apartá-los quando se acavalam ou se agridem à camada, pô-los de novo em marcha, para logo depois tomar-lhes a dianteira, e, à força de varapau, bem desfechado no meio da armação, obrigá-los a virar sobre os quartos traseiros e a recomeçar a esmagar a terra do mesmo modo, onde os pés se afundam e resvalam, inundada como está toda a várzea por massas espelhadas de água, que faúlham ao sol implacável, dando a impressão de vidraças de estufa.

Modo-Dú à frente, Loi-Modo atrás, ambos de langotim e de *parão,* tronco, membros e cabelos empastados de lama, ao ombro, pendurados, o saquito da masca [210] e o bambu, onde, sob folhas desfiadas de aquediro, fervem ainda uns restos de *tuasabo*[211] – pai e filho entraram em casa, acocoraram-se no *lantem* e desataram a

---

[208] *Anu* plebeu; *uá,* povoação de origem; *atanéuai,* suco, conjunto de aldeias, de *ata,* fogo e *uai,* lugar; lugar do fogo, lar da tribo. Em *uaimáa,* suco é *damata.*

[209] *Assa safa,* jogo de galo; *safa,* amarrar; *arabau,* búfalo.

[210] A cal, fechada num pequeno estojo de bambu bravo *(fafulo),* as folhas ou fruto de betel, o tabaco, e a noz de areca, cortada às rodelas, - eis o que o timorense nunca dispensa de ter consigo, para mascar constantemente, quando não está na presença da autoridade. Deformam, assim, as bocas e trazem-nas por dentro rubras como pintadas a zarcão, e por todos os cantos, em esguicho, arremessam cuspidelas vermelhas que parecem jactos de sangue. A noz de areca é seca em verde; a cal é cal apagada, de conchas de ostras; e o betel extrai-se de uma pimenteira *(piper betle ou chavica betle),* a que, em tétum, se chama *máluss,* e em malaio, *siri.* É na folha de betel que enrolam a cal, a areca e o tabaco, mastigando-os, sem os engolirem.

[211] A *tuasabo* obtém.se destilando a *tuaca,* por meio de duas panelas de barro, ligadas por um bambu furado interiormente. A tuaca, de pouco grau alcoólico, é produzida directamente pelo ramo do aquediro. Pica-se o ramo e ata-se-lhe um recipiente de bambu, que dias depois se vai encontrar já cheio. Há duas espécies de aquediro, macho e fêmea; só esta é que dá fruto. Mas daquela também se extrai uma *tuaca* horrível, que eles, todavia preferem, juntando-lhe várias cascas de casuarina e espinheiro (em tetum, *ai caqueu e ai loc),* para lhe atenuarem a violência alcoólica. Quem a bebe pela primeira vez, turva-se-lhe a vista, sente-se envenenado, o estômago retorce-se numa agonia. Deitando-se-lhe dentro um caco de garrafa, este fica maleável como borracha. A *tuaca* sem mistura é colhida da árvore fêmea, é doce e refrescante. Chamam-lhe *tuaca* para europeu, *tuaca malai.*
Quase todos os indígenas, a partir dos quarenta anos, tem as mãos trémulas do alcoolismo. O vício é tal, que a gente da ilha holandesa de Quissar vem de madrugada a Com (Lautém), no nosso Timor, extrair tuaca dos aquediros de parentes. Os aquediros são árvores espontâneas, mas todos têm dono. Para marinharem por eles acima, armam os indígenas uma escada de cintas de folhas, que envolvem o fuste e em que fincam os polegares dos pés. Chegados aos ramos, tomam a haste da flor, contam os nós até cinco, e depois fazem-

manducar com apetite. A matrona da palhota, a avó já meia cega, e duas garotas ainda de peitos à vela, fazem-lhes companhia. Ao lado, grunhem os cerdos, e dois cães, magros como múmias, arregalam pupilas esfaimadas para as panelas de argila dispostas no meio da família, e acoguladas de arroz encarnado, argamassado com postas de abóbora e flores de papaia. Na palhota enegrecida de fumo e engrinaldada de teias de aranha, paredes feitas de ramos de palapeira e tecto de folhas de coqueiro ou *gamuti*, construção que é, ao mesmo tempo, dormitório, cozinha e galinheiro, não se ouve, ao princípio, senão, o tinir das colheres e o rumor das mandíbulas, tragando a comezaina. Depois, bebe-se, masca-se, fuma-se e conversa-se um bocado.

É nessa tarde que o Modo-Dú deve ir à cabana do Suço-Naha, de Lacoda, propôr-lhe a compra da filha, moçoila ainda tenra, olhos de novilha e seios ainda despontantes, mas desempenada e de uma família onde é de tradição irem os de Uai Quinari escolher mulher. Pais, filho e velha vão tagarelando, botando os seus cálculos, prevendo quanto pedirá pela franganota, o sovina do Suco-Naha, e balanceando as possibilidades de pagá-la com os búfalos e as espadas que o marmanjo do Fae-Bobo, casado com uma sobrinha do Modo-Dú, há-de entregar a este, do barlaque que deixou de satisfazer em vida dos sogros.

As dívidas entre os Timorenses formam uma longa cadeia de fuzis. Não há nenhum que não seja credor de dez ou vinte dos seus conterrâneos, e devedor a outros tantos. É esse o motivo porque, jamais, se viu um indígena apressar-se a liquidar um calote, ficar desorientado com uma multa para o Estado, ou negar-se a fazer um empréstimo. As dívidas avolumam-se, complicam-se, ramificam-se, criam cabelos brancos. Há homem de langotim que deve duzentas patacas numa loja china, e mais quatrocentas aos patrícios. Nunca, todavia, lhe passará pela cabeça que, por mais que se azafame no trabalho, e por mais favoráveis que sejam as colheitas, terá de gastar a vida inteira a amortizar, por conta-gotas, tão desmarcados débitos. Não pagará ele, pagará o irmão, ou o filho, ou o sobrinho, ou mesmo algum dos seus trinetos. Assim, as dívidas transmitem-se de geração em geração, e o Timorense, quando nasce, é já devedor por herança, com um passivo que os antepassados foram acumulando e que ele liquidará aos poucos, "se tiver sorte". É com esse volumoso fardo, que, porém, não chega a sentir, que o Timorense vai singrando pela vida fora.

---

lhe um corte que, durante três dias, fica escorropichando. No primeiro dia, o líquido vertido é muito açucarado; no dia seguinte, a haste sofre um novo corte, e só no terceiro dia é que por debaixo deste se suspende um bambu, dentro do qual já estão as cascas para reforçarem o gosto da tuaca e o caco de vidro para se regular e verificar o grau de concentração. Também se faz tuaca de coqueiro, mas é menos apreciada.

Tarefas femininas: Tecer panos para vestir a família, e pilar o arroz e o milho para lhe dar de comer.

Terminado o ripanço em casa do nosso Modo-Dú, eis o Loi-Modo que volta ao arrozal, não surja algum maroto a cortar-lhe a água; a mãe vai à lenha;[212] as garotas colocam o púcaro à cabeça e dirigem-se à nascente; a *laidá*[213] reaviva o braseiro que se esfarela no chão da casa, entre antigas pedras fuliginosas; e o cabeça do casal, envergando uma lipa nova, *futu cabur*[214] a tiracolo, lenço vermelho amarrado no toutiço, cigarro atrás da orelha, larga da palhota, mete por um trilho que bordeja entre palmares de copra, plantações de batata-doce e matagais de piteiras, e não tarda meia hor está em terras de Lacoda. A cabana do Suço-Naha ergue-se no meio de uma paliçada de galhos velhos e tortos, que não permite a fuga dos cerdos e serve de baliza a uma horta de tabaco e algodão, onde cacarejam galinhas.[215] O Modo-Dú afasta um dos paus que ladeiam o portal, salta sobre os outros, atira um pontapé ao cachorro esquelético que lhe ladra às pernas, e vai entrando. Assoma à porta de casa o Suço-Naha, que estava a roncar a sesta. Sem qualquer gesto ou palavra de cumprimento, dali a pouco vêem-se os dois já sentados ou de cócoras no lantem, armado classicamente em frente da choupana e já revestido com a esteira, que a dona da casa se apressou a trazer, juntamente com o tabaco e a areca, segundo manda a etiqueta hospitaleira dos timorenses que se

---

212 Entre as obrigações conjugais da mulher, figuram as seguintes: cozinhar, apanhar lenha, buscar água; transportar para casa o neli (arroz ainda encascado) da colheita, semear o milho, mondar as ervas da horta, tratar da criação doméstica, fabricar esteiras, cestos e *dofes* (cestos grandes para armazenar neli; em tétum, *hoca),*. desgranar o algodão do quintal, fiá-lo, tingi-lo e fazer panos com ele ou com Ikhas compradas nas lojas chinas (linhas Macassar); e pilotar o néli e o milho em pilões feitos de troncos escavados, que se dispõem no chão horizontalmente ou se aprumam em coluna, em frente da casa. Entre os deveres do marido, contam-se o de construir e concertar a habitação, lavrar e semear os arrozais e arrotear às hortas de milho, batata-doce, etc.

213 *Laidá,* velho ou velha; *malacoi,* criança; *assucai,* homem.

214 *Fulu cabur,* palavra tétum com que se designam panos estreitos de fabrico indígena, para a cinta ou para o ombro.

215 Para evitar que os suínos se escapem do cercado, atam-se-lhes três paus ao pescoço, um por baixo, horizontal, dois por cima, cruzados. Assim engravatado, o bicho está seguro.

prezam. Trocam os homens os ingredientes da masca, cavaqueiam sobre vários assuntos e, por fim, Modo-Dú ataca a questão do barlaque. E fá-lo por este modo saborosamente alegórico:

– Ouvi dizer que tinhas uma castanheira e que nela havia um fruto que poderia servir para o meu Loi-Modo. Que dizes tu a isso? [216]

Resposta, igualmente metafórica, do interpelado:

– Castanheira tenho eu, o fruto existe, mas está muito alto. Para que o teu rapaz o apanhe, é preciso que tragas a vara a faca e a escada. [217]

A escada é para trepar, a faca para amarrar à ponta da vara e a vara para chegar até à castanha.

Pegam então os dois a dar à taramela sobre o caso, encharcam-se ambos com tuasabo, e lá para o lusco-fusco, quando o excelente Modo-Dú recolhe a penantes, já assentaram em que cada uma das partes irá consultar a mulher e os parentes, e eleger o seu *anu sobo*,[218] o advogado encarregado de discutir e negociar as condições do barlaque.[219] Correm algumas semanas em conferências e bisbilhotices com a Parentela, chamada às vezes de bem longe para dar opinião sobre matéria de tão alta importância e, por fim, é o Suço-Naha quem destaca mensageiro a fixar ao seu amigo Modo-Dú, a data certa em que os *anu sobo* se podem defrontar.

No dia aprazado, cena espectacular no terreiro do de Lacoda. De costas um para o outro, os dois oradores encartados tomam posição, sentando-se sobre os calcanhares. Adiante de cada um deles, a parte respectiva, pai e parentes varões. A noiva, as mães e o resto das mulheres conservam-se discretamente no interior da casa. Falta-lhes categoria para intervirem nesse torneio aceso de eloquência que se vai travar agora. Reina uma inquietação geral. Aquilo é ainda mais excitante que uma escaramuça de galos.

Desenferruja-se a língua com umas goladas de tuaca, entala-se a masca no canto da boca, enrola-se um naco de tabaco numa mortalha de cigarro e lentamente, solenemente, começa o duelo oratório.

---

[216] Outras vezes, a proposta é apresentada sob uma alegoria diferente: – «Constou-me que havia aqui um *dofe* (grande cesto) de néli. Meu filho não tem que comer. Queres vender-lhe o *dote*?» – Ou então, com um brutal simbolismo: «Disseram-me que tinhas para aí uma boa porquinha. Estarás disposto a juntar a tua cria com um porco novo que tenho lá em casa ?»

[217] O *gui quei gui ate, o suti* e o *a'i*. Daqueles já fiz menção. Falta explicar que o *a´i* ou escada equivale a um búfalo e um cavalo, se se tratar de um maioral, ou a um só búfalo, se o barlaque apenas envolve plebeus.

[218] *Anu*, homem; *sobo*, falar. *Anu sobo* é o homem que sabe falar, o que tem o dom da palavra.

[219] A idade do barlaque é muito variável. Há menores de oito anos que já estão negociadas, embora só se juntem com os maridos por volta dos quinze. Outrora, os chefes, quando pediam noiva, mandavam a esta um cavalo e um escravo ou criado, que ficavam ao seu serviço até ao dia do casamento.
Em certos pontos da circunscrição de Baucau, (Racolo, por exemplo), a proposta de casamento é precedida pela visita do noivo, que traz uma espada e uma azagaia e as espeta no chão, debaixo da casa da noiva, e vem «ver se esta não se acha rachada».

E é vê-los, então, aos dois *anu sobo,* embaralhados num debate de argumentos e de objecções, de habilidades e de rabulices, propostas, exigências e regateios, verbosas torrentes que se estancam de vez em quando, para o advogado ir consultar à paridade o seu constituinte e os interessados dessa banda. Estes só têm voto consultivo: quem delibera são os *anu sobo.* O do lado da noiva desentranha-se em arrastadas louvarias às prendas da rapariga, gaba-lhe as qualidades de trabalho, espraia-se em pormenorizar os seus talentos de tecedeira de panos, frisa os seus méritos culinários, o seu apego à casa, a energia que desenvolve a pilar o milho e o arroz, as garantias que apresenta como ceifeira das futuras várzeas do casal. Durante um dia inteiro, às vezes três e quatro, prossegue a ardente controvérsia. Historia-se a biografia da moça, e até as dificuldades com que foi chocada e desovada, as maleitas que teve, os cuidados que deu aos pais, as fadigas que a mãe lhe suportou; tudo isso é trazido e exposto ao soalheiro, esmiuçado, valorizado, para que a mercadoria não seja vendida ao desbarato. Até que, finalmente, chegam a acordo os dois formidáveis diplomatas. Ambos deram provas de uma loquela magnífica, digna dum tribunal ou merecedora de um hemiciclo parlamentar. Ambos ganharam honradamente a comissão de um búfalo ou de uma espada, que a generosidade dos constituintes lhes atribuiu no negócio.[220]

---

[220] Em certos pontos, como em Laga e Venilale, os *anu sobo* exprimem-se numa linguagem misteriosa, num tom de voz que parece de cântico. Dispõem-se com um intervalo de perto de dez metros, viram-se as costas, e vão mascando, ao mesmo tempo que discutem o preço do barlaque. Uma sobretaxa para a «lavagem do pano» que vestia a mãe quando deitou a rapariga ao mundo; outra como paga do leite que a filha mamou; uma terceira para compensá-la das dores do parto *e* outra ainda pelos cuidados e gastos tidos com a alimentação... A verborreia charlatanesca e o vocabulário criptográfico dos *anu sobo* constituem uma sapiência hereditária, monopolizada por raros homens, um em cada grupo de famílias, e que os pais transmitem aos filhos, treinando-os, assim, na arte de ganhar dinheiro a dar à língua.

No preço do barlaque, há uma base, que são os valores pelos quais o pai da noiva comprou a sua própria mulher.

Em Tiri Lolo, é também o pai do noivo quem apresenta a proposta de casamento. Recebida esta, consulta-se a rapariga, e em seguida envia-se recado aos futuros sogros dela, para levarem o filho, afim de se celebrarem as bodas. Só depois dos noivos dormirem juntos dois ou três dias, é que o pai da moça vai a casa do pai do rapaz, afim de contratar o preço do barlaque.

Em Ossurôa, as núpcias também precedem o contrato, mas aí é a noiva que, num simulacro de rapto, é levada para casa do noivo por um parente deste. Assim se procedeu com o barlaque do régulo D. Paulo, de Ossurôa, ao casar com uma mulher de. Baucau, em 1933.

Em Fatumaca de Baixo, é costume os noivos, no dia seguinte ao das núpcias, e cerca das cinco da madrugada, irem despedir-se dos pais, e largarem de casa para a dos sogros da recém-casada, onde esta é entregue a uma velha avó ou tia do marido, que lá ficou para os receber. No trajecto, marcham os dois a pé, em silêncio e de olhos no chão. Quatro dias depois, vêm os sogros do rapaz cobrar a primeira prestação do barlaque, que deve ser paga sob pena da rapariga ser devolvida à procedência.

Em Fatumaca de Cima, Ussu e Ossurôa, há uma regra idêntica e os noivos têm de fazer igualmente o percurso a pé.

IV – BODAS NUPCIAIS

É' nessa altura, geralmente, que marcha um estafeta, a unhas de cavalo, levando um recado ao noivo para que se digne comparecer diante da magna assembleia. Meia hora depois, aí está o nosso feliz Loi-Modo. Chega, entra numa das barracas armadas para as bodas, põe-se de cócoras como os outros, serve-se da pratalhada fraternal de arroz e do bambu de tuasabo, que circulam entre os comparsas, masca, fuma, dá à língua, e espera a sua hora. A noiva, entretanto, continua invisível, metida entre as quatro paredes da habitação paterna.

É já noite fechada quando a mãe vai ter com ela, e lhe recomenda que desdobre sobre o *lantem* a esteira nova da aquediro, que servirá de leito conjugal. Depois, é o Suço-Naha que se dirige ao Modo-Dú, a avisá-lo de que é a altura do *bui toco assa toco,* do gato ir engaiolar-se na capoeira da franga. Sem qualquer outro incidente ou aparato, então o noivo, o *bui,* o gato, segundo a simbologia indígena, levanta-se, compõe no ombro o pano rico, atravessa o terreiro e, decididamente, penetra na câmara nupcial onde o espera a franga, a *assa,* que é de bom tom mostrar-se envergonhada nessa histórica conjuntura. No dia seguinte, logo que o sol é nado, pais, tios e primos esperam cá fora, novamente de cócoras, a um lado os *tujumata,* do outro os *omarahe*,[221] mas todos virados para a porta da palhota, onde os noivos se mantêm fechados. Na dianteira de cada um dos grupos, o respectivo *anu sobo,* que deixou ontem de ser o causídico, para ser hoje o mestre-de-cerimónias. Um destes dois pronuncia, então, a frase tradicional, que o outro se apressa a repetir:

– *Bui hai loé, assa hai loé!* [222]

O primeiro a mostrar-se, a correr a porta, que é de hastes de palapa, encaixilhadas em bambu, e que gira, como um reposteiro, ao longo de um laraz de caqueu, é o noivo. Por sinal que faz a sua aparição sobriamente, sem pompa alguma que se harmonize com aquela espécie de aleluia. Surge, olha em roda, não abre o bico, vai cumprimentar os pais e os tios, roçando o nariz pelos deles, e senta-se logo na soleira da cabana. A noiva aguarda que a mãe a vá chamar e o *anu sobo* lhe marque a entrada em cena:

– *Boé malo, gafulá lono* ! [223]

É o momento dela aparecer e trazer o *malobua,* o cestinho redondo recheado com os artigos necessários a uma masca rigorosa, a uma masca feita com

---

221 *Tu fumata* e *omarahe* são, em macassai, o mesmo que fetossá e umane em tétum, e *bassau* e *umane* em galoli. Exemplo: Loi-Modo barlaqueia com Suço.Ussa. Os parentes desta chamam àquele o seu *tu/uma/a,* pois este ficou aparentado com aqueles por meio de uma mulher que foi buscar àquela família. Mas para o Loi-Modo, todos eles são os seus *omarahe*. Todo o timorense é, simultaneamente, *tufumata* para o lado da parentela que lhe advém pelo seu próprio barlaque; e *omarahe* para os parentes que lhe entraram na família, barlaqueando com suas irmãs, primas ou sobrinhas.

222 *Hai loé,* já está aberto. Querer dizer: gato e galinha estão soltos.

223 *Boe,* areca; *maio,* betel; *gafolá,* levar; *lono,* oferecer.

todos os sacramentos. Leva-o primeiro ao *anu sobo* do sogro, que o passa a este, o qual fá-lo girar por todos os *tufumata,* até o esvaziarem. Em seguida, a recém-casada torna ao interior da cabana, atocha de novo o cesto, apresenta-o ao *anu sobo* do Suço-Naha, o qual procede como o seu fronteiro, mas agora para com a parentela dos *omarahe.*

Matam-se depois alguns animais,[224] oferecidos por subscrição de ambas as paternidades, come-se e bebe-se, sem se dançar, nem se presentear o *lulic* com coisa alguma, e, após um ágape mais ou menos ruidoso, toda a tropa levanta arraiais e vai tratar da vida.

Às vezes, acontece ser a noiva, rapariga com veleida, de escolher marido por sua própria iniciativa. Dobra-se à vontade dos pais, aceitando o homem que lhe impõem, mas chegada a altura íntima do *bui toco, assa toco,* repele-o, amua, recusa-se a dormir com ele. Na madrugada seguinte, há escândalo grosso. É da praxe, nessa ocasião, o *anu sobo* da recém-casada interrogar o marido:

- *Ate bocu rece, ua´a gamu, i füil dia, nána?* O travessão do lantém fez-vos doer ou não?

Se ele, em vez de *füil,* responder *nána,* se realmente não saiu magoado do lantém, o costume é amarrarem-se os dedos da mulher, untá-los com *chili* e entornar água em cima deles. A corda começa a comprimir-se e a torturada a contorcer-se com dores. E a família, em roda, cheia de impaciência:

– *Ai cáraca di lula?* Queres ou não? [225]

No fim, a rapariga não terá remédio senão submeter-se e pronunciar o *Cáraca* de filha obediente, cuja vontade não conta.

Espera-se mais uma noite, o *bui* e a *assa* voltam para a gaiola, e repete-se o cerimonial respectivo…[226]

V – POLIGAMIA

Não passa, contudo, muito tempo que não tenhamos o novo casal a contas com a justiça. Loi-Modo, pelo visto, revela-se um traste de marca. Sente-se com demasiado fôlego para se contentar com uma só mulher. Ora sucede que, numa bela tarde, a esposa atraiçoada, – que, havia dias, pelas bisbilhotices das vizinhas e por umas conversas soltas no bazar, já tivera rumor das infidelidades do esposo, – cai, como uma tromba, em casa de uma solteirona de Datauá, e apanha o consorte em flagrante delito de adultério com a pécora desavergonhada. As mulheres esgadanham-se ferozmente, o marido fica imperturbável sob o aguaceiro de

---

[224] O pai do rapaz ofereceu um búfalo, que será comido pelos parentes da noiva. Os desta abateram oito ou nove carneiros capados, para a família do noivo. Se são pobres, uma das partes dá um búfalo, a outra, um porco.

[225] *Rece,* lantém; *áte bôcu,* travessão que segura ao meio o tabuleiro do lantém; *gamu,* noite; *ua´a gamu,* noite de ontem; *füil,* magoar, doer ; *i,* vós, ambos; *di, nána,* sim ou não.

[226] Às vezes, no pedido de casamento, a rapariga é chamada para dar a sua anuência. Simples formalidade, porque não lhe cabe o direito de escolher, mesmo que lhe consintam a faculdade de recusar o noivo proposto.

palavrões descabelados, e, no dia seguinte, estão os três à porta da Administração, à espera de audiência.

A esposa maltratada, ainda com uma arranhadura na orelha, vem reclamar o *fanu gui'a dane,*[227] a oferta destinada a alegrar a sua cara entristecida de vergonha. A rival traz um olho deitado abaixo. Mas a questão, afinal, já perdeu todo o carácter trágico da véspera, e os três litigantes entram já preparados para estabelecerem entre si uma paz honrosa, que apenas carece da sanção da autoridade. Pelo direito matrimonial indígena, verbalmente codificado, a sentença é fácil de lavrar:

– Que o Loi-Modo entregue à sua ofendida e indignada cara-metade, dois búfalos, que ficarão sendo propriedade particular dos pais dela;[228] e que a sereia de Datauá regule depressa a sua situação social, barlaqueando com o amante e indemnizando a primeira mulher com 120 grãos de mutiçala, um pano no valor de um cavalo e um porco que orce por cinco patacas.[229]

É claro que, sendo a mulher solteira, quem paga a indemnização são os pais da segunda mulher. Porém, como estes terão a negociar e a haver o preço do barlaque da filha, no fim de contas serão eles que ficarão de ganho.[230]

Nos cadernos do recenseamento, arrola-se mais uma mulher de gorra com o Loi-Modo, colecta-se o bígamo para o pagamento da taxa de barlaque, que é de $4,00 por cada mulher a mais, e dá-se o assunto por liquidado.[231]

A primeira esposa passará a ser a *face ina ua' e, a tufurai berecama,* a mulher grande. A outra obedecer-lhe-á e chamar-lhe-á *assi caca;* aquela tratará esta por *assi noco.*[232] Desde que o marido se disponha a lavrar a horta de milho e a várzea de arroz para cada uma delas, e, caso a primeira o exija, mantenha as duas,

---

[227] *Fanu,* cara; *gui'a,* alegrar; *dane,* dar.

[228] Caso o homem seja poligamo, terá de indemnizar todas as suas consortes. A primeira mulher deve ser avisada peio marido, quando este propuser novo barlaque. Mas não pode opor-se a este, sob pena de divórcio. A ela e ao marido, pertence, exclusivamente, o património da casa (luas, búfalos, espadas, etc.), e cabe a ela o direito de emitir opinião sempre que se fazem ofertas aos *omarahe,* nas cerimónias funerárias. É ainda a primeira mulher que decide sobre o casamento de todos os filhos do marido, quer tenham ou não saído do seu ventre. Consórcio projectado de que discorde a *tujurai berecama,* é consórcio malogrado. Casando-se qualquer dos filhos das outras mulheres, é ela que recebe as ofertas que, em caso de monogamia, seriam atribuídos à própria mãe.

[229] Os porcos vendem-se a peso. Cada cate, catorze avos. Tendo mais de 100 cates (um pico ou sejam sessenta e dois quilos), a quinze avos. Cada pataca tem 100 avos. Se a adventícia é pobre, dá apenas um pano à sua mulher.

[230] O barlaque com a amante, não é obrigatório. Pode não convir aos pais desta ou ao marido surpreendido em adultério. Do que o marido se não pode escusar é de pagar o *fanu gui'a dani.*

[231] Em casa, os esposos desavindos praticarão a cerimónia do *fanu-bane,* lavagem da cara. Mata-se um leitão, deitam-se umas gotas de sangue num *tau córo* cheio de água, entorna-se este sobre as mãos dos cônjuges e em seguida come-se o animal em boa harmonia...

[232] *Berecama,* grande; *caca,* irmã mais velha; *nóco,* irmã mais nova; *assi,* meu; *ma ua'e,* o mesmo que *caca.*

prudentemente, em palhotas separadas, – construindo, se possível, uma casa nova e distante para a adventícia, – nenhum direito assiste à consorte primitiva para repontar e se opor a este ou outros barlaques. Na sociedade indígena, os deveres do homem ainda não foram nivelados com as obrigações da mulher. É lícito ao varão barlaquear com quantas lhe dê na gana.[233] Torna-se apenas necessário que reconheça os direitos adquiridos pela ordem cronológica dos matrimónios, seja criatura de cabedais para poder escarolar, de forma conveniente, as faces que emporcalhar às esposas anteriormente instaladas no casal, e para distribuir o harém por várias palhotas devidamente afastadas umas das outras, e, sobretudo, revestir-se de heróica paciência para aturar as trinta mil questiúnculas em que elas passam o tempo, maltratando-se como rameiras e cobrindo-se de doestos, com aquela voz de cana rachada, característica da mulher nativa quando se exalta...

Acontece, porém, algumas vezes, menos raramente do que se imagina, ser a primeira mulher quem, por esterilidade, doença crónica ou velhice, toma a iniciativa de procurar e negociar uma nova companheira para o marido, e com a qual, este, confortavelmente, sem lavagem de cara, celebra o barlaque, ficando todos três sob o mesmo tecto, de casa e pucarinho, em doce e ameno convívio. É sobre esta segunda mulher que a *tufurai berecama* alija a maior parte das tarefas domésticas, assim como o encargo de dar ao marido o herdeiro desejado.

Mas se a primeira mulher já deu mostras de fecunda, e algum dos seus filhos aparece atacado de maleita, não faltam as apreensões a torturar o casal: é evidente que os antepassados não receberam com agrado o novo consórcio do polígamo. Não há remédio, senão, reconciliar-se este com os avós, propiciando-os com a dádiva de um leitão. Rapa a pele do suíno, esquarteja-o, arranca-lhe um bocado, dando-lhe o recorte de uma figura de homem ou de mulher, e mete-o numa panela com água, que se põe ao lume e se tapa com uma «charreta». Quando a água ferve, apanha-se a espuma numa tigela, onde se deitam, depois de mastigadas pelo pai e mãe do enfermo, sete rodelas de carmim, e que ambos vão colocar depois, num lantém ao ar livre, para receber o orvalho da madrugada. Na manhã seguinte, a segunda mulher corta a si própria uma madeixa de cabelo, o pai raspa com uma catana a parte calejada do calcanhar, adicionam esses dois ingredientes à tisana contida na tigela, e despejam esta sobre o doente, esfregando-o várias vezes e esconjurando a enfermidade com umas rezas adequadas.

---

[233] Mesmo que a poligamia seja realizada sem protesto e sem escândalo, com o acordo das mulheres já integradas no casal, a família das novas esposas terá de oferecer à primeira, qualquer coisa como dois búfalos e uma corda de mutiçala, *ou,* se é pobre, um pano e um cavalo.

VI – DIVÓRCIO

Até que chega um dia em que o nosso Loi-Modo aparece, de novo, na Administração, desta vez a requerer o divórcio de uma das suas mulheres. É uma hora que se perde em interrogatórios. O *dá'é côro*[234] ouve resignadamente o solicitante, criva de perguntas as testemunhas, toma as suas notas, e procura resolver a pendência, em harmonia com as sábias prescrições dos *usos* e *costumes* da terra.

Pelo direito oral da região, o divórcio é limitado por condições muito especiais. Casos em que deve ser concedido: ser a mulher feiticeira comprovada, ou prostituta sem emenda *(sabalae* ou *bobacal'eguini)*[235]; criatura que não queira comer com o marido ou denuncie os segredos deste; relaxada, que deserte ostensivamente da casa conjugal, não cozinhe as refeições do esposo, não teça panos, nem o ajude nas fainas agrárias.[236] Ter o homem abandonado, sexual e prolongadamente, a mulher, sofrer de lepra ou de tuberculose, estar consagrado como vadio sem eira nem beira, bêbedo e jogador, que não faça horta nem várzea, não forneça alimentos à mulher, obrigue esta a viver à custa dos pais, ou a coabitar com outra; ou não ter satisfeito nenhuma das partes do dote matrimonial.

Sendo enfermo incurável, é costume transferir-se a mulher para a companhia de qualquer dos seus cunhados. Este consorcia-se com ela e assume a responsabilidade de liquidar, se os há, os últimos restos do barlaque. Não pode a mulher recusar-se a esta brutal deslocação de direitos de propriedade.

Tal prática, ao que parece, muito cómoda, adopta-se, em idênticas condições, quando a mulher enviúva. O irmão do defunto herda-lhe a fortuna e a consorte[237].

---

[234] *Dá'é côro* é a autoridade, o homem que manda ou colabora na Administração. Governador, administrador, chefe de posto, chefe de suco, funcionário – todos são *dá'é côro.* Os dois primeiros são *dá'é côro berecama;* os outros, *dá´é côro caulai",* pequenos. *Fi-dá'écôro; fi,* nosso, *dá'é,* cabeça; *côro,* todos; cabeça de nós todos.

[235] *Bobacareguini* (de *bobo* ou *boba,* muito, assaz, demasiado), é a fêmea que se prostitui sem guardar recato algum. Em Suai, até há cinco anos pelo menos, europeu que pretendia «nona», tinha de barlaquear com ela. Para relações livres, existiam apenas duas mulheres, duas profissionais, que em Baucau se chamariam *bobacareguini,* mas que lá o indígena designava por «fétu-Estado», mulheres para serviço público... Mulher, na língua tétum, é *fetu.*

[236] A infidelidade, rara é que se torne motivo bastante de divórcio. O marido considera-se desapontado com a indemnização paga pelo amante da mulher. A esterilidade também não dá lugar ao desquite, mas à poligamia. Esta não tem limite. Presentemente, o máximo atingido é de sete mulheres. Em 1927, havia em Timor oficialmente registados, um polígamo com sete; três com seis; oito com cinco; trinta e oito com quatro; 231 com três; e 4.681 com duas.

[237] Num dos recenseamentos anuais da população a que o Administrador preside, batendo a cavalo todos os sucos do interior, durante vários dias, pousando aqui e além a arrolar pessoas, gados e culturas, *(arrolamento* chama-se em Timor a essa tarefa), deparou-se-me um caso excepcional de escrúpulos, infringindo aquela regra de direito indígena. Certa viúva, ao ser chamada, apresentou-se a declarar o seu desejo de se fazer registar

Evita-se assim que esta saia do quadro da família e leve consigo os filhos menores, que representam um valioso elemento económico, cooperadores gratuitos no trabalho do casal, moços de lavoura ou pastores de rebanho. Além de que, é uma autêntica pechincha a aquisição de uma tecedeira de panos, de uma ceifeira e gata borralheira já experimentada, por metade ou um terço do preço que custaria uma outra em primeira-mão.[238]

O divórcio implica a restituição do barlaque, se a queixa é apresentada pelo marido, e se este prova a infidelidade incorrigível da mulher, a sua fuga do lar sem motivo plausível. Porém, se é o homem que, sistematicamente, a maltrata e abandona sem justificação, nesse caso perde todo o direito ao barlaque, parcial ou integral, que por ela pagou.[239]

Há ainda a considerar os destinos a dar à prole produzida por esses malcasados. Nesse campo de jurisprudência indígena, surgem duas hipóteses: ou o barlaque se encontra totalmente liquidado, ou falta realizar uma ou mais prestações do contrato. No segundo caso, os pequenos revertem para a mãe; no primeiro, para o pai.[240] Consente-se, todavia, a este, que resgate os pequenos, acabando de amortizar o barlaque, ou dando em troca deles, qualquer contribuição em gado ou jóias, convencionada livremente por ambas as partes. Se o pai tem, de facto, direito aos filhos, e um destes ainda não está desmamado, compete à mulher, após o divórcio, amamentá-lo até à devida altura, cabendo-lhe, por esse serviço extra, uma remuneração compensadora, que fica previamente fixada.[241] Mas se os filhos forem entregues à mãe, é sabido que, por morte do progenitor, nada lhes é devido como herança. Assim se defendem e perpetuam os bens do casal dentro dos limites da família.[242]

---

conjuntamente com o cunhado. Mas logo este obtemperou, manifestando o seu desacordo. E a mulher: – «Nesse caso, não devolvo o custo do barlaque. Consultando eu o homem, respondeu ele, muito despachado: – «Como ela quiser!...» – E a viúva, insistindo: « E o cafezal de meu marido? Fica comigo ou com meu cunhado?» – «Estou por tudo, retorquiu este. O que eu não quero é a mulher na minha companhia !... Senhor, ela não presta». E em bom português, explicou: *vadia, senhor!*

238 O facto de já estar usada, pouco significa. Como já acentuei, o preço do barlaque de uma virgem ou desflorada, de uma ex"nona") ou mesmo de uma *bobacareguini* solteira, é sempre igual.

239 Se o homem, depois de abandonar a mulher, ainda reclama o divórcio, e esse abandono tem atenuantes, concede-se-lhe direito a metade dos valores dispendidos no barlaque. O resto fica, dizem eles, para «endireitar os seios e abaixar o *sarão*». . .
Mesmo nos outros casos, a restituição já se não faz por completo. Descontam-se os serviços que a mulher prestou no casal. Moda nova, informam-me, devido à influência europeia que já vai alterando os velhos usos.

Muitas vezes, evita-se a devolução do barlaque, dando os sogros do divorciado uma outra filha para novo matrimónio.

240 Mas se o pai fica com os filhos, não tem direito à restituição do preço do barlaque.

241 Mais ou menos, 200 grãos de mutiçala.

242 Se um casal sem filhos pretende adoptar uma criança, seja ou não parente, a fim de garantir a sucessão, pagará por ela uma importância igual ao do barlaque de uma mulher.

Geralmente, a mulher divorciada por adultério, encontra no amante um segundo marido, e é este quem se prontifica a restituir todo o barlaque dispendido pelo primeiro, livrando assim os pais de uma situação embaraçosa. Nessa altura, jóias e cabeças de gado recebidas já passaram de mão em mão, correndo toda a cadeia dos *omarahe* e dos *tufumata,* e a essas horas, acham-se já espalhadas por locais distantes, em poder de detentores já desconhecidos, muitas vezes em postos remotos, e até em comandos do outro lado da colónia...[243]

Tipo de casa suspensa. Habitação do chefe do suco de Bualale
(na montanha de Mate Biam, 1912)

---

[243] Quando uma mulher se divorcia para casar, seguidamente, com outro homem, os pais dela restituem o preço do barlaque ao primeiro marido e recebem do segundo, um novo *futurai gui bura.* Se o primeiro pagou a mulher integralmente e houve filhos desse matrimónio terá ainda que oferecer ao sogro três búfalos, para que os filhos se mantenham na companhia paterna. Essa dádiva é conhecida pelo nome simbólico de *dia na/e,* bordão – o qual servirá para ajudar a família da divorciada a ir visitar os pequenos. Dispensa-se o *dia nate,* quando há apenas divórcio, sem que a mulher se barlaqueie novamente.

Num recenseamento em Baucau: o inverno dos timores (1933) ...

IV
Da morte

I – À ESPERA DOS PARENTES

Logo que morre um indígena, plebeu ou maioral que seja, a viúva e os filhos da casa desfecham numa gritaria angustiada, largam alviçareiros a prevenir os parentes,[244] e começam os vizinhos a armar as paredes da *úmu oma,* barraca de folhagem, construção ligeira, para a qual se remove o cadáver. Entretanto, despachou-se um rancho de homens de boa vontade, para ir derrubar nos arredores, à catanada, um aquediro bem grosso ou uma árvore de carmim de alto porte, cujo tronco, depois de rachado ao meio e devidamente escavado, servirá de urna funerária - de *úma faga* - onde se entalará o defunto, grudando-se depois o esquife com o *barodali* desfeito e misturado com cal.[245]

Num alvoroço enervante de lamentações, que só tem fim quando o extinto é arreado na cova, procede-se, então, à lavagem do morto. Filhos e parentes mais chegados sentam-se no pavimento de terra batida da cabana, dispõem-se em dois grupos virados um para o outro, estendem as pernas e recebem nestas o corpo frio e desarticulado. O cadáver é despido, baldeado com água, esfregado à mão. Em seguida, amarram-lhe o *langotil* na cintura, untam-lhe a grenha com azeite de coco, apertam-lhe os braços com um pano de mulher, que se coze a linha timorense,

---

[244] Os avisos necrológicos fazem-se para os parentes que vivem distante, nos postos ou noutras circunscrições, por meio de despachos telefónicos. Enviam-nos os que sabem ler e mesmo os que não sabem. Geralmente, por espírito imitativo da correspondência das autoridades, empregam a terminologia oficial: "comunico que faleceu minha chorada esposa"; – "Informo que deixou hoje de existir meu saudoso irmão". Nos sobrescritos tratam-se todos por Exmos. Snrs; são todos "digníssimos" e se o destinatário não chega a ser empregado do Estado, nem por isso deixam de o tratar por digníssimo residente em Ira-Ufa), ou em Loi Na Dura, ou outro qualquer Lugarejo onde tenha palhota.

[245] *Barodali* é uma planta parasita que nasce na ramada das árvores e desce, em corrida, entrelaçando-se por elas abaixo. Costuma-se completar a mistura com o líquido gomoso que se extrai do fruto do aquediro. - Na ocasião em que se corta o tronco, queimam-se panchões, se a família dispõe de dinheiro para os comprar na loja e pagar ao município a respectiva licença.

e entalam-lhe sobre os joelhos uma ripa de aregueira. Dois panos de homem, um por baixo, outro por cima, formam a mortalha, que é amarrada nas pontas como um chouriço. Às vezes, para evitar que a alma volte a casa, põem-lhe espinhos de piteira nas mãos. E se o *úmu jaga* está já preparado, depõem-no lá dentro, primeiro de lado, depois rodando-o de modo a ficar com o papo para o ar, ajustam por cima a outra metade do tronco da árvore, à laia de tampa, soldam os dois bordos com as gomas silvestres,[246] e transportam o caixão para um *lantém* de bambu ou de palapa erguido como catafalco, no meio da *Úmu oma*.[247]

Dia e noite, ficam os parentes a velá-lo, em sucessivos turnos. Esperam-se horas, esperam-se dias, semanas e até meses – caso se trate de grande fidalgo e a autoridade o consinta[248] - dando tempo a que se juntem todos os *omarah!* e *tufumata* do defunto. A família de um timorense é sempre vasta e complicada, e anda esparsa por sobre toda a superfície da colónia, ou distribuída, pelo menos, por todos os cantos da respectiva circunscrição. Agora um, logo outro, dois dias depois um terceiro, ei-los que acorrem, vindos de todos os pontos cardiais, e vão chegando por córregos e atalhos; eles, as mulheres, os filhos e os sobrinhos, enforquilhados em cavalicoques de Liliput, que chutam alegremente, num *passo d' aba* repenicado, fazendo tilintar os guizos de cobre das cabeçadas.

II – O BAZAR DAS PERMUTAS

A morte de um parente é, decerto, o acontecimento mais importante na vida de um indígena, não só pelas deslocações que implica, mas pelas mobilizações de valores que acarreta. Valores em pecuária, em armaria, em joalharia, em tecelagem, que se torna obrigatório procurar, reunir e transportar, para serem permutados na

---

[246] Na montanha da MateBiam, o morto não sofre lavagem alguma. Antes de o encerrarem no caixão, dobram-no; pondo-lhe os joelhos pegados ao queixo. Em certos pontos daquela zona (Quetecaj, Lacu Lihu, ete.), é o próprio agonizante que, ao ver aproximar-se a morte, se encontra naquela posição *(lohorau)*. Assim encarquilhado e comprimido, é que está bom para fazer a sua última jornada – Quando o cadáver é de pobretão, em vez de panos, enrolam-no numa esteira; se é ricaço, põem no esquife uma ou outra jóia: crescentes ou luas de ouro. - Em Fatu-Maca, cortam uma madeixa do cabelo do morto, e enterram esta mais tarde, junto com um grão de mutiçala, dentro de um estojo de bambu.

[247] Se o enterro está para longas demoras, acende-se por debaixo do lantém uma fogueira de estacas de *ai loe* (espinheiro). Posto ao fumeiro, o cadáver vai secando e fica mirrado como um arenque. Sob a cabeceira, dispõe-se um cesto para receber os líquidos que pingam do defunto – A viúva é que sustenta a parentela, com arroz e carne de animais que faz abater, sendo para esse efeito, auxiliada com os presentes dos convidados. Um funeral é quase sempre a ruína dos herdeiros.

[248] Para os antigos reis, esperavam-se anos inteiros. No Timor Holandês, *circunscrição* de Atambua, está há dois anos por enterrar, o cadáver do l*iurai* de Malaca,. Só quando o filho, que é aluno da escola dos *bestuur* (pequenos funcionários) de Larantuca, acabar o seu curso, é que a morte será proclamada oficialmente. O rapaz tomará a sucessão e enterrar-se-á a múmia. Em 1900, no nosso Timor, e com a assistência do governador Celestino da Silva, enterrou-se o régulo de Raiméan, falecido 105 anos antes.

feira curiosa e pitoresca de trocas e baldrocas em que se transforma uma câmara ardente.

Sobre os *tufumata,* que são os que menos ganham com a romagem, pesa a responsabilidade de comparecerem diante do extinto, munidos de espadas de preço e levando à sirga, carneiros, búfalos e cavalos. O dever dos *omarahe* é apresentarem-se com panos de homem *(utorassi),* e de mulher *(rabilolo),* cordões de mutiçala *(gaba-ta'a),* porcos e cestos de arroz *(reça bua),* ou dinheiro *(laua).*[249]

Quando um deles está já nas redondezas da casa do falecido, [250] destaca para a frente uma rapariga que lhe serve de arauto ou batedor, e que vai entregar na *umu oma,* se aquele é *tufumata,* uma espada - ou um pano timor, se pertence ao ramo lucratico dos *omarahe.* Pano e espada são ordinários e servem apenas para anunciar o visitante que se aproxima. Como se fosse um cartão de visita, a espada entala-se na parede, do lado da cabeceira do *umu faga,* e junto do *lode* do morto. O pano é colocado em cima da própria urna.

Até que o parente faz a sua entrada na barraca, e logo a viúva e a prole, desfeitas em pranto, caem de joelhos e se lhe agarram às pernas.[251] Os irmãos e os outros membros da familia, chegados antes, e que estavam acocorados à volta do *lantem* do morto, carpindo este em berros atrozes, cumprindo a sagrada obrigação do *umu iara*[252] levantam-se todos e envolvem o recém-chegado, disputando-se para o apertarem no comovido e demorado abraço da praxe. Recrudesce a lamuria. Paira no interior da *umu oma* um ambiente de desgraça irremediável…[253] Impossível

---

249 Em vez de mutiçala, se pode contribuir com luas de ouro menos em Laga, onde as não aceitam em tais circunstâncias, receando malefícios. - Ha panos que chegam a valer cinquenta patacas. Trinta grãos de mutiçala valem um búfalo, se são de bôa qualidade; menos puros, são precisos cinquenta. Mas cheguei a ver cordas de cinquenta grãos que equivaliam a tres búfalos de dois pardaus. As luas de ouro tem valores diversos, consoante a pureza do metal e o tamanho. De meio palmo, equiparam-se a quatro búfalos, no caso de serem *lobato* (ouro misturado) ou a seis, se fôrem *currete* (ouro extreme). Uma lua, se fôr feita de libras, pode valer até quarenta búfalos. Os crescentes *(caraudic)* são quase *todos* de ouro de libras derretidas, e têm altas cotações. Até ao funeral, os *omarahe* não comem arroz; e os *tufumata* não comem carne. Estão privados de se aproveitarem das espécies que ofereceram. Os primeiros, em vez de arroz, podem levar milho bem limpo. O arroz deve ter sido pilado duas vezes e transportado em cestos próprios «de estilo»: de quatro pés e tampa cónica. As vezes, o chefe de suco também contribue com alguma oferta, mas fá-lo, não por obrigação, mas por prosápia do cargo que exerce e na mira dos presentes que lhe dão em troca; se mandou panos, agradecem-lhe com luas. - As oferendas dos *tufumata* designam-se por *dêti,* vocábulo que também significa multa. As dos *omarahe* recebem o nome de *ranato,* ou subdividem-se em *umu der* (porcos, panos, arroz, mutiçala e dinheiro) e *ranato* (betel areca, milho, côco e abobora).

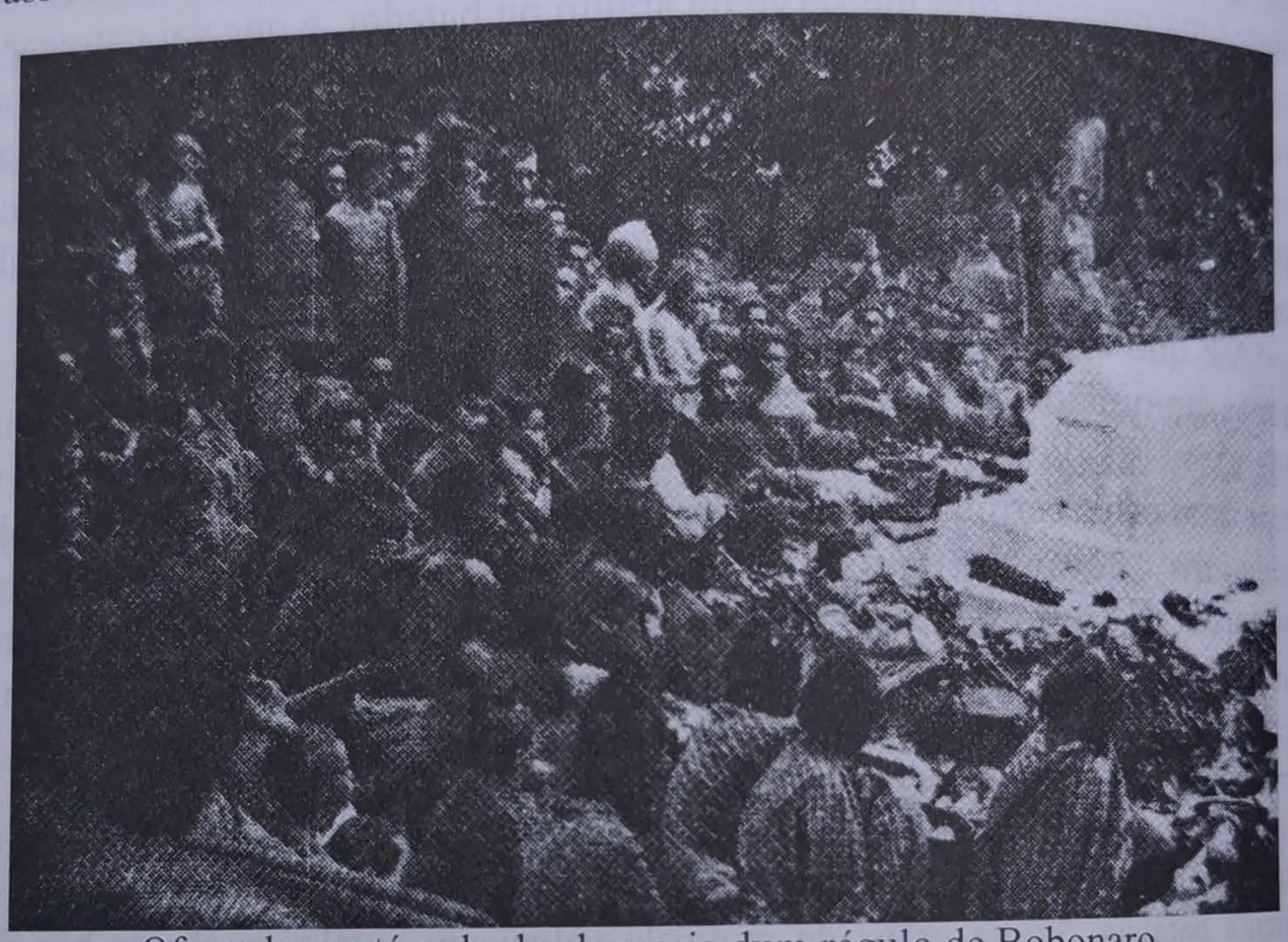
250 Manda a praxe que 300 metros antes, já o parente encete a choradeira. Na *umu oma* só pode estar um *tufumata* de cada vez. Para os *omarahe* não há limite.

251 É o que se chama o *iti garana. Iti* é pé ; *garana,* ajoelhar. É nessa atitude que os indígenas pedem perdão ou formulam, em caso grave, qualquer súplica às autoridades.

252 *Umu,* morto; *iara,* chorar.

253 Outrora, quando um parente chegava à *umu oma,* era de regra abrir-se o esquife, para

resistir ao efeito daquela cena dramática, à presença do cada ver, ao espectáculo impressionante das fisionomias dolorosas, encharcadas de lágrimas, à atmosfera pesada das transpirações dos corpos e do fumo das velas de camim, à gritaria convulsa de toda aquela gentana, que não cessa de falar na morte calamitosa! Dali a pouco, já não é por cerimónia, por obediência à etiqueta tradicional, mas sincera e convictamente, que das glândulas lacrimais do recém-chegado, rola o choro às bagadas, - a sua boca contorcida de dor faz coro com os berros desaustinados da macabra assembleia.[254]



Oferendas no túmulo de alvenaria dum régulo de Bobonaro.

---

aquele tocar, com um anel, lua de ouro ou qualquer outra jóia, as escorrências que borbulhavam na boca entreaberta do cadáver. O objecto assim consagrado pela saliva *(ilu Itaque)* do defunto, não podia ser trocado ou servir de presente.

Nas mãos e entre os dentes do finado, se este era de maioral, colocavam-se cordões de mutiçala. Assim se enterrou o grande *rata* (chefe) D. Gaspar, de Laga. Hoje ainda se metem patacas grossas, mas só quando a familia é rica.

[254] Em Fatumaca, dois homens postam-se de sentinela ao cadáver, um à cabeceira, outro aos pés, e ambos se encarregam de seringar os ouvidos da assistência, ininterruptamente, com uma cantilena enfadonha: *Eui dae, uma gau, bui muto, mulu gau.* Tradução à letra: "A cabeça do morto debaixo perdeu". Não passa disto, mas tem a virtude de preservar a família de doenças.

Se a morte é de uma criança, não há cerimónia alguma. O pequeno é enterrado no dia seguinte, e a mãe, de mãos enclavinhadas na cabeça, escolhe um sítio deserto nas proximidades, e fica aí um bocado a "chorar".

A viúva e os filhos – os três, o *ina uai,* o *tamedá* e o *uai hula* [255] esses, não páram nas suas apóstrofes ao cadáver:

– Ai! Vais-te embora e deixa-nos ao abandono. Ficamos sózinhos e pobres. Tua mulher já não tem quem a ampare, teus filhos quem os guie. Estamos todos na miséria. Ninguém já trabalha para nos sustentar. Que vai ser agora de nós? Se os parentes não nos valem, se não nos ajudam, que sorte será a nossa?" Fulanos já cá estão, mas faltam ainda Sicranos e Beltranos. *Mau tafuli, dó úmu tarúnu!* [256] Venham todos, auxiliar-nos a enterrar o defunto! [257]

Um ou outro dos circunstantes, mais senhor dos seus nervos, ainda procura acalmar a tempestade clamorosa, interpelando nestes termos a viúva inconsolável:

– *Hai rau! Hai laidá, dó hai umo! Uai e'e mata ná le´e ena. Noto be´u megue guer ara. Ni fano issi ere nai ena ara.*[258] Deixa lá, não vale a pena chorar tanto. Teu marido já estava velho. Pensa mas é nos filhos, que ainda são uns fedelhos. Olha pelo futuro deles e não te ponhas para aí a penar dessa maneira.

Vão chegando mais parentes. Movimento. Curiosidade. Ansiedade geral. Todos querem observar, avaliar, "ver com dois olhos", como eles dizem, calcular com rigor o preço de cada uma das ofertas. E põem-se já a namorar a que mais lhes convêm nas permutas a que se irá proceder não tarda muito. Os *ranato* dos *tufumata* serão trocados pelos *dêti* dos *omarahe.*

Geralmente, é um velho – o *reça oli caiboco,*[259] como *lhe* chamam em Venilale, ou *dono do morto,* conforme se diz em português de Timor – quem preside às trocas e figura de árbitro nas discussões que se travam à roda delas. Os panos estão sobre um *lantém.* Os tufumata acotovelam-se em torno; examinam-nos, apalpam-nos, escolhem-nos; por fim, levantam-nos. Ouvem-se reclamações:

– Este só vale um cavalo. Aquele não merece um búfalo.

Por mim trouxe tantos carneiros. Para me pagar, ainda preciso de mais panos.

Algum dos *omarahe* traz um cordão de mutiçala escondido nas dobras dos panos com que se indumenta, e faz todos os possíveis para se furtar a entregá-lo à viúva. Mas esta, que se não dá por saciada com os outros presentes, já farejou a existência da jóia preciosa, de que também precisa para corresponder às ofertas dos *tufumata.* Achando, de resto, que o manhoso é bastante abonado para se desfazer do colar, enche-lhe os ouvidos com uma choradeira de rebentar os tímpanos. O *omarahe* desconcerta-se. Em roda, percebendo a significação daquela recrudescência de pranto, os assistentes fulminam o sovina com olhadelas

---

255 Primeiro, segundo e terceiro filhos.

256 *Mau,* vir; *tafuli,* juntos i *dó,* para; *umu,* falecido; *tarúnu,* enterrar.

257 Filhos e sobrinhos do 1° grau embrulham a cabeça num pano e tapam a fronte com as mãos, em conformidade com a meticulosa pragmática timorense.

258 *Hai rau,* já basta; *hai,* tu ou ele; *rau,* bom; *uai e'e,* ficar; *mata,* pequeno; *na le'e,* menores; *ena,* olhar; *noto béu,* não pode; *tnegue,* mais; *guer,* pensar; *ara,* mais; *ni,* dele ou teu; f*ano,* frente ou futuro; *zssi,* próprio; *ere,* aqui; *nai,* somente.,

259 *Reça oli,* lantém grande; *caihoco,* pau grosso.

reprovadoras.[260] Não há remédio senão desencantar a apetecida *gaba ta' a* e, encolhendo os ombros com a filosofia, ir pô-lo ao pescoço da velha;

– *Hai rau! Ere deti.*[261]

Episódios análogos ocorrem com outros membros da família, dispersos pelo terreiro ou já aninhados nas barracas que improvisaram para acamparem até ao dia do funeral. Embezerrado a um canto, vê-se acolá um *tufumata,* o próprio genro do morto. A sua atitude é manifesta de descontentamento. Oferecem-lhe de comer; não aceita. Trazem-lhe de fumar; recusa com um gesto. Procuram estabelecer cavaco com *ele;* nem se digna abrir a boca. Só fuma e masca do *malobua* que trouxe da sua palhota. O caso é grave! Tanto mais que mulher, filhas e sobrinhas, conservam-se igualmente carrancudas, com o mesmo ar flagrante de arrufo, solidarizando-se com o protesto mudo do seu chefe de casal, que, pelos modos, se sente altamente desconsiderado. O homem trouxe uma espada Macassar, um búfalo, um cavalo e dez carneiros,[262] e até agora já lhe deram em troca, quatro panos de homem, dois de mulher, e coisa parecida com noventa e três quilos de arroz encascado.[263] Mas tudo isso não basta. O que ele quer é uma das cordas de mutiçala que os *omarahe* têm vindo pendurando na garganta esgrouviada da velha. O que ele cobiça é um colar de 150 grãos genuínos, no valor de cinco búfalos, e que ainda há pouco trouxe um sobrinho do defunto.[264]

Bem se afadigam os *omarahe,* solícitos, a prometer-lhe mais cinco panos, mais dez cestos de arroz e o contrapeso de mais um leitão. Chora o *tufumata* num choro desabalado, e com ele o grupo da sua casa, fazendo um coral aflitivo de tragédia, que mais parece saído de uma jangada sinistra de náufragos.

Até que, por fim, os *omarahe* percebem-lhe o jogo. Apresentam-lhe primeiramente uma corda de grãos falsos, com que não conseguem iludir-lhe a pupila de conhecedor já bem treinado na especialidade. Nova mímica de enfado. Repete-se a farsa com outros cordões, esses já autênticos. E só quando, finalmente, aparece o dos 150 grãos tentadores é que ele avança a manápula, desafivela a máscara desolada, e se resolve a quebrar o seu mutismo enervante.

– *Hai segue!* - dizem os outros. - Você saiu-nos um bom espertalhão!

– *Ani segue!* - confessa o comediante, arregaçando-se todo num sorriso radioso.

---

260 Às vezes, ha recriminações, quando o parente se não explica: - Você não vê chorar? Tenha vergonha! E se é *tufumata,* não o deixam entrar em quanto não paga o *déti.* As ofertas são penduradas junto do morto, empilhadas num lantém ou amarradas nas proximidades, consoante as espécies.

261 «Basta. Está aqui o *déti,* a multa».

262 Por ele próprio, o sujeito levou o búfalo, o cavalo e a espada. Pelas quatro irmãs, os dez carneiros. A espada, dizem os indígenas, servirá ao morto «para cortar piteiras», quando tiver que arrotear a sua horta no outro mundo.

263 Só ao genro e ao cunhado do morto é que cabe o direito de reclamar mutiçalas.

264 Se o falecido é pobre, o *tufumata* não se alarga. Limita a sua generosidade a dois carneiros, a um cavalo ou um búfalo. Se não espera receber grande coisa dos *omarahe,* leva-lhes um.

Os *omarahe,* porém, regateiam... Ele insiste: *Nana, ere dêti*!...[265] E acabam por concordar que só 120 grãos é que são o *dêti.* Pelos restantes, é justo e razoável que pague um búfalo, ao menos, e dois pardaus.[266]

É ainda nessa importante e movimentada conjuntura que se amortizam dívidas de matrimónios em atraso, «lavagens da cara» que passaram em saldo, e até empréstimos de gado, de jóias ou dinheiro, concedidos com os juros de 100 %, habituais na agiotagem timorense, mas tão ligeiramente aceites, como levianamente esquecidos pela memória de galo dos devedores".[267]

E é delicioso vê-los, então, entretidos até desoras, a recordar o *Deve e Haver,* a invocar, contestar e discutir cifras, a acertar a contabilidade caótica das suas operações comerciais.

À luz das fogueiras, acesas dentro das barracas, os homens aquecem-se e vão dando à língua. Inculpam-se, desmentem-se, crivam-se de doestos, apelidam-se de mentirosos. Entre as dívidas de consórcios trazidas a capítulo, algumas há que remontam a longínquos antepassados. São débitos e créditos que se transmitem de geração em geração, e que se evocam e debitam nas proximidades da *Úmu oma,* aproveitando-se a oportunidade única de estar ali reunida toda a parentela, transformada em rumoroso tribunal, e onde há criaturas a cuja retentiva se pode recorrer para confundir um devedor mais audacioso.[268]

Tufumata que ainda não haja terminado a liquidação dos valores pelos quais ajustou a compra da mulher com quem se casou, e que se atreva a comparecer nessas reuniões – a que, afinal, nem pensa em escapar-se, pois seria vítima duma universal excomunhão – sem levar uma das parcelas do preço do casamento, já sabe a quanto se arrisca. Saltam-lhe em *riba* todos os *omarahe,* esmagando-o com recriminações, obrigam-no a ir coabitar com os sogros, agarram-lhe a mulher e a filharada, apertam-no num círculo tão fechado de exigências, que o pagador, exaurido de argumentos e desculpas, não tem outro recurso senão o de honrar os seus compromissos com língua de palmo…[269]

---

265 *Ani,* eu; *segue* , esperto; *nana*, não.

266 Em Venilale, está o morto ainda insepulto, o *omarahe* mais categorizado oferece um porco *(uau ruço)* para os convidados, e um carneiro para ser comido com arroz, pelo coveiro *(leo bu),* pela mulher e pelo cão do morto, o qual representa, nessa altura, o seu ex-dono, e mais duas espadas para o *tufumafa* mais chegado *(Jeobati),* «a fim de com elas cortar as raízes, de forma a melhor alargar e aprofundar o covado».

267 Não há danças até que se realize o enterramento. É *lúlic* - dizem.

268 A liquidação dos barlaques arrasta-se por tantos anos que às vezes se torna já impossível determinar ao certo quanto ficou por pagar. Desapareceram todos os contemporâneos que poderiam fornecer um testemunho concludente. Não há remédio senão arrumar o assunto. A mulher assim obtida, chama-se *dera.*

269 No antigo reino de Venilale, a lavagem do morto é feita com água quente, agua de coco e cascas de banana, que são o sabonete timor- pelo *leobu,* encarregue igualmente de abrir a cova e cortar a árvore, carmim, aquediro ou sumaumeira brava *(ai lele),* que servirá de caixão. Leva um cabrito, que mata junto do tronco escolhido. Homens e mulheres acompanham-no, aqueles vibram no fuste quatro catanadas; estas, cinco, e vão contando em uaimaa: *Sé*! *Cairua*! *Caitelo*! *Caiha*! *Cailima*! Depois, as mulheres retiram-se, para

III – O ENTERRO

Acabada a feira das permutas e consumada a paga dos calotes velhos, já quando se não dá notícia de que parente algum haja faltado à chamada, e não resta, portanto, motivo para que o defunto continue a apodrecer fora da cova, manda-se o cadáver para o cemitério.

O caixão é posto sobre uma padiola de bambu *umo semanate* - na qual se montam umas baias engradadas com galhos de cabaria[270] forrados de tiras de pano, pretas e brancas. São os anteparos que os indígenas civilizados requintam em guarnecer de numerosas velas de cera, a que pegam lume antes de se constituir o préstito fúnebre.[271]

É o momento do *ite garana.* Com excepção da viúva, os parentes do defunto vão-se aproximando do esquife, já erguido aos ombros dos cangalheiros, metem em bicha, passam por debaixo dele, e, cada um por seu turno, ergue o braço direito e simula abraçar, por cima do caixão, as pernas do cadáver, exprimindo assim um rogo de desculpas por alguma ofensa com que o haja melindrado. Leva a mão ao topo do caixão e em seguida à boca, como a receber o sopro do morto. Parente que tenha filho, sobrinho ou primo que, por achaque ou outra qualquer avaria, não tenha podido comparecer nessa formatura de despedida, leva encerradas na concha da mão esquerda, tantas pedras quantos os ausentes que representa. Uma a uma, as pedras vão passando para a mão direita, repete-se com esta a aposição, tanto no

---

volverem quando o tronco está já aberto ao meio e escavado. Ao ser o caixão transportado para casa do falecido, há já uma turba numerosa, e é esta que o leva sempre em correria e aos empurrões, cada grupo segurando uma metade. Chegando ao seu destino, põem-no no lantém onde o defunto o aguarda, metem-lhe dentro o cadáver e fecham-no com uma goma especial *(láua,* em uaimaa ; *toci,* em macassai). Sob a presidência do *leobu,* duas mulheres trazem um cesto de neli, pilam este ao pé do morto, matam um porco, com que fazem o molho respectivo, depõem o coração, as costelas e cinco pedaços de carne do suíno, em cima da tampa e sobre uma laje que serve de prato, e espalham em torno um pouco de arroz cozido. É a comida do extinto. Abre-se depois o esquife e despeja-se sobre o peito do cadáver, um pouco de arroz cru e linhas de algodão bravo: cinco se é homem; quatro se é mulher, "para ligarem o finado da cabeça até aos pés". Enquanto não o enterram, põem arroz e carne num lantém perto e invocam os antepassados para também se servirem.

[270] Espécie de palmeira.

[271] Se o falecido era cristão e de categoria, e morava no alto da autoridade, mandam-se a esta e à esposa, duas velas de dois palmos, em cera virgem, ornamentadas com tiras de galão e pano preto. Se era chefe de suco ou oficial de 2ª linha, o cortejo leva "caixa e bandeira", com guarda de honra de "moradores do reino". Cada jurisdição e até alguns sucos têm a sua bandeira nacional religiosamente guardada na habitação do chefe ou na casa sagrada *(uma faluno).* Se tinha fumaças de católico praticante, forra-se o *umu faga,* de pano preto agalanado, com uma cruz dourada ao alto, e os filhos do morto, mesmo em público, e em serviço quando são empregados do Estado, andam com o casaco preto ou cabaia roxa, vestida do avesso, as algibeiras ao contrário e as bandas presas com fitas ou alfinetes. Assim andou o intérprete da minha Administração durante mais de um mês quando lhe morreu o pai.

féretro como nos beiços, e a criatura, de cada vez, dirigindo-se ao defunto, anuncia um nome. Por exemplo:

– Agora é por teu irmão Naha Gari.

– Agora é por teu sobrinho Leça Gamo.

E assim sucessivamente. Quando acaba de pronunciar os nomes todos, atira as pedras fora,[272] num arremesso.

Põe-se o cortejo a caminho. Os convidados de categoria acendem as velas que lhes foram distribuídas. Entre eles há uma turba-multa de mulheres, de pano preto ou roxo a servir-lhes de capuz, e que continuam a lamuriar-se em voz dolorosa: "Aqui fica a gente sozinha. Não há nada para comer. Quem é que nos há--de vestir? Onde encontraremos o arroz e o milho para não morrermos de fome? "

À frente, vê-se agora um cavalo, que é, pelos vistos, o encarregado de transportar a alma do defunto.[273] Trouxe-o um dos *tufumata* e está arriado com um coxim vistoso e um pano de valia, igualmente policrómico, e que é também oferta de *omarahe.* A cabeçada é de cordas, à boa moda timorense, mas cheia de guizos e de penachos de linhas tingidas, como usam os cavalos dos principais. No selador, o pano e a almofada apresentam floreados característicos, cujas malhas correspondem à hierarquia do morto.

O homem que leva o animal à rédea e levanta sobre ele um guarda-sol aberto, traja aparatosamente, lenço vermelho enrolado na cabeça, grandes luas de ouro penduradas ao pescoço, e este todo encordoado de mutiçalas.[274]

Quando o préstito arranca de casa, a viúva e os filhos, que são os únicos a quem o hábito não permite acompanhá-lo,[275] atroam os céus e a terra com brados apavorantes, numa derradeira e definitiva cremação.[276] Do grupo espesso dos

---

[272] Em Venila]e, os *omarahe* do defunto desfilam debaixo do caixão, tocam com a destra no lado dos pés, levando-a depois à boca, tornam em seguida a casa, entrando por uma porta e saindo por outra, e só então se reúnem ao cortejo.

[273] Outra prática curiosa: quando há um morto na família, prendem-se todos os gatos da casa. Crê-se que o finado ressuscita, se algum dos bichanos salta sobre a urna.

[274] No fim do enterro, o cavalo fica para um *omarahe,* o pano e o coxim para um *tufumata.* O solípede não tem outras funções que a de servir de montada ao espírito do defunto, até ao cemitério. Não há recordação de que noutros tempos o enterrassem com o morto. Juntamente com os *liurai* (em macassai, *rala),* e em buracos abertos nas valas tumulares destes, é que se encafuavam um escravo e uma escrava, providos de lenha, bambus com água, pratos e panelas para utilidade culinária na outra vida, do ilustre falecido. O último *rala* enterrado nessas condições, de previdência minuciosa, foi D. Gaspar, rei de Laga, que deixou este mundo pouco antes do governo de Celestino da Silva. Com ele se emparedaram dois escravos da sua corte, um de cada sexo.

[275] Se o fizessem, morreriam. O falecido, alcançando no cemitério uma força irresistível, arrastá-los-ia para o outro mundo, produzindo-lhes doenças que lhes trariam a morte.

[276] Outrora, quando um parente se avizinhava da povoação do morto, desatavam, ele e as mulheres da família, a disparar espingardas de pederneira. Da povoação, respondiam também com tiroteio! Vários tiros durante o trajecto até ao túmulo. E outros ainda quando era tapada a cova.

padioleiros, trinta ou quarenta varões, geralmente da parentela, rompe, então, uma voz que esboça a primeira frase de um canto funébre. Logo todo o bando responde, num coro gutural, começando a canção dos mortos. É o *Lacadouc,* de um ritmo sugestivo e másculo, feito de sonoridades que se prolongam, avolumam e espraiam, ondulando como vagalhões de mar bravo. De tempos a tempos, uma pausa. Um grito agudo, isolado, calafriante, rasga o ar como um foguete de lágrimas, parece suspender-se na atmosfera e cai lentamente, abrandando, até se desfazer num soluço. Entoado por vozes cada vez mais roucas e lúgubres, torna a ouvir-se o *Lacadouc.*[277]

Os gatos pingados marcham em chusma rumorosa, acotovelando-se, atropelando-se em roda da padiola, e transportando esta sempre aos ziguezagues, puxão para a frente, empurrão para a retaguarda,[278] um terceiro para a direita, um quarto para a esquerda. Risos, pragas, injúrias. Aquilo, por fim, transforma-se numa verdadeira luta de tracção, em que às vezes sucede trambulhar a cangalha com o esquife; este despenhar-se, e as duas metades vomitarem o cadáver, que tomba pesadamente nos braços de um ou de outro, ou vai estatelar-se, inteiriçado, no leito da estrada, entre o alarido da catraia. Algazarra, cantorias, pinotes. Concerta-se depois a padiola, acomoda-se o defunto no seu lugar e eis de novo a matula em marcha. O que nos escapa é o simbolismo desse rito macabro, que por certo nada tem de irreverente, dado o culto constante de que os timorenses cercam os antepassados. De vários maiorais que consultei, pretendem uns que ele signifique o combate entre a vida e a morte, ambas a solicitarem a humanidade em sentidos contrários, e a segunda a querer arrastar para a cova os próprios cangalheiros. São outros de opinião que todo aquele infernal banzé não tem outro fim que o de avisar os avoengos de que o defunto ali vai, pronto a fazer-lhes companhia, bem disposto, de excelente humor: rindo, cantando e bailando com a

---

A morte de um indígena correspondia sempre a um grande consumo de pólvora. Com a proibição das armas de fogo, substituíram-se os tiros por *panchães,* (pequenos, mas ruidosos cartuchos de pólvora), comprados nas lojas chinas e geralmente importados de Macau.

277 Há quatro espécies de canções funerárias: o *laebá* ou o *ho' ara,* que é entoada na câmara ardente por toda a família, tirando a viúva e os filhos; o *liurai molu,* que carece de um solista experimentado, e que se canta ao romper da manhã, no dia do enterro; e o *lacadouc,* que é a canção dos padioleiros do cadáver *no loiba,* elogia-se o defunto, cita-se Uru-Uato, fala-se da terra e do mar. É cantado em galoli pelos parentes, apartados em grupos por sucos, em cada grupo havendo um repentista que larga o mote, que os outros apanham e glosam a canção do *liurai molu* tem o seguinte estribilho: *Liurai molu – molo sai rau – hou liurai! Laca toditi – mano lo loi – soé tada nau.* O que quer dizer: «Perdeu-se o chefe. Foi-se o chefe embora. A sua alma transformou-se em pássaro. E, como pássaro, já está a cantar». O *lacadouc,* muitas vezes, é feito de palavras já arcaicas, de que só raríssimos entendem o significado. Mesmo o *liurai,* poucos o sabem cantar. A gente de Racolo, por exemplo, quando há funerais na sua aldeia, freta um homem de Uani-Uma, que se faz pagar com um cabrito.

278 A isto se chama fazer o *ta'hi.*

jovialidade e os talentos de que deu em vida sobejas provas.[279]

Como quer que seja, é assim que se faz o trajecto até ao cemitério ancestral, próximo ou remoto, onde repousam as carcaças dos pais e as ossadas dos avós, sob túmulos feitos de lajes soltas, amontoadas em altos quadriláteros.

No terreiro em frente, em guisa de troféus, grandes chifres de búfalos, espetados em estacas, figuram como certidões honrosas das exéquias que se consagraram à memória dos enterrados, imolando-se os quadrúpedes em festins onde se comeu à tripa forra.[280]

Já se encontra escancarada a vala[281] e pronta a corda de *gamute* que há-de servir para descer o esquife. Os cangalheiros põem a padiola sobre a terra, mas orientando-a de forma que os pés do cadáver fiquem voltados para o nascente, consoante determina o protocolo. É nessa disposição que ele ficará a jazer na cova. Um parente de eloquência mais desenxovalhada, avança, nessa altura, para junto do buraco, e faz o elogio histórico do falecido, regando-lhe a biografia de louvores,[282] acabando por requerer dos circunstantes, que manifestem ali, público e raso, e antes do cadáver ser coberto pela terra, quais os débitos que o extinto deixou por liquidar.[283] Respondem logo três ou quatro dos presentes, e cada um por sua vez, em voz alta e gestos abundantes, se alonga a narrar a crónica do calote que lhe diz respeito, invoca meia dúzia de testemunhas de vista e apela para a honestidade proverbial dos herdeiros. Há ainda um auxiliar de «langotim» que, de sobranceiro carregado e voz irada, proclama ter o morto ficado em divida para com ele, de uma espada no valor de dois búfalos, por motivo de barlaque. Adianta-se também um chefe de suco, já escaveirado e trémulo de velhice, que esboça reclamação idêntica pelo matrimónio de uma irmã. Interrompem-no logo, observando-lhe que não é azado o momento para se tratar de contratos daquela categoria.

– Há mais alguém que pretenda declarar dívidas que o defunto deixou de pagar? – perguntam os parentes, circunvagando a vista.

Todos se entreolham. Como que envergonhado, destaca-se da direita, num

---

279 Em Tiri-Lolo, por ex., esses empurrões obedecem a uma regra. Balança-se o caixão sete vezes – sete é o número sagrado dos timorenses – e de cada vez grita-se em uníssono, como quem puxa um barco para o vara douro – *A'. .. oh - A'..,* oh! -.- No fim, há o empurrão decisivo, em que cada grupo reivindica primazias de força, atirando com os parceiros ao chão.

280 Quando se fundou o posto de Baaguia e os habitantes dessa região foram retalhados entre os comandos de Baucau e Viqueque, a gente do outro lado teimava em atravessar a baliza para ir enterrar os mortos na banda das sedes dos seus sucos, apoliticamente cortados a meio. Era a força respeitável da tradição que a isso os determinava. Pois houve um sargento, chefe de Baaguia, que se tornou célebre por mandar desenterrar um desses cadáveres, alegando em nota para o seu comandante, que o defunto "não estava arrolado no seu posto".

281 Foi aberta pelos parentes. Tem geralmente a altura dum homem de pé.

282 Se o finado era chefe de categoria, o orador anuncia-lhe a morte, começando pela citação dos sucos das redondezas, feita em altos brados:- ó Maca-Dai, ó Tiri-Lolo, ó Boilé, ó Uani-Uma: ***rata Boilé*** (por exemplo) *ai umo* ! E o prólogo da perlenda.

283 Dívida não declarada naquela conjuntura, é dívida perdida.

repelão, outro homem de langotim, e, nervosamente, denuncia o último calote de que o morto é acusado. Este pediu-lhe cinco patacas e, hoje não, amanhã sim, sempre com desculpas de mau pagador, o devedor foi adiando, adiando, até que por fim passou-se para o outro mundo.

– Cá está a família para honrar-lhe a palavra! - retorque um dos membros da parentela.

No final, é um destes, de novo em tom oratório, quem desfia e comenta o rol das dívidas declaradas, assumindo em nome de todos, solenemente, o compromisso de não deixar mal a reputação do defunto. Estão os credores garantidos!...[284]

Entram os coveiros em função. Há dois: o *leo gauha* e o *ate-leo,* o coveiro-mor e o acólito. Tomam as medidas do esquife, comprimento e largura, com dois ramos esfolhados de coqueiro ou palapeira, que depois atam em cruz e conferem com as dimensões da vala. Saltam lá para dentro, alargam o coval com dois chuços ferrados, e quando voltam cá para cima, batem os contos dos paus um no outro, numa pancada seca, a esconjurar a morte.

Os panos que vieram entre a padiola e o caixão são sacudidos e estirados no fundo da sepultura: um pano timorense, uma ripa e um *Futu cábur.*[285] Novo chocar de ferros, para mais uma vez se afugentar a terrível inimiga. Arrancam em seguida um dos longos varais do *uniu semanate*[286] atravessam-no ao alto do buraco, passam-lhe a corda negra em duas voltas, como numa roldana, enfiam as pontas por debaixo do *umu jaga,* dois magotes de valentões erguem o varal, outros dois seguram as pontas do cabo, mas todos dando a direita à cova, e o esquife começa, então, a ranger, a oscilar, a balouçar-se, a deslocar-se para a abertura da cova. Posto a direito, é arriado, e vai descendo devagar até bater surdamente no fundo.[287]

---

[284] Muitas vezes esta cena tem lugar quando o caixão está já na cova, aguardando as pázadas de terra. Na área do posto de Vemassim, é o sacerdote, o *rai nai* (dono da terra), quem preside ao funeral, acabando por encomendar o morto aos antepassados. Invoca-os e diz: «Aí vai o vosso filho. Vigiem-no, amparem-no, tomem conta dele». Nessa altura, o sacerdote veste um traje idêntico ao dos *assuais,* com a lua de ouro ao peito e o pano de cor vermelha, que é a cor consagrada. Em Venilale, é o *leobu* (director do funeral, mestre de cerimónias fúnebres), também chamado *láir,* (homem idoso), por ser geralmente um velhote, quem no cemitério pronuncia uma espécie de reza, em qualquer dos idiomas falados na área daquele posto: uaimáa, macassai, midique ou nau eto.
Há povoações com túmulos e outras sem eles. É naquelas que os habitantes destas são enterrados. As primeiras são as povoações antigas, as povoações-mãe, de onde estas irradiaram.

[285] Se o morto era pobre, em vez dos panos, é uma esteira que se desdobra sob o caixão. E às vezes, em caso de extrema penúria, nem caixão há. Embrulha-se o defunto num pano, enchouriçado, e é assim que o enterram.

[286] A padiola com a sua grade, ou fica a apodrecer sobre a cova, ou é atirada para longe, para alguma ravina ou matagal de piteiras, junto do cemitério.

[287] Quando se trata de um cristão, a cova é aberta de modo a que o morto fique com os pés voltados para a cruz que existe no cemitério. Em Venilale, o cadáver fica na sepultura com a cabeça virada para a sua aldeia. Em Baucau, dizem que o defunto, "assim que se levantar, irá falar com o sol e a lua (Uru-Uato)",

Os homens vão gritando até sete: *U! loláe! lolito* ! *lima! daua! fito!* Pela última vez, o *leo ganha* e o coadjutor mergulham nas entranhas da terra, agora para desenvencilharem o cabo de gamute. Derradeiro e mais apressado cruzar de ferros, numa figa supersticiosa à morte traiçoeira. Todos os presentes se adiantam, colhem com as mãos um punhado de terra,[288] e arremessam-no ao caixão. Este ressoa como um tambor. Certos agora de que o defunto já não correrá atrás deles, os assistentes destroçam. [289] Os coveiros atulham a cova. Junto dela só fica um personagem - um *omrahe* - que foi o primeiro a chegar e é o último a partir. Trouxe ao ombro, pendurado numa vara, o saquitel de palha onde o morto guardava o seu tabaco, a cal, a areca e o tabaco para a masca. Enquanto o cadáver esteve depositado na câmara ardente, suspenderam essa espécie de bornal, da cabeceira do lantém que serviu de catafalco. Agora, depois de concluída a tarefa dos coveiros, será este homem quem o há-de esvaziar e deixar ficar sobre a sepultura.[290] Seria duro, realmente que o morto, na outra vida, se privasse do maior prazer que encontrou neste mundo!

Os irmãos aparecem mais tarde no cemitério, levando a panela *(buço),* o prato *(rau),* a colher *(sulo)* e o copo ou *charreta* de que ele se servia, partem-nos e espalham os cacos sobre a terra ainda fresca. Já ali figura uma laje que o coveiro aprumou, na altura da cabeça do enterrado,[291] laje anónima, sem inscrições, mas comemorativa, e à qual os parentes juntarão outras, fazendo monte.

Em Tiri Lolo, é costume ficarem nessa noite em casa do finado, os parentes que se incorporaram no funeral. No dia seguinte, quando rompe a estrela de alva, [292] saem todos em fila indiana, com o filho do morto à frente, sendo este portador de dois cocos e uma espada. Tomam banho num canal de rega, deitam na água uma das ripas ou um dos panos que usava o finado, o filho vai apanhar essas coisas mais adiante, e depois os cocos são cortados em pequenos fragmentos, que todos mastigam e poêm sobre a cabeça. Na volta, inverte-se a ordem do cortejo. O filho vem já na cauda. Marcham todos vagarosos, graves e esgaçados como foram. É de mau agouro que lhes passe de permeio, algum porco vadio, galinha tresmalhada ou cavalo à solta. O que segue na dianteira, penetra na habitação do extinto; faz um

---

288 Esta praxe é imprescindível, sobretudo para os que levaram o caixão. Os ricos deitam às vezes, com a terra, grãos de mutiçala e algum dinheiro.

289 Em Venilale, completa-se o esconjuro, passando-se um ramo de espinheiro pelas vestes das pessoas que foram ao cemitério, a fim de lhes "tirar as almas" que possam ficar coladas a elas como ventosas.. Naquela parte da circunscrição, a família acompanha o cadáver até à última morada, mas não pode voltar a casa antes do por do sol, e também lhe é defeso atirar terra ao caixão.

290 É suspendendo-os numa espada que, em Verrilale, o *omarahe* transporta aqueles artigos. Despeja-os de ambos os lados do caixão, antes deste descer. Quando a cova está cheia de terra, deita-lhe por cima, na altura da cabeça, mais cal, areca e tabaco, e coloca depois a pedra respectiva.

291 *Uato dula,* chamam-lhe em Venilale.

292 Das estrelas servem-se também os timorenses para se orientarem; ou no mar, quando pescam, ou quando se encontram em terras desconhecidas.

brasido de folhas de limoeiro e capim seco, e então, todos os outros avançam, atravessam a palhota e desmancham o fogo com os pés. Está terminada a purificação, feita com os dois elementos da natureza: a água e o fogo.

IV – AS EXÉQUIAS

Curioso é que as comemorações do extinto dependam do tipo arquitectónico da casa que habitava. Se esta era de forma vulgar, há só um estilo a celebrar-se: o *mo' e Dur*. Se tem aspecto afidalgado, se é uma construção das que se designam por laca-soro e *mani-meta,* nesse caso é forçoso realizar-se, não só o *mo'e dur,* mas o *títi* e o *alemã coruná.*

Laca-soro são as casas que não assentam directamente no terreno, nem têm baque de pedra solta ou de alvenaria, mas que se levantam acima do chão vinte ou trinta centímetros. Não confundir com as casas típicas da montanha, suspensas sobre altos prumos *(sá' e),* como habitações lacustres. Essas, abaixo do próprio corpo da casa, *(orna gui amo bere),* cujo pavimento *(cal),* se ergue a cerca de três metros do solo, apresentam um tabuleiro *(bata),* que é defeso dar aquelas. *Mani-meta,* são os edifícios cujo pau de fileira se ornamenta, como o das casas sagradas, com pontas de búfalo, conchas marinhas e paus trabalhados em forma de pássaros. O direito de possuir construções desses dois formatos constitui uma espécie de morgadio, uma herança indivisa, e daí o seu número não aumentar com o transcorrer do tempo. Assim, à roda de Baucau, no suco de Bucoli, contam-se três casas do género *laca-sôro* e uma em cada um dos seguintes sucos: Bahu, Boilé, Buru-Uma, Cai-Bada, Maca-Dai e Loi-Dua. Em Uani-Uma não há. E não há também em Tiri-Lolo, mas por motivo diferente. É tradição que em Tiri-Lolo havia outrora um *laca-sôro.* Mas numa guerra que esse suco travou, em idades remotas, com Hare Loi Duro, Tequenamata e Lavatere, o inimigo queimou-lhe a casa, matou-lhe o chefe, e foi esconder-lhe o cadáver num matagal de piteiras, em sítio que ainda hoje é um mistério. Enquanto não desencantar as ossadas desaparecidas do seu chefe, não pode Tiri-Lolo reconstruir o *laca-sôro.*

Ora, dos três estilos funerários a que atrás se fez referência, o primeiro, na ordem cronológica, é o *titi.* E é também o de menos aparato. Sete dias depois do enterro, ao romper da alva, reúnem-se no terreiro da casa faluno, sete mulheres com tamboris *(tiba),* um homem com o grande tambor destinado aos estilos,[293] e outro com um gongo de cobre (*dadili*). As mulheres formam roda, e sete vezes rodopiam com passos miúdos, em torno dos homens, tangendo os seus tamboris, enquanto eles martelam furiosamente o *títi* e o gongo. Antes de recolherem a penantes, atiram pedras ao *títi.* E é tudo. Está consumado o *afa má ti ti gata liana.*[294] A viúva e os filhos não podem associar-se a este rito, durante o qual

---

[293] Feito com uma pele esticada sobre uma cavidade escavada num tronco. A esse pesado tambor, que assenta no chão como uma coluna, é que se chama o *títi.*

[294] *Afa,* pedra; *má,* atirar; *gata,* tocar; *liana,* arremessar.

ninguém fala.[295]

O *alená-coruná*,[296] é hábito realizá-lo dois ou três anos depois da morte e também junto da casa sagrada. Convocam-se de novo alguns parentes, os *ommrahe* trazem um porco avermelhado, inteiro e sem marca; os *tufumata* oferecem um búfalo branco nas mesmas condições. A carne dos animais é cozinhada em panelões separados. Antes de se iniciar o banquete, arranjam-se sete cascas de coco, partem-se estas ao meio, metem-se dentro, retalhados, a língua, o fígado e o coração de cada um dos bichos. O fígado é examinado, suscitando vaticínios. As cascas são depois esvaziadas, espalhando-se o conteúdo, como quem semeia a lanço, por todo o chão da casa do falecido. No festim que se segue, os *omarahe* só podem comer carne de búfalo e os *tufumata,* carne de porco.

O *móe dur,* estilo dos antepassados, feito ao ar livre, na povoação dos avós do defunto, é o mais complicado e exige a intervenção do sacerdote gentílico, o Ira *benu ai hóri gauhá.*[297] Os *tufumata* não colaboram neste estilo. Cada *omarahe* deve comparecer munido de panos, cachos de cocos, de arecas e de bananas, mas completos, com ramos, folhas e frutos; canas de açúcar com as respectivas socas; galhos de betel ; e quatro hastes de um bambu bravo *(mahéri),* Com esses bambus e só com eles, arma-se um leito, deixando os prumos dos cantos, mais altos para serem ligados por fora, com os referidos panos, que servem assim de anteparo. Em cada ângulo colocam-se as ofertas agrícolas dos *omarahe.* Uma esteira, um pano e folhas de bananeira por cima, fazem de colchão. Sobre este é que se dispõem todos os *faluno* das casas sagradas dos arredores: espadas, azagaias, luas de ouro e cordões de mutiçala. Sete luas de cera são postas junto desses objectos. Cada casa sagrada tem um porco arruivado, um búfalo branco, um carneiro e um galo amarelo, de orelhas e rabos inteiros [298] e trazem-nos todos.

Aparece, então, os *Ira benu.* Sobe uma pequena escada de sete degraus, improvisada também com *maheri,* e olhando ao alto, em tocas as direcções, invoca os antepassados do falecido: o avô, o bisavô, o trisavô, o quadrisavô e até o quintavô. Toda a árvore genealógica é chamada a terreiro:

Assi dada, ássi nânu, assi núqui, assi sode assi mo'e!

Em seguida, dá-lhes parte de que a família do morto realizou para com este todos os deveres tradicionais, todas as cerimónias milenárias.

---

295 No mesmo dia, acendem-se velas *(bacia feine)* dentro de casa, durante algumas horas, e deita-se fora o lantém em que dormia o morto.

296 *Ale,* metade da casca de coco, caneca indígena, «charreta», em português de Timor; *ná,* levantar; *eoruná,* o mesmo que *alaná.*

297 É o padre da gente Macassai, e corresponde ao *dato lúlic, dato leIo* ou *nat lulic,* ao chefe sagrado dos do centro da ilha, dos que falam tétum. *Ira (água*); *benu* (cheia); *aihori* (folha de betel); *gauhá* (dono). É ele o *dono* das folhas rituais do betel e o que tem o condão de obrigar o céu a desentranhar-se em chuva, quando as sementeiras estão em risco de perder-se. Hábitos talares, veste especial, jóias características, não usa nenhum.

298 Estes animais podem ficar até aos estilos, no curral do "dono" da *uma faluno,* longe desta, mas a ela pertencendo. Quando são sacrificados no *mo'e dur,* toda a povoação contribui para os substituir.

– *Du hai gaba, ama hai gaba, umu hai gaba, sôbu hai goba.* [299]

Tudo se fez para honrar e enterrar o defunto, e mesmo para lhe dar de comer as sete refeições da praxe.

Depois, o *ira benu* procura enternecer os avós, declarando que a família deles vegeta na terra, enferma e abandona-a, faminta e pobre, sem armas e sem alimentos:

– *É hani, ici uli nocorau, ici âmu nocorau; teli gau boli, reça gau boli ; mil leça, nâmi leça, si leça, la´e leça ; túfur gau leça, nâmi gau leça.* [300]

Porque se encontram nesse estado de miséria deplorável, é que se vêem forçados a sacrificar os animais das casas sagradas:

– *U' ere gau, bai imir hai u'é, arebau imir hai u' é, assa imir hai u'é, bibi imir hai u'é, boe dúu hai u'é, aihori hai úé.* [301]

Por último, convidam-se todos os ascendentes para que se dignem partilhar do grande repasto que lhes é consagrado, e que venham dar aos vivos a honra de mascar com ele:

– *Mau dó tia, mau dó falini* !

Passa-se toda a noite, às vezes cinco e seis, à espera

que o *Ira benu* seja atendido, e os avoengos se resolvam a participar do ágape da família.

Até que já quando toda a assembleia está esgotada de fadiga e bêbeda de sono e de tuaca, um clarão faísca no escuro, e o *Ira benu,* excitado, desata a clamar:

– *Mo' e hai mau, mo' e hai mau!*

Acordam todos em sobressalto. Com gestos de iluminado, o sacerdote garante ter visto cair e desfazer-se sobre o lantém dos *faluno,* uma estrela verdadeira, uma estrela candente, de um brilho deslumbrante!.

Ninguém se atreve a duvidar. Um dos assistentes ergue-se logo a acender as sete velas. Os restantes, de facalhão em punho, avançam sobre os animais que dormem ali perto, e dão cabo deles, abatendo-os e esquartejando-os, numa fúria selvagem e numa orgia de sangue.

Depois, vão-se procurar no lantém, os vestígios que deixou o quinto avô, o *mó'e,* ao cair lá dentro. Geralmente, são pelos de búfalo, unhas que parecem de criança e gotas de cacimba. Nestas ensopam-se pedaços de algodão nativo, molham-se anéis e outras jóias, que ficam depois tidas e havidas como coisas sacro santas. Os pelos e as unhas guardam-se também como preciosas relíquias, dentro de estojos de bambu. Uns e outros passam a ser designados igualmente por mo'

---

299 *Du,* casa; *oma,* idem; *sôbu,* são os jantares dedicados ao morto. Vide pág. 143.

300 *É hani,* agora; *ici uli,* a nossa pele; *ici amu,* o nosso corpo; *teli,* milho; *reça,* néli (arroz com casca); *gau boli,* esfomeado; *leça,* não temos; *nil,* fêmea; *nâmi,* macho; *si,* espada; *la' e,* azagaia; *túfur,* ,mulher; *nâmi,* varão. *La'e* é a azagaia de luxo, a azagaia de bar laque; *oro,* a azagaia ordinária, com que se matam porcos, búfalos ou gente.

301 *U'ere gau,* mas agora; *bai,* porco; *hai u'é,* já temos; *bibi,* carneiro ou cabrito *(bibi feno ou bibi mala.); imir,* encarnado ou ruivo; *boe,* areca; *du'ú,* fresca; *aihori,* folha de bétel. Mau, vem; *dó,* para; *tia,* mascar; *falini,* colocar uma bola de tabaco na boca, a saboreá-la. É um dos prazeres do indígena e é com isso que muitos deformam a boca.

é.[302]

No dia seguinte, remata-se o estilo com o fi nihai u'aru,[303] espécie de banho purificador. Prepara-se uma represa num cano de várzea, atiram-se para dentro os paus (sucurate), que serviram para assar as postas de carne devoradas no banquete, deitam-se-lhes as folhas sobre as quais estas foram cortadas, e é nessas águas, assim tornadas bentas, que imergem os homens e as mulheres que tomaram parte no estilo.[304]

Há ainda um quarto estilo: o estilo do enterro do travesseiro, *ua dae taruno* ou *bite cai nali,* mas este não é mais que um pretexto para convocar os parentes e conseguir as trocas das ofertas, se o morto foi sepultado nas condições normais do nosso tempo, sem demoras que permitissem reunir a família. Nesse caso, que é afinal o mais generalizado, o travesseiro *(ua dae* ou *cai nali)*[305], ou mesmo a esteira *(bite)* do falecido, pendura-se da parede do quarto sobre o lantém em que dormia, e ali fica como que a representar o morto. Esperam-se alguns meses, às vezes, dez e vinte anos, e quando a viúva e os irmãos do finado já mobilizaram e pilaram o arroz suficiente para assegurarem a hospedagem da parentela,[306] marcam a data do estilo e acendem velas junto do símbolo.

Quer, porém, a chamada dos parentes se faça com o defunto ainda por inumar, ou com ele figurado pelos objectos de que em vida se serviu para dormir o sono dos justos, numa hipótese ou noutra, só os parentes mandados avisar pelos autores do estilo é que comparecem na cerimónia. Se os autores são pobres, não convidam a família toda. Se são ricos e podem arcar com as despesas de fornecer tecto e comedorias a todos os *tufumata,* nesse caso não restringem as convocações e procuram organizar o festim por sua conta, sem pedir auxilio, em panos, géneros e gado, aos outros *omarahe,* a não ser, o que é obrigatório, aos tios maternos. Recebem e trocam, eles sós, todos os presentes dos *tufumata.*

Se, porém, apelam para os *omarahe* restantes, cada um destes é forçado a concorrer, pelo menos, com um cesto grande de néli *(reça dofe),* um porco, um pano de homem e um de mulher. Dos *tufumataa,* podem os autores do estilo exigir quantos cavalos, búfalos ou armas lhes apeteçam, na certeza de que terão de

---

302 Primeiramente, o sacerdote mete os pelos e as unhas num vaso cheio de água e com esta borrifa todos os presentes.

303 *Fi,* nós; *ni,* próprios ; *u'aru,* lavar o corpo; *hai,* já.

304 As dádivas do céu, interpreta-as o *Ira benu:* fartura nas colheitas, a família que aumentará, o gado que vai multiplicar-se. O chefe de Guruçá, Duarte Leão Cabreira, afirma ter recebido um grão de ouro num desses estilos. O de Bucoli, Reis Costa, declarou-me ter realizado uma dessas cerimónias em 1923, mas só viu o lantém orvalhado de cacimba. Explicou-lhe o sacerdote que a casa deles, Reis Costa, restava em desordem, por descurar os seus deveres para com os avôs.

305 «Chumaço», em português de Timor. A este estilo também se chama *dahe* (cabeça), *asa* (cabelo), fau (enterro).

306 O mínimo que exige a praxe, são 100 cestos pequenos *(retí ana).*

retribuir, equivalentemente, em arroz, panos e porcos.[307] Ou então, recompensá-los em parte, e prometer indemnizá-los do resto, dentro dum certo prazo. Nessas promessas e nesses prazos é que se desenvolve uma luta de espertezas, cada qual a procurar ganhar com a ingenuidade do contrário.

No estilo do *ua dae,* quando os parentes já estão reunidos, começa o cântico do *laebá,* a queima dos panchões e a carpideira angustiosa - tal como se o defunto houvesse morrido nesse dia.

Na véspera do estilo, matam-se búfalos[308] para dar de comer aos hóspedes, e no outro dia o programa é organizado com números de sensação: de madrugada, canto do *liurai molu,* cheio de invocações aos pais e aos avós do finado; depois, abertura da cova; em seguida, permuta das ofertas; finalmente, o enterro *(taruno)* do travesseiro. A cova é feita na própria povoação e quem procede à cerimónia são os sete parentes que cooperaram no rito do *data sobu.*[309]

*

O *data sobu*[310] consiste numa série de sete jantares e um almoço, que sete membros da família, todos varões, todos *omarahe,* dedicam ao falecido. O almoço tem lugar no dia do enterro, de madrugada. Os jantares, nas noites antecedentes. Se a autoridade permite que o cadáver fique algumas semanas insepulto, o *data sobu* executa-se antes do funeral. Caso contrário, na altura do estilo do *uá dae.*

No *data sobu,* o extinto é também representado pelo travesseiro no qual em vida apoiava a cabeça. Sobre o lantém da *data oma,* casa que há para esse fim em todas as aldeias indígenas, põem-se oito pratos e *oito* colheres, estas de casca de coco. Vêm os sete vivos e acocoram-se no lantém.

Um deles, o mais velho *(data gauhá),* ou o próprio *Ira benu,* rege o cerimonial. Todos os comensais lhe imitam os gestos. Começa ele por empunhar o *tau-coru* de água.

Antes de a beber, sete vezes anuncia:

– *Muru rafa hou!* Vamos lavar a boca!

E todos, em coro, sete vezes, como um eco:

– Hum!

Segue-se o jantar, que é composto de carne e arroz e cozinhado por uma mulher, a quem é defesa utilizar-se dessa comida. Cada uma das partes da refeição, antes de encetada, é precedida pelos sete avisas do presidente. Vem o *Náua afa hou!* (comer); o Ira *náua afa hou!* (beber água),[311] outra vez o *Muru rafa hou!*; no

---

307 Essas exigências variam também conforme o número dos estilos funerários a que o convidado se escusou de aparecer. A troca das dádivas é arbitrada por uma mulher velha. Às vezes, os *tufumata* são intimados a fornecer um total de vinte e trinta búfalos, todos para matar na cerimónia. Passam-se dias e dias a dar às mandíbulas. Enquanto houver carne, ninguém arreda pé. Os chefes associam-se, mas só quando a festa promete ser rija.

308 Se a família é muito pobre, contenta-se em matar carneiros e porcos.

309 O *uae dae taruno* é, mais tarde, seguido pelo mo*'e dur.*

310 *Data,* quer dizer cerimónia; *sobu,* falar. *Data sobu* é a cerimónia de falar com o morto.

311 Verdadeiramente, é enxaguar a boca, depois do que se soltam e despejam a água sobre o chão de terra batida.

fim, o *Tia ata hou!* (mascar) e o *Mudu afa hou* ! (fumar).[312] E os outros a responderem sempre com os sete roncos da praxe: *Hum* !...

O anfitrião ou o *Ira benu* toma, nessa altura, o arroz do prato do morto, amassa-o entre os dedos, faz sete bolas, e deita-as para debaixo do lantém. Termina o estranho ágape com uma saraivada de pragas arrepiantes, silvadas numa voz estontórea:

– *Hou, Uato Lequi!* (Se é este o nome do morto). *Nairé ai gau bora, nairé au gau leco? Ai úmu guini, ai mmúlu guini* ? *Será má mimi u'ara, nimi leu!* Quem te odiou, quem te matou, chama-o, tu, e leva-o contigo! [313]

– *La' a dó ai gau meti guini, ai gau ma sei!* Que vá pescar para ti, que vá extrair tuaca para ti! [314]

– *Laco gana gafu sei, ba' a gana gafu sei, má missa safadae gana gafu taur; ate missa, ate mi der!*[315] Quando estiver a pescar na restinga que esta se quebre e desfaça, para que se afogue; quando subir ao aquediro que a escada de folhas se arrebente e ele caia do alto da árvore! [316]

É depois deste conjunto de estilos mais ou menos bárbaros, mas todos pitorescos e expressivos da alma indígena, que o morto morre definitivamente, deixando de ser motivo de preocupações e de ruína para a parentela que lhe sobrevive.

V – A HERANÇA

Guloso de rabulices, tendo a volúpia das querelas e das chicanas, estando sempre pronto a despejar os seus litígios nas salas das Administrações, e não se ralando coisa alguma em gastar dias e até meses, perdendo tempo à coca da final sentença da autoridade - não se pode dizer, todavia, que o timorense se mostre atreito a disposições testamentárias, nem formuladas por escrito, nem expressas de viva voz. O indígena não faz testamentos. Nem deles precisa, pois o direito consuetudinário, em matéria de heranças, é de facto, tudo quanto há de mais claro, lógico e expedito, e raro surgem complicações que exijam a intervenção do administrador. No longo período em que exerci tal cargo e, implicitamente, desempenhei o papel de juiz territorial, algumas demandas de partilhas tive, é certo, de arbitrar e julgar, mas a dialéctica de quem as suscitava era tão

---

312 Se o indígena não tem posses para comprar mortalhas num estanco china, faz como os timorenses de antanho: enrola o tabaco da sua horta, numa folha de maçaroca de milho ou de bananeira.

313 *Nairé,* quem; *bora* e l*eco,* odiar; *úmu guini* ou *mulu guini,* matar; *será,* mas; *sera ma nimi,* levar consigo; *u'ar* e *leu,* chamar; *nimi leu,* chamar para que vá atrás de quem chama.

314 *Taur* e *mi der,* cair; *até, á*rvore; *meti guini,* pescar; *ma sei* tirar tuaca do aquediro,

315 *Leco,* banco das restingas de coral, tão numerosas na costa de Timor e sobre os quais os indígenas pescam à tarrafa, de dia e de noite, (de noite, com archotes); *gana,* quebrar-se; *gafu sei,* desfazer-se; *má,* se; *missa,* subir; *safadae,* escada formada com anéis de folhas de

316 aquediro, amarradas ao longo do tronco deste e das quais o indígena se serve para trepar. O *data sobu* faz-se, entre outros pontos, no Séçal, em Berecoli e em Baucau.

inconsistente à luz crua da velha jurisprudência timorenses, que nunca me foi difícil tomar partido, dando razão a quem a tinha.

Engulhos e embaraços, só se me antepararam uma vez, e foi quando me surgiu o testamento de um maioral indígena,[317] fenómeno esporádico, perfeitamente aberrativo entre timorenses, e que, por azar - tanto para mim, como para os herdeiros - se me apresentou celebrado com todos os sacramentos da remota legislação judicial da Metrópole. Não lhe faltava nada. Lá estava o fatídico papel selado, as estampilhas do fisco, a terminologia arcaica dos formulários, as sádicas garatujas do notário encartado de Dili, e nem a ignorância ou a distracção do testador salvara o hediondo e desbotado documento de ser canonicamente registado nos solenes cartapácios da Administração. Dois dias inteiros, lá desbaratei eu, sob a temperatura esgazeada de Vemassim – 32° C à sombra - a revolver toda a cacaria do defunto, a espanejar-lhe as camisas, os lenços, as jóias, as cuecas e o resto do tesouro e do bragal, a inventariar as palhotas, os rebanhos, a baixela e as próprias imagens da sua capela particular. Consumiram-se litros de tinta, o escrivão - coitado - fartou-se de escorrer em suor e de desunhar-se em prosa, a alinhar as frases campanudas da gíria burocrática e a pôr em marcha infindos e maciços esquadrões de cifras, sujando e estragando resmas compactas de bom almaço. Passou-se uma semana em que se trabalhou como mouros, e foi só ao termo de numerosas e prolixas vistorias, rebuscas, mensurações, avaliações, depoimentos, acareações e um ror de assinaturas despejadas através do volumoso processo,[318] que o medonho calhamaço pôde, enfim, seguir para Dili, consignado

---

317 Era o coronel regente de Vemassim, D. Tomás da Costa Soares, rotunda, inteligente e simpática figura de chefe-timor, a transbordar de franqueza espontânea e de exuberante alegria de viver. Sempre risonho e amigo do Europeu, caprichava em observar à risca as normas hospitaleiras dos velhos régulos, e não havia cabo ou sargento branco que lhe passasse à porta, que ele não forçasse a descansar na sua varanda, ou a tomar um cálice de Porto, do "Ferreirinha N.º 5", que os maiorais indígenas apreciam quase tanto como o conhaque "Âncora três estrelas". Faleceu dois meses depois da minha posse de Administrador. Prestara bons serviços à soberania portuguesa durante a guerra de 1912; e, ao morrer, bem mereceu a bandeira nacional que mandei pôr a meia haste na Administração e nos postos - e com a qual fiz cobrir o seu esquife, como usei, depois, com todos os oficiais de 2ª linha, em cujo enterro me incorporava.
Com D. Tomás Soares, acabou o antigo reino de Vemassim, pois não teve sucessor reconhecido pelo Governo, nem os indígenas, modificados já por uma nova atmosfera política, às vezes excessivamente demolidora, esboçaram, sequer, o desejo de eleger quem o substituísse.

318 Sucedeu ainda, por ocasião desse inventário, que os filhos apareceram a declarar ter o pai escondido a maior parte das suas jóias, enterrando-as sob o pavimento térreo de alguma das casas onde ele habitava e, com ele, várias famílias agrupadas à laia de corte. Vieram pás e picaretas e escavaram-se todos os locais suspeitos, mas as jóias continuaram encantadas. É, de resto, pecha velha dos chefes timorenses ocultarem os seus tesouros, e já o mesmo sucedera com o pai de D. Paulo, régulo actual de Ossuroa, de cujas pedras preciosas e sacos de moedas, nunca se descobriu o paradeiro.

ao meritíssimo juiz da comarca. Foi geral a satisfação! Respirei eu, respiraram os funcionários, respiraram os herdeiros, pois todos nós nos julgámos libertos para sempre daquele terrível pesadelo. "Engano de alma ledo e cego, que a fortuna não deixa durar muito". Maio, auto-franqueia os umbrais do juízo da capital, começa para ele uma longa e movimentada odisseia e, em tais bolandas andou o malfadado - rolo vem, rolo vai, de Díli para Batucar, e de Baucau para Dili -, que decorridos uns viscosos e arrasantes cinco anos, já os herdeiros haviam sido vitimados com grossas maquias requeridas pela solércia dos causídicos, já se encontravam ralados de decepções, exaustos de andanças e massacrados de interrogatórios – já davam ao diabo a horrível cardada – mas estavam ainda muito longe de fazer uma ideia, por mais pálida que fosse, dos bens que caberiam a cada um - quando, talvez ao som da trombeta de Josafát, baixasse o pano sobre o último acto daquele drama arrepiador!...[319]

Mas fosse o caso resolvido pelas velhas normas do direito indígena, e outro galo lhes cantaria!... À sombra delas tudo se torna simples, tudo é taxativo e de uma rapidez fulminante. Morre um timorense, seja ele quem for, e de duas uma: ou a viúva lhe sobrevive, ou nessa altura, já o precedeu no cemitério. Na segunda hipótese, dado não existam quaisquer órfãos, é ao irmão do falecido que cabe, não só o usufruto, mas a propriedade da herança. Mas, havendo prole, ao irmão pertence apenas a tutoria, se porventura os filhos ainda não tiverem idade para se governarem por si próprios. Logo que um deles se emancipe - barlaqueando ou começando a pagar imposto - passa o emancipado a ser o detentor dos bens paternos. E, quando toda a filharada se mostra já capaz de gerir as fracções em que seja partilhável a fortuna herdada, então, é esta dividida equitativamente, na altura em que algum dos rapazes contraia casamento.[320] Distribuem-se, nessa ocasião, as várzeas de arroz, as hortas de milho.[321] A nenhum pai é lícito alienar várzeas, pois estas, muito especialmente, representam um direito dos filhos, os coqueiros, as arequeiras, os cafezeiros, as castanheiras e outras árvores de fruto, assim como os reduzidos tarecos deixados pela paternidade: cestos, panelas, teares, e uma ou outra almofada, banco, pilão, mesa ou cadeira, que façam parte do recheio da casa

---

D. Tomás casara pela igreja com uma D. Mafalda, e separara-se dela, mais tarde, para se barlaquear com uma D. Maria Freitas. Pelos costumes indígenas, ambas eram tratadas por "rainhas" e ambas tinham iguais direitos à herança, assim como os três filhos desta e os dois daquela. Estes, já homens feitos, tinham sido educados e vestiam à europeia, e um deles fizera os seus estudos em Macau.

319 O facto, vulgar na morosidade do juízo da comarca de Díli, deve atribuir-se, em parte, ao carácter teórico dos juízes de carreira, nomeados para Timor. Durante prazos que quase se eternizam, substituem-nos, ordinária e incompetentemente, como é natural, ou médicos, ou oficiais do Exército que tenham moradia na cidade. Os advogados e os notários são também provisionais: segundos oficiais indianos, de qualquer repartição, e sargentos em situação de reforma, ou com baixa de serviço.

320 Os filhos adoptivos só herdam quando não há herdeiros legítimos.

321 A nenhum pai é lícito alienar várzeas, pois estas, muito especialmente, representam um direito dos filhos.

familiar. Há, porém, uma parte da herança que continua sempre indivisa. Constitui um fundo comum, administrado pelo irmão mais velho, e do qual, mediante a anuência e o conselho deste, se vão extraindo os valores com que cada membro da família precisa satisfazer imperiosos encargos de barlaques, funerais ou estilos mortuários. As jóias, as espadas e as reses do casal fazem parte integrante desse fundo comum - sempre indiviso, constantemente desfalcado, mas sucessivamente recomposto e equilibrado -, por meio dos tributos familiares, com os quais os *tujumata* da irmandade contribuem obrigatoriamente, em circunstâncias análogas, esponsalícias ou necrológicas. De onde se conclui que a organização da família timorense é um modelo perfeito de bom senso prático e regido, afinal, por atilados principios orçamentais.

As filhas, essas, nunca se podem arrogar de quaisquer direitos à partilha da herança, pois, a sua situação jurídica é de uma inferioridade tão flagrante e decisiva, que nem mesmo para elas chegam a reverter as importâncias, escassas ou volumosas, que reclamem em caso de ultraje sobre elas cometido pelos maridos ou por estranhos. Receitas granjeadas por mulheres são logo sugadas e entesouradas pelas mãos aduncas dos pais, ou irmãos respectivos.

Excepção a esta regra, só a admitem os timorenses, na hipótese, nada frequente, de ter uma mulher barlaqueado com algum pobre diabo, que, por degenerescência ou invalidez, seja incapaz de amanhar a sua vida, rematado pelintra que não possua, nem sequer prometa, causa nenhuma para satisfazer o *tujurai gui bzwa,* e os sogros hajam aceite, nessas condições terminantes e vergonhosas, como um servo gratuito e voluntário adquirido para o casal.[322] Em tão degradante situação, o marido passa a ser classificado como *mata assucai*[323], e é assim que a esposa se nivela com os seus próprios irmãos, igualando-se a eles, tanto nos direitos, como nas obrigações.

Fora dessa conjuntura, aliás como disse, muito especial, o rigor com que as mulheres, solteiras ou casadas, velhas ou novas, são postas à margem das heranças, toma um carácter rígido e sistemático. A ponto de, se numa família desaparece o pai e a mãe, deixando apenas filhos fêmeas, toda a propriedade reverte para os tios ou, por morte destes, para os primos, mas nunca para elas.[324]

Supondo, porém, que morreu o cabeça de casal sem levar a mulher adiante,[325] é obrigação da viúva barlaquear-se com um dos cunhados, de preferência o mais idoso, para garantir a este a sucessão na propriedade, ou as atribuições da tutoria, que lhe confere a tenaz prudência dos usos e costumes regionais. Das segundas núpcias com esse parente, só se livra a viúva, no caso de já não restar cunhado algum, ou de nenhum destes a querer, alegando doença pegajosa ou incurável,

---

322 É o levirato, o casamento por servidão, como se observa noutros povos primitivos.

323 *Mata,* filho ou criança; *assucai,* homem.

324 Escusado será dizer que, estando o pai vivo e morrendo a mãe, não há partilhas.

325 Se o homem enviúva, deve casar com uma cunhada, mas é forçoso pagar os dois barlaques, e nada recebe dos bens da defunta, se ela, muito excepcionalmente, era proprietária de qualquer causa.

insofrida libertinagem, ou absoluta e comprovada incompatibilidade de feitios.[326] Será ela, então, a detentora dos bens do defunto, honrando-lhe as dívidas e usando de todos os direitos sucessoriais, enquanto a caquexia não entrar a miná-la, ou não casar fora do grupo dos cunhados, porque, em tais circunstâncias, será um destes quem se apossará da fortuna e da prole que deixou o extinto. A não ser que, ao menos, um dos filhos tenha atingido a emancipação; nessa alternativa, é a este que compete interpor-se e evocar a si as faculdades de chefe do casal. Se o padrasto é estranho à família, procede o filho como se a mãe realmente houvesse desaparecido do número dos vivos, pois desintegrou-se da comunidade familiar em que estava enquadrada. Mas, se o motivo da interdição consiste, apenas, na invalidez materna, é ele quem assume o encargo de prover ao sustento da velhota, cabendo à nora, por seu turno, assegurar-lhe a vestimenta, tecendo panos para ela, assim como, fornecer-lhe, pontualmente, o betel e a areca quotidiana, indispensáveis a um vício hereditário que o berço dá e só a tumba leva.

É nas condições referidas que a víúva pode ser a herdeira do marido e, até, quando rainha, a sucessora na chefia efectiva do reino. Lembrando papéis antigos que tive ocasião de folhear em Timor, citarei, entre outros exemplos típicos desse curioso costume, D. Rita, rainha que foi de Manatuto e veio a falecer em 1895; D. lzabel Guterres, «coronel raínha de Venilale, eleita pelo povo em 20 de Agosto de 1874; D. Maria Freitas Guterres, aclamada "coronel regente" em 1887 e rainha em 26 de Setembro de 1891; e D. Úrsula, também Guterres, eleita "coronel regente" do mesmo reino, em 16 de Setembro de 1896.[327]

Outros nomes de soberanas timorenses poderia eu juntar a essas, mesmo sem recordar a rainha de Mena,[328] que foi quem abriu a ilha de Timor aos portugueses dos Descobrimentos, e a famigerada rainha de Cavá, irmã do rebelde D. Pires, de Laleia, destronados ambos peio Governador Celestino da Silva.[329]

---

326 Uma vez única encontrei uma viúva, mulher que residia no suco de Lacu-Lihu (Mate Biam), e que me abordou num recenseamento, querendo, a todo o pano, ser colectada para pagamento de imposto, a fim de o seu nome e os seus bens figurarem à parte nos cadernos do arrolamento, e não englobados sob a responsabilidade de qualquer parente varão, como sucedia até aí. A lei facultava-lhe o direito de pagar imposto e, até mesmo, em princípio, a isso a obrigava como cabeça de casal. Na prática, devido à raridade de tais situações, o imposto só recai sobre os homens.

327 Todos os régulos desse tempo eram designados oficialmente por *dom*. Nas notas de serviço, tinham o tratamento de V. Ex.ª, e quando iam a Dili, os governadores convidavam-nos para jantar. Compareciam de casaca e chapéu alto; durante o repasto tocava a charanga indiana da guarnição e soava um tiro de peça, como homenagem à sua alta categoria.

328 Mena era um poderoso reino, cuja sede ficava à beira da ribeira do mesmo nome, à ilharga direita de Oe-Kussi (a 5 km da fronteira deste nosso enclave) e em território que agora pertence aos Holandeses.

329 D. Pires foi preso pelo próprio governador, por ocasião de um jantar que lhe deu a bordo do *Dili*, surto em Laleia, evitando, assim, a insurreição que ele projectava com outros maiorais. Encarcerado no presídio de Aipelo, aí veio a morrer, tendo, ao que se

Para se fazer uma ideia do recheio da casa e dos outros bens móveis de um notável timorense, transcreve-se, a seguir, a relação do espólio deixado por D. António Guterres, rei de Venilale, falecido em 1920.

1) *Dinheiro e jóias*: 373 florins e 4 libras; 1 penacho de prata, 2 crescentes de ouro para cabeça, 3 pentes com incrustações de ouro; 12 pares de brincos e 6 cravos, também para orelhas, todos em ouro; 7 pares de brincos em prata dourada; 1 "lua" de ouro feita de libras, e 21 de ouro nativo de Timor; 18 cordões de mutiçala; 4 correntes de ouro, sendo uma corrente com medalhas religiosas; 2 colares de ouro: um com crucifixo e outro com grãos de mutiçala; 1 colar de coral fino; 2 manilhas de ouro; 7 pulseiras de ouro, 11 de marfim, 16 de prata, sendo 15 *batarcaim*; 4 pregos de ouro, 12 bolas de prata dourada, para cabaia; 1 cinta de ouro e 1 de prata dourada;

2) *Armaria*: 9 espadas Macassar, de aço, e 33 ordinárias; chicotes com encastoados em ouro e 1 encastoado em prata; 1 parão e 1 kriss.

3) *Vestuário*: 1 cinta de seda, 8 cabaias de chita, cambátiques, 3 ripas ordinárias e 2 de seda; 2 panos de homem e 2 vermelhos; 5 panos de mulher, 1 manta de abafo, 5 lenços, 1 véu, 1 camisa e 1 corpete; 1 par de ceroulas e 1 de meias de mulher; e 3 chinelas de mulher.

4) *Utensílios*: 2 garrafões de vidro; 1 taça de champanhe; 23 cálices; 12 copos e 3 bandejas de cobre; 2 travessas; 39 pratos de sopa; 59 de guardanapo e 15

---

diz, deixado um exemplar d'*Os Lusíadas* que, durante o seu tempo de prisão, marginou de comentários. Vê-se pelos ofícios do seu punho, arquivados em Baucau, que era um indígena culto, escrevendo com pureza e correcção, mas com a volúpia da intriga, criando, a cada passo, azedos conflitos com os régulos fronteiros.

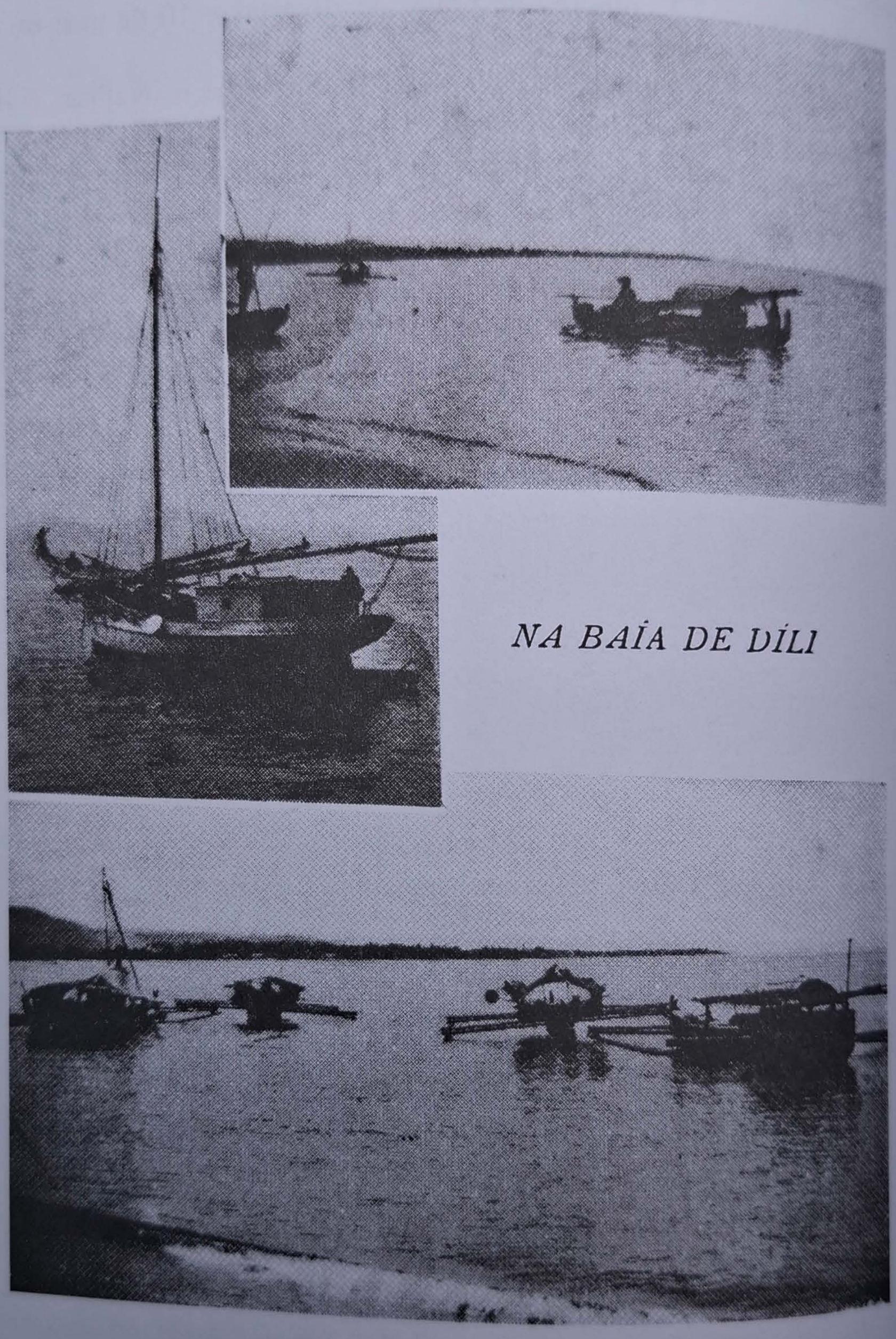
Os timorenses são inteligentes, e carecem de que sejam orçamentadas pela colónia, a título permanente, as bolsas de estudo com que há anos, três ou quatro deles, vieram cursar à Casa Pia de Lisboa. Diplomados com cursos superiores, que me conste, só houve, até agora, dois timorenses: o primeiro, padre Jacob, educado no Seminário de S. José de Macau, era um espírito ilustrado e um bom orador; chegou a dirigir as missões católicas da colónia. Certo dia, porém, mandaram-no para Alas, na contra-costa. Deixou-se viciar pela tuaca, passou a vestir-se e a viver à indígena, e, quando um padre Sebastião lá apareceu a confessá-lo, encontrou-o já de todo paganizado e declarando que nem batina possuía. Um caso característico de regressão, como outros, que, de resto, se têm produzido, identicamente, com gente branca (V. Hipólito Raposo, *Ana a Kalunga,* Henrique Galvão, *Coisas de pretos;* Alberto Londres, *Terre* d'*Ebéne,* Paulo Morand, *Paris-Tombouctu,* etc.). O padre Jacob está hoje sepultado em Alas.

O outro diplomado, esse quase desconhecido na colónia, levou-o para fora da ilha, ao que parece, o bispo Medeiros, no tempo de Celestino da Silva. Hoje é médico e encontra-se ao serviço de um rajá da Índia Inglesa. Foi há tempos a Timor, mas encafuou-se logo na sua pobre aldeia natal (Lac1ó), onde passou as férias com a família, sem quase tomar contacto com estranhos, nem mesmo da sua raça.

Quanto às bolsas de estudo, substituiriam vantajosamente o liceu que se projectou fundar na colónia e, contra o qual, por recear que se transformasse num viveiro de candidatos a burocratas, excessivo para os limitadíssimos quadros de Timor, tive ensejo de manifestar o meu desacordo, numa das sessões do Conselho do Governo, em Dili.

de doce; 1 açucareiro; 7 bules e 4 tigelas; 16 chávenas completas; 7 sem pires e 47 pires sem chávenas; 2 colheres de prata; 55 diversas e 10 de chá; 66 garfos, 84 facas; 2 bacias de cobre.

5) *Gados*: 50 búfalos; 8 cavalos e 28 carneiros e ovelhas; 6 *diversos*: 2 dentes de elefante; 3 toros de sândalo; 5 barras de ferro (15 metros); 1 cama de ferro e 2 mesas; 1 balança chinesa *(dachim)*; 1 capa para cavalo; 76 fiadas de linha nativa, 6 de linha Macassar e 57 de retrós.



NA BAÍA DE DÍLI

Tipos de embarcações. Uma das «corecoras» de cabotagem, propriedades de chinas e árabes, e equipadas por timores e por indígenas da ilha de Alor. - «Beiros de Ataúro, com flutuadores de bambu, que servem também para carregar palha.

II PARTE

Costumes das outras Regiões

I
Do nascimento

1) Oé-Kussi [330]– No dia em que o recém-nascido é levado pela primeira vez, para fora da choupana, metem-se as secundinas dentro duma panela de barro, e é uma mulher, trajando de varão e designada por *fafo,* quem vai colocá--las entre os ramos de uma árvore. Servem-lhe de acólitos um homem e uma mulher, esta igualmente enroupada em vestes masculinas *(uri).* No regresso a casa, sai-lhes ao encontro um grupo de parentes e vizinhos e, logo, entre risos e algazarra, se trava um combate renhido, em que os projécteis são espigas de milho e frutos vários. Acaba a peleja por irem todos, em grande folia, prestar as devidas honras a lauto festim, animado pelas habituais libações de *tuasabo.* Entretanto, a *fafo* pegou na criança, levou-a para o terreiro e demorou-se uns instantes com ela, que assim toma o primeiro contacto com a vida exterior. (E)

2) Mallu-Fahi – Dos estilos consagrados ao nascimento, o primeiro tem o nome de *haderai lúlic,* – o que significa erguer cedo para se ir em busca da lenha

---

330 Na exposição dos costumes praticados fora de Baucau, recorri a elementos fornecidos por vários trabalhos, na maior parte dactilografados ou manuscritos, que indico, em chamadas, por meio de letras, cuja correspondência o leitor encontrará na relação com que se encerra a parte II desta obra. Embora deficientes, na sua maioria, por demasiado laconismo, achei que devia extrair desses trabalhos todos os subsídios que contribuíssem para o esclarecimento da etnografia timorense (página 251).
Na menção das regiões da colónia, reportei-me à organização administrativa que vigorou antes das mutilações de Janeiro de 1934. Nessa data, estava Timor partilhado em 13 zonas administrativas: concelho de Díli (incluindo a ilha de Ataúro); circunscrições civis de Baucau, Manatuto e Liquiçá; e comandos militares de Lautém, Viqueque, Manu-Fahi, Suro, Motael, Hatu Lia, Bobonaro, Cova Lima e Oé-Kussi. Suprimiu-se o comando de Viqueque (retalhado entre Baucau, Lautém e Manatuto), o de Manu-Fahi (integrado no Suro), o da Hatolia (dividido entre Bobonaro, Motael e Liquiçá), e o de Cova Lima (fundido no de Bobonaro).

sagrada com que se há-de aquecer a água *(tete uras)* – destinada a lavar-se o miúdo. Dias depois tem lugar o *sai rai,* sair para a terra. Três parentes vêm tomar a criança: Esperam-nos com uma panela atulhada de arroz cozido, em volta da qual os três se põem de cócoras, esvaziando-a com apetite. Em seguida, dão a volta a casa, pelo lado de fora, com o pimpolho ao colo, e marcha-lhes na cauda, também a um de fundo, um cortejo que se organiza com homens, ou com mulheres, conforme o sexo do homenageado. Se é rapariga, os figurantes são portadores da instrumentos de fiação ou tecelagem. Caso contrário, apresentam-se os comparsas armados de catanas e machados, com os quais simulam exercitar-se em cenas de guerra ou tarefas de lavoura. No fim da simbólica pantomina, todos os presentes são honrados com uma roda de betel, cal e areca, e o chefe do casal molha, então, os dedos com a sua saliva já avermelhada pela masca, e traça uma cruz na moleirinha do neófito; *Docu fuhur,* se chama a essa espécie de baptismo. (L)

Os timorenses de amanhã: Trecho de uma parada de 741 alunos e alunas, da circunscrição de Baucau, no campo de jogos construído pelo autor (1932).

3) ***Manatuto*** – A seguir ao parto, lavam-se a mãe e o filho com água quente e, durante trinta dias, ficam ambos tirados na camilha de bambu ou palapa, por baixo da qual vão ardendo braseiros, que transformam a casa numa estufa abafadiça. Ainda para aquecer a temperatura do corpo, a mulher farta-se de ingerir canipa: mistura de álcool de 19º, um terço daquele, dois terços desta. Tendo terminado o período dos 30 dias, rapa-se o cabelo ao petiz, e é outra mulher quem conduz a panela das placentas até à árvore sagrada, deixando-a suspensa entre dois ramos.

Atrás dela, segue um magote de homens que vão todo o caminho a arremessar paus para as duas bandas, como se fossem azagaias. Tal jogo é de bom agouro, porque o garoto, assim fadado, virá a tornar-se num valente.

Há na mesma região certas localidades em que os párias são transportados para a árvore com menos demora; logo após, ou dias após o nascimento, dois homens servem-lhes de escolta, um na dianteira, outro na retaguarda.

Retornados a casa, vão buscar a criança, trazem-na para a rua e mostram-na aos convidados. É nessa conjuntura que estes desatam a alvejar-se com frutos, mãos-cheias de cinza e cascas de banana.

Mas em toda a circunscrição de Manatuto é costume sofrerem os recém-nascidos uma aspersão de água morna, que tem a virtude de imunizá-los contra a surdez, a mudez e o raquitismo. O pequeno não será enfezado e a mãe continuará a gerar. No dia do *sai rai*, homens e mulheres, levando-o ao colo, completam sete voltas ao redor da habitação e, alternadamente, repetem uns versos adequados à cerimónia:

– *Ha ha hée – Aban ida, nai rua – Sai rai fali La cótua meta dáum – Sai rai fali – Ha ha hée* «Amanhã e depois, torna a sair. Não tem tempo a perder. Torna a sair para a terra.»

Os nomes dos estilos são iguais aos de Manu Fahi: *tete uras, docu fuhur* e *sai rai.* (C)

Nas copiosas notas, com as quais Osório de Castro, juiz que foi de Timor, valorizou o seu livro de poemas intitulado *Flores de Coral*, encontra-se referência aos costumes de Manatuto. Descreve-os o autor, fundando-se no testemunho do *Dicionário Português-Galoli,* organizado pelo P.e Manuel Alvares da Silva:

«Uns sete dias após o parto, vão convidados da parentela masculina e feminina (com o nome ocasional de *aman-uri* e *inan-uri)* levar, num acompanhamento de batuque, as secundinas conservadas em cinza e cal, até uma certa mangueira do suco, deixando-as depositadas num *cóhe,* numa pernada das mais altas, um dos convidados que toma o nome de *amatula.* Voltam todos, dançando, até à casa da puérpera, e atirando-se uns aos outros os frutos dos *aegle*-marmelos. O pai do recém-nascido espera-os no limiar e espalha grãos de arroz sobre todos. O autor do *Dicionário galoli* chama a isto um baptizado gentílico. O *amatula* fica como um padrinho do recém-nascido. Em outros lugares, as secundinas são enterradas, ou atiradas ao mar, alguns dias depois do parto. *Aman-uri* ou *iman-uri* presenteiam os pais da criança.

O mesmo escritor, na sua obra escrita há vinte e cinco anos, fixou ainda esta curiosa informação: «Depois do parto, que se realiza num estreito compartimento da casa, chamado *clóote*, em tétum, durante quarenta dias seguidos são conservados ao lado da camilha ou *ái* de bambu da puérpera, uns brazidos de troncos chamados *ola ái,* «para lhe aquecerem o sangue», dizem. Talvez cerimónia de purificação». (A)

Purificadora, não será a cerimónia, mas sim de intuitos medicinais e terapêuticos, consoante o depoimento de um administrador de Manatuto. "Para ligar o que tão desconjuntado ficou", explica a autoridade. (C)

4) ***Liquiçá*** – Aqui o estilo apresenta variantes pitorescas. A criança é levada para fora da habitação por uma mulher que transporta igualmente uma alavanca e um cesto, este contendo milho e neli (arroz com casca). Acompanham-na vários homens, cujo número tem de ser ímpar, e que brandem azagaias e catanas. Nas imediações da casa, escolhem um trato de terreno, cavam-no, e semeiam-no depois com as sementes que trouxeram no cesto. (G)

5) Cova Lima – Terminado o parto, a puérpera é lavada com água quente, recebe massagens e deixa-se ficar na beira do lume durante um período que varia entre oito e os 130 dias. (H)

6) ***Ataúro***[331] – Para facilitar o parto, é costume a mulher agachar-se numa esteira e agarrar-se com energia a uma corda ou vara resistente. Há sempre uma velha experimentada que talha o cordão umbilical, verifica a expulsão das secundinas e conduz estas, depois, para algum lugar recôndito no mato. (M)

Osório de Castro recolheu a versão, de uma prática feroz que seria usada naquela ilha, e que reputo fantasiosa, não só porque dela se não conservou memória, mas porque a acho inverosímil, dentro da psicologia timorense: "Até há pouco tempo, segundo me contaram, a gente da vizinha ilha de Ataúro, tinha o costume de, na primeira parte do parto, extrair a criança por uma operação cesariana, feita a golpes de azagaia pelo marido" (A). Com ar de coisa certa, Teófilo Duarte reproduz o informe, mas creio bem que nunca o viu corroborado.[332]

7) ***Viqueque*** – Sete dias passados sobre o nascimento, convidam-se os parentes e amigos a assistir ao *sai-rai*. Há um ligeiro batuque. Os párias estão numa panela de barro, e é uma mulher com traje de festa quem os conduz até ao local. Vão dois homens com a portadora, um à frente, outro atrás, e ambos de catana ao ombro. Dirigem-se à povoação antiga, onde viviam os antepassados, ou ao lugar sagrado *(lúlic)* da aldeia, e aí colocam a panela em cima duma árvore. Depois regressam a casa, trazem a criança para o terreiro e nessa altura, os convidados agridem-se, entre doestos e gargalhadas, com frutas, cinza e bananas, correndo homens e mulheres uns atrás dos outros, empunhando panelas cheias de água, que procuram despejar pela cabeça abaixo dos menos lestos em fugir do duche. (C)

8) Motael – O cordão umbilical é colocado numa árvore e, nesse momento, se o neófito é do sexo masculino, há um parente já idoso que entoa

---

331 Ilha que os Holandeses designam pelo nome malaio de *Pulo Kambing*, também adoptado pelos nossos compêndios escolares. Em Timor, porém, não há quem a conheça, senão, por Ataúro.

332 T. Duarte, T*imor*, pág. 125.

umas trovas em sinal de regozijo. Se a criança é fêmea, a cerimónia pratica-se em silêncio. As escaramuças de laranjas e bolas de barro, só têm lugar quando o miúdo é filho do régulo. (D)

9) Maubara[333] – Nesta região, o estilo é conhecido pelo nome de «descida da criança». Mata-se um cabrito, cozinha-se parte dele com arroz e, um e outro em migados, espalham-se pelo chão do quarto onde se efectuou o parto.

Só então, a criança pode sair de casa (O).[334]

No Suro, tratam a parteira por *lima bissa;* em Manatuto, por *dala* ou *daia:* em Cova Lima, por *nahoa;* em Liquiçá, por *tei anáa*[335] Em Motael e Oé-Kussi, não têm designação especial. Mas em toda a parte lhe remuneram os serviços: com panos ou animais, à laia do Suro; ou com um búfalo e um cavalo, como em Manatuto; ou, à maneira de Liquiçá, com um apenas, a que se chama *neras* e que é simbólico, pois corresponde a outro, com o qual se abafa a cabeça da criança, logo após o nascimento. (K, B, I, G, J e E)

A nominação do recém-nascido obedece a regras quase invariáveis. Vai buscar-se o nome de algum antepassado, e são os avós ou, na falta destes, os pais, quem usa do direito da escolha (Suro). Em Liquiçá, esse papel cabe a uma criatura estranha à casa, e que é solicitada a desempenhá-lo no momento em que pela primeira vez se amamenta o cachopo.

O nome procura-se, também, entre o de parentes mais próximos, mas que tenham igualmente, falecido. Em Manatuto e Motael, é conferido pela mãe, na ocasião em que se rapa o cabelo ao petiz. Por todas as circunscrições, manda a praxe que esse nome seja igual ao de um avoengo, já defunto. Este nome é depois trocado, se a criança não se decide logo a mamar e continua em choraminga ou, mais tarde, em caso de doença. Na encravação de Oé-Kussi, só se dá o nome ao recém-nascido, na altura em que o levam para fora da habitação. Em Manu-Fahi, o nome é quase sempre o de um antepassado, mas o apelido ex-trai-se do nome paterno *(naran tutum* ou *naram roho).* A nominação, tanto em Manatuto, como noutras partes, é rematada com um sopro que se aplica na moleirinha da criança, para que ela tenha saúde e longa vida (K, G, B, D, E e L).

---

[333] Maubara, antiga cabeça de reino indígena e sede de comando militar, já em 1934 estava, desde muitos anos, incorporada na jurisdição de Liquiçá.

[334] Em 1891, escrevia o tenente Bento da França, que os timorenses celebravam os baptizados dos miúdos, com duas cerimónias: uma é acender-se, debaixo da tarimba em que está deitada a mãe uma fogueira, que deverá arder enquanto durar a festa. Escusado será dizer que muitas terão morrido vítimas dessa estúpida prática, não havendo também a registar menos casos de incêndios. A outra consiste em ir a família processionalmente lavar a criança a algum ribeiro ou ao mar, depondo"depois"o umbigo do inocente num tronco de árvore de gondão. *(Timor, Bibl. Do Povo e das Escolas)*

[335] Logo após o parto, é a parteira quem concerta os crânios das crianças que julga deformados (N e O).

Em Aileu, ensaiam-se primeiro os nomes dos avós, depois os de outros parentes já extintos e, por fim, os de defuntos não parentes. Se mais tarde, já homem feito, quiser o nomeado trocar de nome, pede autorização aos pais, e o câmbio realiza-se sem qualquer cerimónia. (N)

Osório de Castro escreve o seguinte: "A criança não pode começar a mamar sem ter um nome. Se a criança chora, vão-lhe dando diferentes nomes, em regra de ascendentes, parentes próximos, até ela se calar. O nome pronunciado, ao acabar o último vagido, é o que lhe fica, pois foi o que a criança reconheceu como o verdadeiro. Mas pode ser tomado outro pela vida fora, no caso de doença, por exemplo, de quebranto apanhado. Os homens acrescentam ao seu nome, o do pai, (entre os principais é a regra), mas podem acrescentar o patronímico; as mulheres, o da mãe ou do pai; e, ainda, os homens e mulheres, um segundo nome estranho, mas, será isso, creio, entre os *lutuhum* ou escravos. Assim, Loi Hosso, o homem Loi, filho do homem Hosso; Roma Jli, mulher Roma, filha da mulher Jli; Jli Chari, mulher de Jli, filha de Mao Laco e Bui Rai. Os cristãos de um suco usam todos o mesmo nome de família, do nome português de família do régulo, como um nome patronímico de um clã, o de pessoa importante do seu bairro». (A)

*

Em Cova Lima, há um costume pitoresco. Logo de madrugada, reúne-se um grupo de parentes e vizinhos, e todos se dirigem à ribeira mais próxima, em busca de água para a lavagem do filho. No regresso, estacam na frente da casa onde esta o recém-nascido e preguntam para dentro: "Então, vocês brincaram muito?" Como que envergonhados pela brejeirice, os pais respondem que sim. A água é despejada num prato, onde se encontra já uma moeda mexicana de pataca, que se destina, simbolicamente, a tosquiar os pelos do petiz. Só depois de tal cena é que os pais saem da palhota com a criança.

O corte do cabelo é realizado após alguns meses, às vezes um ano, e, quer em Cova Lima, quer em Manatuto, no Suro e noutras regiões, serve de pretexto a um festim onde se come à tripa-forra (I, B e K). No Suro, abatem-se vários animais do curral paterno e a cerimónia tem lugar decorrido um mês sobre o nascimento. Parte dos cabelos do garoto é colocada junto de uma árvore de fruto que pertença a um tio materno, árvore essa que, de futuro, será considerada como propriedade da criança. Em Liquiçá, chamam ao corte de cabelo, *queu-la gana*. Praticam-no, apenas, com os varões, e é antecedido por uma troca de donativos entre o pai e o tio materno mais velho: este oferece um leitão e um pano; aquele, um búfalo ou uma lua. (Ke G)

Em Motael, o corte do cabelo não é acompanhado de festas, nem de presentes. Em Oé-Kussi, também esses usos desapareceram quase por completo. Ou era aos dez, ou aos doze anos, que se rapava a madeixa do cabelo: os parentes acorriam sempre, comiam à barba longa e não se esqueciam de se emborrachar, para maior honra e glória da franca hospitalidade timorense. (E e J)

II

Do casamento

I – O BARLAQUE

1) Oé-Kussi – Nesta região, os contratos matrimoniais são de dois tipos: com dote ou sem ele. Os consórcios ajustados sem dote, praticam-se na faixa do litoral e no norte, outro enclave que os Portugueses tiveram no centro da ilha, até 1912, o de Noe-Muti.[336] Correspondem a usos trazidos por povos emigrados de Malaca, os quais se fixaram naquelas duas zonas, repelindo para o interior as populações que ocupavam a orla ocidental da ilha. Ainda hoje, os autóctones consideram como estrangeiros (*casse*), quer os habitantes da zona costeira, quer os de Noe-Muti. Aqueles são os *casse-tasse*; estes, os *casse Noe-Muti*.[337]

No consórcio estabelecido sem dote, é o noivo que tem de ir residir com os pais da mulher, trabalhando para a sua nova família. Os filhos são divididos equitativamente pelos cônjuges. Cada qual exerce autoridade sobre o filho, macho ou fêmea, que lhe cabe nessa partilha, e é responsável pelos desmandos que ele cometa, sem que se incomode com a vergonha que pertença ao outro. Havendo um número ímpar de filhos, o último fica em comum, e sobre ele mandam pai e mãe por igual.

Ao marido consorciado nestas restritas condições, é defeso ter mais de uma uma mulher. Colocado sob a alçada do sogro, este não lhe permite que constitua outra família e por esta desdobre o seu esforço de lavrador ou de pegureiro. De resto, para encontrar uma segunda mulher que o quisesse, seria necessário que a desencantasse nalgum dos sucos onde o dote é obrigatório.

Nos casos em que o dote existe, a noiva vai coabitar com o marido, em casa própria ou na dos pais dele, e então não se divide a pequenada.

---

336 Noe, ribeira; muti, branca – no dialecto baiqueno, usado em Oé-Kussi.

337 Tasse, (ou, em tétum, tossi), significa: mar ou praia. Os casse tasse, descendentes dos antigos invasores, estão agrupados nos sucos de Lalissuc, Lifau, Costa e Cunha.

Em Oé-Kussi, dá-se o nome de *matsao* ao casamento gentílico, o qual, em tétum de Díli é conhecido por casamento ou hajoli, e, em português e Timor, por barlaque, palavra generalizada hoje nas bocas de quase todos os indígenas.

Quando o consórcio é negociado pelos pais, sendo os noivos ainda crianças, estes tornam o nome de *none panaf*, o varão, e *fel panaf*, a fêmea. Nessas circunstâncias, não é lícito aos comprometidos deixarem de se casar; só o poderão fazer, se o contrato foi apalavrado sendo eles já adolescentes.

O preço do matsao é pago pelos pais do noivo, e consiste em jóias, gados e dinheiro. As ofertas dos pais da noiva não vão além de alguns panos.

Nos sucos onde o dote é praxe obrigada, os solteiros abundam, e verifica-se, como em todo o Timor, que a instituição matrimonial, condicionada por tais exigências, contribui poderosamente para impedir o aumento da população (E).

2) Manauto – *Ussare gare ron*, chamam aqui à forma do casamento onde o noivo abdica da sua liberdade, para se tornar escravo do sogro.

Mas, mesmo nessa modalidade contratual, os pais do noivo ainda pagam algumas importâncias em dinheiro: de começo, para como eles dizem para "abrir a porta", e depois, "por causa do cão", que deve estar de guarda à casa da noiva. O pretendente obriga-se a considerar a descendência que advier do matrimónio, como pertença da família da noiva, e compromete-se a viver com os sogros, sob o mesmo tecto. Pode, por comum acordo, remir-se. É apenas questão de pagar uma azagaia, uma lua de ouro e uma cabeça de gado, em troca da mulher, e o mesmo por cada um dos filhos.

No casamento com dote, em *caradac hat hahom*, o noivo adquire a mulher em prestações. Primeiramente, compra o direito de "entrada em casa da noiva", o *huhum lidum*, cujo valor se compõe de "três dinheiros", cada qual representado por uma azagaia, uma lua de ouro, uma espada Macassar e um búfalo. Posteriormente, compete-lhe pagar o *caradac* e o *quero*. São duas prestações simultâneas, e que significam, respectivamente, a autorização facultada ao noivo para que se possa "sentar no Zanum" da sua prometida, e o aviso ao público de que o contrato está já fechado.

Restam ainda o *lohone lete*, o *obi lete* e o *tear lete*, cada um correspondendo a 4 búfalos ou cavalos, e todos imprescindíveis para que o marido se arrogue o direito de retirar a mulher da casa dos pais, chamar-lhe sua e ficar na posse da descendência.

Os presentes ao noivo consistem, apenas, em alguns panos, de homem ou de mulher (*tais mane* ou *tais feto*), grãos de mutiçala e um ou outro leitão (8).

Na sua primeira visita a casa da noiva, os futuros sogros oferecem a esta, uma lua ou uma pulseira de ouro misturado com prata, e algumas patacas grossas. O noivo, por seu lado, presenteia-a com uma pulseira, um anel e um par de arrecadas, e recebe dela, cintos e tabaqueiras, tudo manufacturado pela noiva.

Por ocasião das bodas (*tula maluss*), o irmão da noiva pega nos dedos mínimos das mãos direitas de ambos e introduze-los num prato de arroz cozido, que os dois comem em seguida, mas servindo-se da mesma colher. Depois,

outro parente vai ao forro da casa, traz de lá um cesto com areca, betel e fios de algodão, e com estes liga os pulsos dos recém-casados. A assistência, em seguida, desfila por diante deles e sopra-lhes nas mãos, como a desejar-lhes felicidades. Finalmente, o dono da casa, mascando o betel e a areca, forma uma massa, com que traceja uma cruz na testa dos heróis do dia.

Não entram, porém, os noivos no quarto nupcial, sem primeiro se abater uma rês para alimento das almas (*mátam-bíam*). A comida é exposta durante cerca de meia hora, a fim de os mortos poderem saboreá-la, e passado esse prazo, comem-na os vivos, já, então, com a consciéncia desafogada. Na manhã seguinte, um dos homens, de entre os que foram convidados para o festim, põe-se a bater à porta, perguntando se a noiva era manu aman ou manu inam, "pássaro ou pássaro-mãe", isto é, se era virgem ou desflorada.[338] No segundo caso, dá-se o repúdio, embora o noivo perca tudo quanto com ela já gastara. No primeiro, tem o marido de se desentranhar em nova oferta - a que se dá o nome de *az' goin* - "ramo de árvore com que castiga o animal que entrou na horta e estragou as plantas que estavam intactas". Seguidamente, novo conselho de família para esclarecimento de novos pormenores contratuais, e acabam-se as festas celebrando-se um derradeiro banquete.

Osório de Castro tem esta referência aos barlaques de Manatuto: "A mulher é comprada ao pai ou chefe de família, por búfalos, porcos, luas de ouro ou de prata, espadas, ou pelo serviço do noivo em casa de sogro, até ao pagamento do preço do barlaque, serviço que por vezes só a morte faz terminar, de tantos juros e mais juros se multiplicaram ao preço primitivo (casamento por servidão)".

E tendo escrito o dr. Kaltbrunner, no *Manuel du Voyageur*, que em Timor «é preciso comprar ao sogro a sua desistência dos direitos de propriedade sobre os filhos de sua filha», Osório de Castro observa com exactidão que assim é, "mesmo para a população cristã fora da capital, mas só quando o marido não pagou o preço do barlaque" (A).

3) Suro – Na altura em que se ajusta o casamento, devem os pais do noivo oferecer à noiva algumas jóias, com as quais fica selado o compromisso. Passado algum tempo, vai o noivo a casa dela e brinda os futuros sogros com uma azagaia, um galo e umas tantas arecas. Seguem-se as bodas: a família do noivo leva para os sogros dois ou três leitões, amarra-os junto da cabana deles e, sobre um dos animais, depõe certas moedas que se destinam ao irmão da noiva. Matam-se depois os suínos: das miudezas faz-se um repasto em que se associam as duas famílias, e o resto da carne é transportada para casa do noivo que, nessa ocasião, vai já acompanhado por sua mulher. A cabeça de um dos leitões serve de "degrau para o rapaz subir para o *lantém*" nupcial.

---

338 Tal costume deve existir apenas entre os habitantes da sede da circunscrição, já meio cristianizados.

No Suro, não há dote, a não ser para os indígenas ricos ou fidalgos – afirma um comandante interino da região. Mas este deve estar mal informado, quando acrescenta que a noiva recebe, então, do noivo, alguns panos e animais, que constituem sua propriedade exclusiva e que a acompanham ao entrar no novo casal (K). Por toda a parte, o dote reverte a favor dos pais da noiva.

4) Maubara – Em 1912, era ainda costume ser a noiva presenteada com pulseiras, no dia do pedido de casamento; nas bodas, a família do noivo contribuía com mais sete libras e dez florins, «para a masca». Além disso, pagava o trabalho e os cuidados que os pais da noiva haviam tido em criá-la, e os instrumentos agrícolas com que tinham lavrado e semeado hortas, e arroz para a sustentar. *Ossa Bala*, era o nome que se dava a essa indemnização. Consistia em um búfalo e dez florins para a mãe, iguais valores para o pai, e outras dádivas oferecidas aos irmãos, e que eram maiores ou menores, consoante as idades dos mesmos.

A família da noiva limitava-se a presentear o noivo com um pano e um porco.

O autor do relatório da missão de Maubara, da qual extraímos estes dados, afirma que a mulher, naquela região, não tem preço, não é comprada, que apenas o casamento dá lugar a permutas: oferendas de uma das famílias dos nubentes, retribuídas pela outra: dá cá, toma lá. Mas os presentes que recebe o genro são de tal modo insignificantes, que ninguém os poderá considerar como uma retribuição.

De resto, noutro passo, o mesmo autor contradiz-se, notando que, caso não haja permutas, é obrigação do noivo ficar alojado em casa dos sogros.

Quanto à boda, custeiam-na a meias: os pais do noivo, que oferecem um cabrito, e os da noiva, que entram com um leitão.[339] Os nubentes servem-se de *canipa* e de arroz e carne de porco misturados, dando de comer e de beber um ao outro. O festim celebra-se na *uma lúlic* ou na própria casa dos pais da noiva, e ante as relíquias dos antepassados (O).

5) Motael[340]– O pedido de casamento é apresentado pelos pais do noivo; ou, na falta destes, pelo tio, ou mesmo pelo próprio interessado.

---

339 «Nos presentes recíprocos que antecedem as núpcias, a família da noiva só presenteia com mutiçalas, porcos e cabras (cabritos, como se diz genericamente em português de Timor), nunca com búfalos e cavalos. (A)

340 Este antigo comando, hoje circunscrição civil, é conhecido, também, pelo nome de Aileu - designação da actual sede administrativa -, embora houvesse sido organizado para abranger o reino indígena de Motael, junto de cuja corte, à beira de Díli, se estabeleceu primeiro a respectiva autoridade europeia. Assim sucedia em toda a colónia, nos meados do século XIX, ao esboçar se a ocupação do interior e estando ainda intactos os antigos reinos que depois se esfacelaram, esboroando-se de tal modo, que hoje muitos há que nem régulo têm.

Para o pagamento do barlaque, concorrem os tios e os irmãos.

As núpcias realizam-se quando já se reuniram todos os valores ajustados. Acompanhado por toda a família, dirige-se, então, o noivo a casa da cachopa, os parentes desta vão recebê-lo nas proximidades da casa, e é nesse dia que se juntam os novos cônjuges e que se realiza a entrega do dote.

Por cada búfalo, devem os pais da noiva oferecer um porco e um pano (*tais Marobo)*. Nas bodas, eles dão um porco; os do noivo, um cabrito. Na manhã seguinte das núpcias, compete aos recém-casados apresentarem-se com os melhores panos com que foram presenteados, e o marido com mais um, oferta dos sogros. Em seguida, ambos se despedem da parentela e põem-se a caminho da casa dos pais dele, onde passam a coabitar.

Não há intervenção do sacerdote gentílico, nem invocação das almas ou de seres sobrenaturais. Por vezes, o barlaque não é pago em bloco: de entrada, recebem os pais da rapariga, um búfalo de dois pardaus, ou seja, com chifres de trinta centímetros de comprimento. E o resto vai sendo amortizado em prestações, pela vida adiante (N).[341]

Uma segunda versão sobre os costumes de Motael, diz-nos que o pagamento do barlaque é feito dois ou três dias depois deste ser conchavado entre as duas famílias, no caso - raro aliás - de a parte do noivo dispor de haveres suficientes para liquidá-lo por completo. Geralmente, a importância do bar laque, na sua maior parte, fica a crédito.

Mas nessas circunstâncias, reservam-se os pais da mulher, o direito de a reconduzirem a casa e de a barlaquearem de novo se, porventura, a dívida excede o prazo combinado, ou se não é a morada parcialmente na ocasião do primeiro estilo funerário (*hacoimate*), que logo após o consórcio se realiza na roda da parentela.

Antes das núpcias, há uma festa para consagrar o contrato matrimonial. A família do noivo contribui com um cabrito; a da noiva com um porco, mas nenhuma delas comerá do animal que ofereceu.

Manda a etiqueta que nas bodas se desdobre uma esteira, que servirá aos noivos de assento e de toalha. No meio, coloca-se um prato e uma panela com comedorias, as quais são preparadas na cozinha dos pais da noiva e por estes fornecidas. Apresentam-se os cônjuges, acolitados pelas paternidades respectivas, que lhes indicam que se acocorem sobre a esteira. Um deles, ou o *dato lulic*, pronuncia, então, uma arenga moral, concebida mais ou menos neste teor: "Devem comer sempre pelo mesmo prato e esforçar-se por viverem em paz e harmonia. O novo marido vem de boa gente, a mulher também; saíram ambos de famílias direitas e limpas e não há motivo para que não sejam felizes". A seguir, a noiva mergulha uma colher na panela, leva-a depois à boca, e passa-a

---

341 O relatório do comando de Motael, publicado em 1916, no Boletim Oficial da colónia, diz, certamente por equívoco, que «não há preço estipulado e que o barlaque representa a paga do trabalho materno».

ao noivo, que faz o mesmo com a recém-casada. Durante o ágape nupcial, não trocam palavra, porque é do protocolo mostrarem-se envergonhados. Todos os parentes se associam ao festim, mas em esteiras à parte, e devem acabar a refeição ao mesmo tempo que os noivos (J).

6) Cova Lima – São os pais do noivo que apresentam o pedido de casamento. Este é pago com búfalos, meias-luas de prata, objectos de adorno ou dinheiro. Na festa do acordo antenupcial, mata-se um porco e extrai-se-lhe o fígado, que é cozinhado com arroz para ser comido pelos noivos. A rapariga dá de comer ao rapaz. Mais tarde, celebram-se as bodas onde esfuziam os nubentes; todos os seus parentes rodopiam em danças, encharcam-se de canipa e empanzinam-se, consumindo carne em barda. O noivo recebe dos sogros apenas um presente de panos (1).

7) Ataúro – O preço do barlaque depende da condição social dos nubentes. A média é, porém, de dez azagaias grandes, dez pequenas, dez sabres de guerra (*caitanas*), um porco e um cabrito. O pedido de casamento é feito, no suco de Beloi, pelo próprio noivo; por outrém, no de Maquili.

Nessa altura, oferecem-se duas azagaias à família da rapariga apalavrada, selando-se, assim, o compromisso.

Dá-se, depois, o *loí-loré*, mas a noiva não toma parte nas folganças. O casamento é negociado muito cedo, às vezes sendo os interessados ainda tão miúdos, que só se podem juntar, decorrida uma dezena de anos (M).

*

Afonso de Castro, em 1868, descrevia o casamento indígena como cifrando-se num puro contrato. A mulher era cedida pelos parentes, a troco de búfalos, porcos, luas de ouro, manilhas de prata e uma espada temperada de certo modo e a que davam grande valia.

No dia aprazado para as bodas, toda a parentela conduzia a prometida a casa do noivo, onde se preparava um banquete colossal, que se arrastava por dias consecutivos. Em redor de uma fogueira, reuniam-se de cócoras as duas famílias, devorando carne mal tisnada, de búfalos e porcos, que iam passando pelas brasas, enquanto, fora da barraca, os cantos dos *tebe-dai* aturdiam o ar, ao som monótono dos *baba* (Q).

II – POLIGAMIA

1) Oé-Kussi – A poligamia existe, apenas, entre os sucos onde o dote é obrigatório. Das mulheres dum polígamo, a mais importante é a primeira na ordem cronológica

As outras obedecem-lhe e vivem sob o mesmo tecto. Podem estas, contudo, habitar em casas separadas, e nestas condições desaparece o predomínio da mais antiga, embora do consentimento desta dependa o

matrimónio com as outras. *Fel nai*, mulher grande, chamam à primeira; por *fel abaut*, mulheres pequenas, se designam as restantes.

"A mulher grande não olha as outras como concubinas, mas como mulheres legítimas, tratadas e colocadas em pé de igualdade". Diz a tradição do enclave que, outrora, só podia ser-se bígamo ou polígamo, no caso de esterilidade das desposadas. Hoje prescinde-se dessa condição. As *camarrua* vivem em casas diversas, mas com iguais direitos. Filhos de umas e de outras habitam em comum e partilham igualmente da herança. "Há quase sempre questões entre elas, porque a primeira dificilmente impõe a sua autoridade. Não raras vezes chegam a vias de facto".(E)

2) Motael – Nesta região, a poligamia carece também da anuência da consorte mais antiga (*hina-tum*) e é esta, a própria, que vai formular o pedido da nova esposa, acompanhada para esse efeito pelo marido. As várias mulheres do polígamo podem viver juntas, em casa dele ou na do sogro comum a todas elas (N).[342]

3) Suro – Como no resto da colónia, a poligamia é só permitida ao homem e é a primeira mulher quem exerce a autoridade sobre as outras e lhes distribui os serviços domésticos. Dão-lhe o nome de *ine-múnac ou ine-tu* (K).

4) Liquiçá – A concordância da esposa mais antiga para as núpcias posteriores do polígamo obtêm-se com uma libra e oito patacas, oferta do marido, e mais um porco e um pano, presente de cada uma das adventícias.

Tanto nesta circunscrição, como em Manatuto (B), o polígamo têm-nas cada qual em sua casa, em domicílios separados, embora lhe assista o direito de as levar a todas para a sua própria moradia, como acontece, às vezes, em Motael e Maubara (N e O).[343]

*

A poligamia[344] é uso geral nota Osório de Castro – embora os cristãos a disfarcem, casando na igreja com a mulher com quem habitam, e barlaqueando ou

---

342 Enganava-se Afonso de Castro, quando escrevia que a um timorense não era lícito ter mais de uma mulher, embora pudesse sustentar concubinas, as quais deviam morar fora da casa da esposa (Q). Em erro igual caiu Bento da França, cujo opúsculo a respeito da colónia, se cinge fielmente às descrições daquele antigo governador.

343 E só raramente à roda da sua casa, ao contrário do que diz Osório de Castro: "O costume mais geral é viver com uma só mulher na sua morada e ter as outras, cada qual em sua casa, na vizinhança, em torno da sua habitação, ao modo exactamente dos Batas, Batakes de Samatra, ou Bátas, como diz Mendes Pinto, com quem tanto se afigura parecerem-se os timorenses, pelo menos os povos Firacos, de feições quase indo-europeias" (A).

344 A taxa de barlaque, melhor dito, de poligamia, foi criada em 1924, multiplicando-se o imposto de capitação para os polígamos, tantas vezes quantas as mulheres que tivessem.

casando ao modo gentílico com as outras mulheres. Algumas vezes, os maridos deixam-nas em casa dos sogros. Umas às outras tratam-se por *camarrua*, as esposas do polígamo, e são frequentes e gerais as desavenças entre elas (A).

*

Entre os relatórios das autoridades que consultei, só num deles fui encontrar menção da poliandria fraterna.

"Todos os irmãos do marido – afirma um comandante de Motael – podem ter relações sexuais com as mulheres dos outros irmãos, quer vivam na mesma casa, quer separados". Osório do Castro alude a esse costume, de que teve noticia por um comandante do seu tempo, também de Motael, o tenente João Ribeiro, que o referia corno sendo geral na região. O distinto magistrado acrescentava, porém, que tal prática deveria reduzir-se aos povos de Maubisse, Aituto e Laqueco, e não abranger todo aquele vasto comando: «Talvez haja confusão com a união da viúva e do irmão falecido? Sei de um fratricídio em Lautém, no extremo leste da colónia, causado pelo adultério do irmão do assassino com a cunhada. Em Lautém não há poliandria fraterna.»

A versão desse costume de Motael, recolheu-a também o naturalista inglês, Henrique Forbes, nos estudos que reausou na Indonésia, entre 1878 e 1883. «Quando um homem vai a casa de seu irmão, — escreve ele, generalizando a usança a todo o Timor – atribuem-se-lhes todos os direitos, e o de considerar essa casa corno a sua própria. Nada lhe é interdito: muitas vezes, nem lhe recusam a esposa do irmão, e o filho que sobrevier de tais conúbios, reconhece-o o irmão como seu para todos efeitos.[345]

III — ADULTÉRIO E DIVÓRCIO

1) Oé-Kussi — Se é a mulher a solicitar o divórcio por adultério do marido, este nada recebe do barlaque que já pagou. Nesse caso, não se pune a delinquente. Só é castigado o amante da mulher casada. O cônjuge que der causa ao divórcio, perde todo o dote que pagou ou recebeu, e tem de sair de casa levando apenas os panos que traz sobre o corpo. Habitação, animais, hortas e filhos, ficam por completo na posse do cônjuge inocente. A mulher apenas vem a ser repudiada por adultério ou esterilidade, e nesta segunda hipótese, quando a esposa infecunda não consente nem procura, como é costume, uma segunda esposa que assegure a

---

Então, o imposto era de $2.50. Em 1825, um diploma legislativo aumentou essa importância para o dobro, deixando o imposto de servir de base à taxa de barlaque, que continuou a ser de $2.50, até que em 1934, foi elevada para $4.00, continuando-se, assim, o esforço de se transitar para a criação de um imposto proporcional à riqueza de cada um.

A poligamia é, de facto, um índice de riqueza indígenas procuram escapar-se ao pagamento da taxa respectiva, ocultando nos recenseamentos, o número das mulheres que têm muitos outros há que a pagam alegre e vaidosamente.

345 *A Naturalist's wanderings in lhe Easlern Archipelago*, 2.ª ed., Londres, 1883 (cit. por Osório de Castro).

descendência.[346] «Na mulher, o adultério é frequente. Se, para alguns maridos, isso basta para o divórcio, para muitos o delito tem fácil reparação com indemnizações. Mas, em caso de ruptura por esse motivo, o dote é restituído, ou pelos pais do infiel ou pelo amante, que fica assim com direito à divorciada.»

No homem, o adultério raras vezes suscita o divórcio. Sendo polígamo, todas as suas mulheres podem repudiÁ-lo, acontecendo, de onde a onde, que uma ou duas se desquitam, e uma ou as restantes permanecem unidas a ele.

Nas querelas de divórcio intervêm sempre os parentes, reivindicando os panos, as jóias e os animais com que contribuíram na altura do casamento (E).

2) Manatuto — Se, o que muito raramente acontece, é o marido quem pretende o divórcio e a mulher está livre de culpa, não se devolve o barlaque, o qual só terá restituição quando o rompimento for da iniciativa da mulher. Se na altura da separação já está de todo paga a importância do matrimónio, fica o pai com a prole. Contudo, a regra geral é que os rapazes acompanhem o pai, e as raparigas, a mãe. Sendo todos os filhos de um sexo único, entrega-se metade deles a cada um dos desquitados; a não ser que o número deles seja ímpar: nesse caso fica com menos filhos o que prevaricou (B).

Mas a família da divorciada, de ordinário, fornece outra mulher da parentela, em substituição, evitando assim complicadas restituições (A).

3) Liquiçá — Quando o marido invoca o adultério para exigir o divórcio, assiste-lhe o direito de reaver tudo quanto deu pelo barlaque. Se é a mulher a reclamante, devolvem-se àquele três búfalos apenas. Os filhos dividem-se por ambos: os varões para o pai, as fêmeas para a mãe. Se foi o primeiro que deu causa ao divórcio, a descendência cabe inteiramente à mulher que a gerou. Mas de facto, só raramente se aplica esse principio. O costume é acordarem os parentes em novo contrato matrimonial com outra mulher da parentela (G).

4) Motael — Só se verifica o reembolso do dote, quando o divórcio é pedido pela mulher. Se é o marido quem o reclama, nada lhe retornam. Os filhos pertencem exclusivamente a este, se já pagou todo o barlaque. No caso inverso, revertem para a mãe. Isto em boas normas de direito indígena, pois na prática, o geral é atribuírem-se as raparigas à mãe e os rapazes ao pai. Se há um rapaz e duas raparigas, fica a mãe apenas com uma destas. Se os varões e fêmeas não são em número par, o maior número é entregue à paternidade (J).

5) Cova Lima — Se o repúdio não se justifica, quem o causou perde ou restitui o preço do barlaque, conforme se trata de marido ou mulher. Os motivos do divórcio são: maus-tratos, incompatibilidade de génios e, às vezes, adultério. Este,

---

[346] Em Motael e Maubara, nem a carência de virgindade antenupcial nem o facto de a mulher ser estéril, provocam o repúdio (N e O).

geralmente, é punido com uma simples lavagem da cara, uma ou duas cabeças de gado e meias «luas de prata».

6) Suro — Caso o divórcio seja provocado por adultério, os filhos pertencem ao pai, desde que o barlaque tenha sido pago integralmente. Quando é a mulher a querer a separação, reconhecem-lhe direito a metade dos bens adquiridos depois do casamento. Mas hoje o adultério, que outrora dava margem a que o marido pudesse impunentemente assassinar o amante não tem outras consequências além do *práu ai* (lavagem da cara) (K).

7) Ataúro — A honra do marido é ilibada pelo amante, com um cabrito e dois sabres. Se é o marido o traidor, oferece à mulher escandalizada, um pano, um cabrito e um *sahe*. Sucede, porém, de vez em quando, ser o adultério de qualquer dos cônjuges apresentado como razão de divórcio. A ser este concedido, se a infidelidade é da autoria da esposa, restitui-se o barlaque, mas desconta-se-lhe uma importância correspondente aos serviços por ela prestados. Outra causa do rompimento, e essa predominante, é a dos «maus tratos, que o orgulho selvagem da mulher não lhe permite suportar» CM).

8) Maubara — Após queixa do marido, a adultera só se purifica e volta para o casal, se o amante indemnizar aquele com dez búfalos, dez luas de ouro e dez de prata, ou cinco ou três de cada uma dessas espécies, consoante o vexado for régulo, ou nobre ou homem do povo. Por seu turno, a família da adúltera pagará dez, cinco ou três panos, conforme a categoria do amante. A não ser assim, o marido reaverá todo o dote, sem dar coisa alguma em troca. Mas se o divórcio é por vontade recíproca, nada se restitui (O).

IV — IMPEDIMENTOS CONJUGAIS

1) Manatuto — Para o Timorense, há regras fixas que inibem os parentes, em certos casos, de contraírem matrimónio. Pode um indígena casar-se com uma prima consanguínea materna ou com a madrasta viúva. Mas já não pode faze-lo com sobrinha, filha de irmão ou irmã, assim como lhe é defeso, com a sua própria mãe ou com as irmãs. O costume é barlaquearem os primos paternos com as primas maternas, e os maternos com as paternas. Em Manatuto, chamam-se *tunangas* aos primos que se encontram nessas condições favoráveis (A).

2) Suro — É lícito ao filho dum irmão varão casar com a filha dum irmão fêmea, ou vice-versa, mas é interdito aos filhos de irmãos varões barlaquearem entre si, e o mesmo acontece com os de irmãos fêmeas. Primos em primeiro grau têm o direito de se barlaquearem desde que sejam filhos de irmãos de sexo diferente (K).

3) Liquiçá — Identicamente. Os filhos dum irmão não podem casar com as duma irmã, mas os desta podem fazê-lo com as daquele (G).

4) Oé-Kussi — Casam tios e sobrinhos e permite-se o barlaque entre indivíduos de regiões diferentes (E).

5) Maubara — As praxes estabelecidas para o parentesco afim, negam liberdade de se casarem, aos pais (*ina ama*), com os filhos (*mane veu*), e aos descendentes machos do *ina ama* com os filhos ou descendentes do *mane veu*. Mas concedem-na aos filhos e descendentes machos do *mane veu* com as filhas do *ina ama*. Entre os parentes de grau indefinido, a interdição subsiste para os filhos irmãos ou descendentes machos dum homem, com as filhas ou descendentes fêmeas da irmã desse homem. Já os filhos ou descendentes machos da irmã são livres de se casarem com as filhas ou descendentes fêmeas do referido homem (O).

6) Motael — O casamento é vedado aos avós e netos, aos irmãos e irmãs, e aos padrinhos e afilhados (N).

A falta de virgindade não é motivo de impedimento conjugal, nem, a ser depois verificada na ocasião das núpcias, se converte em pretexto de repudio. Para o timorense, a virgindade não tem valor algum. «Excepto em Díli, há por ela uma indiferença absoluta» (A).

*

Raras são mesmo as moças que se podem gabar de tal prenda. Da sua precocidade no trato amoroso, fala um colonial que se encontra em Timor há mais de vinte anos: «Vivendo à lei da natureza, sem sentimentos nem preocupações sociais que tolham os seus instintos, na idade de doze a catorze anos a indígena já não teme, antes procura o macho, sem que isso possa afectar o seu futuro. E assim, enquanto não casa, a mulher timorense muda mais facilmente de amante que de camisa, embora, desde há algum tempo, muitas já a usem de sarja. No entanto, na idade própria, os pais, no desejo de não perderem pitada, não se esquecem de vigiar a filha, pois o primeiro que a usa, não deixa de pagar, segundo os usos e costumes, o preço da novidade. Antes de casar, pode ter sem reparos, sem quebra de dignidade, um número ilimitado de amantes. É quase sempre o último, desde que a mulher esteja grávida, que vem a ser o seu marido» (E).

*

Quanto ao estupro e ao rapto, aquele, de ordinário, não merece escândalo, e este, que só muito raramente tem lugar (E, K e L), é seguido, em geral, de acordo amigável entre o raptor e os pais da raptada, concertando-se ambas as partes no preço do dote ou da indemnização, que o raptor acaba por pagar (E). No Suro, quando se produz algum rapto, é por falta de recursos da parte do raptor para atingir o preço da mulher, o qual depois é satisfeito ou pelo menos prometido. Em Cova Lima, o estupro suscita, às vezes, pedidos de reparação em dinheiro ou animais (K e L). Em Manatuto, é raro o estupro, mas frequente o rapto. Na hipótese de a raptada ser filha de *liurai*, o raptor, ou paga multa de várias luas, búfalos e

uma espada, ou se constitui escravo do pai dela. Esta é votada ao ostracismo e os filhos terão de ir viver com o avô materno, para serem considerados como da família real. A indemnização torna-se menos violenta, se se trata da filha dum chefe de suco. E se o homem e a mulher são de iguais condições sociais, o rapto ou o estupro reparam-se pelo casamento. Todavia, os pais dela preferem guarda-la poluída, a cederem-na ao primeiro que a conquistou, se este é incapaz de pagar o barlaque pelo justo valor.

Sendo o raptor já casado, limita-se a lavar a cara (*facióin*) à sua mulher mais velha e aos pais da raptada (B).

V — INTER-CASAMENTOS OBRIGATÓRIOS

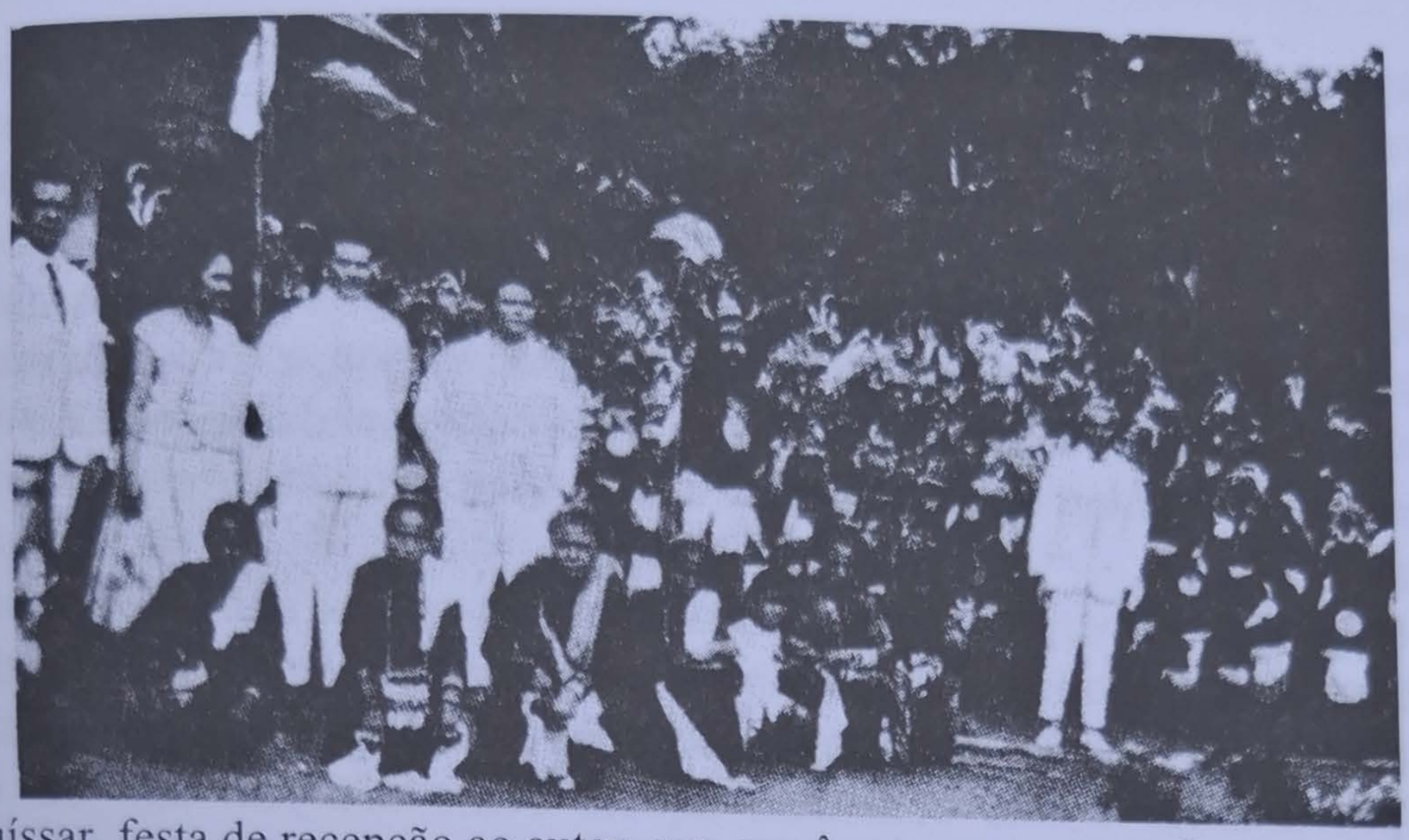
1) Timor Holandês — Para os indígenas da região dos Belos, a organização familiar subdivide-se em três ramos: o dos *alin-maun,* o dos *feto-saua* e o dos *uma mane*.[347] Suponhamos, por exemplo, um homem chamado Bere Leque. O primeiro dos ramos em que se triparte a sua família, será constituído pelo pai, pelos avós da linha paterna e pelos irmãos, filhos e netos do Bere Leque, excluindo, porém, desse número, as tias-avós, as tias, as filhas e as netas casadas e os descendentes delas. À medida que vão contraindo matrimónio, as tias, as irmãs, filhas, netas e sobrinhas paternas do Bere Leque, são irradiadas do ramo dos *ali-maun*, para se incorporarem no do *feto saua*, no qual vão enfileirando também os respectivos maridos e as famílias destes. Por seu turno, a mulher do Bere Leque e os parentes directos das mulheres do pai e avós paternos do mesmo Bere Leque, constituem um terceiro ramo, o dos *uma mane*.

Um rapaz do grupo dos *feto-saua* só poderá consorciar-se, escolhendo mulher numa das famílias que já estejam ligadas a esse grupo na qualidade de *uma mane*, e tais famílias, por seu turno, não se podem escusar a fornecer-lhe a noiva, competindo-lhes negocia-la por preços já estipulados, invariáveis, fixados quando do primeiro barlaque que uniu, em tempos mais ou menos remotos, um elemento das *una inane* a outro dos *feto-saua*.

Para que esses preços se tornassem constantes entre as duas famílias aliadas naquelas condições, e se estabelecesse, assim, uma cotação que, em futuros contratos, não fosse alterada pela cobiça de uma ou o regateio de outra, logo no primeiro acordo se trocaram entre elas, uns certos feixes de palha ou de bambu, indicativos do montante desse convénio inicial. Chamam-lhes os kessacs, e guardam-se e transmitem-se de geração em geração, assim como a memória dos valores que lhes correspondem.

---

347 *Alin*, irmão mais novo; *maun*, irmão mais velho. *Feto*, mulher. *saua,* cobertura das partes pudendas femininas. *Uma*, casa; *mane*, homem. Se se trata duma família importante, essas designações são substituídas, respectivamente, por *hussar dato*; *nai oan*, *nai feto*; e *nai malum*. *Hussar* significa umbigo; *dato*, chefe; *nai*, senhor; *oan*, filho.



Em Quíssar, festa de recepção ao autor, que se vê entre os esposos Sneenwjagt, e o eng. Hol., Aart Hoffman (1933).

Um *feto sana* vive na dependência dos seus absorventes e temidos *uma mane*.[348] Se casar na família dum deles, deixando de preferir a de qualquer outro que também seja seu *uma mana*, terá de se justificar perante o prejudicado e indemnizá-lo com dois ou seis florins. Para que se não quebre a cadeia que entrelaça os dois ramos, deve a mesma criatura dar homem por si: eleger um dos seus irmãos, filhos ou sobrinhos, para casar-se com uma das irmãs, sobrinhas ou filhas do preterido. Mas se um *feto sana* vai procurar noiva fora do círculo fechado das famílias de qualquer dos seus *uma inane*, a compensação com que terá de gratificar estes, um por um, não lhe ficará por menos de duas libras e vinte florins.[349]

O *uma mane* assiste e preside a todos os negócios respeitantes à família dos respectivos *feto saua*. Raras são as enfermidades que atacam um indígena, que o diagnóstico do *mak'doc* (doutor e mágico), não atribua à cólera dum uma mane, susceptibilizado por qualquer acto com que o *feto saua* agora doente, tenha infringido as sagradas regras tradicionais de respeito e de aliança. E há, então, que aplacar a ira do melindrado, amansando-o com presentes. Toda a vida dum *feto saua* é assinalada por dádivas sucessivas e númerosas, que oferece ao seu *una mane*, espontaneamente, ou forçado pela tirania desse familiar abusivo, que nunca se esquece de recorrer ao *feto saua* quando se vê em pancas, assoberbado por uma dívida a pagar, um barlaque a amortizar ou um funeral cujo custeio urge. Desgraçado do *feto saua* que não acedesse às exigências do seu *uma mane*: era um homem perseguido pela desventura, e no fim, liquidado pelas terríveis pragas de

---

348 A casa real de Uai Hali era *uma mane* de números régulos da parte oriental do Timor Holandês e mesmo dos reinos do poente do nosso Timor. Daí a poderosa hegemonia política e militar dessa velha dinastia.

349 Em troca e a título de autorização, o *uma mane* oferece-lhe um *slimut* (pano indígena de mulher).

que aquele é pródigo e que na sua boca adquirem uma estranha virulência. De resto, a vítima tem sempre possibilidades de desforrar-se: não há *feto saua* duma família, que não seja, simultaneamente, *uma mane* de outra (P).

2) Manatuto — Em Lacló, «o suco do homem barlaqueado dá o nome de *umane* à gente do suco da mulher com quem barlaqueou; e o suco da mulher chama ao do homem, vassau. A mulher, depois de barlaqueada, indo viver no suco do homem, toma o nome de vassau (P.e Jaime Martins, relatório para o governo da colónia).

O *hassau* ou *vassau-umane-feto-sau-umane* recebe a designação de *feto-oan-nai-hum*, quando o contrato de casamento envolve régulos e principais de reinos ou sucos diferentes. A família ou reino do noivo trata, então, a família ou reino da noiva por *umane*, e esta considera aquela como seu *feto sau* ou *vassau* (P.e Larangeira, idem).

«Nas famílias ligadas por *vassau-umane* a um rapaz duma delas em idade de casar, tem a outra família obrigação de dar em barlaque uma rapariga da casa, se existe de idade. Só por falta de noiva se cria outro *vassau umane*» (A)

Escrevendo a propósito dos «clãs fornecedores de esposas e dos clãs fornecedores de maridos, o naturalista inglês Forbes, notava que os de Timor lhe faziam lembrar os que existiam, com formas análogas, entre algumas tribos da Austrália (A).

3) Motael — No antigo reino da Hera, as mulheres duma família de principais do suco de Mota-Quíic são obrigadas a casar com varões da família nobre de Toure, suco de Beloi, de Ataúro, à qual também pertence o régulo desta ilha. Mas nenhum homem de Mota-Quíic vai casar com mulher de Beloi. Os de Beloi são *vassau* daqueles, mas os de Mota-Quíic não são *umane* dos de Beloi.

Um dos fundamentos de inter-casamento obrigatório, entre duas parentelas unidas por *rassau-umane*, está na necessidade de se reaverem os presentes e quotizações a que elas ficam obrigadas nas barlaques e funerais (Ten. João Ribeiro, com.te m.ar de Motael) (A)

Vassau umane, é designação que abrange toda a família da mulher, à qual compete pagar búfalos, não só nos casamentos, mas nos estilos dos mortos dessa família. *Feto sau umane*, consiste na família do marido, que recebe os búfalos e os paga com porcos e panos. A obrigação tácita dos casamentos entre esses dois grupos, tem a vantagem das restituições, acima referida, e conserva entre os mesmos grupos, encadeamentos emaranhados de parentescos. Se uma mulher casada envelhece ou morre, impõe-se ao *feto sau* o dever de a substituir por outra da sua família. Só quando um indígena não encontra noiva na parentela, é que pode ir buscá-la fora desse ramo familiar. *Tunangas*, se chamam em Motael, mutuamente, os rapazes e raparigas de tenra idade, cujo barlaque foi já contratado pelos pais. (N)

Se o casamento não é realizado no círculo dos *feto sau*, manda a praxe que, nas bodas nupciais, se mate um porco, o qual vai inteiro para dentro duma panela, donde o extrai depois o *dato lulic*. Este retalha-o, extrai-lhe e corta o coração em três bocados, os quais, de mistura com milho ou arroz, são comidos, por fim, um pelo sacerdote, o outro, a meias, pelos noivos, e o terceiro por um cão ou um gato que se faz comparecer na cerimónia. O resto do porco, aproveita-o a parentela. Após o festim, o *dato lulic* toma os dedos mínimos dos noivos, engata-os, ficando o do noivo por cima, e, em volta do pulso de cada um, ata um fio besuntado com a carne do porco, fio que se deixa ficar até cair de podre (J).

4) Maubara – Quando a noiva era de reino diferente, pagava-se ao régulo do noivo, um búfalo e uma cria, era troca dos quais se recebia um porco e um pano (O).

«Como há uma verdadeira adscrição do povo ao território do reino, nunca se faz um casamento exógamo sem que o *liurai* do reino da noiva receba um presente da família do noivo para autorizar a saída da rapariga, mesmo sem que uma rapariga do reino do noivo venha casar ali, de modo a haver troca de mulher por mulher entre os dois reinos E um homem que vai casar ao outro reino e lá fica vivendo, tem de prestar serviço ao seu *liurai* e ao da sua mulher, na época em que lhe é exigido. Em Manatuto, nunca o estranho casado no reino pode levar a mulher, mas fica a ele adstrito» (A).

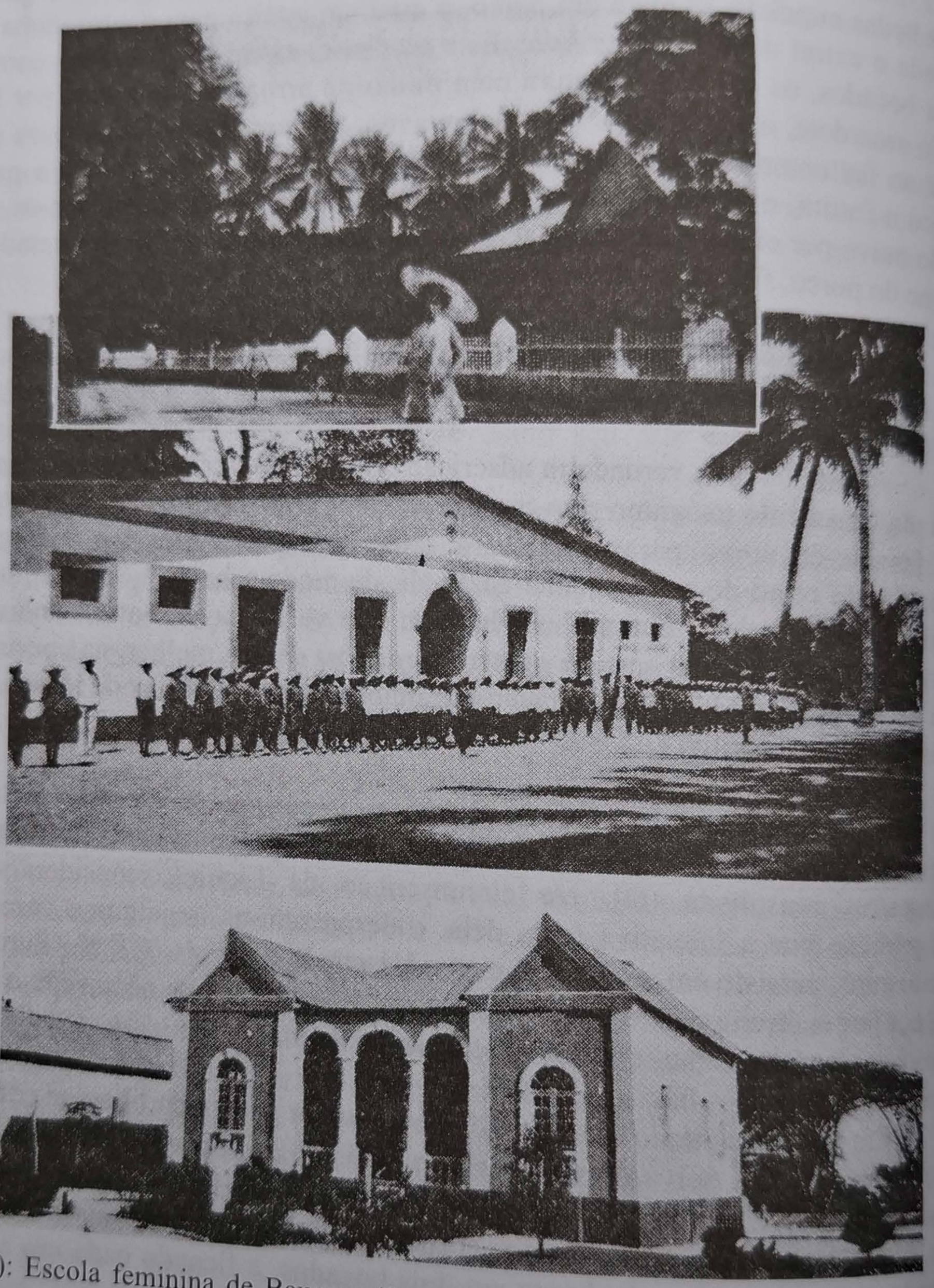
*

É por esta obrigatoriedade dos intercasamentos, que se explica o facto de não ser a noiva, mas os pais dela, quem escolhe o marido. Em Maubara, a rapariga não é mesmo consultada (O). Na circunscrição de Liquiçá, considera-se como vergonhoso que a iniciativa parta dela, e desprezam-na, se alguma vez, o que é muito raro, persiste em se não submeter à vontade dos pais (G). No Suro, não se lhe confere o direito de eleger o marido, mas já se admite que não aceite o primeiro que a paternidade lhe queira impor. Antigamente, nem essa regalia lhe era concedida (K).

Em Oé-Kussi, tanto o homem como a mulher gozam da liberdade de recusar, respectivamente, a noiva ou noivo que os pais lhes propõem. Ali, como noutras regiões de Timor, conserva-se o uso de os já prometidos se ligarem simbolicamente por meio de um nó, que dão num cordel, e que só podem desfazer de comum acordo, cortando então o barbante em dois bocados, e ficando cada um com a sua metade, à laia de salvo-conduto para novos amores (E).

Na circunscrição de Manatuto, não se prossegue nas combinações sobre o preço do barlaque, se a noiva, porventura, manifesta repugnância pelo rapaz. Se há já *vassau-umane* entre as duas famílias interessadas, a da noiva, como sucede no resto da colónia, arranjará outra mulher da parentela. O mesmo se verifica no caso de divórcio ou de viuvez (A).

Rompe-se com uma noiva ou com uma esposa: mas não se rompe com a família que a forneceu, cumprindo, assim, uma obrigação hereditária e sagrada.



(foto cima): Escola feminina de Baucau; (foto centro): Alunos de Laga, junto a uma das alfândegas construídas pelo autor (1920); (foto de baixo): Nova residência do Administrador de Baucau (1930), projecto do autor.

III

Da morte

1) Oé-Kussi — Nesta região, como no resto de Timor os estilos funerários, arruinando as famílias, são uma das causas mais flagrantes da pobreza dos indígenas. «A morte dos animais é absolutamente necessária. Sem isso, a alma do morto não tem descanso, nem os parentes deixam de viver em sobressalto, temendo represálias da alma assim desprezada. E há quem julgue que os animais abatidos nos estilos, vão ressuscitar nos campos onde habitam as almas dos mortos, constituindo lá, logo de entrada, a sua primeira riqueza. Há indígenas em Timor, não representando isso, no entanto, uma crença arraigada, que acreditam na metempsicose da alma. E não sei se por *blague*, se por convicção, crêem que a alma do branco se reincarna nos cães, e a do timorense nos veados.»

Ao contrário das outras zonas da colónia, em Oé-Kussi não há lembrança de se enterrarem, por morte de régulos, conjuntamente com estes, os criados favoritos, afim de os servirem na outra vida. O habitante daquele enclave «acredita na alma, mas sem existência espiritual. Para além da morte, as mesmas preocupações, as mesmas necessidades, iguais sentimentos e instintos» (E).

2) Manatuto — A urna funerária é feita dum tronco de sumaúmeira brava, aberto ao meio e escavado com a forma do corpo. O defunto é metido lá dentro, e, se se trata dum liurai, depõem-se sobre ele, jóias, panos e dinheiro. As duas metades do tronco são calafetadas com resinas e gomas silvestres. Há indígenas especializados que conseguem frequentemente evitar que, pelas junturas do esquife, trespasse o fedor do cadáver a decompor-se, quando este, mediante licença da Administração, se conserva insepulto durante duas a três semanas.[350]

Tal como em Baucau, o féretro dos civilizados é conduzido numa grade de bambus estreitos, forrados de pano preto e galão dourado, e que se armam em dois

---

[350] Licença que se concede em Manatuto, como nas outras circunscrições de Timor, só para mortos de categoria: régulos ou oficiais de segunda linha. Caso contrário, o enterro tem de se efectuar no dia seguinte ao do óbito.

ou três andares, e se ornam de velas, para serem acesas logo que o cortejo se põe em marcha. Se o finado era principal ou chefe, dois andares; três, se *liurai*. Ao ser o caixão arriado na cova, há um velho que debita uma arenga laudatória, citando os méritos do defunto e exprimindo-se numa linguagem que ninguém percebe, a começar por ele mesmo... São palavras misteriosas que o pai lhe ensinou, e que se transmitem dentro duma família, duma geração para outra, como um património.[351]

Se o cadáver é enterrado no prazo legal, dentro de vinte e quatro horas, deixa-se para mais tarde o estilo necrológico. E na devida oportunidade, procede-se, então, ao enterro do *bite*, da esteira da qual o homenageado se serviu em vida. Convoca-se a família; esta vai-se reunindo, trazendo panos, cavalos, cabritos e búfalos. O irmão da viúva apresenta uma contribuição, que tem de ser mais avultada que a dos demais parentes. Depois das trocas, das comezainas e do enterro da esteira, que, entretanto, ficara na câmara ardente, simbolizando o comemorado, — deitam-se fora todos os objectos de que este se serviu em vida: panelas, pratos, colheres, etc. (B).

Entre os indígenas de Manatuto, a viúva, enquanto vela o cadáver do marido, vai cantando esta lamentação desesperada:

Meha, meha aut meha
Babassa rom!

«Sozinha, sozinha, coitada, como a folha da babassa! (A).

O caixão é transportado para o cemitério, por númerosos parentes que o levam às costas. Outrora, e ainda hoje entre a gente do baixo povo, grupos de homens e de mulheres colocavam-se, uns à frente, outros atrás, e empurravam alternadamente os cangalheiros. «É para que o morto vá a dançar para a cova», dizem eles. Muitas vezes sucede, porém, que, durante o caminho ou dentro da cova, caem os portadores do esquife, este abre-se e tomba o cadáver entre os amigos, em grande e macabra confusão.

Junto do covato, a urna é tirada do andor, afim de ser descida à sepultura, e o andor fica sobre esta, a apodrecer. O enterro dum *liurai* implica formaturas dos «moradores» do próprio reino e dos reinos próximos, cada uma com caixa de guerra e bandeira nacional.

Sobre a vida de além túmulo, o indígena não acredita em castigos ou recompensas, embora creia na metempsicose, estando persuadido de que as almas continuam neste mundo, transformadas, porém, em macacos, porcos-bravos ou veados. Nalgumas terras da circunscrição, julga-se que os espíritos dos cristãos se encarnam em macacos, e a dos gentios em porcos ou veados. Outros afirmam que as almas dos baptizados vão parar à Europa, e aí tomam a forma dos brancos (B).

---

[351] O mesmo sucede com os solistas de algumas canções fúnebres e de *lebedai*, tanto em Baucau, como nos outros departamentos.

3) Viqueque — A família do defunto abate sempre cabritos, porcos e búfalos, em número variável segundo a sua riqueza. Quanto maiores são as posses do falecido e dos parentes, maior se torna a assistência, atraída pelas possibilidades de comer à barba-longa. Se é dum principal civilizado, o enterro faz-se decorridos alguns dias, pagando-se a respectiva licença à autoridade, afim de se dar tempo a que se reúna a parentela. O extinto é metido num caixão envolto em pano preto, debruado de galão amarelo, tendo, colados por cima, enfeites de papei branco, recortado minuciosamente, em forma de renda. Põe-se o ataúde no meio dum andor de bambu fino, armado em dois ou três andares, conforme a hierarquia do falecido, dois se o morto foi principal, três, se foi chefe ou principal importante. Nesses andares ou degraus, muitas velas acesas.

Descido o caixão à cova, parentes e vizinhos que o acompanharam ao cemitério, lançam sobre ele punhados de terra. Fazem-no, porém, com a mão esquerda e de costas voltadas, desatando logo a correr para longe...

O estilo da quebra do prato do morto — *docu mate hanec* — realiza-se de cócoras e em altos choros, à volta dum prato que foi do defunto e que se coloca no centro da casa, depois de o acogularem de iguanas várias. Canta-se o *bai-toa*, e, na manhã seguinte, racha-se o prato ou oferece-se este a um parente (C).

Os povos de Viqueque «têm uma nénia ingénua e pueril, que o parente mais velho entoa e depois todos repetem em coro, e em que a palavra *taniss*, chorar, se arrasta numa melopeia:

Anan Kicc, natarrei
Taniss!
Nabarri natarrei
Taniss!
Tanissen mamate
Taniss!
Mamorim mamate
Taniss!
Maichidi lalàlan
Aça soruc bá!
Maichidi lalalan
Laha sóruc bá!

«Chamam-se *ailalam* ou *sidó*, estas nénias de vigília ao cadáver» [352] (A).

Na mesma região, há a crença de que a alma do falecido se encarna em macaco, veado ou porco bravo. Raro o indígena que não tem medo de passar de noite, sozinho, na vizinhança da casa em que alguém faleceu recentemente (C).

4) Motael — Mal uma criatura acaba de expirar, transportam-no para a casa da *Liça*, a casa-mãe, a casa comum, que há em todas as povoações. É aí que as mulheres, em desalinho, se entregam à choradeira do ritual, e se observa uma praxe

[352] Se o cadáver fica insepulto até ao estilo, este torna o nome de *mui um cohe maman*.

curiosa: cada parente aparece com um frango e uma moeda de 20 avos; o dinheiro e o galináceo circulam de mão em mão, e o último que os recebe é que fica com eles.

No dia do enterro,[353] dois homens pegam no caixão e levam-no até à porta da casa da *Liça*, onde, do lado de fora, o esperam outros dois. São estes que, ao chegarem ao cemitério, medem e rasgam a sepultura, e descem o ataúde — ou o próprio cadáver, se este é de gente pobre, — agarrando-o nas alturas da cabeça e dos pés, mas de modo a ficarem os coveiros de costas um para o outro. Só se viram de frente quando o esquife já está no fundo da sepultura. Assim evitam que a morte os leve mais cedo deste mundo...[354]

A parentela não acompanha o féretro. Ao saírem da casa da *Liça*, debandam os familiares, depois de atirarem para longe os pratos que circundavam o cadáver, atolados de comida. Mas, todas as tardes, dirigem-se ao cemitério, a oferecerem novas iguanas, pronunciando, nessa ocasião, o nome do falecido. Depois do estilo de *acoi mate*, as visitas tornam-se espaçadas e as dádivas limitam-se a um pouco de tabaco e de masca (J).

Esse estilo vem a realizar-se um ou dois anos depois do óbito, e a ele devem assistir parentes e afins, que são previamente convidados pelo autor do estilo — em regra o filho mais velho. Para tal efeito, paramenta-se este com os seus panos melhores, prende na cabeça um penacho de pelos de cabra ou de crina de cavalo, e leva na mão outro penacho, feito às vezes de camisas de milho desfiado (*batar cúlite*) e amarrado a um varapau. Quando chega a casa da pessoa a quem pretende fazer convite, espeta o bordão no terreiro e pede licença para entrar. Mascado o betel com que é da praxe obsequiarem-se os visitantes, o recém-chegado diz as razões que o levam.

No dia determinado, aparecem os parentes, todos com oferendas, as quais devem consistir: por parte da família do morto em búfalos e por banda da família da viúva, em porcos e panos. Chama-se o *dátò-lúlic*, para presidir à cerimónia e indicar o número de animais que hão de ser imolados. A família do defunto comerá da carne dos porcos; a da viúva, da carne dos búfalos. Não falta o imprescindível batuque, e a não menos indispensável canipa (D).

É o *dátò-lúlic* quem sangra os animais. Compete-lhe ficar com certas partes: a língua, o peito, o baixo-ventre, o coração e os rins. É ele, também, que, molhando os dedos nas entranhas dos bichos, põe uma pinta de sangue na testa de cada um dos convidados. Em seguida, distribui vários pratos cheios de milho cozido, um para a alma do morto,[355] e os outros para os parentes que faleceram antes dele e cujos nomes vai recitando. Como um contra-regra, manda, então, a assistência prorromper no choro ritual. E no fim do estilo, rodeado por quatro homens e quatro mulheres, profere, em grandes saltos e gestos misteriosos, umas rezas feitas numa

---

[353] Quando morre um régulo, o cadáver é exposto nessa casa, durante quatro ou dias, sentado numa cadeira, para que o povo lhe preste as últimas homenagens.

[354] Na sepultura, coloca-se uma pedra, a assinalá-la. Os enterros das crianças são feitos sem qualquer formalidade.

[355] Se o morto ainda se conserva insepulto, esse prato é colocado à sua cabeceira.

língua desconhecida e com as quais dedica a cerimónia à alma do homenageado. É o que se chama, fazer a *albana*. Antes de se despedirem, os convidados procedem à troca das ofertas, que é dirigida e arbitrada pelo «dono do estilo». Os *vassau mane* (família da viúva) recebem búfalos; e os *fetusae-umane* (família do defunto), porcos e panos (D). Por cada búfalo, dez panos.

Sobre a cova, o *dátò-lúlic* desenrola a esteira que serviu de enxerga ao morto, depõe sobre ela uma posta de cada um dos animais abatidos, e novamente recita uma oração. O batuque só termina quando se acaba de consumir a carne e os géneros oferecidos pelo autor do estilo, em retribuição das ofertas que lhe levaram os parentes: porcos aos que o presentearam com búfalos, búfalos aos que o presentearam com porcos.

O acoi mate dá lugar, com frequência, a bebedeiras, discussões e desordens. Junto da cova, ergue-se depois um poste, onde se penduram as armaduras dos búfalos sacrificados no estilo (N).

Tanto em Maubara (O) como em Motael, os parentes comparecem ao enterro com moedas de prata, que entalam na boca do defunto. Em Motael, a inumação é feita geralmente à porta da morada do falecido ou num lugar alto e próximo. No estilo, a família da viúva apresenta-se com porcos, panos, dinheiro, cães e luas de ouro ou de prata; e a do defunto, com milho, feijão, arroz, cabritos e cavalos, além de um búfalo por cada casal (N).

Os indígenas não têm a noção de prémios ou punições após a morte. Para eles, as almas libertam-se e voam para os altos agrestes da montanha de Ramelau,[356] onde habitam, separadas em dois grandes grupos: os espíritos dos que morreram na guerra estão junto com os do que foram vítimas de homicídio, e aparte dos que faleceram de morte natural. Estes, de quando em quando, descem às povoações e exercem influência nos acontecimentos dos vivos (D).

5) Maubara — É o *ina ama* quem recebe os búfalos e os cabritos da praxe, devendo, em troca, oferecer porcos e panos ao *mane veu*. Dos animais abatidos no estilo, este só pode comer porcos; àquele só é permitido comer cabritos.[357]

Na ocasião do estilo realizam-se também as permutas dos barlaques: o *mane veu* paga os búfalos e as luas de ouro e de prata de que era devedor; *o ina ama* dá lhe de presente, porcos e panos.

Até sepultar o morto, entretêm-se a parentela a chorar e a cantar o Néllè. No funeral, transportam-se as pontas e as queixadas dos animais imolados, e colocam-se, junto com uma laje, sobre o coval, mas do lado da cabeça do enterrado. Entre a terra que fica a cobrir este, escolhem um calhau miúdo, e roçam por ele certas

---

[356] A montanha mais alta em território português. O seu maior pico, o Teta-Mai-Lau, acusa 2.950 metros sobre o nível do mar. Filomeno da Câmara fez ali construir uma peanha e erguer um mastro, para completar os 3.000... A nossa serra da Estrela atinge apenas 1993.

[357] O mesmo se observa em Motael (N) e no resto do nosso Timor.

«luas» e outras jóias, que, assim consagradas, se guardam depois como relíquias valiosas.

Mais tarde, procede-se ao *bite-cai-chegue*, enterro do travesseiro ou da esteira, que nunca são sepultados com o defunto (O).

6) Liquiçá — Como, de resto, em toda a colónia, é uso aqui distribuírem-se bebidas e queimarem-se panchões enquanto o cadáver não vai para a cova. Abatem-se animais de cujo peito se extrai um naco de carne, depondo-se este e o fígado junto do morto, para alimento da alma (*blíar*). Durante as veladas, entoam-se cânticos adequados (*néllè*). A abertura da cova exige o sacrifício doutro animal, e se a família é abastada, enterram-se, com o corpo do defunto jóias e moedas.

No estilo de *acoi mate*, os *mane heu* (ramo dos genros), concorrem com búfalos, jóias e dinheiro; os *ina ama* (filhos varões, tios e sogros), com porcos e panos. Realizam-se as permutas, e acorda-se na quantidade e nas espécies dos exemplares zoológicos que se hão de esquartejar em honra do falecido. Sobre a tumba, põe-se o fígado e um tassalho do peito dos animais. O *dato lelo* pronuncia, então, um discurso, invocando as almas, descrevendo a forma mais ou menos sumptuosa com que decorreu o estilo, o número das vítimas, os nomes dos ofertantes, e acaba por aconselhar os espíritos a serem unidos na outra vida (G).

No enterro, depois da primeira camada de terra lançada no coval, dois homens saltam lá dentro e calcam-na, dispondo-se para esse efeito, costas com costas. Se o não fizerem, serão perseguidos pela alma do morto, eles e a família inteira.

Outras práticas supersticiosas consistem em o indígena ter de se lavar quando come carne de porco, para que nessa noite não fique a dormir para sempre, e em o *nai lúlic* amarrar a si a viúva, com uma corda, que depois corta por meio de catana. Evita-se assim que a viúva chore continuamente e venha a morrer, esgotada de tanto se desentranhar em lágrimas...[358]

7) Cova-Lima — O morto é conduzido para a cova, embrulhado numa esteira, caso se trate dum homem da plebe.[359]

Ao enterrarem-no, recordam-se, em voz alta, os artigos que deixou neste mundo: catanas, alavancas, panos, etc. Depois, a parentela retira, vai lavar as mãos e beber água de coco, e guardar os referidos objectos num cesto. É junto deste e na casa em que vivia o defunto, que os parentes dormem durante três noite seguidas.

Antes do enterro, abate-se um dos búfalos, e sobre o peito do cadáver, espalham-se alguns pedaços de carne, um pouco de arroz cozido e os ingrediente para a masca (I).

---

[358] Versão recolhida directamente em Liquiçá.

[359] Caso contrário, enrolam-no em muitos panos e encerram-no num caixão improvisado com um aquediro (versão que recolhi directamente em Suai).

8) Manu-Fahi — Ao caixão, feito dum tronco de árvore, chama-se «kian, camim ai dato», e é costume disporem-se vários manjares em torno do morto. Os cadáveres dos régulos ficavam a mumificar-se durante dois ou mais anos. Se é de família rica, o finado desce à cova com ofertas de masca, dinheiro e jóias, e é envolvido em panos, que devem ser em número ímpar. Se é de gente pobre, amarram-no numa esteira ou num pano único. Crêem os indígenas que as almas vão residir na montanha de Cablaque, e não são poucos os que afirmam tê-las visto e conversado com elas (L).

9) Suro — O estilo reveste-se de formas idênticas. Vêm os parentes com jóias, animais e panos. Durante uma noite, há choradeira pegada, à roda do morto ou sobre uma pedra que foram buscar à sepultura respectiva. Segue-se a permuta das dádivas, e o organizador do estilo mata as cabeças de gado de que pode dispor (K).

10) Ataúro — Sobre a campa, é costume depor-se um sabre, e milho ou feijão, além de um pequeno açafate com betel, cal e areca destinados à masca. Aí, a parentela joga pedras ao covato.[360] Todos os membros da família comparecem no estilo, levando cabritos, porcos, catanas, azagaias e panos. Choram na habitação do morto durante dois dias inteiros. E para que os parentes mais chegados possam continuar a servir-se dessa casa como moradia, têm de oferecer à *ruma leluli,* à casa sagrada, um tributo formado de milho, feijão e carne cozida. Dois meses transcorridos sobre o óbito, levanta-se o luto (*tola cati*), perante os ídolos (*sahi*) do suco. São quatro dias que se gastam em presentes às imagens antropomórficas, e que servem de pretexto para longos banquetes (M).

*

Há vinte anos, descrevia Osório de Castro os costumes funerários do Timor desse tempo:

«Ao ser amortalhado o defunto, diante da parentela, fecham-lhe os olhos e a gente que fala galoli (Manatuto e Vemassim) diz: *Bda matam se odi maghé go parente*. «Fecho-lhe os olhos, porque já aqui estão todos os seus parentes». Ao defunto, à esteira do falecido, é feita uma oferenda de carne. E alguns se deitam aos gritos ao lado do morto, como depois sobre a cova fechada, dizendo que querem ir com ele.

Em sinal de luto, os homens cortam o cabelo após o óbito na família, vestem o pano de dó chamado *chore*; e as mulheres soltam o cabelo pelas costas, arrancam do pulso as manilhas de cores claras.[361] São só enterrados os defuntos quando toda a parentela inumerável da casa se pode reunir para as cerimónias de *hacoi-mate*, ou funerais, o que por vezes demora dezenas de anos.

---

[360] Nalguns montanheses dessa ilha, ainda prevalece o hábito de adaptarem a sepulturas e taparem com pedregulhos, certas cavidades de rochas calcárias.

[361] Costumes já hoje desaparecidos.

«Entretanto, o cadáver, exactamente como usam os indígenas da Ilha Formosa, Indonésios também, um pouco *ustulado* por fogueiras de ervas acesas aos lados da tarimba ou camilha de bambu (*ai hadac*), que serve de leito ao Timor, sobre que é deposto o caixão, feito ao modo australiano, de uma casca ou tronco de árvore escavado à medida do morto, vai apodrecendo numa cabana levantada de propósito ao lado da habitação de família, sendo nos primeiros dias da super-humação velado sempre por mulheres, mesmo por crianças da parentela.

Quando a decomposição é adiantadíssima (por baixo da camilha fica uma bacia para que escorram os líquidos cadavéricos) *esbrazeiam* areia da praia ou da ribeira e lançam-na candente sobre os restos sem nome do morto.

Na boca do defunto, para dentro do caixão monóxido, deitam os parentes, dinheiro, e são também no féretro depostos panos que lhe hão de servir na Outra vida... Os defuntos, mais exactamente, as ossadas, são enterradas perto da casa, alguns me constam dos autos que diante da porta principal da casa de habitação da família. Parece que na ilha de Ataúro são os mortos enterrados em posição vertical. Mas não posso garantir a exactidão do informe. Mesmo os cristãos enterram as crianças recém-nascidas em frente da porta de entrada da casa, senão no interior da moradia. Em certos pontos, são depositados em cima das árvores, nos seus caixões de troncos escavados ou de casca de árvore, os cadáveres dos assassinados. As carpideiras não faltam no cerimónial timorense da morte.

No dia do enterro, todos os porcos, búfalos e cabras que estão no curral da casa são abatidos, para poder a alma dos animais acompanhar a do seu dono. Segue o saímento (loba, lútuco) o cavalo do falecido, envolvido inteiramente nos panos que serão lançados na cova, os olhos do animal resguardados por uma espécie de óculos. Supõe-se que a alma do morto vai montada no cavalo. E até quando ela monta, o cavalo relincha. Em Viqueque, pelo menos, já não é o cavalo sacrificado junto da cova do seu dono. Mas dizem-me que os povos do Oeste o sacrificam ainda hoje.

O féretro é levado desde casa até à cova violentamente, aos empurrões desencontrados, em meio de um tiroteio de espingardas. Cada um dos condutores, já embriagado de tuaca, puxa o caixão para o seu lado, ou aposta um grupo contra outro grupo de condutores sobre qual deles terá mais força. Diz-se isto em galoli: *rassóro mátè*, empurrar o morto. E é uma surriada de troças e gargalhadas quando o féretro vai a terra por cima dos mais fracos.

Vi um cemitério gentílico (no Remexio)... Ao centro da esplanada, um alto madeiro a prumo, fenestrado a meio, para na chanfradura ficarem empilhados os frontais com chifres dos búfalos abatidos nos banquetes dos *hácôi mátè*. Os cadáveres enterrados apenas a meio metro de profundidade; sobre o coval (*ratè*, *sádan*, um revestimento de pedras miúdas, soltas, duas cravadas obliquamente, marcando o lugar da cabeça, e dos pés do morto, creio, e que só retiradas no *hâcoi motè* no tinal do primeiro aniversário.

Um grande banquete da carne dos animais sacrificados termina o cerimónial do enterramento, à volta do cemitério. E mais nada, *per omnia*, após o cerimónial de exéquias do primeiro aniversário, que finda também por um jantar. »

Sobre os enterros dos antigos reis timorenses, encontra-se uma referência, igualmente curiosa, numa obra escrita em 1868, pelo governador Afonso de Castro:

– Quando morria um *liurai*, chamavam-se os *dátòs* e curandeiros das proximidades, e logo que estes proclamavam que o monarca já não era deste mundo, a família, que até aí se conservara queda e silenciosa, prorrompia em gritos, lamentações e prantos, que pareciam sentidos.

Os *dátòs* juntavam-se depois em conselho, afim de decretarem as demonstrações de luto. Durante sete dias, ficavam suspensos os trabalhos de campo, era proibido mascar betel e areca, os homens cortavam as cabeleiras — que nessa época usavam compridas como as das mulheres — e estas passavam a trazê-las soltas pelas costas abaixo. Enviavam-se mensageiros aos parentes do defunto, convocando-os com urgência, porque «o *liurai* estava em perigo».

Em torno do cadáver, amortalhado e fechado num grosseiro caixão, dia e noite carpiam as mulheres da família,[362] sentadas em esteiras, até que, ao cabo de muitos dias, já reunida a parentela mais chegada e aglomerado o povo ante a câmara mortuária, abria-se o esquife e exibia-se o cadáver, já decomposto e fedorento. Corno sucede ainda hoje, os timores desse tempo pouco se impressionavam com os maus cheiros.

Terminada a cerimónia, esvaziava-se a casa do defunto, deixando este fechado até ao dia do enterramento, que muitas vezes se fazia dali a anos, e outras vezes nunca se chegava a realizar.

Marcada, finalmente, a data do enterro, ao qual devia, então, comparecer toda a parentela, — enquanto esta não chegava, disparavam-se tiros contínuos de espingarda, «cópia dos costumes europeus», observa Afonso de Castro.

Os parentes eram obsequiados com um banquete, que durava enquanto eles não se punham em debandada. Era espantoso o número de búfalos, porcos e cavalos, abatidos e cozinhados para servir os hospedes, tão grande que frequentemente reduzia as famílias à miséria.

Os defuntos, na sua maior parte, ficavam insepultos, porque se tornava preciso reunirem-se todos os elementos da parentela. Guardavam-nos, então, dentro de toscos caixões calafetados, em choupanas para isso destinadas ou em gaiolas construídas sobre altos espeques de madeira.

«Por falta de um parente — acrescenta Afonso de Castro — há reinos em que se não faz enterro há mais de um século».

Logo que o rei adoecia, não tardava que aparecesse alguém a atribuir a doença a maus olhares de um ou outro desgraçado suspeito de *suanguice*. Se o monarca expirava, dizia-se que os *suangues* lhe tinham «comido o espírito». Os acusados eram presos, amarrados de pés e mãos, e matavam-nos à paulada ou

---

[362] Dois homens — dois oficiais, se se tratava dum rei — velavam constantemente o defunto, depois do homem de virtude verificar e sentenciar o óbito. (Bento da França, Timor, Bibi. do Povo e das Escolas, 1891).

enterravam-nos vivos. Os seus haveres sofriam confisco imediato, sendo divididos entre os acusadores e a família do defunto (Q).

Corte do Régulo de Marôbo
(circunscrição de Bobonaro, 1928)

IV
Usanças várias

1 — DIREITO SUCESSÓRIO

1) Oé-Kussi — Os filhos dum casamento que se celebrou sem dote, ficam na posse dos avós maternos ou na do novo marido da mãe, se esta casa de novo. Mas se o segundo barlaque foi igualmente contratado sem dote, metade da prole é entregue aos avós paternos e a outra metade posta sob a alçada da mãe e do novo marido. O padrasto exerce sobre esta parte dos enteados, todas as atribuições do poder paternal.

Quando também morre a viúva, procede-se à divisão dos bens, com a assistência dos tios de ambos os lados. As filhas casadas não herdam. Se não há descendência, os bens do casal revertem para os pais do finado, e, por morte deste, para os irmãos. Falecendo um marido polígamo, a herança é partilhada por todas as suas mulheres, quer tenham ou não filhos. Não há testamentos nem quaisquer cerimónias destinadas a legitimar as heranças. As dividas do extinto são pagas pelo cônjuge sobrevivente, auxiliado por todos os filhos. As rezes dos que morrem sem deixar herdeiros legítimos, são abatidas nos estilos fúnebres, e os outros haveres, caso existam, assenhoreia-se deles quem tome a iniciativa de ordenar e custear os estilos respectivos.

Contudo, em Oé-Kussí, como nos outros comandos, objectos há, luas, mutiçalas, etc., que as usanças tradicionais inibem de ser divididas pelos herdeiros. *Bale manassi*, é o nome que se dá a essas jóias, no dialecto *baiqueino* falado no enclave. São relíquias de avoengos, que passam de pais a filhos, e que estes conservam sempre juntas, com uma certa religiosidade.

Antes de morrer, o chefe do casal pode, todavia, dispor de alguns bens, dando-os, como lembranças, a parentes afastados ou a estranhos, desde que esses objectos lhes pertençam verdadeiramente, e não sejam daqueles cuja posse ou usufruto caiba ao casal. O grosso dos haveres mantém-se em comum, e fica à guarda do sobrevivente, e é desse conjunto que vão saindo animais e jóias, de que os filhos varões necessitam para satisfazerem os dotes, aos pais das mulheres com

quem se casam.[363] Das irmãs ou filhas, à proporção que se barlaqueiam, recebem-se os respectivos dotes, que ficam também em comum. Morto o último cônjuge, é com os irmãos, e, na falta destes, com os tios paternos e maternos, que os pretendentes às raparigas terão de se entender para os ajustes de casamentos, e revertem, então, para àqueles os novos dotes resultantes de tais consórcios.

Dos dois cônjuges, o que primeiro morrer tem o direito de contemplar com alguns bens, mesmo com plantações ou animais, um dos seus filhos, o qual, se for casado, pode retirá-los imediatamente do casal, depois da morte do doador. A partilha da fortuna restante, pelos filhos varões e fêmeas solteiras, só tem lugar após o falecimento do último consorte (E).

2) Manatuto — A propriedade é indivisa e o cabeça de casal não pode alienar os bens imóveis, dos quais se considera mero detentor. Só se partilha o usufruto. As dívidas passam para a responsabilidade do novo chefe de família, mas prescrevem se ficaram como segredo do defunto. Caso a viúva faleça sem deixar descendência varonil, é a filha mais velha quem lhe sucede como cabeça de casal. Se o defunto era polígamo, os bens ficam confiados à mais antiga das suas mulheres (B).

«É obrigatório o casamento do irmão sobrevivente com a cunhada viúva (*levirato*),[364] e é permitido com a madrasta viúva. Não se paga novo barlaque pela união com a cunhada da madrasta, pois que, como dizem, já o preço da mulher foi pago pelo falecido irmão ou pai.

«Toda a fortuna do chefe de família passa indivisa para as viúvas e para os filhos de todos os barlaques; do irmão casado e sem filhos, para os irmãos. É indispensável irem uns herdeiros morar na casa do autor da herança. As viúvas dos tios ficam até à morte, senhoras respeitadas, da casa dos maridos» (A).

3) Motael — Quando o barlaque não foi pago por completo, por morte do pai, os filhos cabem à mãe, e por morte desta, a seus pais ou tios paternos. O sucessor ou herdeiro é o filho mais velho, mas por vezes é o primeiro que se consorcia. A casa, porém, continua indivisa como um vínculo (N).

A transmissão da propriedade segue a linha masculina, Sobre o filho mais idoso recaem as obrigações de chefe de casal, o dever de sustentar a viúva e os irmãos. Se não há filhos, a herança atribue-se ao irmão mais velho do falecido, ou ao pai deste. Acontece, porém, que os filhos, às vezes, dividem entre si a herança, quando algum mais espertalhão assim o reclama, e vê-se também, embora excepcionalmente, quando só há prole feminina, imporem-se os maridos das filhas e estas apropriarem-se do património, que, segundo os usos tradicionais, deveria ir

---

[363] Na conservação em comum desses bens, há o receio supersticioso de que as almas dos mortos não deixem os vivos em paz, se estes os partilham.

[364] Igual costume existe entre judeus, estabelecido pelas suas antigas leis, com o fim de assegurar a continuidade da família.

para a linha varonil. Havendo apenas filhos adoptivos, são estes os herdeiros (D). As filhas casadas só herdam quando não há filhos ou sobrinhos paternos. Não tendo o finado nem filhos nem irmão, a herança reverte para o pai ou tio paterno. Não há testamentos, e a viúva tem de contrair segundas núpcias com um cunhado, o que é feito sem cerimonial nem pagamento. Só não havendo cunhados solteiros ou se estes prescindirem dela, é que a viúva poderá barlaquear-se com um estranho, mas nesse caso, estando o primeiro barlaque já integralmente pago, são os sogros que lhe escolhem o marido e recebem o dote respectivo (J).

4) Viqueque — Aqui, é a viúva que tudo herda, ficando com o encargo de prover à alimentação dos filhos. Morrendo ambos os cônjuges, e na hipótese de o filho mais velho não ser ainda crescido, são os avós ou os tios que tomam conta dos bens, reservando as partilhas para quando aqueles atinjam a maioridade (C).

5) Ataúro — A viúva deve ligar-se com o cunhado. Se porventura o não tem, dispõem dela os sogros, aos quais é forçada a prestar os serviços de que eles necessitem. Para se desobrigar ou casar com estranho, precisa de reconhecer aos mesmos sogros o direito de receberem, ou a restituição de uma parcela dos valores gastos no primeiro barlaque, ou os filhos fêmeas que deste tenham nascido. Os filhos varões permanecem com a mãe, como permanecerão as fêmeas, se aquele barlaque não haja sido pago por completo.

Nesta última hipótese, se o barlaque não chegou a ser liquidado, cabe à viúva o usufruto dos bens do marido, durante a menoridade dos filhos varões. Quando estes se emancipam, a partilha é feita por eles, atribuindo-se às filhas só um pequeno dote, e ficando a mãe com metade dos haveres adquiridos pelo casal respectivo (M).

6) Maubara — O direito sucessório, compete ao filho mais velho. Viúva sem filhos não herda, a não ser que se junte com o parente mais chegado do marido, o que, de resto, é sua obrigação. Mas nesse caso, reverte para o segundo marido a qualidade de sucessor (O).

7) Manu-Fahi — Tendo o finado mais de uma mulher, a herança beneficia apenas os filhos da esposa mais antiga no casal. A partilha tem lugar após a morte do pai e da sua primeira consorte (L).

8) Cova Lima — Por morte do cabeça de casal, dividem-se os bens por todos os filhos. Mas a partilha não se efectua enquanto a mãe é viva (1).

9) Suro — Nesta região, como nas outras de Timor, o irmão do falecido tem o direito de preferência no segundo barlaque da viúva. A sucessão, a guarda dos bens familiares, pertence a esta, que exerce esse papel, ajudada pelos filhos. Morrendo ela, e sendo os descendentes ainda menores, substituem-na os cunhados, e, na falta destes, os irmãos. Da tutela, prestam-se contas quando a prole chega a

maioridade. Nessa altura as funções sucessórias passam a ser desempenhadas pelo filho mais velho, homem ou mulher, mas por esta somente enquanto solteira, sendo, depois do casamento, transferidas para o irmão imediato.

Se a viúva se consorcia de novo, mas fora da família do marido, os filhos que haja, caso sejam menores, são recolhidos pelos avós paternos, e só quando não existam parentes desse lado é que acompanham a mãe, ficando, assim, sob a alçada do padrasto, «o pai pequeno».

Os testamentos são raríssimos, e mais raro ainda conformarem-se os herdeiros com as suas disposições.

Antigamente, não se dividiam os bens do casal. E hoje mesmo, as partilhas são pouco frequentes, procedendo-se elas apenas quando surgem graves dissenções na família. A interdição só se verifica por alienação mental, (que em todo o Timor é inofensiva e rara) (K).

10) Liquiçá — As partilhas executam-se por morte de ambos os cônjuges, e são dirigidas pelo filho mais velho. A este cabe uma fracção maior dos bens, e, em contrapartida, maior soma de encargos no pagamento das dívidas legadas pelos progenitores. Não havendo filhos legítimos, a herança pertence ao irmão de mais idade, e, na falta deste, ao parente mais chegado. Nesta zona, também se desconhecem os testamentos (G).

*

Os filhos adoptivos são tratados pelo nome de *caquiac*, em Manatuto; de *ana húdi*, em Motael; e de *ana paa'a*, em Maubara. Geralmente, tanto em Manatuto como no resto da colónia, são sobrinhos de quem os adopta, e só os adopta quem não tem filhos legitimes (B). A adopção é vulgar nos casais sem filhos, quer em Oe-Kussi quer no Suro (E e K). Às vezes, nem parentes são. Trata-se de órfãos ou abandonados, que encontram sempre, entre os timores, quem lhes dê asilo em sua casa e os trate como filhos (E e K). Deve mesmo notar-se que na colónia não há crianças expostas, e se alguém abandona alguma, o que é raríssimo, fá-lo apenas por descuido, deixando-a extraviar-se no percurso de circunscrições estranhas, onde foi assistir aos bazares ou negociar cabeças de gado. Os filhos adoptivos, ou sejam obtidos por compra, ou tenham sido encontrados ao abandono e recolhidos pelo primeiro que os topou, só herdam quando não há filhos legítimos. Havendo-os, receberão destes o que lhes quiserem dar (N e O).

II — NOMENCLATURA DOS PARENTESCOS

1) consanguíneos

Avô: *dada boba* (Baucau); *tata* (Suro) ; *naif* (Oé-Kussi); *ba'ir latic* (Manatuto); *tata ama* (Motael e Cova Lima).

Avó: *nana ina* (B) ; *tata ina* (S); *bei* (O); *beir heit* (Manat.) ; *tata vine* (Maub.) ; *nana me* (C. L.).

Bisavô: *nano boba* (B); *bei tata* (C. L.); *bei nana* (Maub.); *uain látic* (Manat.).

Bisavô: *nano ina* (B.) ; *nair heit* (Manat.). Trisavô: *nuqui* ou *niqui* (B.); *bei nana cala* (Maub.); boi úbun (C. L).
Pai: *boba* (B.); *ama* (Mot. e C. L.); *inan* (S.); *aman* ou *tata* (O.).
Mãe: *ine* (B.) ; *ime* (Mot.) ; *ina* ou *teta* (O.) ; *inam* (C. L. e Manat).
Filho: *mata* (B.); *ana* (Mot., O. e S.) ; *oan mane* (C. L.); *ana mamane* (Manat.).
Primogénito: *ina uai* (B.); *maun bote ou cava ic* (C. L.) ; *caca* (Mot.) ; *ca* (S.).
Filho intermédio: *tamedá* (B.) ; *mane loba* (Mot.) ; *clarau* (C. L.);
Filho último: *uaí hula* (B.); *larion ou niane ion* (Mot.); *alin* (C. L.) ; *cau* (S.).
Filha: *mata* (B.) ; *ana ine* (Mot.) *oan feto* (e. L.) ; *ana batata* (C. L.).
Filha mais velha: *tebó me hulo* (irm. mulher de mais idade) (Mot.); *topô* (S.).
Filha intermédia: *tebó loba* (Mot.).
Filha mais nova: *tebó ion* ou *tebó larion* (Mot.); *topo lóbac* (S.).
Irmão: caca (B.); *hali* (Mot.); *ba'i* (Manat.).
Irmã: caca (B.); *tebó* (Mot.); *bat ha huir* (Manat.).
Neto: *mada niata* (B.); *laco* (S.); *ubo* (Mot.); *bein oan* (C. L.) ; *bein aut mamane* (Manat.).
Neta: *ubo ine* (Mot.); *bein ante batata* (Manat.).
Bisneto: *nanu mata* (B.); *tata oan* (C. L.); *ubo* Mot.).
Trineto: *niqui mata* (B.).

2) De afinidade

Sogro: *bague assucai* (B.); *nat* (S.); *ina mane*, (tio homem) (Mot.); *baba* (O.); *bani* CC. L.); *banir mamane (*Manat.).
Sogra: *bague tufurai* (B.); *baba bife* (O.); *baba* (C. L.); *banir batata* (Manat.); *cai* (S.).
Cunhado: *nai* ou *lia* (Mot.); *ria* (C. L.); *lia* (S.).
Cunhada: *nai ine* (Mot.).
Genro: *mani hou* (B.); *mane heu* (hotnem novo) (Mot.); *none feu* (O.); *mane feu* CC. L.) ; *mane hou* (Manat.).
Nora: *fanufa* (B.); *me heu* (Mot.); *ume tuan* (O.); *uma na ine* (C. L.) ; *bata heu* (O).
Padrasto: *boba fala* (B.); *ama loba* (pai pequeno) (Mot.); *ama* (C. L.); *nam* (Manat.).
Madrasta: *ina fala* (B.); *ina loba* (Mot.); *ina* (C. L.); *nam* (Manat.).
Enteado: *mata fala* (B.); *ana* (Mot.); *oan belu mane (*C. L.); *ana mamane* (Manat.).
Enteada: *ana hine* (Mot.); *oan belu fetu* (C. L.); *ana batata* (Manat.).
Tio: bobo (B.); *nai* (O.) ; *obu* (Manat.).
Sobrinho: *tuumata* (B,); *ana* (Mot.); upo (O.); *feio-oan-man* (C. L.); *inan hon* (Manat.).
Sobrinha: *ana ine* (Mot.); *feto-oan-feto* (C. L.); *bata heu* (Manati).
Sobrinho mais velho: *tala* (O.). Idem mais novo: *oli* (O.).
Primo: *boba caca* ou *boba noco* (primo grande ou pequeno) (B.); *caca* (Mot.).
Prima: *ina hato* (B.); *caca ine* (Mot.).
Primos: *cacala* (Maub.).
Padrinho: *boba sarani* (B.); *mau halin* (Manat.).

Madrinha: *near sarani* (Manat.).
Afilhado: *mata sari* (B.); *aman sarani* (filho como cristão[365]) (Manat.).
Afilhada: *anar sarani* (Manat.).
Irmão *colaço* ou *adoptivo*: *mata fala* (Bj.

III — SISTEMA DE CASTAS

1) Timor Holandês — A população dividia-se em três castas: a dos escravos, a dos nobres (*dacis*) e a dos homens livres (*ema renu*). Castas fechadas, pois se interdizia o matrimónio entre elementos de castas diferentes.

Os *dacis* tinham o tratamento de *nai* (senhor) e os reinantes usavam os títulos de *nai lulic* (senhor sagrado), *rai naim* (senhor da terra) e *ata-naim* (senhor dos escravos). Para que um indígena fosse *daci*, tornava-se necessário que houvesse nascido, realmente, do barlaque de um *daci-mane* com uma *daci-feto*, e só um verdadeiro *daci* podia aspirar a ser eleito régulo.

Se uma *daci* se abandonava a uma criatura de casta inferior, e dessas relações vexatórias, surgia uma criança, esta e o pai eram eliminados, e a mãe, excomungada da família. Sendo, porém, o pai um autêntico *daci* e a mãe de geração plebeia, o filho recebia a classificação, já honrosa, de *dato*.[366]

Na casta dos escravos, distinguiam-se duas espécies: os escravos pessoais, que eram propriedade individual deste ou daquele fidalgo ou homem livre, tais como os búfalos e os cabritos que estes possuíssem; e os escravos do reino, propriedade colectiva, em condições idênticas às casas sagradas e a outros bens comunais e indivisos. Aos primeiros, chamavam-se *átan* ou *oan caruc*, filhos esquerdos; aos outros, mendic, sendo homens, e *feto-rai clóssan*, quando mulheres. Em relação à origem da sua servidão, os escravos dividiam-se ainda em três categorias: aqueles cuja liberdade fora confiscada por carência de pagamento de multas impostas pelos chefes, e que estes podiam conservar em seu serviço ou pôr em almoeda; os prisioneiros de guerra; e os escravos de nascimento[367].

Os escravos do reino, sem residência nem dono certo, eram os que viviam em pior regímen, alugados a prazo, girando de mão em mão, sob os maus tratos e a hostil desconfiança dos patrões, sempre receosos de fugas que os prejudicassem. Mas, se

---

[365] Sarâni, palavra tétum que para todos os timores significa «cristão»

[366] Isto nas terras de Tétum-Norte (de Fialára a Mandeu). Nas do Tétum-Sul (de *Uai-Hico* a *Fatu-Aruein*, *Uai Hali*, etc.), o sistema matriarcal do matrimónio atribuí às crianças, a casta da mãe. A filha duma *daci* é sempre *daci*, embora o pai seja plebeu ou mesmo algum china. No Timor Português, ao filho de chinês e timora, chama-se *bába*. Os *babas* foram intrigantes perigosos em todas as revoltas indígenas. Há vários entre as antigas famílias reais. O régulo de Suai é baba, como o é o de Alas, esse D. Carlos, que nos foi infiel na revolta de 1912 e cuja esperteza tem muitas vezes abusado da boa fé de certas autoridades da região.

[367] De vez em quando, iam do nosso Timor para o holandês levas de escravos que se liquidavam por quantias que variavam entre 110 e 130 florins, se porventura eram exemplares escorreitos, fortes e sem mazelas. O florim vale hoje mais ou menos doze escudos. Em 1928 orçava por oito. Naquele tempo devia andar por um cruzado.

tivesse a sorte de alcançar um dono definitivo, já a vida dum escravo melhorava; integrava-se na família de quem o houvesse comprado, passava a ser designado por filho esquerdo e, considerado agora como filho ou irmão adoptivo, já tratava os patrões por pai e mãe (*ana* e *ina*). Uma vez por outra, recebia castigos corporais, mas a titulo de correctivo paterno e sem que houvesse prazer em brutalizá-lo. Vivia à custa do dono, auxiliava-o nos trabalhos agrícolas e, quando chegava à altura de barlaquear-se[368], assistia-lhe o direito de construir uma casa para si, próxima da do patrão, ou mesmo longe, caso fosse consorciar-se em tribo distante. A partir dessa data, punha-se a arrotear hortas em seu único proveito, alimentava-se a si próprio e dispunha a seu talante do tempo que lhe sobrasse, depois dos serviços que prestava ao dono, serviços espaçados, para os quais o convocavam em ocasiões de amanho de plantação ou concerto de palhota. Surgindo dificuldades monetárias, havia mútuos empréstimos entre patrão e escravo. Todos os bens adquiridos por este fora dos referidos serviços, constituíam sua propriedade exclusiva e deles podia fazer o que entendesse.[369]

O régulo, por seu lado, contava à sua volta um bando de escravos que já se não atreviam a chamar-lhe *ina ama*, pois o tratavam por *nai*, estando subordinados apenas a ele, sem deverem obediência aos *tumúcum*. Uma parte dos escravos da corte tinha a seu cargo velar pelas relíquias familiares do régulo, guardadas no *pomali*. Alguns, pela influência que desfrutavam junto do *liurai*, chegavam a ser destacados na consideração dos *tumúcum*, como, aliás, sempre sucedeu aos favoritos dos reis.

Aos *dátòs* dava-se, em geral, o qualificativo de *nai dato*, e aos outros fidalgos, aos *tumúcum* e *féricatuas*, atribuíam-se os títulos de *dato fúcuin* e *dato féricatuas*. Nenhum deles, contudo, podia aspirar ao régulado. Por morte dum rei, quando não havia dentro do reino, sucessores da categoria privilegiada dos *dácis*[370], ia-se procurar fora das fronteiras, alguém de igual hierarquia, cuja compra se negociava com os respectivos chefes. Em média, o preço orçava por mil florins, mas o pagamento demorava longos tempos a liquidar, saldando-se, às vezes, os débitos com a entrega dum descendente do *daci* adquirido. Assim, o povo de Lassiolate recebeu do de *Daci*[371] uma vergontea do régulo de Lídaque, casado com uma *daci* do segundo desses remos, e tê-lo em troca dum *daci* de Lassiolate fornecido anteriormente ao reino de Djenil (P).

---

368 Em virtude das obrigações inter-familiares criadas pelo vassau-umane, raramente se casavam os homens livres com escravas. Podiam amancebar-se, mas os filhos delas eram também escravos. Só o não eram os descendentes de relações entre mulheres livres e escravos, quando estes fossem, não maridos delas, o que não era lícito, mas amantes.

369 Como eram fáceis as deserções para os reinos vizinhos, e as desinteligências mais ou menos latentes que havia com eles, não permitiam a extradição dos fugitivos, e como os patrões encontravam nos escravos, defensores das suas pessoas e plantações,— natural se tornava que fossem bem tratados pelo interesse egoísta dos donos, com atenções que redobravam para com os escravos por ascendência.

370 O *daci* reinante intitulava-se *cornel*, «sobrevivência da antiga soberania portuguesa» (P).

371 A essa região chamam os portugueses, *Juanilo*.

2) Timor Português — Escravos (*ata ou lutuhum*), houve-os em todo o nosso Timor, caçados na guerra ou obtidos por compra, mas a escravatura revestia se igualmente de um aspecto humano, quase suave. Em Motael, preferiam-se as crianças, porque não fugiam tanto, e mercavam-nas por dois a cinco búfalos. Para se ligarem à casa do novo dono, era da praxe, no dia de entrada, dar-lhes a comer carne de porco. Herdava-se um escravo como quem herda uma plantação. Transmitiam-se, não se libertavam (N);mas podiam ser adoptados como filhos, tanto em Motael como em Maubara (O).

Em Manatuto, a situação era a mesma: criados obrigados. Cediam-nos a troco de um a dois cavalos ou búfalos. Tinham jus a casar-se, mas não a abandonar o domicilio do dono. Hoje ainda, raro é o chefe que não traz crianças ao seu serviço. Servem-lhe de moços para as tarefas ligeiras da casa ou dos arrozais, e chama-se-lhes *cloçan oan beiis*. São uma espécie de escravos, oferecidos pelos pais em troca de presentes[372], à laia duma filha que dão em barlaque, ou, quando já adultos, são indígenas vadios ou ralaços que, a título provisório, vêem pedir que o chefe os tome à sua conta, e assim, espontaneamente, renunciam à sua liberdade a troco apenas de comedorias garantidas e do imposto pago anualmente pelo patrão (B).

Em Maubara, comprava-se uma mulher por duas a dez libras, e um homem por meia libra a sete libras. Quanto mais idoso, menor o valor. Depois do negócio feito, de ordinário libertava-se o escravo. O dono respectivo entregava uma libra e dez florins ao seu *ina ama* (pai afim, *umamane*), este imolava um bácoro, colocava betel e areca junto das relíquias sagradas, a masca era depois desfeita em saliva e com ela se esfregava a testa e o peito do liberto. Sendo defeso o casamento de indivíduos livres com escravos mercadejados, não sucedia, porém, o mesmo com escravos, prisioneiros de guerra, que assim se resgatavam, ganhando, na família do proprietário, honras iguais às dos filhos ou irmãos (O).

Escrevia Osório de Castro: «Creio que há entre os Timores a adopção e nela talvez se venha a disfarçar a escravatura. Antigamente as guerras e razias forneciam de escravos o povo vencedor[373]. Chamavam-se, chamam-se ainda, *lutuhum*, «os de cercado a dentro» (de *lutu,* pagar ou cercado, bardo, redil). Valem uns cinco búfalos os escravos crianças, os bichos, como eles dizem; um ou dois búfalos apenas os escravos adultos» (A).

Noutro passo da mesma obra, lê-se esta referência aos patrimónios dos régulos: «Os régulos podem barlaquear-se com filhas de principais ou do povo do seu reino. Mas um dos seus barlaques há-de ser infalivelmente com filha de outro régulo, já uma endomia de classe, pois só de entre os filhos desta união pode ser feita a eleição de novo régulo. Ao povo cabe mesmo impor a aliança a fazer, que importa um aliança política» (A).

Em meados do século XIX, Afonso de Castro, opinando, o que é discutível, não haver, em Timor, castas definidas, mas três classes muito distintas, dizia que a

---

372 O mesmo sucede em Dili, com filhos de plebeus e até de chefes de Motael, Manu-Fahi, etc., que são postos a «educar» em casas de pequenos funcionários mestiços e indianos.

373 Em Motael, um homem livre não podia também casar com prisioneiras de guerra (N).

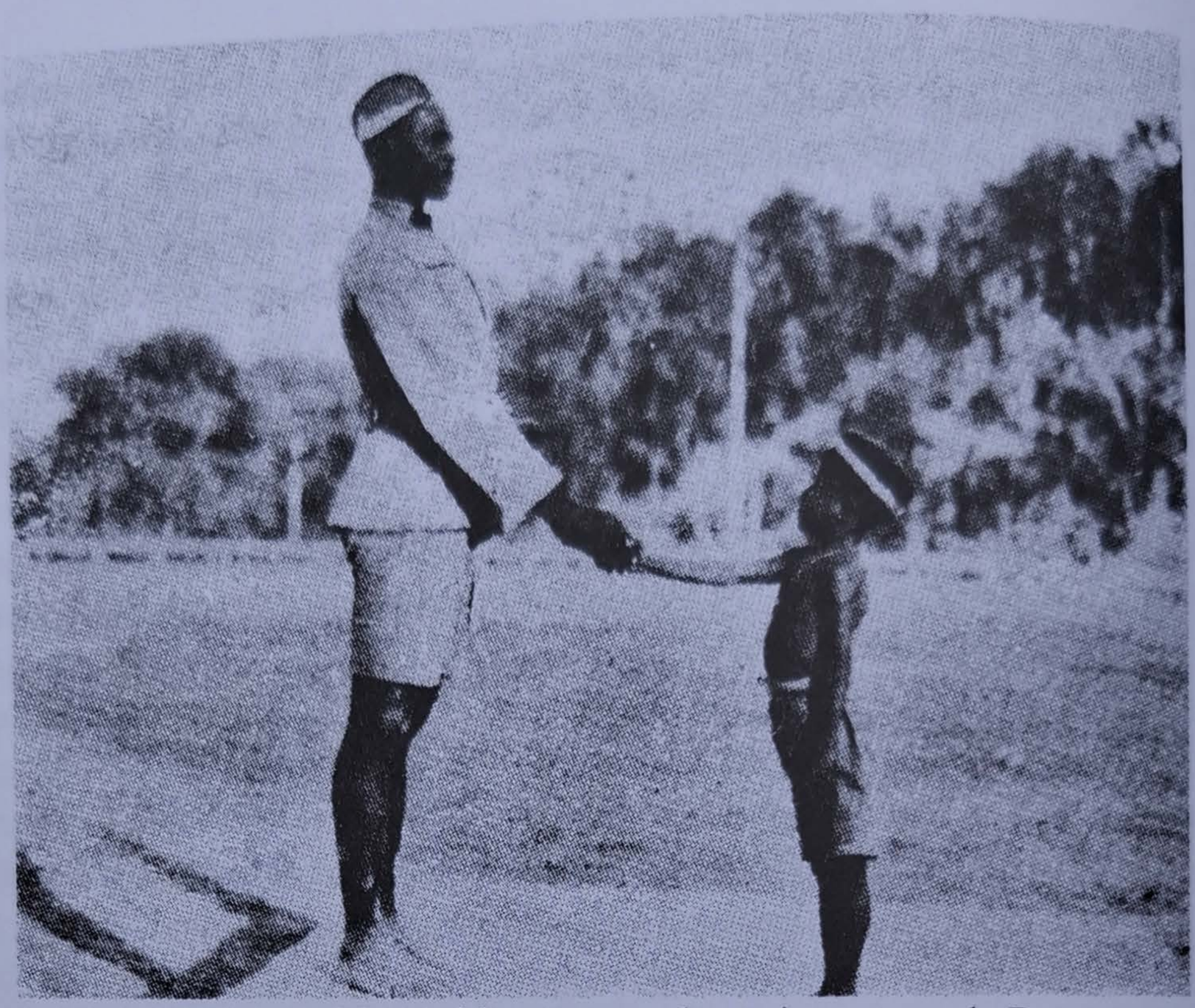
primeira era formada pelos *datos*, *tumungões* e «oficiais», a segunda pelo povo[374] e a última pelos escravos. Os donos destes consideravam-se senhores absolutos das suas pessoas, e as nossas leis[375], ainda por aplicar, não tinham modificado tal regímen. No entanto, visto serem antigos prisioneiros de guerra, os escravos recebiam um tratamento pelo qual se igualavam quase aos membros da família a que estavam adstritos Se lhes era concedido o pagamento da *finta* para o governo, ficavam logo remidos, entrando na classe dos donos, quer estes fossem *dátòs*, quer plebeus. Só com os escravos do reino (*lutuum*), servidores do rei, é que se não operava semelhante ascensão social. Os escravos do rei, espécie de servos da gleba, lavravam-lhe as terras e pastoreavam-lhe o gado, mas não podiam ser vendidos, como igualmente não podia o rei alienar as terras que eles arroteavam, e das quais o *lelorai* era apenas usufrutuário. Não abundavam em Timor os escravos, tal era a facilidade com que se remiam, e o seu trafico para fora da ilha reduziu-se depois do Descobrimento ao transporte de alguns deles para Macau (Q). «A débil constituição dos naturais não atiçou o apetite dos negreiros» — esclarece Afonso de Castro, referindo-se, por certo, aos habitantes do litoral, pois que os montanheses, geralmente, são figuras bem arcabouçadas.[376]

---

[374] Como notava Osório de Castro, o geral da população do seu tempo (1906) vivia, como aliás sucede ainda hoje, «em povoados (*cnua quique, cnua ôan, cnua ou léo,* **em tétum**; *lihò, ili caquénoque, íli* em galoli), pelas praias e pelos montes, até 2000 metros de altitude (Turiscai) e **castrametadas** quase todas as aldeias de tranqueiras ou cótà (cf. *cótà,* em malaio, cidadela fortaleza) como os nossos *castros* e *citanias* de há 2000 anos.
«As casas, *uma* em galoli e em tétum, (*rumah*, em malaio, *umah*, em javanés), ao modo das *terramaras*, das *palafitas* dos primeiros tempos quaternários da Europa, como os da Península malaia ou da vizinha Celebes, armadas sobre estacas ou esteios esteiros, no dizer de Fernão Mendes Pinto, de um metro e meio acima do nível do solo, são em geral de um só sobrado, tecto de colmo, ou de rama de palmeira, de quatro águas, formando uma aresta terminal levantada, por onde sai o fumo, paredes de esteiras de bambu espalmado. Entre a estacaria que sustenta a casa, fica à noite recolhido o gado.
«Mas já as casas em muitos pontos assentam directamente no solo, como a *umah* javanesa (A)».

[375] O dec. De 14.XII-1854 (Marquês Sá da Bandeira) ordenara o registo dos escravos do reino e ultramar, determinando que todo o escravo importado por terra (quer por mar, opunham- -se os tratados internacionais), passasse à condição de liberto, devendo servir o seu dono por um período de dez anos, O dec. de 24-XII-56 declarava livres todos os filhos de mulheres escravas, e o de 26-IV-58 fixava à escravidão em todas as nossas possessões um prazo de 20 anos, findo o qual seriam indemnizados os proprietários de escravos que então existissem.

[376] A gente das povoações costeiras é geralmente fraca devido ao paludismo do litoral e a recursos alimentares que são ai mais deficientes. No interior há mais fontes, o mosquito anofelis é raríssimo e o calor não dessora os indivíduos.



Um soldado landim, de Moçambique, e um aluno timorense, de Baucau: Gungunhana e João Bento (1932).

IV — ALIANÇAS COLECTIVAS

No Timor Holandês (região dos Belos), os pactos de sangue eram praticados, tal como na parte portuguesa, para defesa de interesses mútuos e secretos, não raro criminosos, garantindo-se, assim, pela transfusão de glóbulos sanguíneos, auxílio recíproco de bens e de pessoas. Num pequeno vaso, vertiam os pactuantes o alcoólico *arak*[377] e juntavam-lhe uma pitada de terra e algumas gotas de sangue. Sobre a vasilha, colocava-se uma catana sagrada. Invocando seguidamente o testemunho de Deus e do Espírito da Terra, os contratantes juravam ficar amigos e aliados até à morte, e praguejavam para que fosse vítimado pela catana quem dos dois traísse o juramento. No final, procedia-se ao sacrifício dum cabrito ou dum frango, em holocausto ao Espírito da Terra. O vaso era depois emborcado por ambos, que o tragavam até à ultima gota.

Implicava o pacto de sangue, a troca de presentes valiosos, e obrigava, não só quem os celebrasse, mas os respectivos descendentes, sem limite de gerações. Feito entre os régulos, obedecia ao propósito de pôr termo definitivo a guerras e roubos: os súbditos duma parte e doutra passavam a conceder-se hospitalidade, como um dever sagrado. Quando um indígena qualquer se encontrava em terra que fosse aliada por via dum pacto de natureza tão imperativa, em todas as casas lhe forneciam gratuitamente asilo e subsistências. Mercê dum direito a que se dava o nome de

---

377 Designação que a língua malaia dá ao vinho de palmeira (*tuaca*).

moruk métam (amargo preto), não carecia o forasteiro de esperar convites ou ofertas para entrar na primeira habitação que lhe aparecesse pela frente e apropriar-se do que justificadamente necessitasse[378] (P).

Em Oé-Kussi, diz um comandante do enclave, não existia a troca de sangue,[379] o *cora* (E), que se praticava noutras regiões, como em Liquiçá, onde se lhe chamava *eno rá*. Em todo o caso, faziam-se em Oé-Kussi juramentos, pactos de aliança, os *apam-lehu*, se bem que, exclusivamente, por ocasião de guerra e sem intervenção sacerdotal. No antigo reino de Maubara, os pactuantes misturavam o seu próprio sangue com o de um cabrito, e quando se tratava duma convenção entre dois reinos, bebiam, pelo menos todos os magnates de ambos os territórios, em grande e fraterna reunião (O). No Suro, dava-se o nome de *iaha* a essa assembleia (K). Em Manu-Fahi, o *hemu-ran* (beber sangue) garantia a qualquer individuo, ao encontrar-se em povoações de aliados, o direito de colher as frutas de que precisasse (L).

As alianças mais seguras obtinham-se, porém, em toda a ilha, por meio de casamentos entre régulos e principais de reinos diferentes. Tal como na Europa, onde os monarcas são quase todos parentes uns dos outros e se tratam, na correspondência oficial, por «primos muito amados»...

Com os barlaques reais, ficavam as famílias dos soberanos timorenses enlaçadas pelas fortes amarras do *fetosae-umamane* e constituíam-se obrigações hereditárias de intercasamentos, que redundavam numa aliança inviolável sob pena de castigos sobrenaturais, de sucessivas gerações reinantes. Era esse o motivo porque Celestino da Silva, constantemente no segredo de todos os projectos esponsalicios das casas reais indígenas, sempre na intimidada destas, por via duma rede de esculcas, homens e mulheres, espalhados sobre toda a colónia, atribuía uma alta importância a esses casamentos e neles intervinha, pela intriga ou pela coacção, de modo a evitar ligações dinásticas entre chefes de cuja fidelidade suspeitava e a reforçar com elas certos reinos de cuja garantida obediência se servia para ameaçar ou bater aqueles.

V — A HIERARQUIA DOS CHEFES

1) Oé Kussi — Antigamente, pagavam os indígenas aos respectivos chefes, um imposto a que davam o nome de *tapa-aba*, correspondendo ao *rai-té* do Timor-Leste. «A terra era dos régulos, os súbditos meros ocupantes. Os governos

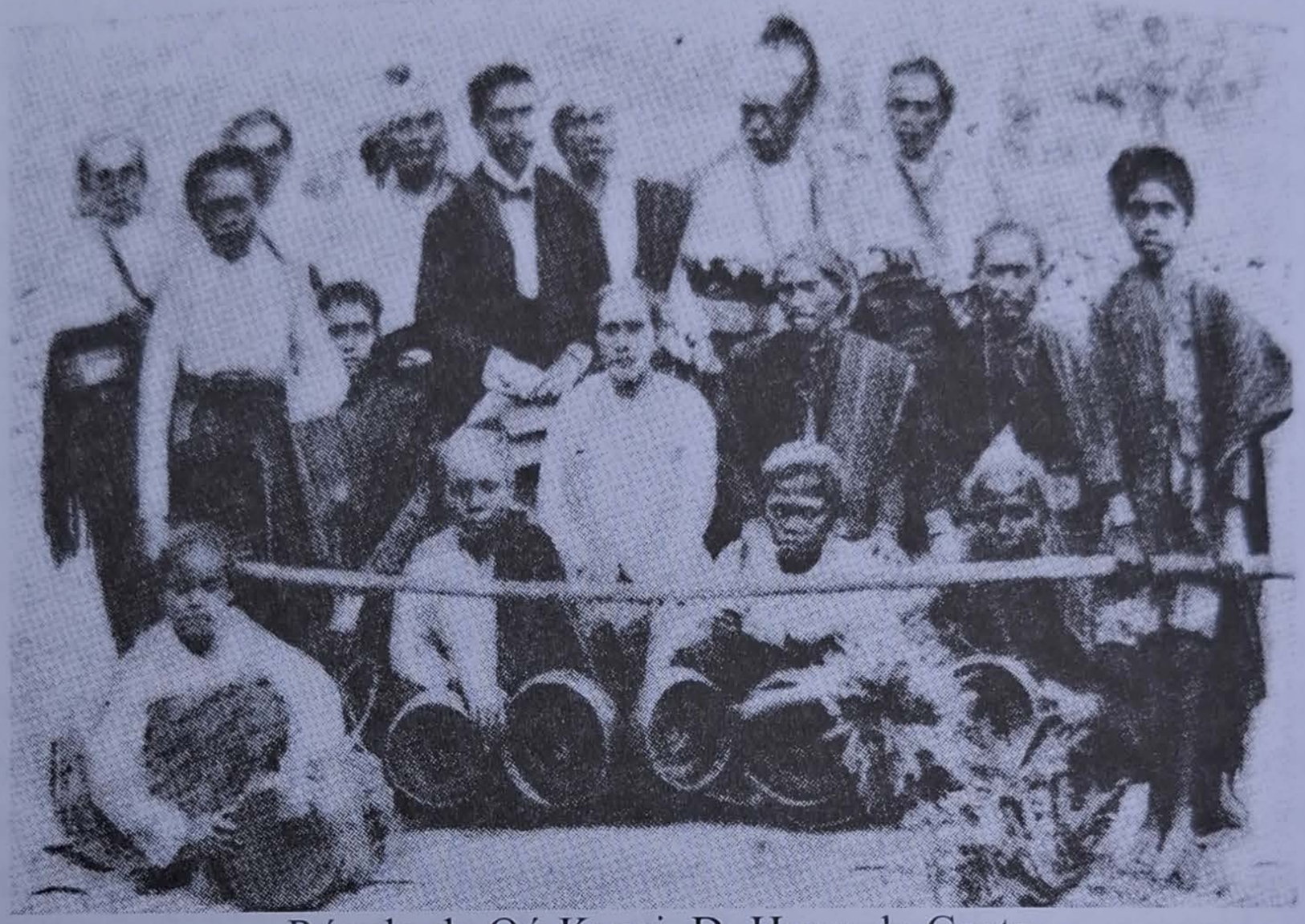
---

[378] Baseado nesta hospitalidade obrigatória entre sucos aliados, há um conto interessante de Somerset Maugham, no livro Archipel aux sirènes. A acção decorre na ilha inglesa de Talua, grupo de Samôa, em plena Oceânia. Como uma tribo se recusasse a abrir uma estrada gratuitamente, dentro da sua região, o administrador despachou para essa tarefa um outro suco, o qual, aproveitando-se das regalias tradicionais, devastou impunemente, sob pretexto de se alimentar, todas as plantações do suco remisso... A certa altura, era este quem oferecia dinheiro à autoridade britânica, para ser ele a rasgar a estrada, libertando-se assim do penoso cumprimento de sagradas obrigações, a que não podia fugir doutra forma, sem que sobre ele desabasse a cólera dos espíritos...

[379] A mesma surpreendente negativa encontra-se no relato dum comandante de Motael (N).

reconheceram sem restrições essa regalia, a ponto de poderem os régulos vender a quem quisessem e como quisessem, as terras dos seus domínios[380]. O último decreto sobre terras destruiu essas regalias.

«As ofertas aos régulos não são obrigatórias, mas é ainda costume dos sucos oferecerem panos e animais ao Governador, quando da primeira visita oficial deste ao comando[381]. Os indígenas vindo livremente doutro comando nada pagam aos chefes. Os criminosos fugidos oferecem presentes a quem os oculte, seja chefe ou plebeu».



Régulo de Oé-Kussi, D. Hugo da Costa,
com vários principais e a sua orquestra de gongues (1909)

---

[380] Tais contratos, negociados exclusivamente com os chefes, dá lugar a abusos, como sucedeu em Viqueque, por ocasião das pretensões do concessionário Kelen Smith, e na Mato-Lia, com a expansão absorvente da sociedade cafezeira Pátria e Trabalho. Em qualquer dos casos, houve queixas aflitas de indígenas, da primeira vez sob o governo de Teófilo Duarte, da outra com o governador Cesário Viana, a quem os prejudicados abordaram em Fatu-Bessi, pedindo que lhes fosse feita justiça.

[381] Ofertas que, ou devem ser delicadamente recusadas, ou generosamente retribuídas, conforme o esperam os timores, cuja psicologia não compreende a sovinice. Houve alguém que durante meses teve a capoeira cheia de galinhas e o curral abarrotado de suínos e carneiros, com as ofertas que recebeu nas jornadas que fez aos comandos (V. alf. Metelo, *Timor, fantasma do Oriente*, págs. 52-53). Devem os governadores precatar-se com os intérpretes não lhes suceda o que aconteceu em Lai-Vai, onde, tendo certo governador recusado um búfalo com que o povo o presenteava, foi a recusa vertida em agradecimento e aceitação, e em ordem para levarem o animal para determinado curro, onde o língua depois lhe chamou seu. Exigem as tradições que governadores e administradores, no acto da posse e nas suas primeiras visitas ao interior, distribuam copiosos fornecimentos de canipa aos povos que os vêm saudar. Para esse efeito, têm os governadores uma verba de representação. Quanto aos administradores, as libações saem-lhes do bolso. Igualmente procedem os maiorais indígenas, quando eleitos régulos ou chefes de jurisdição, ou quando o governo os nomeia oficiais de segunda linha.

«É, contudo, dos usos e costumes, a prestação do serviço gratuito ao régulo, já ajudando-o a fazer hortas de milho e neli de montanha,[382] já oferecendo búfalos para o trabalho da preparação da várzea. Mas esse uso foi decaindo e é hoje difícil mantê--lo naquele grande acatamento em que nós ainda o conhecemos[383], quando o régulo, o senhor das terras, impunha a sua vontade com uma rota nas mãos. Nós destruímos a autoridade indígena e os régulos são hoje meros auxiliares dos comandos militares, [384] por vezes, até bem pouco valiosos, e esse auxílio é justo pagar-lho com o nosso concurso, não deixando desaparecer por completo usos e costumes que não nos prejudicam... » (E).

Ao passarem pelas autoridades indígenas, os homens tiram os panos que levam cruzados nos ombros, e atam-nos à volta da cinta. Em seguida, desenrolam o lenço da cabeça e, com ele nas mãos e estas unidas, estendem os braços e dão, os que sabem, bons dias, limitando-se os outros a uma vénia muda.

«As mulheres, essas, optam pela fuga; é o cumprimento habitual dos animais bravios[385]. Mas, colhidas de surpresa, têm o mesmo gesto dos homens. Embora pouco vulgar, há ainda quem beije a mão, se trata da primeira autoridade da colónia» (E).

2) Ataúro — O regulado ou o suco não tem nome próprio, embora se use a designação malaia de *suco*. Só a aldeia, a *lisa*, possui um título apropriado. Primitivamente, não havia relação de simpatia entre as povoações, e a anexação foi realizada pelas armas, sob a alçada do chefe ou *laláioc* mais forte, passando este a ser o *lima-córac* (mão-perna), dos povos reunidos. Mais tarde, vieram a formar-se os régulados ou rajanados, debaixo da autoridade do *e'ra* ou *órà*, o mais poderoso que se distinguia nos territórios unificados (M).

3) Manatuto — O respeito pelos chefes sobrevive ainda na frase que é uso empregar-se quando morre um régulo. Não se diz *liurai mate*, faleceu o *liurai*, mas sim, *liurai haçae an* ou *lacon*, elevou-se ou perdeu-se.

---

382 É o neli semeado na época das chuvas, em terras, como as de Oé-Kussi, em que as
383 nascentes são raras e pouco se pode recorrer a canais de rega.
384 O autor do relatório transcrito, encontra-se em Timor, com ligeiros intervalos, desde 1914.
Estas palavras foram escritas antes da transformação de todos os comandos em
385 circunscrições (Janeiro de 1934).
Em Baucau. também as encontrei com igual timidez silvestre, mas ao fim dalguns meses, recorrendo a «bandos» e ordens insistentes, dando um exemplo contínuo de respeito por elas, — e castigando quem as forçasse a transformarem-se em barregas, e desacatasse, assim, as normas porque se regia a instituição tradicional dos barlaques, — consegui obter que em toda a circunscrição as mulheres saudassem a autoridade com aquela confiança que, acima de tudo, é preciso criar entre os indígenas, sem que a diversidade de pigmento nos leve a delírios de mando, traduzidos em violências ou proxenetismos, igualmente ofensivos e constrangedores.

Quando se dirigem a alguma autoridade, empregam os indígenas a expressão *ita, bote*: «vós, grande».[386]

Os presentes aos chefes limitam-se agora a cestos de arroz ou milho, primícias das plantações. Os plebeus, em geral, não prestam serviços aos seus maiorais, mas quando o fazem, não há nenhum destes que os não recompense com uma lauta refeição, onde abunda a tuaca, a carne de cabrito ou de carneiro, e um búfalo, pretexto para batuque durante vários dias. Quando um chefe é eleito, celebra-se uma festa idêntica, mas de mais despesas e maior concorrência.

4) Motael — Se um indígena arroteava o seu milheiral fora do reino a que pertencia, tinha de pagar ao régulo estranho uma taxa que era conhecida pelo nome de *raitem*. Ao seu próprio régulo, fornecia os gastos e pagava, a ele e ao chefe de suco, os valores em gado ou dinheiro com que concorria para a *finta*[387] colectiva. O barlaque do régulo era custeado pelo povo; o dos filhos, pelo pai; e o das filhas, parte pelo pai, o resto pelo povo. Hoje, tudo isso já desapareceu; acabaram os presentes e ficou apenas o costume do auxílio ao régulo com trabalhos agrícolas.[388]

Semelhantemente ao que se observa no resto de Timor, o indígena, para cumprimentar, curva-se, toma a mão da autoridade a quem se dirige, leva-a à testa, recua e cruza os braços. Procedem sempre assim com os administradores e com os régulos, e nem sempre com os chefes de postos.

Quando realizavam a um estilo de *acoi mate*, ofereciam uma cabeça de búfalo, com o pescoço, ao *liurai*, e uma perna do mesmo ao comandante militar[389] (N).

5) Suro — Ao régulo e aos demais chefes não se oferecem presentes, excepto nos estilos de *acoi mate*, ocasiões em que se lhes mandam algumas peças de carne dos animais sacrificados. Ainda é hábito auxiliar o indígena, seu régulo e chefes de suco, na preparação dos terrenos para hortas. Antigamente, quem vinha de outras

---

386 Modo de dizer comum a toda a colónia. Capricham os timores de certa categoria, por toda a parte, em recorrer à língua tétum, quando falam com os europeus. É o idioma da cidade e dá um ar de distinção, pensam eles, a quem sabe servir-se dele. Muitas vezes me sucedia interpelar em macassai, um indígena da minha zona, e ele, todo lépido e orgulhoso, dar-me o troco em tétum, mostrando assim que não era qualquer fraco...

387 A *finta*, que os Portugueses começaram a cobrar dos reinos indígenas, como tributo de vassalagem, pouco depois do Descobrimento, foi substituída em 1906 (decreto de 13-IX), no tempo de Celestino da Silva, por um imposto de capitação, o qual, porém, regulamentado por decreto de 23-IV-1908, só principiou a ser cobrado no ano económico de 1908-1909, rendendo então, 15.547.424 réis. A taxa, que foi inicialmente de uma pataca, com o governador Eduardo Marques, passou, em 1912, com Filomeno da Câmara, para duas, mais tarde para duas e meia, e em 1925 (18.III), com o governador Raimundo Meira, para cinco patacas. Em 1924-25, rendeu, patacas, $432 265.61; em 1925-26, 619.883.16; em 1926-27, 787.536.371. Continua a ser a receita mais volumosa da colónia.

388 Em Aileu, o régulo ainda tem ao seu serviço três homens escalados pelo reino. Em Cova Lima, os chefes só recebem as primícias das colheitas.

389 Julgo que tal uso já desapareceu em Motael. Sobrevivia em Bobonaro, onde os *acoimate* eram frequentes, e onde é de esperar que já tenha igualmente acabado.

regiões, devia pagar o ingresso com dádivas de qualquer valor, oferecidas ao régulo em cujas terras passava a residir — costume esse que hoje desapareceu por completo.

6) Liquiçá — Nesta circunscrição, à laia do que se observava em todo o Timor, os plebeus prestavam serviços nas hortas dos chefes, a convite destes, que, no fim das tarefas, mandavam abater animais, pagando assim aos jornaleiros com um festim de carne e tuaca. Quando um homem chegava de terras estranhas para fixar moradia, pagava a vassalagem ao régulo.[390] Mas, se este imposto se transladou para o Estado,[391] aqueles serviços são já difíceis de se obterem a troco de paga tão deficiente [392] (G).

Em vinte anos perdeu a hierarquia timorense grande parte do seu prestígio, da sua fortuna[393] e da sua autoridade. Naquela altura, ainda os reinos indígenas estavam, quase intactos, a rebelião de 1912 ainda não havia deflagrado, nem se entrara na política sistemática e cautelosamente esfaceladora que se adoptou após a derrota dos régulos insubmissos. Ainda se podia traçar, a respeito da organização fiscal dos reinos nativos, um quadro como o que apresenta um livro daquela época, nos termos que abaixo se transcrevem:

---

[390] Por velocidade adquirida, ainda os indígenas de Timor tratam os seus chefes por *ina ama* (mãe e pai), tratamento que dão igualmente às autoridades brancas, quando se vêem aflitos ou pretendem disfarçar grossa pantominice... O Governador, e outrora o rei de Portugal, eram também considerados *ina ama* (Cf. B. da França, Timor, pag. 12),

[391] Indígena que mude de residência, transitando de um posto para outro, paga a guia de transferência que, nesse caso, lhe custa uma pataca. Se troca de circunscrição, a taxa eleva-se para três patacas. Útil disposição que não existe no Timor Holandês, mas que tem a vantagem de impedir a instabilidade de muitos nativos e a indisciplina dos sucos, onde os chefes deixariam de ser obedecidos e respeitados pelos seus homens, se a estes fosse possível abandoná-los sem mais cerimónias.

[392] Outrora os plebeus cultivavam de graça as terras dos chefes, tratavam-lhes da casa e dos gados e concorriam para os seus gastos. Hoje ainda oferecem parte dos animais que matam nos estilos. Pelos homens que trabalharam na construção da vivenda do chefe Evaristo, em Herbela (Motael, distribuiu este uma grande porção de milho armazenado nas suas tolhas. O chefe Moisés, do Remexio Motael), costuma dar dinheiro aos que lhe arroteiam as plantações, mas a maior parte dos maiorais paga-lhes em espécie (D). Em Viqueque, a remuneração consiste em comezainas e bebidas, e no pagamento dos impostos de capitação dos trabalhadores. Pois, às vezes, nem assim os chefes obtêm serviçais (C).

[393] Hoje, são poucos os chefes que, no conceito da terra, possam, ser tidos por ricos. Os chefes Moisés, do Remexio, e Evaristo, de Aileu, têm, cada um à sua parte, e só em café, um rendimento anual superior a mil patacas cerca de oito contos de réis. Há chefes mais ricos do que eles, como Taho-Bere, de Maliana (Bobonaro), D. Carlos (Alas), D. Francisco, de Ossu (Viqueque), Manoel Marçal da Costa e Noco Loi (Baucau), etc., senhores de grandes rebanhos, e alguns, como o Taho-Bere, de volumosos sacos de libras autênticas. Em 1928, quando andei a percorrer a cavalo os comandos de oeste, Taho-Bere possuía 150 búfalos, 200 solípedes e 600 cabritos.

«Todo o povo vai cultivar de graça, pelo menos o dos arredores da capital do reino, as terras do régulo recebendo apenas alimento e ração de *tuaca*. O povo paga o preço dos barlaques do seu régulo; paga-lhe um tanto para os *hacôi-mali* ou cerimónias funerárias; as justiças que lhe faz; o *tau-hó* das princesas ou dote de jóias, panos, búfalos, várzeas, escravos, etc. ; o vestuário dele, da família, das rainhas (lembra os *chapins*, para o movel de vestidos das nossas rainhas antigas) ; as multas em que, a qualquer pretexto, é condenado ; os *sauhate* (aqui veio parar esta feia palavra de Goa, *saguate*), para o tabaco e masca do régulo; o *rai-tem*, ou licença para cultura; os gastos ou despesas de hospedagem, de fornecimento de carregadores e cavalgaduras a personagem oficial em trânsito, de alimentos à força que passar no reino com caixa e bandeira, etc.; o pastoreio dos gados e rebanhos do régulo; a *finta*, de que irá uma parte para o governo do Avícolas; os *sauhate* de prestação de homenagem (*bua-maluss*), ou de cumprimento aos governadores recém-chegados[394] a licença pala ir ficar noutro reino em casa do sogro, no casamento por servidão, ou para permitir a saída da noiva para outro reino, etc.

«Lembrando tanta alcavala, com acompanhamento de varadas e prisão no tronco ou *golilha* (*gonilha*, em tétum) — um auxiliar me disse um dia, muito convencido, que por isso tudo não se lhe dava de morrer depressa» (A).

O mesmo autor descreve as saudações timorenses do seu tempo:

«Para cumprimentar, leva o Timor a mão esquerda[395] ao lado da cabeça (o cumprimento *sarakíkir*, em tétum, *sealima*, em galoli), ou tira o seu *erre-tête* javanês ou o seu chapéu cónico de folhas de palmeira. Ante o liurai, tira da cabeça o lenço e apresenta-o nas mãos abertas, para o régulo lhe pôr a mão em cima um momento, e depois beija o lugar onde a mão do seu príncipe poisou, dizendo: *Louvado, Liurai!* À mulher ou filhas do régulo, chamam *nou*, aos filhos do régulo e principais, *nó*. Se vai a cavalo, desmonta-se, passando o régulo. Aos padres

---

394 Tais ofertas às autoridades caíram também em desuso. Assisti em Baucau à primeira recepção de dois governadores, e nenhum presente lhes foi feito pelos chefes ou pelo povo. Acompanhei um deles a Lautém e Viqueque, e outro a Aileu e Liquiçá, a ambos por ocasião das suas primeiras visitas ao interior, e coisa alguma lhes levaram os indígenas O mesmo sucedeu em Dili com a chegada de três governadores, que presenciei. Pela minha parte como administrador, só raramente, em dia de Natal ou em 1 de Janeiro, quando recebia e obsequiava os chefes e as escolas com vinho, bolos, iscas e cigarros, aceitava as ofertas de um ou outro velho e prestigioso dato, a quem iria melindrar recusando-lhe o presente de um pano regional que me trazia e a que logo retorquia com dádivas de maior valor. Aos outros maiorais, delicada mas tenazmente, rejeitei-lhes sempre as «ságuates» que de começo pretenderam fazer-me, quando andava pela montanha. De resto, nunca a generosidade indígena, em parte alguma, nem por sombras adquiriu a grandeza sumptuosa e espectaculosa, fantasiada no conto que acabo de ler na revista Mundo Português, de Julho e Agosto deste ano. A imaginação atraiçoou ai o espírito crítico e o senso de observação de que Teófilo Duarte deu belas provas em Timor, afirmando brilhantemente um rijo temperamento de colonial, construtivo, movimentado, tenaz e fervoroso, com aquela chama de idealismo sem a qual nada se realiza de perdurável.

395 No período em que estive em Timor, só por inadvertência é que algum indígena erguia a mão esquerda...

católicos, ao governador, ao comandante militar, creio mesmo que ao sargento europeu do comando, beija a mão»[396] (A).

*

Osório de Castro refere-se igualmente à hierarquia timorense:

«O *dátò* ou «cabeça do reino» (*nai ulum* em tétum, e *arangarem* em galoli) é o representante do seu suco, da sua povoação, e recebe do major da «casa militar do régulo», chamemos-lhe assim, e que é considerado como chefe principal de todos os sucos do reino, as ordens do *liurai*, para ele ou para a sua povoação. Chamavam-se os *datós*[397] outrora, *toumongó*, não *tumongão*, como escreve Afonso de Castro, adoptando talvez uma grafia portuguesa de antigos documentos. Aproximo esta palavra da javanesa *tumengung*, título nobiliárquico superior, como *radén, radén adipati*, *panghéràn,* etc., que os Timores aprenderam nos meados do século XV, quando Ankávidiaya fundou o grande império javanês de Madjapáhit, dominando Java, as ilhas da Sunda, quase todo Borneo, as Molucas, Sarnatra, a península de Malaca.

«A casa militar do régulo, rigorosamente hierarquizada, compõe-se dum coronel-regente, um tenente-coronel, um major, um capitão, um tenente, um alferes. — São os *oficiel*, como se diz em tétum.

«Os varões das famílias dos *liurai* ou *aran* (o régulo), e do coronel, têm o titulo de *principais*. Abaixo do alferes, o povo do reino (povos, *dato tahec,* traduz o Dicion. de Port.- Tétum).

«O régulo só transmite as suas ordens ao coronel-regente, e vão passando pelos fuzis da cadeia hierárquica. O major, como disse, transmite as ordens superiores aos *datós* dos sucos[398], assim transformados em segundos chefes pela

---

[396] Desde 1928 que não vi beijar a mão senão aos governadores. Em certas regiões, faziam apenas menção disso quando se aproximavam dos comandantes ou administradores, dos quais, nessa data, já nenhum aceitava tais mostras de humildade.
Mas ainda em começos de 1934, em Aileu e Liquiçá, terra de gente mais servil, vi chefes saudarem um governador, pondo-se de joelhos. São hábitos inveterados que custam a perder-se. Conf. pag. 42 do presente livro.

[397] *Dato* deve, como *cátuas*, significar velho, e não «senhor», conforme diz Osório de Castro, pois, como este mesmo refere, *datuh*, em malaio, quer dizer «avô». A senhoria do território e do povo era um atributo do poder patriarcal, e talvez por esse motivo é que no grupo insular de Sulu (Filipinas) se encontra a palavra *dato*, como «designando os senhores, os principais (A)». **O respeito pelos velhos chega, em Timor, quase à veneração** (N e O). «Eram eles as primeiras autoridades, os intérpretes das tradições, e as suas admoestações eram atendidas (O)».

[398] O suco (*cnua fucum* ou *sucun*, em tétum, *e halo suram*, em galoli), define-o Osório de Castro como «uma povoação com o seu termo de campos de cultura e baldios, em que uns ou outros lugares e casais se apinham, como um pequeno concelho da nossa Idade Media. Nos sucos de um reino (um reino devia ter sido primitivamente uma confederação de sucos, excepto naquele em que está a capital (*reino ulum*, *de ulu* ou *ulam*, cabeça em tétum), há um chefe eleito pelo povo dentre os varões de uma determinada família (chefe hereditário) e chamado *dató* na vertente setentrional.»

definição, talvez recente, do principio monárquico. O *dató* é eleito de entre os filhos ou parentes do *dató* falecido, e também só a eleição eleva o liurai, que é escolhido pelos datós, por todo o povo. E não se guarda sempre o direito da primogenitura nem de filiação. E escolhido quem for mais inteligente dentre os filhos ou parentes do régulo falecido, o que souber português, tiver mais partes para fazer com o governo português a política do reino. A única condição é provir por lado paterno e materno da família de *liurai*. Vivo o marido, a mulher, ou as mulheres do régulo, são apenas chamadas *liurai-fetò*. Governando uma mulher o reino, é chamada *coronel fetò*, *coronel babata*.

«Além das propriedades de família, desfruta o régulo uma várzea e jóias da coroa, que são inalienáveis, usufruto tão só dos reinantes» (A).

«Os *régulos, datós*, ou *principais* —- escrevia Bento da França em 1891 exigem (às vezes, aos súbditos) grandes sacrifícios... Quando têm de pagar qualquer multa ao governo, lançam-lhes tributos enormes, obrigam-nos ao amanho das suas terras, mandámos para Dili para serviço do governo, etc. — Existe ainda uma certa distinção entre os vários régulos, e é destarte que os que descendem das antigas famílias reinantes têm ascendência sobre os outros; são, muitas vezes, escolhidos para árbitros. Os que se julgam somenos em hierarquia não se sentam quando os outros estão presentes.

«Qualquer régulo que despose uma timbra de família real, tem de pagar ao reino a que ela pertencer uma soma de antemão estipulada, em dinheiro, gado, luas de ouro, etc. etc. Para este fim, fixa-se um prazo. Não tendo satisfeito o encargo no devido tempo, tem a outra parte contratante o direito de levar o régulo em reféns. E claro que é o povo que vem sempre a pagar…»[399]

*

Em 1868 havia em Timor nada menos de 47 reinos sujeitos à soberania portuguesa. Afonso de Castro relaciona-os: Oé-Kussi e Ambeno (depois englobados no comando de Oé-Kussi); Cová, Saniri, Cotubaba, Balibó, Mahubo e Raiméan (Bobonaro); Suai (Cova Lima), Atsabe e Cailaco (Hato-Lia); Alas, Dote (ou Dótic), Tutu Luro, Foulão, Bibi-Suço e Manu-Fahi (Suro); Hermera, Caimau, Motael, Turiscai, Deribate, Limáan (ou Leiméan) e Hera (Motael); Maubara, Liquiçá e Boibau (Liquiçá); Lacló, Laicore, Banque, Failacore, Fúnar, Bibico, Bibiluto, Manatuto, Dailor, Laclúbar, Samoro, Lateja e Cairuhi (Mana. tuto); Vemasse (ou Vemassim), Fatumartó (ou Berecoli) e Venilale (Baucau); Luca, Viqueque e Lacluta (Viqueque); e Sarau (Lautem).[400]

---

399 Nota o mesmo escritor que o clã matriarcal da ilha de Samtra tem a designação malaia de *súcu*, que quer dizer tribo.

400 Timor, págs. 22-23.

Referiam-nos à organização administrativa das circunscrições e comandos, que vigorou até Janeiro de 1934, data em que muitas dessas jurisdições foram mutiladas e anexadas, retalhando-se os velhos reinos. No tempo de Afonso de Castro, em 1869, ficou a colónia dividida em 11 distritos, cujos comandantes tinham sede em Oé-Kussi, Batu-Gadé, Alas, Cailaco, Maubara, Bibi Suço, Dili. Manatuto, Vemassim, Viqueque e Lautem.

Cada reino, sob o governo dum *lelorai* ou *liurai*, era formado de vários sacos, cada qual constituído por númerosas aldeias e tendo à sua frente um dató. Para junto de cada suco, o lelorai destacava um «oficial», que era o seu intermediário para com o *dató* chefe desse suco. Outros *datós* ou *tumungões* chefiavam as aldeias.

A corte do rei agrupava diversas gerarquias, as quais se davam títulos portugueses. Havia o tenente-coronel do reino, o mestre de campo, o sargento-mor, o capitão da povoação realenga, o major da guarda nobre, o tenente e o alferes. Era mais simples a corte do dató: apenas um capitão, um tenente e um alferes.

A eleição do rei (lelorai) ou do regente, celebrada pelos datós, tumungões e «oficiais», carecia da sanção do governo de Dili, o qual, nessa altura, conferia ao eleito a patente de coronel de 2.ª linha.[401] A escolha consagrava a hereditariedade do cargo, conforme os estilos (*adat*, em malaio) que marcavam a ordem da sucessão: preferia-se o filho mais velho, depois o imediato, até a total extinção da prole, caso este em que a chefia do reino passava, então, ao «tenente-coronel». Não havendo descendentes directos na linha masculina, recorria-se à feminina, mas, ao aclamar-se a rainha, era também eleito um regente do reino, que se ia escolher entre os parentes do *lelorai* falecido. Quando a família real se extinguia ou a existência de mais dum pretendente podia dar origem a que se desencadeasse uma guerra, passava o governo, por indicação de Dili, a ser exercido por uma junta de magnates, a que se dava o nome de parlamento e que se compunha de cinco chefes de suco. Se um *lelorai* era suspenso pelo governador da colónia, nomeava-se um regente ou um parlamento, porquanto os usos da terra não permitiam que se elegesse um segundo rei, estando ainda vivo o primeiro.

O *lelorai,* tido e havido como um predestinado, exercia uma administração despótica dentro da aldeia que habitava e de que era senhor por direito divino. Nas outras povoações já o seu poder era muito contingente, cerceado pelas regalias e ambições dos *datós* vassalos, tal como sucedia na Europa com os barões feudais.[402] Nenhum negócio grave podia ser decidido sem o assentimento dos *datós*, mas, às vezes, eram estes que rompiam a guerra, dividindo-se em grupos sem fazerem caso do *lelorai,* e outras vezes invadiam as próprias atribuições do suserano, assim como este, por diversas ocasiões, lhes atropelava os direitos ou deliberava a seu talante em matéria de interesse comum [403] (Q).

---

401 Em dois reinos, a patente de brigadeiro estava associada à dignidade realenga.

402 No tempo de A. de C. os *datos* não careciam de ser eleitos: exerciam a sua autoridade, como um direito hereditário.

403 Outra nota interessante a fixar: Ainda hoje, mesmo em Baucau, quando se pergunta a um indígena qual o suco ou povoação a que pertence. responde-nos geralmente, com o nome do respectivo chefe. Se este, por exemplo, é (Vato Liba, e a gente interroga: *Suco naité* ? — a réplica vem logo: *Uato Liba sui suco, suceliso!* Só uma minoria menos inculta é que nos retorque com a designação própria do suco.

VI – OS TRIBUNAIS DOS RÉGULOS

Outrora, quando a justiça era administrada à vara larga pelos chefes indígenas, as audiências tinham lugar ao ar livre, num terreiro, como as fazia o bom D. Luís, rei de França... Celebradas dentro da tranqueira do régulo ou noutro sítio apropriado, mandava, todavia, a etiqueta que os litigantes se não esquecessem de gratificar os juízes com as ofertas imprescindíveis: aquelas sem as quais não se podia «abrir a porta». E como os magistrados eram pobres mortais, amassados com esta argila imperfeita com que Deus criou os brancos e os negros, claro está que a sentença era lavrada muitas vezes na razão directa do volume das dádivas, com que os presenteavam os corações generosos dos pleiteantes. Não haverία juízes em Timor, como, aliás, não havia em Berlim... Juízes austeros, de olhos vendados, de espada alta e de balança afinada na contrastaria, magistrados com pêlos na alma, prontos a romper a direito, dantes quebrar que torcer... Mas o que havia, com certeza, eram almas sensíveis a qualquer rasgo de filantropia, criaturas que podiam ser acusadas de todos os defeitos, mas não pecavam pela ingratidão...

E eram eles, sem púlpito nem beca, antes de cócoras e muitas vezes trajando à semi-nudista,—com um modesto langotim, «delgado sendal que as partes esconde», como dizia o Cames, — que ali estavam a interpretar o bom direito consuetudinário, as velhas regras ancestrais engendradas pelo instinto e pela necessidade da conservação social, para defesa dos bens e dos corpos da população timora.

Não precisavam de códigos escritos, os juízes indígenas. As leis, tinham-nas eles na cabeça, completas, sem faltar um artigo nem um parágrafo, nem mesmo umas boas grosas de sofisma e de rabulices, destinadas a fazer do «direito torto e do torto direito», tal como sucede em certas terras civilizadas.

Em pouco variavam as penas que, de lado a lado da colónia, eram aplicadas pela jurisprudência nativa. Assim, em caso de roubo, o réu já podia contar de antemão, ou com a morte (B, H e K), ou com a cabeça fora do pescoço e a sua exibição espectaculosa no alto dum chuço, erigido, para maior publicidade, num caminho próximo ao local do roubo (B e J), ou com a devolução dos artigos roubados e mais uma indemnização à vítima (E e I),—não faltando, escusado será dizer, a remuneração, em jóias e animais, do serviço dos justiceiros (I e L).

Se o furto representava uma estreia na senda do crime, ainda os juízes podiam ser benignos na penalidade, obrigando o arguido a pagar ao queixoso apenas o triplo das coisas que lhe houvesse escamoteado. Mas à terceira reincidência, castigava-se o larápio com a pena de morte (E), ou com a amputação, duma das mãos (G e L). Era da competência dos magistrados porem em hasta publica a mulher e os filhos do ratoneiro, caso este não possuísse haveres de que se pudesse lançar mão para indemnizar o roubado (K). Mas, geralmente, quando as duas partes eram de sucos diferentes, logo o salteador encontrava abundante crédito e solicita ajuda na solidariedade dos seus conterrâneos (E) em especial, na dos seus *feto-sahe*.

Se tratava dum homicídio, punia-se o autor do crime com a obrigação de entregar um indivíduo do mesmo sexo e de igual resistência física, e que ele não tinha dificuldades em adquirir entre os prisioneiros de guerra, escravo, portanto, o

qual ficava no lugar do assassinado (E). Em certas regiões, a substituição fazia-se com um filho ou um parente do criminoso (L). Noutras, uma indemnização bastava (H e K) para se passar uma esponja sobre esse incidente da vida indígena, pelo visto, de menos importância que um latrocínio, e que chegava quase a ser banal, no ambiente psíquico da guerra civil permanente em que viviam as gentes timoras... A indemnização podia ir desde um búfalo em pouca conta se tinha a existência duma criatura humana, a dez cabeças dessa espécie, ou ao equivalente dessas rezes, em mutiçala — além dum gongo dos maiores, cujo «som ficaria a evocar a voz do assassinado». O régulo e os chefes, esses, só tinham a ganhar com o homicídio: cada crime de tal categoria implicava, na tabela dos emolumentos judiciais indígenas, quarenta e quatro florins para o *liurai* [404] e vinte e duas para os chefes de suco. Além disso, pagava-se um búfalo grande, destinado a ser comido pelos habitantes da povoação do régulo, decerto para lhes dar forças, de modo a terem sempre os tribunais em bom estado de conservação e limpeza... A julgamentos desta monta, assistia o *dato lelo* ou *nai lulic,* que não se esquecia de perorar, em longa e sisuda predica adequada às circunstâncias, incitando o criminoso a regenerar-se, tornando-se um cidadão útil à comunidade... O réu mostrava-se convencido, embora soubesse que só ao quarto crime de assassínio é que seria condenado à morte. Se nalguma região de Timor, o homicida, era logo decapitado, a verdade é que, no geral, semelhante pena só tinha aplicação quando se verificava terem sido «cometidas atrocidades desnecessárias para se chegar ao fim em vista, que era, às vezes, o roubo» (E). O que era indispensável era pagar o preço da vítima; não o fazendo, intervinha a *vendetta* da família (M) que, nessa altura, fazia justiça por suas mãos, tal como ainda hoje sucede na europeia Córsega...

Quanto ao adultério, estava longe de ser considerado como crime. Não passava dum pequeno e ligeiro delito, para o qual já os chefes de antanho impunham o pagamento de indemnizações, sob pena de o marido, prejudicado na sua fazenda, se apossar dos animais e plantações do intruso (E). Bastava a «lavagem da cara» para compor, sem reservas nem ressentimentos, o queixoso e o acusado (B, G e K), que ficavam ainda melhores amigos do que tinham sido até então. A limpeza do rosto consistia em três a cinco búfalos, fora as multas que revertiam a favor do régulo e dos chefes, na importância total de vinte e dois florins (G), — se, porventura, os cônjuges envolvidos na pendência, fossem duma certa plana, pois sucedia, como actualmente, em Baucau, dar-se por satisfeito o marido atraiçoado, com uma simples cabeça de gado bufalino ou cavalar.[405] E é por essa ponderosa razão que me permito duvidar do que escrevem dois oficiais de Timor, dizendo que se, por raro acaso, o arguido se não submetia à decisão do tribunal indígena, este mandava-o degolar, assim como à adúltera (B e G). O caso não era para os timores, de tanta importância, que chegasse a desandar em tragédia. A esse respeito, o senso prático dos nativos afinava pela

---

404 Os régulos não tomavam conta de nenhum pleito sem oferendas a que se chamavam «limpar os olhos e os ouvidos do liurai» ..n° 176, de 7-VI-1909, da *Ilustr. Port.*, art.° anon.)

405 A indemnização por adultério, chama-se em Manu-Fahi, *fó láluc* ou *fó haris*.

fleuma dos britânicos, que transformam, identicamente, os seus desaires matrimoniais, em boas notas dos bancos de Londres...

Em relação aos crimes de burla e abuso de confiança, estatuía o direito penal timorense que o réu fosse punido com castigos corporais (B), ou com multa (L), ou com uma platónica repreensão (K), reservando-se as varadas, em certas partes de Timor, para a terceira reincidência (G). Como quer que fosse, obrigavam-no a devolver os objectos sobre os quais incidisse a fraude (K), ou sentenciavam-no a pagar o triplo do valor desta (G).[406]

Para as ofensas corporais, aplicava-se uma multa, à qual na contra costa (L) se dava o nome de *taça cánec* (tapa-buraco), mas na alternativa de indemnização ao ofendido (E e K), ou dalgumas varadas, conforme os sábios preceitos de Talião. Em Manatuto, era delito que escapava à competência do tribunal. «Que se desafrontasse o agredido como pudesse» (B). Tal como na velha Roma, o pretor timorense não curava de coisas mínimas...

Tratando-se de injúrias, difamações e calúnias, a pena cominada era, ou indemnização (E e L), ou liberdade ao queixoso para fazer justiça com as suas próprias mãos (B), ou, talvez quando o alvejado fosse de alta categoria, uma dose de rijas varadas (G).

O infanticídio é crime desconhecido em Oé-Kussi (E). Em Manatuto e no Suro, correspondia à clássica indemnização (B e K), tal como sucede com os danos produzidos por animais estranhos, nas culturas de qualquer indígena. Pagava-se a multa para os julgadores, e três a cinco búfalos para o prejudicado (G).

O castigo estabelecido para o parricídio, ou se resumia numa indemnização (L), ou ia até à morte do autor do crime (B), ou se agravava esta segunda pena, confiscando-se os bens do parricida em proveito do régulo e dos seus magistrados (G).

A desfloração duma virgem tinha fácil reparação com o casamento ou com dádivas aos progenitores (K). Se o réu fosse solteiro, barlaqueava com a vítima. Caso contrário, lavava a cara aos pais dela (B, E e G), oferecendo-lhe três a cinco rezes bufalinas (G.)[407]

---

[406] Em Oe-Kussi, «não têm os indígenas uma concepção bem definida do que é uma burla ou abuso de confiança (E).

[407] Afonso de Casto, em 1867, resumia assim as prescrições do direito penal indígena: I) *ladrão apanhado em flagrante*: morto à paulada, afixando-se-lhe a cabeça num poste; II) *ladrão de gado*: idem, idem, junto à cabeça do animal roubado; III) *homícidio*: pena de Talião, mas remível em dinheiro ou em pessoas, dando-se neste caso um indivíduo que fosse substituir a vítima — uma ou outra remissão arbitrada conforme as preferências da família; IV) *violação*: indemnização segundo as exigências dos parentes, os quais, em caso de recusa no pagamento podiam matar o criminoso; V) *violação da filha de rei*: pena capital, não remível; VI) *rapto para escravização:* linchamento pela parentela da vítima; VII) *feitiçaria:* empalamento ou morte à paulada, escravização de toda a família do criminoso confisco, dos haveres em proveito do denunciante e do liurai; VIII) *adultério vulgar:* «lavagem da cara» ; IX) idem, com a mulher do rei: morte sem remissão. Os datós só intervinham nos julgamentos dos crimes de feitiçaria (Q).

*

É assim, ainda hoje, a moral indígena, e era-o há uns vinte anos, conforme se depreende do que, então, escrevia Alberto Osório de Castro:

«A *wehergeld* ou composição a dinheiro dum assassinato custa em regra ao criminoso cinco búfalos, uma libra em oiro, dez florins, uma libra de oiro, algumas luas de prata e ainda uma criança, lutuhum ou escravo, que fica na família do assassinado em vez dele e que, acompanhando os búfalos, leva o resto do preço do crime numa *látiga* de latão ou cobre. Outrora, fazia-se a conta, após discussão, a tanto pelos olhos, tanto pela língua, tanto pelo peito, tanto pelos braços e pelas pernas, etc., do assassinado. Não realizando ou não chegando a acordo no preço do seu crime, o assassino sofria a *vendetta* da família da sua vítima.

«Ladrão que não componha o crime a dinheiro é degolado; e suspensa a sua cabeça de um poste, ao lado da pata ou crânio do animal roubado. Toda a família do criminoso se quotiza para entregar o *wehergeld*.

«O marido duma adúltera aceita *wehergeld* e caso não receba o preço do crime, caso lhe não seja paga a vergonha (é a frase) pelo amante da mulher, é este degolado a golpe de parão ou de catana e alcandorada a sua cabeça numa brancha de árvore ao lado do sarão da adúltera, cuja pena é ver o seu pano assim em exposição, podendo, porém, ser devolvida à família, que tem de restituir o preço do barlaque ou substituir a adúltera por outra mulher da casa. Creio que é este o único motivo do repúdio da mulher. Mas ficam, em todo o caso, os filhos pertencendo ao pai.

«Se os gados, se os rebanhos de um suco se tresmalham e entram a pastar nos baldios doutro suco, podem os animai ser mortos pela gente do baldio invadido, que fica com direito a metade de cada animal abatido, devendo entregar a outra metade da carne aos donos das rezes [408] (A)».

---

[408] Com muita frequência me apareciam indígenas na Administração, a queixar-se de incursões de porcos, búfalos, cabritos, carneiros ou cavalos, pertencentes a vizinhos. Vinham solicitar-me autorização para dar cabo deles. Segundo os usos da terra, mandava-lhes executar o *liu-liu guini* (brados repetidos de anúncio), do alto de qualquer eminência sobranceira à plantação devastada, avisando, assim, os donos dos animais, para que os fizessem guardar por algum pastor, homem ou garoto da sua casa. Se o gado voltasse, podia, então, ser abatido, dividindo-se a carne a meias, entre o dono da plantação e o das rezes. Se estas não tornassem, faziam-se avaliar os estragos por dois chefes das aldeias dos interessados, e, com os elementos que estes trouxessem, o Administrador arbitrava a importância da indemnização, que devia ser paga em dinheiro ou géneros. No caso de as rezes serem abatidas, surgiam, por vezes, reclamações, legítimas ou mentirosas, pois era preciso que a morte fosse aplicada estando ainda os bichos dentro da plantação danificada. Bastava que estes se escapulissem, ao pressentirem o dono do arrozal, milheiral, cafezal ou batatal, para que um acto que momentos era lícito, redundasse num crime, pois se tornava já impossível provar que eram aqueles animais e não outros os autores das depredações. Indígena que arrancasse ou prejudicasse, com o fogo ou à catana, a árvore frutífera de um patrício, era obrigado a fornecer outras em troca. Na hipótese de fogo, era preciso demonstrar que a plantação estava limpa de capim.

Hoje, no tribunal de Díli, quando um timorense comparece à barra, armado em testemunha, perante a toga do magistrado de carreira que ali aplica a justiça do branco, é-lhe exigida a «palavra de honra» — segundo uma praxe legalista que erroneamente se generalizou aos indígenas, pois tal importação soa falso entre gentes primitivas, cuja ética não possui conceito algum correspondente ao compromisso moral que assim lhes exigem.[409]

O Timorense dá a palavra que lhe pedem, porque, enfim, como ele diz, «é serviço»,[410] mas ao que ele está hereditariamente habituado é a fazer juramentos à sua moda, à antiga, conforme usava outrora nos rústicos tribunais dos chefes, e usa ainda, de quando em quando, nas Administrações, embora as autoridades para nada lhe queiram as juras, nem as tornem muito a sério. O facto é que, entre os timores, *il y a aussi des accommodements avec te ciel*.

Por todo o interior da colónia, o costume é o mesmo. Invoca o timorense o nome de Deus, comendo um pouco de terra, para que esta sirva de veneno se for ele a atraiçoar a verdade, ou bebendo água onde de antemão se lavaram catanas de guerra, para que estas, na mesma hipótese, lhe retalhem o estômago às fatias (N). No chão, escava um buraco com um calcanhar, apanha um bocado de terra mete-o na boca e mastiga-o, dizendo em seguida:

«A terra está aqui e Deus lá em cima. Que morra o que cair em mentira» (A essa deglutição ou simples mastigadela de terra, se chama *ha rai* ou *haan rai*.[411] Geralmente, é precedida por um X traçado no chão com os dedos, como se pratica em Baucau. Na região de Manu Fahi, há quem ponha sal na cabeça, para que o ajuramentado se derreta como o sal, e usa-se também engolir um pouco de água na qual estiveram mergulhadas espadas sagradas [412] (L). Em Oé-Kussi, «invocam os habitantes, o céu e a terra, fazendo no chão uma cruz, e acendem uma vela.

Invocam Deus para que os mate e a terra para que, naquele momento, os trague. A vela deve ser apagada dentro dum copo de água ou vinho, adicionando-se-lhe um pouco de terra colhida junto da cruz. A mistura é depois bebida por quem jura» (E). No Suro, o juramento é feito «pelo Sol e pela Terra» (K). Em Liquiçá, pelo sol, pela bandeira, por Marômaque, pelo jacaré, pela casa *lúlic*: desenha-se o X sobre

---

Se um animal era morto ou ferido por outro de rebanho diferente, o dono deste só pagava indemnização quando se verificava que não trazia pastor a guardar as suas reses, impedindo as de se envolverem em lutas com as manadas alheias.

409 No tempo da monarquia, obrigava-se o indígena a jurar sobre os Evangelhos.

410 *É serviço*, diz o nativo, quando cumpre ou faz cumprir algo que lhe desagrada intimamente. São ordens, como dizem os polícias da metrópole. Os timores têm ainda outra fórmula para disfarçarem a sua opinião, quando os consultam e eles acham arriscado manifestar o que pensam: *conforme V. Exa*. Autoridade que chegue de fresco a uma circunscrição, não obtém dos chefes outra resposta, seja qual for o assunto em causa. Trate-se de colheitas, serviços públicos, proximidade das chuvas, possibilidades de pagamento de imposto, de começo esbarra-se sempre e aflitivamente na frase fatal: «*conforme V. Ex.*». É que eles, entretanto, estão a estudar-nos, a observar o que temos por dentro.

411 Em tétum, *rai*, terra; *haan* ou *ha*, comer.

412 *Faci noi Marômaque*, *fátur ain*, se chama a essa prova judiciária.

a terra, que depois se come (G). Em Atauro, a forma mais usual do juramento consiste na introdução da terra na boca, clamando-se pela morte se a verdade não sair inteira da boca do declarante (M).

Em Manatuto, jura-se pelo Rai Marôma que, deus da terra, pelo *Ai Oan*, a luz que nos alumia, e pelos filhos e pela mãe, para que só se torne a vê-los quando se não falseou a verdade. Há a cerimónia dos traços no chão e da terra da boca, para que a terra devore o mentiroso, e continua a jurar-se pela «bandeira» — a bandeira de Portugal — juramento esse que, diz um administrador, «é de todos o de mais valia». Não se perdeu também o uso de untar os olhos com piripiri ou chile,[413] meter a cabeça debaixo de água (B), experimentar quem, com a ajuda de Deus, melhor suporte o ardor da pimenta ou mais vocação demonstre para a vida aquática... Antes de uma prova judiciária de maior vulto, há certas fórmulas que são recitadas pelo catúas ou dato lúlic, que preside a essa cerimónia, empunhando uma lança consagrada:

– *Ó lúlic, ó manàs, ó sei marè mai! Rai tolu, sáè mai, hau mate bían tômac, ini tômac matan nu fitun! O lúlic*, ó quente, anda cá ver! Ó sol, ó terra, vinde cá ver. Três sóis, descei; três terras, subi. Todos os meus falecidos, vós, cujos olhos são como estrelas e como a Lua, vinde e vede bem, vinde e reparai bem. Se na verdade, eu sou culpado, se eu roubei, que esta água me afogue, que ela me saia pela boca, que me escorra pelas ventas. Se eu não sou culpado, se não roubei, três sóis o hão-de ver, três terras o hão de ver!

Ante o *lúlic* de Samoro, quando se faz uma jura, dirige-se a mão para ele e pronuncia-se a seguinte *hamulac* (invocação):

– O lulic Mau Queu (naquela região cada *lúlic* de categoria é tratado por um nome próprio), vem ver! Os teus olhos são como as estrelas, como a lua. Se eu roubei, se é verdade o que estes dizem, então, que eu morra andando, que eu morra estando parado[414] (A).

Por seu turno, os indígenas de Motael afinam por iguais práticas: põem a terra na cabeça, apoiam a mão num objecto *lúlic*, e quando metem a terra na boca, dizem:

– *Hau dura la rai; hau dura la lelo; hau casse guelo. Hau casse doque, rai munu hau.* Eu jurar pela terra; eu jurar pelo sol, eu falar verdade. Eu falar falso, terra comer eu (N).

Na ilha de Ataúro, terra de marítimos e pescadores, quando surgiam discordâncias nas declarações dos pleiteantes, praticava-se uma ordália curiosa (*tôbu-tassi*): ambos iam para o mar e afundavam-se num mergulho, e dava-se razão ao que mais tempo se conservasse imerso (M).

---

[413] «Piripiri», é a pimenta brava, *pipper subpellatum*. «Chile», o pimentão pequeno.

[414] Traduções do padre Manuel Fernandes Ferreira (relatório da Missão da Soibada, Manatuto) (A).

Um antigo comandante de Lautém-Sul [415] refere outra prática idêntica, embora mais arriscada: «Em Loré há uma lagoa de água salgada, junto do mar à sombra negra da floresta coalhada de crocodilos. O régulo da região resolvia as justiças da sua gente da seguinte forma: os indivíduos em litígio eram levados até à margem da lagoa com grande acompanhamento de personagens e multidão, chegados lá eram atirados à água. O que fosse comido pelos crocodilos era o que não tinha razão; sucedia que às vezes eram comidos os dois e outras, ou porque os bichos estivessem fartos ou porque não estivessem sossegados com aquela parada de gente tão perto da água, saíam ambos incólumes, escoado o tempo que o régulo achava bem para a prova, O misticismo, ou antes, a crendice da assistência aceitavam com bons, altos e indiscutíveis qualquer dos casos. Saíam dali em direcção às povoações em grande algazarra, contentes daquele pretexto para batuque, bebedeira e pândega» (R).

VII— MEDICINAS TRADICIONAIS

1) Cova Lima – Tanto nesta região como nos outros departamentos da ilha, têm os indígenas numa conta especial, os frutos da areca (bua) e os da trepadeira de betel (*inaluss*) — aos quais ligam um apreço que chega a tomar um sentido religioso. *Seri maluss*, significa mascar o betel e a areca. Não se realiza estilo algum entre os indígenas em que essa operação não exerça um papel fundamental.

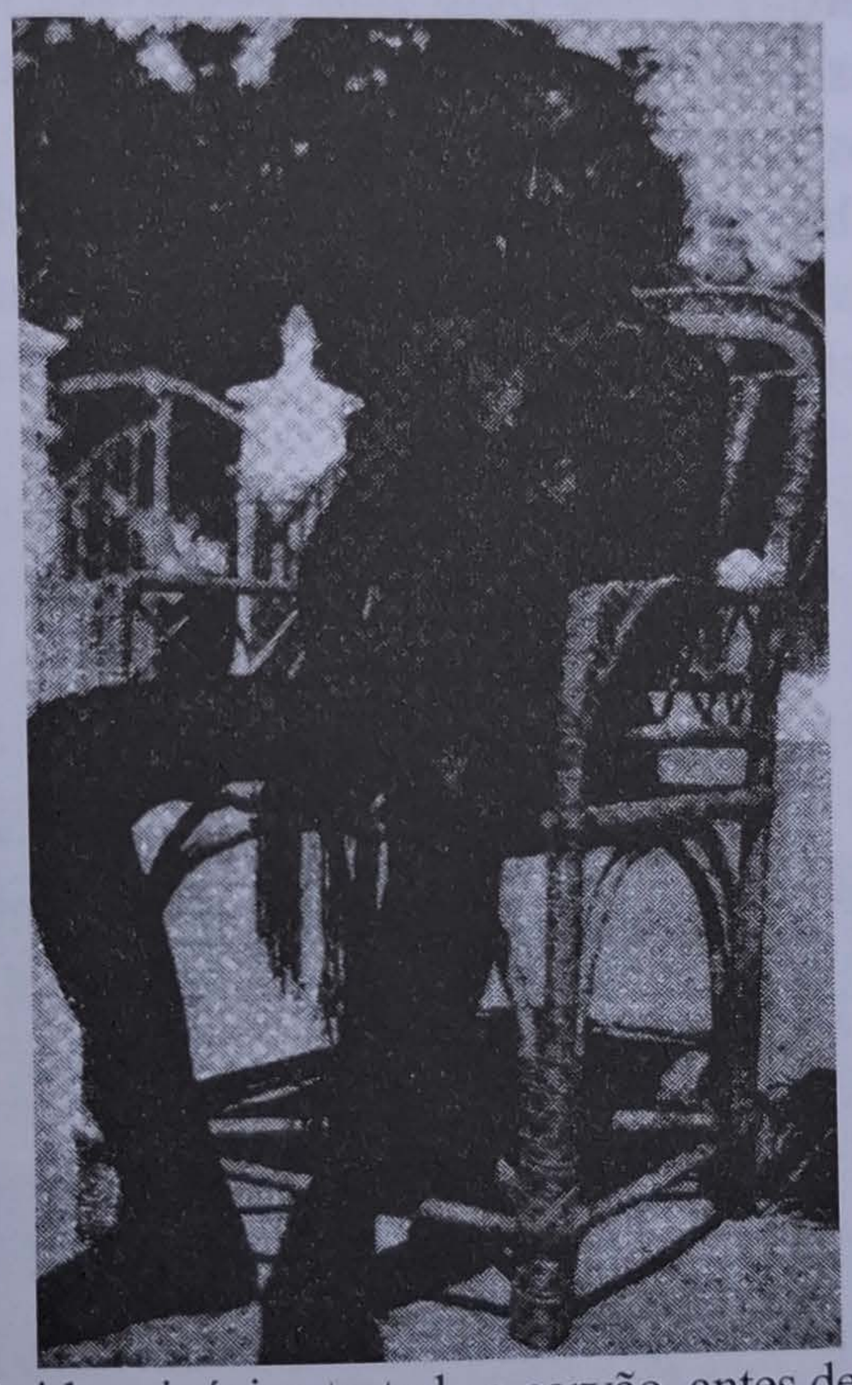
Outras árvores e arbustos consideram os habitantes, senão como igualmente sagrados, ao menos como de virtudes também medicamentosas. A *massin manas*, por exemplo, serve para acessos de malária. Esfrega-se a entre-casca na cabeça do doente, depois de salivada e feita em massa por outra pessoa. A *cnua* é óptima para as febres, usada da mesma forma. A casca do *léo* tritura-se, ingere-se um bocado, e com o resto fricciona-se o ventre: é dum efeito radical para as dores de barriga. Idêntico emprego e resultados não menos eficazes, tem a casca de gondão. A de *cum*, friccionada na testa, acaba logo com as dores de cabeça. Para a blenorragia, pode escolher-se, ou a casca de *roti*, ou a de *macuri* ou a de *nabo*: são de uso interno, mas devem ser previamente fervidas, para que a sua acção seja decisiva. A de *airnono lai*, indicada para a calvície, não deve ter grande procura, pois é raro encontrar-se um careca entre os Timores (1).

2) Manatuto – O *matan saic*, às vezes, com as suas mezinhas, dá cabo dos enfermos que se lhe entregam nas mãos. Segundo os usos e costumes, deve ele, em tal hipótese, de imprevidência ou intenção criminosa, indemnizar a família da vítima. A prova é, contudo muito difícil de estabelecer, e por isso os curandeiros geralmente estão garantidos, no exercício das suas funções, com a mais absoluta impunidade. Coisa semelhante acontece na Europa, com certos médicos diplomados...

---

[415] O comando de Lautém-Sul, criado em 1920 e poucos meses depois, suprimido, teve a sua sede em Loré, numa casa de palapa e gamuti, que ainda hoje existe em frente da tranqueira actual do posto.

Raros são os velhos em Timor que não têm sabenças terapêuticas A masca ou o sangue de porco, aplicados em cruz, sobre o corpo dum indígena, são excelentes para esconjurarem a morte, quer por doença, quer na guerra. Chama-se a esse exorcismo, a *aba* ou *cuta*, e tia quem se salvaguarde contra uma defunção prematura, lambuzando com ele a porta de sua casa. Às cascas de certas árvores, dão os timorenses o nome comum de *biro*, e são tidas e havidas por sagradas, atribuindo-se-lhes o condão de imunizar os combatentes contra ferimentos que recebam durante as refregas guerreiras. De três em três anos, honram-se os *biro* com um estilo de homenagem (B).



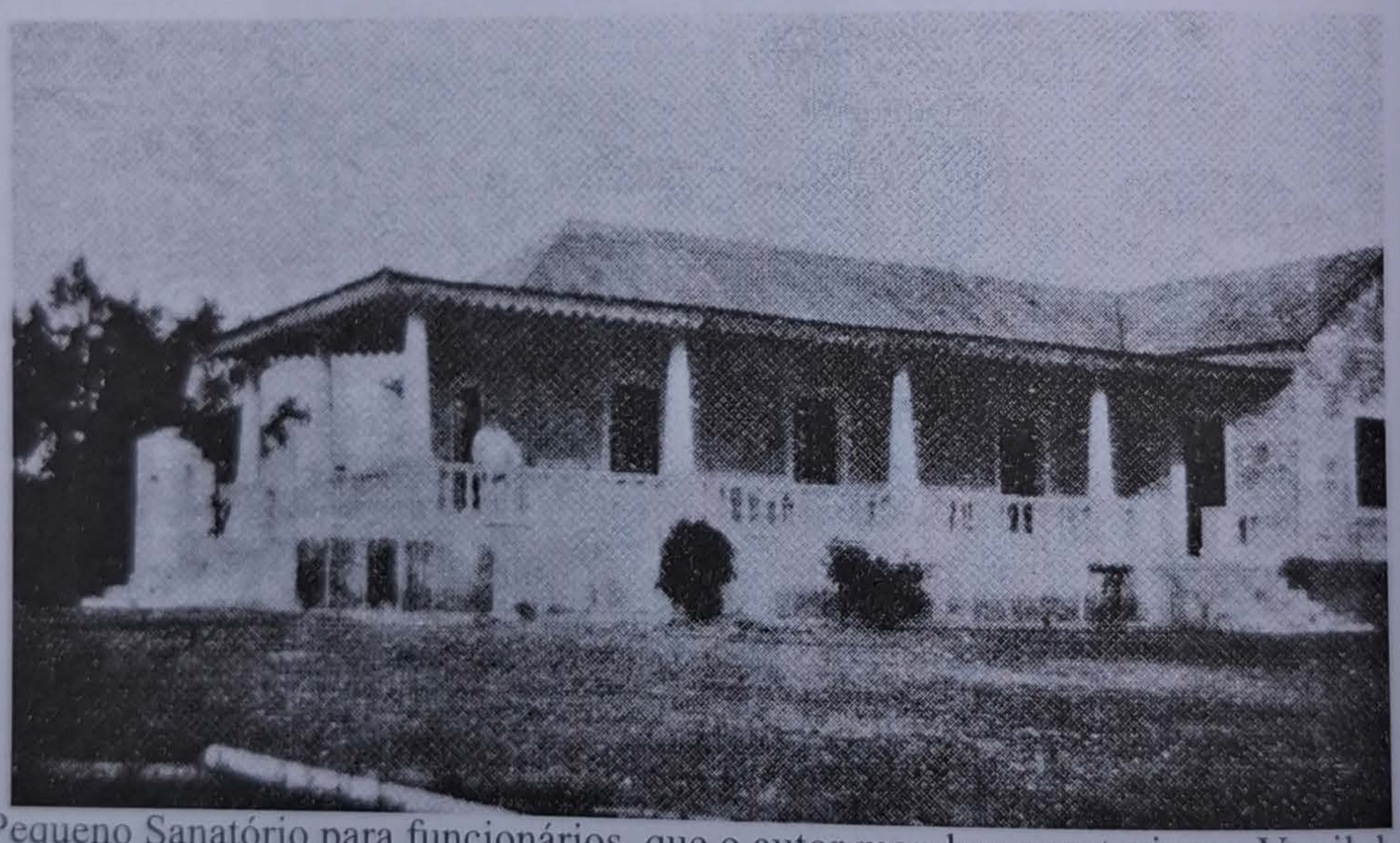
Velho timor, com uma ferida micósica tratada a carvão, antes de ser hospitalizado (1933).

3) Manu-Fahi — Não há doença de mau aspecto para a qual se não chame o *matan saic*, curandeiro ou adivinho, que se julga na posse de faculdades milagrosas, conhecendo as causas ocultas das enfermidades e o segredo de curar todas as mazelas. Umas vezes opera sozinho, sob o patrocínio do *lúlic*, que ele não se esquece de invocar, outras vezes com a cooperação do sacerdote gentílico, o *macaer lúlic*,[416] quando a maleita se apresenta tão grave que exige algum estilo — cerimónia que tem já um carácter litúrgico, estranho à competência e fora da alçada do *matan saic* (L).

---

[416] *Matan saic, matandoc, mossa*, são palavras sinónimas em várias línguas de Timor. *Macaer lúlic, dato lúlic, anu falum*, idem, idem.

4) Hato-Lia — O curandeiro é um psicólogo. Antigamente exercia sobre os régulos uma influência poderosa e promovia crimes monstruosos. Denunciava famílias inteiras e até crianças para serem massacradas, sob a acusação de *buan* ou *suangue*, dando-as como causadoras das doenças dos régulos ou parentes. Ainda hoje é uma entidade que facilmente granjeia uma pequena fortuna e chega a ter escravos voluntários e clandestinos. Em sua casa nada lhe falta: possuem bons rebanhos e quem deles trate graciosamente. Em casa dos enfermos, é para ele o melhor lugar e o melhor bocado. Havia um que cuspia dentro dum bambu, porque a sua saliva, dizia ele, não podia tocar a terra, e chegava mesmo a entrapar os pés, envolvendo-os em farrapos de lenços, porque a sua pele não podia ser maculada com o pó que era pisado pelo comum dos mortais. A sua palhota estava sempre a abarrotar de clientes. Um dia envenenou-os, com petróleo e álcool. Ao vê-los cair em tremendas convulsões, pôs-se a berrar, declarando que via as almas dos antepassados, que vinham perseguir os vivos, por estes não os terem ainda honrado com o estilo funerário do *acoi-mate* (F).



Pequeno Sanatório para funcionários, que o autor mandou construir em Venilale, 880m a.m. (1930)

*

Descoberta[417] há pouco no recheio babélico dum alfarrabista de Lisboa, adquiriu-se e guarda-se hoje, como uma relíquia preciosa, no nosso Arquivo Histórico Colonial, certa obra manuscrita devida à pena dum frade português, religioso dominicano, que há mais dum século andou também por Timor. *Virtudes de*

---

[417] Descobriu-a o Dr. Manuel Múrias, e pagou-a, pelos fundos em saldo da Exposição Colonial do Porto, o capitão Henrique Galvão, autorizado pelo ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro. A troco de mil escudos, salvou-se de ir parar às mãos profanas do estrangeiro, um precioso documento do esforço colonizador dos Portugueses, um mais a juntar a muitos outros com que se prova o cunho científico que sempre distinguiu a nossa obra de civilização.

algumas plantas, folhas, frutas, cascas e raízes de diferentes árvores e arbustos da ilha de Timor, escritas por Fr. Alberto de S. Tomar, da Ordem dos Pregadores, missionário e depois comissário da Missão das Ilhas de Timor, Solor e circunvizinhanças.

Assim se chama essa curiosíssima e enternecedora monografia, na qual o paciente frade, escrevendo e desenhando em largas folhas de papel de arroz, revelou uma notável curiosidade, não só de etnógrafo mas de naturalista amador, além dum temperamento singular de artista, seguro e minucioso na figuração dos espécimen descritos. De cada árvore ou arbusto a que se refere, apresenta Frei Alberto, com as devidas cores e descendo a pormenorizadas e delicadas tonalidades, o desenho completo dum ramo, onde não faltam as folhas, as flores e os frutos, e ainda o elucidativo perfil dum destes, cortado longitudinalmente.

A devoção nacionalista, a sólida cultura histórica e a alta competência do director do referido Arquivo, estão já promovendo a carinhosa reprodução fotográfica desse trabalho, para ser editado brevemente, entre outras publicações não menos valiosas. Entretanto, permitiu-me a velha amizade de Manuel Múrias, que valorizasse este meu livro com a transcrição integral da prosa do dominicano, interessante pelo conhecimento que demonstra o autor sobre o copioso receituário que engendraram sucessivas gerações timoras, contra muitas e desvairadas doenças que atacavam a população indígena. É abundante a lista dos remédios que desenrola Frei Alberto, gabando as virtudes terapêuticas das frutas, das raízes e das cascas, da variegada flora de Solor e Timor. Rara a maleita que elas não aliviem ou não curem radicalmente. Servem para as nódoas, pizaduras, feridas, chagas, inchações, dores de corpo e de cabeça, defluxões e catarrais, febres, indigestões, obstruções e desinterias, fitos e torpores de barriga, esquinências, pedi-as na via, gonorreias ou supressão do mez e das urinas, postemas, fracturas, ausências de tacto, membros gretados, hidropisias, urinas sanguinolentas, olhos inflamados e «cameras de sangue», — e até para bexigas, hemorróidas, envenenamentos, picadas de cobra, e mesmo para os nado-mortos que se demoram na barriga das mães...

O frade aprendeu tudo isto com os timores, e não se envergonha de o confessar.

Segue o traslado dos vernáculos e pitorescos dizeres do bom dominicano: *Catímum* — Árvore grande — As folhas têm felpa por uma e outra parte como as da Erva santa ou tabaco. As mesmas folhas ou a casca mastigada e posta sobre qualquer ferida recente a cura, fazendo também unir os nervos cortados. As folhas mais tenras cozidas com arroz purgam com muita suavidade.

A'unúnúto — Árvore grande — A raiz roçada com água em uma pedra áspera ou miúda e bebida em água cura a tosse seca. As folhas tenras cozidas com arroz fazem uma boa dieta para os tísicos; e algum se tem com ela restabelecido.

Clumbum — Tabaco do mato. Arbusto grande — A decoção das folhas bebidas é admirável na supressão das urinas. As mesmas folhas pisadas, cheirando as e esfregando com elas a boca do estômago e a barriga, cura as indigestões.

Lilia – João Preto. Arbusto pequeno semelhante ao Taram (anil) — A raiz e as folhas são um grande contraveneno. Mastigadas e postas sobre qualquer ferida, nódoa ou pizadura, a cura; posta na testa e nas fontes, cura as dores de cabeça, e deixa inteiramente a inflamação dos olhos. A casca da raiz comida com um dente de alho, dissipa os flatos.

Túris – Árvore grande – As folhas são boas e saudável a verdura, mas os feijões, cujas bases tem dois pai. mos e meio de comprido, e são mais miúdos que os chamados fradinhos, não se comem. O sumo da masca do pau pisada, bebido, cura as crianças que padecem torpores de barriga. As folhas pisadas com gengibre de doirar, cozidas com arroz e postas sobre qualquer nódoa ou pizadura, a desfaz. Esta árvore destila uma goma vermelha, muito adstringente que é boa nas desinterias. — Eschynomane arborea Linn.

Jalaloto – Árvore triste – Arbusto pequeno – Sete a nove pés bem lavados, cozidos com algumas cebolas em um quartilho de água até se reduzir a meio; bebendo parte deste cozimento e pondo o resto debaixo da via anterior, pondo-se o doente de cócoras para receber o vapor e continuando repetidas vezes, faz sair a pedra desfeita em areia. Cura também as gonorreias, usando cozimento sem cebolas e feito em dobrada porção de água. O cozimento feito da planta com a raiz e bebendo repetidas vezes, cura a supressão do mez. – F. Phyihanthu.s sp. Vide.

Dorilanda – Porco espinho. Arbusto grande – Mastigada a raiz, ajuntando a saliva para com ela untar por vezes o cancro e pôr depois sobre ele a raiz, assim mastigada duas vezes por dia, cura sem ficar sinal. A decocção da mesma raiz bebida quente pela manhã e à noite, cura a quem urina sangue. As folhas pisadas e postas nas mãos e pés gretados, os cura. Este arbusto, nascido nos outeiros distantes do mar, tem mais virtude que os que nascem na praia.

Bico – Pau amargo. Árvore de mediana grandeza – A raiz, e ainda o pau em pó, bebida em água, cura as febres intermitentes e as obstruções. Pode ser que seja o mesmo que o pau amargo de Surinam.

Lela – João Lopes. Árvore grande cujo tronco é cheio de nós bicudos e a raiz é sobre o amarelo. – A casca e a raiz, roçadas em uma pedra com água ou sumo de limão, e bebidas no frio das febres intermitentes, as cura. Usando da mesma bebida em gorgolejo, cura as esquinências. Mastigada ou raspada e posta sobre as feridas, estanca o frouxo de sangue que sai dela e as cura brevissimamente, e tão bem as mordeduras de cães danados,[418] pondo as raspas da raiz sobre a ferida e levando para baixo o sumo da mesma raiz mastigada.

Tális – Arbusto pequeno – A raiz, moída e bebida em água, cura as constipações e maus ares. Dizem os Timores que, trazendo a raiz unida ao corpo, faz perder o ânimo a quem se quer dar veneno.

Manél – Árvore grande, que tem a casca preta – Tem a mesma virtude que a tális.

Tete ou *cussame* – Árvore grande - A casca ou raiz, mastigada e posta sobre as feridas recentes, as cura brevemente. A cinza da madeira é muito abundante de alcali.

---

[418] Em Timor, contudo, não há notícia de casos de raiva nem de tétano, nem mesmo de tifo.

A polpa das frutas é acida e tem dentro uma amêndoa bastantemente oleosa. Os timores a pisam, põem a massa ao redor de junco, e se servem dela como velas.

Morungo – Árvore de mediana grandeza – A raiz se pode chamar cautério vegetal, pisada e humedecida com água, faz o mesmo efeito que a pedra infernal; para lhe diminuírem a actividade, é misturada com farinha de arroz, quando a pisam. O leite dos olhos, deitado repetidas vezes por dia sobre as bebidas, as desfaz. Produzem uma espécie de feijões de chicote, cujas bagas, grupas triangulares, quando são tenras, se comem ainda que são muito amargas. Das flores e folhas também se servem como verdura.

As folhas tem grande fétido, os botões das flores são semelhantes aos das laranjeiras, as flores são compostas de cinco folhas brancas ou pétalas do mesmo feitio, porém mais delgadas que as das laranjeiras. Sobre elas há mais cinco de um amarelo pálido. Uma delas levantada de cima para a parte inferior apartando-se delas. Os filamentos são dez, desiguais. Cinco mais compridos, têm outras circulares. Os que não as têm são mais delgadas e curtas entre eles está um embrião, de que cresce um feijão de três quinas, e três cobertos, de palmo e meio de comprido e meia polegada de grosso, e que produz sete a oito sementes, cuja amêndoa é oleosa.

Aumata ou *sapassana* – Trepadeira – A raiz, cortada transversalmente, mostra uma roseta. Em Moçambique lhe chamam raiz de cobra. É muito quente, segundo dizem os Timores. Moída e bebida em água, cura as febres frias, faz lançar fora todo o veneno que se tiver tomado, tendo-se mastigado pela manhã e engolido o suco, preserva dos efeitos do veneno que se tomar naquele dia. Moída e posta sobre as picadas dos animais venenosos, desvanece-as, desincha e cura.

Auntassa – Trepadeira – A fruta tenra é boa verdura, de semente semelhante à da melancia (sic), porém mais chata e pequena, tem uma película que faz maior o seu diâmetro, e todas estão acamadas em pinha e unidas ao tronco por folhas delicadas, cor de prata. A raiz forma uma espécie de inhame do tamanho de uma avelã, de qual saem diferentes raízes finas e só uma mais grossa e comprida. Pisada e bebida em água, cura as cameras (sic) de sangue, e roçada em uma pedra com água quente sobre qualquer inchação, a desfaz em poucos dias.

Tó ou *champlo* – Pau Maria. Árvore que destila uma resina semelhante à termentira (sic), e da fruta se tira grande quantidade de azeite. — Os timores fazem delas velas, como das frutas do cussame. A resina é um grande bálsamo para as feridas recentes e para a cura das chagas. Faz-se unguento com o sumo das folhas da erva santa, o dito azeite e resina e alguma cera, vinte e quatro até trinta grãos de resina lançados em água fria para fazer uma piruia (sic), e tomando-a faz rebentar as postemas interiores.

Derauna – Limoeiro do mato. Árvore mediana – A raiz, roçada em uma pedra com água, posta sobre qualquer dor, a dissipa, abstendo-se de sal e comida e bebidas quentes e irritantes.

Dila – Marmeleiro. Árvore pequena – A casca da árvore, mastigada com betel e posta sobre a picada da cobra verde, a cura. Untando os peitos e as suas vizinhanças com as folhas mastigadas, faz secar o leite, A goma da fruta, que é adstringente e

semelhante à arábica, é útil nas desinterias, usada dela em emulsões e com moderação. A fruta é doce e tem bom cheiro.

Lete – Árvore grande. A casca da árvore e da raiz é de um amarelo desmaiado, sujo e muito amargo. — É um contraveneno tão eficaz que dizem os Timores, que, tendo untado pela manhã o corpo com o pó da casca desfeito em água quente, não prejudica o veneno que se tomar. Também é utilizada nas febres, untando com o dito pó da raiz, em água quente, o corpo, duas vezes por dia, o que experimentei com umas grandes febres que tive. Lançando-se o dito pó em água, fervendo e tomando o vapor na testa e inspirando-o, tendo a cabeça coberta com um lenço, e tomando algumas pitadas como tabaco, cura com prontidão as defluxões da cabeça e do peito.

Caneta – Árvore grande – Lavando as chagas com a decoção da casca da raiz, e pondo sobre elas, duas folhas dobradas, tendo sido bem pisadas com qualquer ferro ou pau agudo, as cura em breves dias.

Clatumculi – Inhaine de D. Mateus. Trepadeira – O tronco tem de comprido três a quatro palmos e três até quatro polegadas na parte mais grossa. Esburgado, cortado transversalmente em rodas delgadas, seco e reduzido a pó, é muito estomacal e expectorante nas defluxões do peito e catarrais, tomando na dose de seis até oito grãos mastigados com betel ou coisa semelhante e engolindo o suco. É muito amargo e específico contraveneno. Meia oitava, pouco mais ou menos, posta à noite, de molho em água fria, e pela manhã, bem desfeito e coado, e espremido, é um emético excelente e eficaz, que obra com suavidade, ainda que algumas vezes em tamanha abundância que precisa suspender-se o efeito com um caldo simples de arroz. É útil e eficacíssimo, principalmente nas febres intermitentes, nas desinterias e nas cameras de sangue.

Acramer» – Arbusto grande – A raiz, roçada em uma pedra com água e posta sobre as bexigas pretas, e bebendo a decoção delas e abafando-se para suar, faz tornar benignas as mesmas bexigas. Também é útil, do mesmo modo, nas pontadas.

Nacometa – Arbusto grande – A raiz é muito amarga: roçada em uma pedra, com água e tomada de manhã e à noite, e usando de caldo de arroz cozido com as folhas, cura as cameras de sangue. Glycine Abris Lin.

Núe – Árvore grande – A superfície exterior é branca e coberta de pó. O cozimento da casca e das folhas, serenado, bebendo-se, de manhã uma parte, e untando o corpo com a outra, duas ou três vezes por dia, cura as gonorreias e as dores do corpo.

Nombrine ou *rossarage* – S. Domingos. Arbusto grande – A raiz e ainda o tronco com a casca roçada em pedra com água e posta sobre qualquer inchação, a desfaz.

Nope – Árvore mediana – A casca é semelhante à cortiça; a entrecasca, da grossura da casca; e o pau branco é tão poroso que, depois de seco, passa o ar com um assopro de uma extremidade a outra. As folhas servem para a cura das hidropisias que resultam das febres intermitentes mal curadas.

Ausane – Árvore grande – As folhas, que tem a penugem e o macio das da erva santa, a casca e as folhas do nope e a raiz do bamolo e de suntassa, tudo pisado e posto à noite, com água fria, e de manhã lavando e esfregando bem todo o corpo,

cura as ditas hidropezias. O sal é tão nocivo a estes doentes, que qualquer porção de que se use depois de principiada a cura, aumenta a luxação e mata em breve tempo.

Acoma – Arbusto pequeno – As folhas, pisadas repetidamente com azeite tirado do coco e postas nas hemorróidas saídas e inflamadas, as cura com brevidade. As mesmas folhas, pisadas com farinha grossa de arroz e postas sobre a parte dolorosa da enxaqueca, a cura. Dasura sp. Vide.

Cinto-ama – Solda macho. Árvore grande – A casca moída e bebida em água, é de boa solda para as quedas. Depois de encanado qualquer membro quebrado, pondo em redondo a raiz ou a casca, pisada e humedecida com água, em breves dias o cura. A casca, moída e bebida com lavagem de arroz, faz sair a criança morta no ventre da mãe.

Cinto ínam – Solda fêmea – Árvore grande – Tem as mesmas virtudes que a precedente.

Aale – Parreira brava – A raiz da abutua, que é branca e tem a casca preta, é a da parreira brava macho, que dá uvas brancas. A raiz da parreira brava fêmea, que dá uvas pretas, é de um amarelo sujo e tem a casca parda. Esta raiz, roçada em uma pedra com água e posta sobre a pontada, e bebida com água decoção, nas catarrais, tira a dor, cai a matéria, facilita a expectoração e cura perfeitamente. Bento Afonso, cerado do general da Índia, D. José Pedro da Câmera, de idade avançada e constituição débil, tendo uma catarral, já lançava escarros purulentos e com fétido insuportável; e sendo conduzido ao hospital, se restabeleceu completamente com o simples uso da dita decoção, em 1778, e ainda vive. O Capitão Tenente, Mateus dei Ham, com o uso da mesma decoção, se curou em breves dias de diferentes pleurisias que teve em Moçambique e em Timor; aonde muitas outras pessoas atacadas do mesmo mal se restabeleceram sem sangrias, O uso frequente da mesma decoção desfaz e expele por cameras as postemas interiores. O Tenente Coronel, António José de Foios Pereira, tendo uma postema em Gôa, em 1780, por causa de uma queda, estando desenganado dos médicos e cirurgiões, se restabeleceu com o uso frequente da mesma decoção, aconselhada por um seu amigo, sem que tivesse repetição até Fevereiro de 1788, em que foi morto pelos Macassares[419] Usando da mesma decoção e pondo a moída em água sobre o pente e os rins, faz lançar a pedra em areias. Bebida em licor espirituoso, cura os acidentes da gota coral e as febres frias, e em sumo de limão, as febres quentes. Mastigando e engolindo o suco, cura as cólicas. Deitada na bilha de água, quando se bebe, dissipa os flatos, purifica o sangue, conforta o estômago, favorece as secreções e cura as frequentes indigestões e diarreias. Enquanto se faz uso da parreira brava, se deve abster o doente de peixe, sal, azedos, espirituosos e especiarias – *Virís Indica Lin.*

---

[419] Indígenas do reino de Macassar, na ilha de Celebes, do arquipélago Malaio. Em Macassar, sede actual dum governador holandês, ainda resta, bem conservada, uma fortaleza ostentando o escudo de Portugal.

Sutalifui ou *auatoni* – Trepadeira – Meia onça de casca da raiz, pouco mais ou menos, pisada em uma pedra com um dente até ficar com bastante espuma, lavados e bem esfregados todos os dias duas vezes com esta água, o corpo e os membros que têm perdido o tacto, apertando-os e como espremendo os humores para baixo, o restitui. Assim se curou o P.e Fr. Bernardino de S. Francisco, comissário da Missão de Solor e Timor, que havia seis meses já tinha perdido o tacto dos pés, já se não sentia até à cintura e o ia perdendo das mãos: e em três meses se restabeleceu perfeitamente, abstendo-se de vinho, sal e gorduras. A inflamação dos olhos e belidas, se curam, metendo os olhos em uma poncheira cheia da dita água, três até quatro vezes por dia e guardando o mesmo regimento».

VIII – A CONTAGEM DO TEMPO

1) Cova Lima – A ideia que os indígenas formam do tempo, consiste em meia dúzia de noções rudimentares. O ano é conhecido por tina e partilhado em duas quadras: a da chuva e a época seca. Referem o mês às fases da lua, à qual chamam fula, e o dia à aparição do sol (lorum). Para eles, um mês é «uma lua»: *fula ida, fula rua*, etc.[420] Um dia, é um sol: *lorum ida*, l*orum hito, lorum tolonulo*. Se querem semear, esperam a migração de certos pássaros – os *ali ton* e os *nobá* – ou que amadureçam os frutos de uma determinada árvore – beco – ou, então, que comecem os troncos a germinar em novos rebentos (1).

2) Manatuto – As referências cronológicas são obtidas por meio dos nomes das autoridades que já administraram a região, e de alguns governadores. A semana divide-se em sete partes, cada uma delas correspondendo a uma das feiras realizadas em dias fixos, nas localidades da circunscrição ou em postos de jurisdições vizinhas. Assim, *bazar Maubisse* é a quarta feira; *bazar Turiscain*, a terça[421]. O mês conta-se de lua a lua; a semana, de bazar a bazar, mas tomando-se como base o bazar da sede, que se efectua ao Domingo. Desconhecendo a escrita, não curando do passado, o indígena limita se a conversar acerca de velhas guerras e de antigas epidemias. Para marcar o tempo duma viagem ou de qualquer trabalho, serve-se dum cordel, no qual vai dando um nó em cada noite que passa (B).

3) **Manu-Fahi**[422] – Aqui, o timor regula-se pelo surgimento de certas aves migradouras — a *macassar* e a *ucu uma*. Vários habitantes conseguiram já fixar um calendário agrícola, constituído por dez meses: *bibi, naro, macacas, haça-meac, cabe-nai, sorim-lete, manates, lamemin, aicracate, acadiro e fetora-taniss* (L).

---

[420] Em tétum, a numeração até 1o, é a seguinte: *ida, rua, tolo, hate, lima, né, hito, ualo, síua, sanulo* Cem, *halus*; mil, *rium*. E como em macassai, os outros números são designados com a ajuda da palavra récin, mais. Assim, para 2.125, diz-se *rium rua, hatus ida, ruanulo, récin lima*.

[421] Maubisse e Turiscain, postos da circunscrição de Motael.

[422] Manu-Fahi, significa galo-porco. Manatuto, deriva também de manu. Baucau, já vimos, equivale a «rabo de porco». Tratar-se-há de indícios de totemismo tribal?

4) Suro – Nesta região, houve alguns indígenas que adoptaram o calendário europeu, mas conferindo aos meses, especiais designações, de origem toponímica: Lelo Sae, OhoRai, Gou Lora, Nuno-Mogue, Soro-Dato-Pate, No-Ulo, Homenaro, Cassa-Lausso, Rite Luli, FatoLeto, Loro Narropa, Nome Rema e Mau Heda.[423] Tal adaptação é usada apenas por um número diminuto de contribuintes da sede da mesma zona administrativa. « A chegada desses meses conhece-se pela mudança do tempo, como chuvas mais ou menos abundantes, época do vento ou da seca, o aparecimento dalgumas aves de arribação e certos fenómenos como trovoadas, etc. Mas, na maioria, dividem o ano pelas sementeiras e colheitas, não tendo noção alguma do calendário»[424](K).

5) Oé-Kussi – Ao ano, chama-se ton; ao mês, funam; e conhecem-se duas estações, a do sol, *fok nais*, e a da chuva, *oe-tate* ou *napu*. «A semana, aceitando o que lhe ensinámos, dão os indígenas, sete dias, sendo o último, o Domingo. Mas já não sabem quantas semanas formam o mês, e nem o ano de quantos meses se compõe». Aos meses, que são lunares, não os diferenciam atribuindo-lhes designações particulares (E).

Numa das estradas construídas pelo autor: Inauguração da Exposição agrícola, industrial e pecuária, pró-escolar, realizada em Baucau (1930). Parada de 2.000 «moradores » e 3.000 mulheres de batuques.

---

[423] Locais da área da referida zona administrativa.

[424] Em Liquiçá, ao mês dão os habitantes o nome de «lua», (hula) e ao ano, o de «horta de milho» (tóo), porque contam os meses de colheita a colheita, dos milheirais (G). «O tempo corre fluido, sem ressaltos nem datas, para o timor, mesmo educado pelos missionários portugueses. Se pergunto pela idade a uma testemunha (no tribunal de Dili), responde invariavelmente que tem um ano. Só por certos governadores de distrito ou comandantes militares de há pouco tempo, só por colheitas de milho ou de neli (arroz), é fácil fazer-se-lhe determinar a data dum acontecimento que presenciou. Sorri, surpreso, sacode a cabeça, dizendo — O timor não escreve, não toma conta dos anos» (A).

Trecho dos pavilhões da mesma exposição:
Tapetes, esculturas, panos, cestos, etc. fabricados pelos indígenas.

IX – FESTAS AGRÍCOLAS

1) Manu-Fahi – Nesta região, como nas outras de Timor, o ano agrícola é assinalado por várias festividades periódicas, de carácter familiar e propiciatório. Assim, na ocasião da sementeira do milho, salpica-se a terra com o sangue dum porco, e oferece-se ao *Rai-Lulic* (espírito da terra), um pouco de arroz cozido, um ovo e um galho de arequeira, que se colocam junto da árvore sagrada existente na horta. É também costume benzer-se o torrão com sangue dum galo, misturado com água de coco.[425] As penas do galináceo são espalhadas por toda a superfície da plantação. A isto se dá o nome de *louço díquin* (tirar a ponta).

Nas colheitas, juntam-se os feixes em monte, põe-se-lhes por cima um leitão previamente morto, e toda a gente que andou a apanhar o cereal, canta em redor da meda, comendo em seguida o porco, e guardando, depois, a colheita, mas numa pressa supersticiosa (E).

2) Maubara – Para a festa do milho novo, realizada isoladamente por povoações, cada contribuinte subscreve-se com um amarrado do milho que houver colhido nesses dias, e mais um frango e uns decilitros de «canipa». Parte do milho e da carne é oferecida às relíquias dos antepassados, e o resto da refeição e comem-no e bebem-no os subscritores reunidos.

Se uma horta foi lavrada pela primeira vez, espera-se pela colheita, e nessa altura mata-se um porco ou um carneiro, cuja carne, junta com betel e arroz, se espalha por toda a plantação. Tal cerimónia é conhecida pelo nome de *ha'a ruço* (dar de comer à horta) [426] (O).

3) Motael – *Dudu bau*, chama-se à festa do ano novo que resulta num batuque em que, durante três dias, se reúne toda a gente na povoação do régulo, para dançar o *tebe* e o *tebedae*. Na manhã do quarto dia, vão os festeiros, com os melhores trajes e adornos, render homenagem às enguias sagradas, ofertando-lhes arroz, para que elas façam vir chuvas abundantes, e em seguida dirigem-se aos túmulos dos antepassados onde deixam iguais presentes (N). Nessa cerimónia que é

---

[425] Em Cova Lima, costuma-se também aspergir-se as plantações de milho e arroz, com sangue de porco e água de coco verde (1).

[426] Em fins de Agosto ou começos de Setembro, começa-se a virar a terra e a proceder-se às queimadas, para adubo das hortas. Em meados de Novembro, vêem as primeiras chuvas, e semeiam-se, então, os milharais. Em Janeiro, são as mondas, e em abril a colheita. Para os arrozais de chuva (em Ossuqueli, por exemplo), a lavra e a sementeira iniciam-se em Janeiro. Para os de regadio, o preparo só começa quando as ribeiras já perderam a sua violencia torrencial e já não rebentam, portanto, os diques feitos com palissadas de galhos e pedras que se armam aqui e ali, com o fim de desviar a água para os canos de irrigação. É mais ou menos em Abril.

realizada na casa *lúlic* (*pomali*), dá-se igualmente de comer a uma catana e a um *aí súac* simbólicos de iguais instrumentos com que se moirejou a arrotear horta[427] (D).

Quando da colheita do milho (*bátar fóho*), há mais danças e descantes, e imolam-se porcos e cabritos afim de que a terra se torne mais fértil. Parte da carne desses animais é colocada em cestos, junto com o betel e areca. Como em quase toda a colónia, é de uso dispor-se uma pedra na horta, e à volta da pedra, doze espigas, para que os espíritos as multipliquem, fazendo uma dúzia de cada uma delas... (J).

4) Liquiçá – O estilo da sementeira do milheiral é celebrado, cobrindo o *nai lulic* ao dono na horta com um pano preto, e sacrificando-se um porco, um frango e um cabrito negro. Trazem-se uns bambus cheios de água, estes despejam-se aqui e ali, por toda a plantação, e o *nai lulic* vaticina:

– *Uda mai ona!* Já vem a chuva.[428]

Na mesma região, realiza-se também a festa do milho verde, (entre Março e Abril): cada habitante da aldeia contribui com as primícias, representadas por um molho de espigas e mais um frango. O chefe da povoação apresenta-se com um ou dois cabritos ou porcos. Batuque e cantorias. É o *sau-sele* (substituição do milho velho pelo novo), e a este rito segue-se o *lago blíar* (dar de comer aos mortos): visitam-se as sepulturas dos antepassados e depõem-se sobre elas algumas espigas e uns pedaços de carne (G).

5) Suro – Quando o milho de verão está em meia crescença, faz-se o *ai ulo*. Ao som do tambor, convidam-se os amigos das vizinhanças e presenteiam-se estes com um festim onde a carne, como sempre, abunda, assim como a tuaca (K). [429]

6) Viqueque – Terminada a lavra do arrozal, o plantador mata um cabrito ou um porco, e oferece uma refeição a todas as pessoas, cinco ou seis, que lhe prestaram ajuda. O cevado, mata-o ele dentro do cano de irrigação que alimenta a várzea, afim do sangue «fazer o terreno germinar melhor». Fígado, coração e peito, corta-os em migalhas, e cozinha-os em bambus, de mistura com arroz, para, sobre

---

[427] *Aí súac*, alavanca de madeira, ponteada de ferro, que, juntamente com a catana, forma os reduzidos e primitivos instrumentos agricolas de que em toda a ilha se servem os indígenas para, geralmente. na cómoda posição de cocoras, limparem e mondarem as suas hortas de milho. Na lavra dum tnilharal de terras pesadas ou no arroteio dum arrozal (quando há falta de búfalos), empregam-se dois paus, um em cada mão, e que se manejam de pé.
Há indígenas cujo ferramental se acrescenta com uma alavanca de ferro e um machado, feitos por artífices nativos. A catana ou o parão compram-nos nas lojas chinas. Para semearem o milho, penduram ao ombro um saquitel com os grãos, abrem pequenos buracos com o ai suac e deitam as sementes lá dentro, passando por cima o pé direito, a tapar as covas.

[428] Versão que recolhi pessoalmente dos indígenas de Liquiçá. Em tétum, uda significa «chuva»; mai, vir; oca, já.

[429] O *ai ulo* já desapareceu em alguns sucos, mas conserva-se na sede da circunscrição.

uma folha de bananeira, serem depois oferecidos ao lúlic, árvore ou pedra sagrada, sob cujo patrocínio se encontre a plantação. Quando se colhe o arroz e este é debulhado, separando-se o grão da palha, tarefa essa em que colaboram vizinhos e amigos e é feita no meio de cantos e grandes risadas, pulando os homens e as mulheres, folionamente, em cima do neli, — o dono da várzea mata algumas rezes, búfalos, porcos e cabritos, para dar de comer aos cooperadores. De resto, para essa faina, há sempre voluntários sem conta, pois à noite a jovialidade recrudesce e Vénus oferece compensações que ninguém desdenha... (C).

7) **Manatuto** – «Há festas gerais do povo, oferendas de arroz cozido e carne assada dos animais sacrificados, acompanhadas de *tebedae*, ante a uma *lúlic* da povoação, na ocasião do casamento dos régulos, na volta da guerra ou da *razzia*, ao aparecer da espiga na seara de arroz ou no milheiral (os *hadáhur*).

Na ceifa e na debulha do arroz, um dos homens canta estas *ouhara*, que todas as mulheres repetem em coro, a cada estrofe:

Cotu harè malorè
Neli baçá
Sâma harè malorè
Neli baçá
Neli ba nun táhan
Num malorè
Neli ba bua tuham
Pona malorè
Cálu leba rai moun
Nátar ran ona
Rai monu lacatou
Nátar ran ona.

«Ceifemos o arroz bailando e vamos à sombra debulhar a seara. Vamos à sombra dos coqueiros dançar, bailar à sombra das arequeiras. Já as castanhas da fruta-pão nos caíram ao chão, do braço. Depressa, as rolas querem poisar, a água vai entrar».

Mota tula, bé tula, seitàn malu
Rai tua, tan hita, látan malu.

«Lá vem a cheia. Uns ficam na margem, outros são arrastados. Quando a terra nos cobrir, já não veremos os animais que ficarem cá em cima» (A).

X – IDEIAS RELIGIOSAS

É este capítulo de etnografia indígena um dos que estão ainda mal estudados, em parte devido ao retraimento dos naturais, em parte à indiferença irónica das autoridades e dos missionários que têm passado pela colónia. Raros, vagos e muito escorridos, são os elementos que nos fornecem a tal respeito os relatórios e as publicações escritas até agora sobre Timor, excepção feita das valiosíssimas notas

carinhosamente recolhidas pelo espírito superior dum magistrado: o Dr. Alberto Osório de Castro.

Reportando-se a Viqueque, diz um oficial que «os indígenas reconhecem a existência de Marômaque, ente supremo, mas nos actos de culto nunca lhe fazem referência, pois dele só esperam o bem, mas sim aos deuses malfazejos, aos *lúlics*, de que temem os malefícios, e a quem, por consequência, fazem os estilos, inspirados pelo medo e não por espírito de dependência ou veneração» (C).

Relativamente a Ataúro, consta que o animismo dos habitantes «é caracterizado pela crença na alma e nos espíritos. A alma, princípio vital, manifesta-se na respiração, que desaparece ao findar a agonia da matéria. Reside na cabeça e vai errar no espaço, poisando nas árvores, falando no canto das corujas, reincarnando-se em animais, e capaz de vinganças. Além de animistas, são idólatras. Os sahi, reprodução naturalista duma mulher e dum homem veneram-se ao ar livre, à sombra dos árvoredos. Pede-se-lhes chuva fecundante e alívio nas calamidades e lutos» (M).

Em Lautém, o «indígena tem principalmente o culto das almas dos antepassados,[430] mas adora também certos objectos, árvores, ribeiras e lugares a que chamam *lúlics*, que significa sagrado. O crocodilo é um dos animais sagrados, são incapazes de matar nenhum, é mais fácil deixarem-se comer por eles do que fazerem lhes mal ; é sempre com receio e desgosto deles, que nós fazemos tiros sobre alguns que aparecem. Numa ribeira de Lautém, e julgo que noutras, os indígenas sempre que matam alguma rês, vão deixar junto dela uns pedaços de carne para o crocodilo, a que chamam *avô*, comer, e para que fique contente e os proteja. Às vezes o crocodilo tendo apanhado qualquer caça, um porco ou veado descuidado à beira da água, come-o na margem e porque se afastou deixa uns pedaços... O indígena encontra-os e convence-se ser a retribuição do avô aos presentes que lhe têm dado e delira de contentamento com a atenção do bicho.

«Têm aqui e acolá, espalhadas pelo mato, casas *lúlics*, onde guardam instrumentos de culto e esculturas toscas de animais sagrados. Mas a sua maior preocupação é pelas almas dos antepassados, que vivem permanentemente à sua volta, enchendo-os de felicidade ou de tortura.

«Saem raramente de noite, por recearem todos estes fantasmas e nas guerras cortam sempre a cabeça aos inimigos, mesmo aos moribundos ou já mortos, para evitar que as almas deles os persigam. Há sacerdotes para este culto,[431] e principalmente para feitiçarias e leitura de destinos nas entranhas de animais. As

---

[430] Em Manu-Fahi, chamam as jóias dos antepassados «os seus ossos» (*sira nia rum*), deles, antepassados (L).

[431] Em Motael, quando se faz uma casa de habitação com o concurso de amigos e vizinhos. é costume celebrar-se uma festa para se dar de comer não só aos que trabalharam no edifício, mas também aos utensílios (alavancas e catanas), e aos materiais (paus, cordas e capim) que se empregaram na construção (D).
«O timor acredita sempre nos lúlics por mais civilizado que seja e embora nos diga que não tem fé neles. Não cometem acto algum da sua vida sem um estilo» (C).

suas informações em que acreditam com a maior fé, têm uma grande influência no espírito e na vida dos indígenas, consultam-nos inúmeras vezes em vésperas de guerra, de jornadas, ou viagens largas. Para isso levam uma galinha, que o feiticeiro abre e depois de vários exames às entranhas afirma com a maior convicção se o consultante voltará, se morrerá ou terá doenças. O feiticeiro come depois a galinha e aceita ou mesmo pede, qualquer pano ou pataca do cliente (R).

*

Osório de Castro atribui significação totémica aos nomes de várias povoações – Manatuto, Bibissusso, Manu-Mera, Manu-Fahi,[432] Bibiluto, Tequenamata e Ocussabo — e alude igualmente ao culto do jacaré, existente mais ou menos por toda a ilha: «É *lúlic* o crocodilo, chamado lagarto grande pelo homem de sete fôlegos que foi Fernão Mendes Pinto, o terrível *Crocodílus biporcatus* que infesta a foz dos rios e das praias da ilha, e, com o grande *Python reticulatus*,[433] os brejos e pauis de água do litoral. A maior parte dos Timores, como os Javaneses (Sr. J. Chailley Bert, *Java et ses habitants*), considera o crocodilo como habitáculo das almas dos antepassados, chama-lhe *Avô*. Em má hora, alguém come carne deles, porque se entrar na água é logo devorado. E são poupados os que o veneram. Há tempos, um Europeu matou no pântano de Díli o crocodilo cuja pele está no museu, preparada pelo Sr. Dr. Belarmino Lobo, do quadro

---

[432] Manu, em tétum, pássaro ou galo; luto, que come picando; bibi, cabra; susso, como em malaio, úbere de cabra; mera ou inean, encarnado; fahi, porco; luto, cercado ou redil; te que, lagartixa; namata, fria; ocu, meu; sabo, carangueijo.

[433] «Há poucos anos, ainda era um ninho de serpentes pitons o *caicôli* ou pântano que envolve Dili. No pequeno museu municipal está um exemplar de *Python reticolatus* de seis metros e oitenta e dois centimetros em comprido» (…) — Junto à estrada que corre à beira-mar entre Liquiçá e Maubara, há uma lagoa escondida entre mata espessa e que pulula igualmente de crocodilos. É *lúlic*, como o é também a lagoa que existe em Manu-Fahi, e onde um militar europeu, navegando em jangada de bambu, com vários indígenas, teve, segundo depois contou em Lisboa, em conferência que os jornais reproduziram, de sustentar com os jacarés «uma luta em que empregou cartuchos de dinamite c tiros de pólvora (14-VI-32) — luta, na verdade, singular, atendendo a que esse lagarto é um bicho muito conhecido pela timidez com que se põe a recato mal pressente qualquer barulho ou pedrada... — Filomeno da Câmara criou no tanque da sua residência em Lahane, um pequeno crocodilo; logo que este se achou com fôlego para uma grande caminhada, aproveitou o escuro da noite e arrebentando a corrente, pôs-se em marcha para a lagoa de Maubara, a juntar-se aos da sua igualha. Quando deram fé da evasão, ia já em Liquiçá a 32 km. da cidade.— O referido conferencista mandou também anunciar na imprensa, outra das palestras que fez em Lisbaa, dando-lhe o título de «Entre os mais terríveis selvagens de Timor.» Aludia à região de Manu-Fahi-Suro, onde os jesuítas durante muito tempo tiveram escola e plantações, onde a ocupação militar se iniciou há muito, com o antigo comando de Alas, e onde, também em Alas, os missionários se encontram estabelecidos desde velha data. Referia-se à gente pacata da contra-costa, mas parecia falar duma tribu de canibais importada da Nova Guiné. Não contente em difamar os crocodilos, ainda lhe sobrou o ânimo para caluniar os pobres indígenas!...

da saúde, e único preparador do museu de Díli.[434] Muita gente da cidade e arrabaldes, mesmo cristã, veio trazer ao monstro morto oferendas de arroz e betel.

«As pitons não são veneradas, se bem que temidas, mas a gente de Lautém, do extremo leste, adora umas pequenas cobras escuras, a que chama *Rai-náim*, senhores da terra. E, facto curioso, essa gente caça e come os crocodilos e talvez por isso foge das praias».[435]

«Os montanheses Calades, – prossegue o mesmo autor, nas suas notas tão interessantes, das quais somos forçados a respigar, com a devida vénia, largos trechos, todos recheados de observações preciosas, – na ocasião de certas sementeiras, esperam o nascer do setestrelo para dispararem para o lado da constelação as suas frechas, parece que como saudação religiosa. E o mesmo, mas menos comummente, ao levantar-se a constelação de Orion. Assim me assegurou o primeiro substituto do juiz de direito, o Sr. advogado Gregório de Araújo, a quem devo muitas outras indicações etnográficas e de folclores».

«Só uma risonha surpresa no olhar, um vago gesto interrogativo dos ombros, uma frase lacónica de indecisão, tenho obtido, a perguntas demandando uma explicação cosmogónica da origem do mundo, uma interpretação dos fenómenos da natureza. O fenómeno intermitente dos tremores de terra, frequente, como os trovões subterrâneos, nesta ilha tão cerca da imensa *cintura de fogo* do Oceano Pacífico, tem um esboço de explicação. Logo que a terra estremece saem todos os indígenas para fora das suas casas, gritando em vozearia: *Amisse*! *Amisse*! Ainda cá estamos, ainda cá estamos! É um aviso às almas dos antepassados, a quem é atribuído o fenómeno, para que não agitem o solo, se não mexam de mais por inadvertência. Em malaio, há uma frase interjectiva: *Linu! taná goyang*! que terá talvez a mesma explicação».[436]

«Parece haver em Timor, além dos pequenos *macacus cynomologus*, uns outros da altura de um metro,[437] que não podem ser caçados e comidos como os pequenos, porque são lúlic. Aparecem raramente, erguem-se em posição vertical ao defrontarem-se com o homem, e por ordem deles, que são reis dos macacos

---

434 Belarmino Lobo, indo-português, presidiu à Camara Municipal de Díli, no tempo de Celestino e ainda no de Filomeno, e durante anos sucessivos. Hoje a capital da colónia deve-lhe quase tudo o que tem: água encanada, arruamentos simétricos envolvendo a cidade num plano de urbanização, deficiente, é certo, mas sistemático, alguns edifícios públicos, o jardim municipal, etc. Era, como costuma dizer-se, um carola. Muitas vezes punha dinheiro do seu bolso para levar até ao fim os melhoramentos que o apaixonavam, vivendo para Díli, devotamente, como um noivo constantemente amoroso. Era um carola; mas é de carolas que Timor precisa, e não de frios e metódicos amealhadores de patacas, que não sentem nem comungam Timor, que não dão à colónia um pouco de alma vibrante, sonhadora e calorosa. Como diz João de Almeida, mestre de coloniais, os mercenários nunca criaram cousa alguma nas terras de Promissão do Ultramar...

435 Esse facto, que O. de C. acha curioso, está em contradição com as palavras atrás reproduzidas, dum comandante de Lautém.

436 «Por ocasião de trovoadas, os Timores limitam-se a esconder num buraco, numa arca, todos os utensílios de cobre que tenham em casa» (A).

437 Trata-se apenas duma crença indígena.

da saúde, e único preparador do museu de Díli.[434] Muita gente da cidade e arrabaldes, mesmo cristã, veio trazer ao monstro morto oferendas de arroz e betel.

«As pitons não são veneradas, se bem que temidas, mas a gente de Lautém, do extremo leste, adora umas pequenas cobras escuras, a que chama *Rai-náim*, senhores da terra. E, facto curioso, essa gente caça e come os crocodilos e talvez por isso foge das praias».[435]

«Os montanheses Calades, – prossegue o mesmo autor, nas suas notas tão interessantes, das quais somos forçados a respigar, com a devida vénia, largos trechos, todos recheados de observações preciosas, – na ocasião de certas sementeiras, esperam o nascer do setestrelo para dispararem para o lado da constelação as suas frechas, parece que como saudação religiosa. E o mesmo, mas menos comummente, ao levantar-se a constelação de Orion. Assim me assegurou o primeiro substituto do juiz de direito, o Sr. advogado Gregório de Araújo, a quem devo muitas outras indicações etnográficas e de folclores».

«Só uma risonha surpresa no olhar, um vago gesto interrogativo dos ombros, uma frase lacónica de indecisão, tenho obtido, a perguntas demandando uma explicação cosmogónica da origem do mundo, uma interpretação dos fenómenos da natureza. O fenómeno intermitente dos tremores de terra, frequente, como os trovões subterrâneos, nesta ilha tão cerca da imensa *cintura de fogo* do Oceano Pacífico, tem um esboço de explicação. Logo que a terra estremece saem todos os indígenas para fora das suas casas, gritando em vozearia: *Amisse*! *Amisse*! Ainda cá estamos, ainda cá estamos! É um aviso às almas dos antepassados, a quem é atribuído o fenómeno, para que não agitem o solo, se não mexam de mais por inadvertência. Em malaio, há uma frase interjectiva: *Linu! taná goyang*! que terá talvez a mesma explicação».[436]

«Parece haver em Timor, além dos pequenos *macacus cynomologus*, uns outros da altura de um metro,[437] que não podem ser caçados e comidos como os pequenos, porque são lúlic. Aparecem raramente, erguem-se em posição vertical ao defrontarem-se com o homem, e por ordem deles, que são reis dos macacos

---

434 Belarmino Lobo, indo-português, presidiu à Camara Municipal de Díli, no tempo de Celestino e ainda no de Filomeno, e durante anos sucessivos. Hoje a capital da colónia deve-lhe quase tudo o que tem: água encanada, arruamentos simétricos envolvendo a cidade num plano de urbanização, deficiente, é certo, mas sistemático, alguns edifícios públicos, o jardim municipal, etc. Era, como costuma dizer-se, um carola. Muitas vezes punha dinheiro do seu bolso para levar até ao fim os melhoramentos que o apaixonavam, vivendo para Díli, devotamente, como um noivo constantemente amoroso. Era um carola; mas é de carolas que Timor precisa, e não de frios e metódicos amealhadores de patacas, que não sentem nem comungam Timor, que não dão à colónia um pouco de alma vibrante, sonhadora e calorosa. Como diz João de Almeida, mestre de coloniais, os mercenários nunca criaram cousa alguma nas terras de Promissão do Ultramar...

435 Esse facto, que O. de C. acha curioso, está em contradição com as palavras atrás reproduzidas, dum comandante de Lautém.

436 «Por ocasião de trovoadas, os Timores limitam-se a esconder num buraco, numa arca, todos os utensílios de cobre que tenham em casa» (A).

437 Trata-se apenas duma crença indígena.

pequenos, *rai-náin*, senhores da terra, vão os súbditos devastar as plantações, roubar os frutos das aldeias dos homens.»

«Um objecto que (aos Timores) se lhes afigura sagrado, ou de virtude mágica, é denominado *lúlic*. – Há *fátuc buisólè* ou *pedras-lúlics*, que são bons, outros que são maléficos. Brancos, redondos, como opérculos de búzios, todos eles; mas os maus giram de noite por toda a parte, põem-se a cantar ao modo das corujas de Timor, como da cruta de uma árvore: *tu-tu-tu-tu... rutudi, ru-tu-di... rum*.., estando, porém, muito ao revés do que se cuida, mesmo aos pés do viandante. Só a gente antiga sabe distinguir os bons dos maus *fátuc-buisólè*.

E os *hali*, ou gondões, têm os seus lúlic próprios, com figura de gente, homens, mulheres, crianças, mas todos encarnados e de cabelos vermelhos, de barbas também vermelhas, os homens. No pino mesmo do dia, muita gente os tem visto brincando, dançando, cozinhando, à sombra dos grandes *hali* de mil raízes adventícias, grossas como troncos. O próprio Lôi (criado do autor) os viu um dia, o sol ao alto do céu. Felizes daqueles a quem esses *lúlics* deixam levar uma panela da sua cozinha, e que vai cheia de mutiçalas, uma riqueza. Também tem *lúlics* iguais a *alstonja scholaris*».

«E tem *lúlic*, ou é *lúlic*, a montanha de Lio-Uàni (passagem de abelhas), no caminho de Metinaro a Lacló, e quem passa, para não morrer de fadiga, para lhe não morrer o cavalo de canseira,[438] oferece ao *lúlic*, que é encarnado como o dos gondões, uns grãos de arroz, e carne, cospe numa pequena pedra, e vai, depois de a chegar ao focinho da cavalgadura, deitá-la a um monte de pedras que milhares de transeuntes têm alteado.

«Há um poço de Tíbar considerado *lúlic*, que um crocodilo da praia guarda, e de que já se não usa a água».[439]

«Sobre o tabu Timores, ou *lúlic*, talvez uma herança dos imigrantes Polinésios, muito há que estudar. Lembro a definição do Dr. Keane: «Tabu: the probibition to make any use of a certain animate or inanimate object».[440] Ouvi que

---

[438] C. Delavaud, na *Grande Enciclopédia*, escreve o seguinte: «Os Beloneses (da região dos Belos) e os timorenses ainda não influenciados pelos missionários cristãos têm um culto animista; adoram os astros e os objectos, prestam homenagem às almas dos mortos (Mátèbian). Os lugares venerados são *pomali* ou sagrados, e vedados aos profanos por leis severas como o tabu dos polinéios e dos *sacalaves* (Madagascar).» Comenta O. de C.:
«No nosso território os indígenas não empregam a palavra *pomali* que imaginam portuguesa e está efectivamente aportuguesada na forma *pomal* pelos *missionarlos*» (A).

[439] É também *lúlic* o monte Bíraque, de Vemassim, em virtude dos seus aforamentos de cobre. B. da França, em 1891, escrevia que ainda «não se descobrira o filão dessa mina», nem do «ponto onde se encontra o ouro, que dizem aparecer na ribeira de Bibiçusso (Manu Fahi)» porque os indígenas declaravam «não lhes ser permitido conduzir pessoa alguma além dum determinado local» (Timor, pág. 14). Posteriormente, o monte e a ribeira tem sido percorridos várias vezes pelas autoridades e até por engenheiros estrangeiros, sem que os nativos se recusem a acompanhá-los,

[440] «Tabu: a proibição de fazer qualquer uso de certo objecto animado ou inanimado». É *lúlic*, *senhor*, dizem habitualmente os Timorenses, para declararem que não podem comer ou fazer qualquer coisa.

a gente do suco de Manu-Quíic, no reino da Hera, nada come do que se cria nas águas doces ou marinhas, por tudo ser *lúlic* contra a varíola. Em geral as eirós ou enguias são *lúlics* (*lúlic* que dá ou traz a chuva), principalmente as que se encontram nas águas doces (há por todas as ribeiras de Timor muitas enguias), e enche-se de feridas quem as comer. Já me mostraram uma raiz que livra dos *suanghis* ou *buan* (os *sabu*, em língua *tucudede*) (Maubara), *nara*, em uaimôha (Baucau), *sabalai*, em línguas daguedá (Lautém) e macassai (Baucau); e ainda um dente de peixe grande (*halicore australis*, o *dugong*?) da mesma virtude contra gente feiticeira. Mandei já esse dente ao Sr. Van Gennep, e um outro de crocodilo que, guardado em casa, é amuleto contra os incêndios, e trazido ao pescoço, livra de ser comido pelos crocodilos na travessia das ribeiras».

«O Lúlic-Sabai está num tanque, a dentro duma penha. Em certa ocasião do ano, os de Aituha vão sacrificar um búfalo arruivado (nunca de côr clara), aos *lúlics* do tanque, porque é um casal de *lúlics*, figura de homem e figura de mulher, ambos de côr branca, de cabelos loiros e de olhos azuis, e o homem usa calças e casaco branco como um europeu, e o *lúlic* mulher tem saia como uma europeia. Na ocasião da festa alguns a vêem sair da penha. Os de Aituha vão deixar o sangue coalhado dos animais em cima duma árvore grande, que fica perto da penha, dançam num tebedai, cantando:

Lúlic nên
La Lúlic tudác hida
Lúlic, mánàs
La Lúlic tuduc hida.

A água do tanque sobe e desce. É fria. As folhas que nela caem saltam logo para fora. Ninguem a bebe.

Estas palavras em lacalei: *lélò*, *sol*; *fulacai*, lua; *raai*, terra ; *uer*, água; *uai*, fogo; *hitu*, estrelas ; *ína*, mãe; *ama*, pai; *bátar*, arroz.

Tenho procurado averiguar até onde, fora da catequese católica, chega a concepção timorense duma divindade suprema. Parece que Marómac é apenas o *liurai* ou régulo das almas dos defuntos (*máte bian*) com quem vive, e para quem é bom.[441] – A palavra Maròmac (de *marôma*, claridade) pode bem provir dum início de culto solar, pois os Indonésios da vizinha ilha Celebes tinham já um culto do sol e da lua ao converterem-se há dois séculos ao Islamismo. – Maràmac, o Ente superior, diz o dr. Forbes, tem em alguns territórios o nome de Urubato ou Uruatu (macassai), ou em uaimôha, Laraúla (Sol e Lua), o que justifica a minha interpretação da palavra Maràmac (cf. Rai Naromak, Estrela d'Alva)».

---

[441] Marômac é palavra que adoptaram os missionários nas suas prédicas, para designar o Deus cristão, e figura com tal significado no *Dic. de Português.Tétum,* do P.e Sebastião da Silva. No *Dic. Port.-Galoli*, do P.e Manoel da Silva, Deus é traduzido pela expressão, Amo-Deus (de *amo*, senhor, *aman*, pau). «Em galoli, como em tétum, foi adoptada a palavra portuguesa Diabo para a catequese dos indígenas» (A).

«As três companhias dos soldados timorenses de segunda linha de Dìli — de Bidau, de Sica, e de moradores de Díli[442]— tem cada qual seu lugar *lúlic*, — a de Bidau é no sítio de Manu-mata (*mànu*, pássaro, *mata*, olho) na vizinha montanha de *Fatu-ahi* (*fatu* ou *fatuc*, pedra, serra, ahi, fogo), onde a companhia não deixa de fazer adoração, ou procurar auspícios em entranhas de animais, de frangos principalmente, antes de marchar para alguma campanha ou destacamento. E nessas companhias, o geral é saràni, ou cristão.»

Não poderá em absoluto dizer-se que os Timorenses adorem ídolos. Têm uma crença nos espíritos profunda, derivada da observação dos fenómenos do sono e do sonho; uma crença em virtudes mágicas; creio que uns restos de totemismo também, um vago chamanismo, um início de naturalismo, já uma zoolatria, uma ofiolatria e uma pitolatria; antes a idolatria que o fetichismo.[443] Como diz Kaltbrunner, «da crença nos espíritos à crença em divindades vai apenas um passo. As divindades não são na origem senão espíritos mais poderosos que os outros. É muitas vezes pouco fácil de estabelecer uma linha de demarcação entre espíritos e divindades, como difícil é por vezes o dizer em que ponto cessa uma crença de ser superstição para se tornar religião». No Museu Municipal de Díli há uma grosseira escultura em madeira, vinda de Lautém, representando uma cabeça de búfalo: e representações antropomórficas vindas também do Leste da ilha, e de Pulo Kambing, grandes e pequenos vultos de homem e mulher, e curiosas figurinhas ornamentando pavezes e rodelas polícromas, que lembram logo esculturas polinésicas. Uma espada ou terçado antigo, uma *catana*, uma pequena pedra de feitio singular, que toma o nome de *buisolè* ou *fatuc buisóle,* são *lúlic*, se como tais as declara o *dátò lúlic*, um adivinho, a auto sugestão. Pode dizer-se que todo o *súrique* (nome genérico das espadas) é venerado, *lúlic*. Ao voltar da guerra, o Timor suspende numa parede da casa o seu terçado ou catana, e antes de principiar as refeições deixa debaixo da arma *lúlic* como oferenda um pouco da sua comida. Ao pescoço dos seus búfalos suspende como amuleto um *buisolé*, guarda outro sempre dentro do *côhè*.

«O mocho, chamado onomatopaicamente cacu ou *lacuco* (efectivamente quando pela primeira vez se ouve lembra o cantar dos cucos da Europa), que é chamado pelos malaios, *búrung-hàntu,* o pássaro fantasma, ou espectro, é para os Timores uma ave feiticeira. Dizem-no a alma errante de uma pessoa *búan* ou *suànghi* adormecido, e que anda à caça de almas de gente que confunde com animais. Os eclipses são um mau agoiro. É de ruim agoiro, sinal de próximo revés da fortuna, desaparecer, deixar de cantar no forro das habitações, nas dependências, o curioso réptil *gecko* tão amado dos Siameses, o *platyadactilus guttutus* ou *vertycillatus* denominado onomatopaicamente em malaio, e línguas de Timor, *toké*, que a espaços, desde o cair da tarde, corta com a musiqueta de duas notas, da sua voz: *to-ké*!, repetida algumas vezes em decrescendo, o indefinido silêncio do sol-posto e da noite

---

[442] Extintas em 1913. A de Sica era constituida por descendentes dos antigos moradores que o régulo de Sica (ilha de Flores) mandava para guarnição da cidade de Díli, antes daquela ilha ter passado para o domínio holandês (1859).

[443] Aliás, feiticismo, de «feitiço», vocábulo antigo e puramente português, que os franceses traduziram em *fetiche* e nós adaptámos na forma galiciparla de «*fetichismo*».

timorense, ao de leve esfumado, como que um momento aproximado ondulatoriamente pelo voo setinoso do grande morcego *teropus edulis*.

«É sinal da morte de alguém na vizinhança o ouvir-se de noite cantar uma cacóac, uma rola, qualquer pássaro diurno.[444] Se a lua nasce encarniçada ou afogueada, é sinal de morte de liurai, de principal, de alto personagem, ou sinal de guerra. O meio dia é uma hora fatídica.»

«As árvores de fruto ficam defendidas dos ratoneiros só com dependurar-se--lhes dos ramos um *hóroc*, e que pode ser uma catana qualquer com uma bandeirola suspensa, uma pedra de forma singular, etc. Nem os frutos caídos da árvore interdita são levantados pelos ratoneiros. Ao *hóroc* posto numa mangueira com frutos, chama-se *horocnâss*; ao dos coqueiros, um *hóroc-nun*, etc. No arrozal ou no milheiral são erguidos *fatuc buisólè*, cipós às vezes antropomórficos, para livrar a sementeira de todo o mal, a começar nos ratos. E antes da ceifa do milho é oferecido alimento ao *fatuc buisólè* tutelar. O culto primitivo das pedras é muito espalhado no mundo. Em plena fluorescência da escultura grega, os Megarenses adoravam Apoio sob a forma duma pedra tosca.»

«As guias de trânsito[445] intimidam os *suànghi*. Crêem os Timores que um remédio vegetal, a raiz *do ai móroc mata hélic*, torna invisíveis os ladrões.»

«É praticado o *envoutement* ou quebranto de ódio sobre um simulacro da vítima, qualquer objecto que lhe haja pertencido, precisamente como na magia europeia. Também se usa matar um animal, um cão, por exemplo, enterrá-lo, passado tempo exumar-lhe o crânio, e ir enterrá-lo, por fim, no quintal ou junto à habitação da vítima, que entra a definhar, a decoar, cai doente, e morre. Se alguém deve dinheiro a um homem que é suànghi e não lho restitui, diz o feiticeiro: *Não pagas? O teu dinheiro te matará*. O feiticeiro está adormecido em casa, mas a alma saiu-lhe do corpo para se vingar, como pode verificar-se percutindo-se-lhe o ventre, que soa a vazio como um tambor. O devedor vai descuidado por um caminho, mas a alma errante do feiticeiro segue-lhe no encalço, e obriga uma cobra venenosa a picá-lo, uma escolopendra a mordê-lo mortalmente».

«As almas dos mortos estão a dormir de dia, debaixo da terra, e de noite passeiam, divagam nos maninhos áridos e pedregosos».

«Toda a pessoa acusada pelo *dátò lúlic*, ou um *matandoc*, suspeita de causar a doença ou a morte de alguém, é irremissivelmente assassinada como *búan* ou *suànghi* por parente do enfeitiçado, se este o não pode fazer já por sua própria mão. A morte ou a doença dos régulos são em regra atribuídas a bruxaria. Os *búan* aparecem em sonhos à vítima (e assim podem ser reconhecidos pelo próprio enfeitiçado). Como uns vampiros sugam-lhe, comem-lhe a alma, e daí a doença, e a

---

[444] Quando um indígena de Dìli vê aparecer o *corlíli* (em tétum, *manui matè bían*, pássaro da alma dos mortos; em galoli *luitui*, em uaimaa, *quirlóló*). «pássaro pequeníssimo dos árvoredos das ribeiras, todo cinzento ou negro e de azas brancas, cujo canto lembra o da cotovia» — é porque, pela certa, está a chegar qualquer parente... (A).

[445] Que as autoridades dão aos indígenas para circularem, dentro de certos prazos, fora das circunscrições ou postos a que pertencem. Vid. pg. 49, nota 78 do presente estudo.

morte. Pessoa morta violentamente é em regra[446] degolada cerce pelo assassino, a um só golpe certeiro de catana ou de *parão*, armas que o timor não larga da cintura, ou uma ou outra.

«Perguntando a um acusado (no tribunal de Díli) porque cortara a cabeça a uma mulher que havia morto num ermo por valia de quase nada, para lhe roubar os seus dois *sarões* e as suas poucas jóias, mas a que dizia ter causado a morte involuntariamente, respondeu-me que assim tinha feito, ao ver mortalmente ferida a vítima, para lhe impossibilitar o espírito de o perseguir, lhe meter medo, lhe fazer mal»

«Foi-me dito ultimamente que os bruxos ou *suànghi*, os *pauteros*, se dependuram pelos pés, como morcegos das trepas ou pernadas mais baixas das árvores. Se alguém assim os vê e lhes pergunta a razão daquela postura, respondem evasivamente que estão a tomar o fresco. Mas é à espreita de almas de gente viva (*clámar*, em tétum, ou *mánar*, em galoli) que eles lá estão. E da boca rasteira ao solo lhes escorre um cuspo em chama que brilha como fogo, mas não queima, e que pode ainda ver-se às vezes na terra.»[447]

Relativamente aos sacerdotes, não se pode dizer que constituam uma casta. As funções de *dátò lúlic* são preenchidas por velhos que se dedicaram ao ofício e adquiriram vários conhecimentos em matéria religiosa, e que por isso presidem a cerimónias, cuja trama aprenderam com outros padres gentílicos. Não gozam de privilégios especiais, nem os seus conselhos são acatados, fora dos ritos próprios dos

---

[446] Devo notar que duma dúzia de crimes de homicídio voluntário, ocorridos de 1928 a 1933, em Baucau e cujos processos instruí, só num deles houve decepação: a de uma criança de quatro anos que dera alarme ao surpreender certo gatuno a esfaquear um carneiro numa pastagem do interior.

[447] Em 1883, foi um régulo condenado a seis anos de degredo para a costa de África por ordenar uma destas execuções. Achamos demais, porque se devia atentar na bruteza do criminoso e na força que sobre aquela gente tem o preconceito. Mas, seguramente, o exemplo há-de calar no ânimo de muitos, — pois o Timor prefere morrer a abandonar o seu torrão». (B. França, Timor, pag. 13).

Leio num artigo anónino publicado numa revista que fora condenado tempo antes a vinte e seis anos de degredo em Moçambique, um filho do régulo de Sarnara, sob a acusação feita pelo reino, de ser ele o autor de vários bruxedos mortais. O desterrado tinha sido educado na missão de Lahane e prestara bons serviços em 1896, na guerra de Cová, salvando mesmo a vida do tenente José Maria Marques (Ilustr. Port., fls. 172, de 7-6-1909).

Em Baucau, para defender os pretensos feiticeiros de represálias, costumava o meu antecessor agrupá-los numa povoação àparte, nas terras quase desertas do planalto de Aubaca. Mal alguém era denunciado como *sabalai* e o rumor das suas supostas façanhas começava a agitar os espíritos, o Administrador obrigava-o a ir viver naquela espécie de leprosaria, poupando-o a prováveis linchamentos e imunizando a sociedade indígena contra os enguiços, jettatura e o vampirismo dos bruxos. Por essa epóca, as devastações dos *sabalai* haviam tomado um grande incremento. Passados anos, ainda os habitantes de Baucau evocavam, com ares pávidos, as mortes que houvera nesse tempo para as bandas de Cai-Cido. Dia sim, dia não, lá tombava um indígena, fulminado pelas malas artes dos feiticeiros.

estilos (D). É assim em Motael. Em Viqueque, chama-se *macáir lúlic* ao homem encarregado da guarda, conservação e alimentação dos *lúlic*. Só ele pode tirar o *lúlic* do lantém ou estrado onde se encontra, embora, depois dele, já qualquer mortal lhe possa pôr as mãos. O mister *de macáir-lúlic* transmite-se de pais a filhos, e quando, por acaso, morre toda essa família e o *lúlic* é de pouco valor, enterra-se este e deixa de existir na memória ou pelo menos, no culto do povo. Actualmente o *macáir lúlic* trabalha como outro qualquer indígena, em todos os serviços do Estado. Há o macáir lúlic grande, do reino, e os pequenos, das povoações. Com o andar do tempo, vai desaparecendo o respeito e o temor que inspiravam as casas sagradas, porquanto começaram a tornar-se frequentes os assaltos com que os meliantes furtam tudo quanto lá se lhes depara tendo algum valor mercantil (C).

Como escreve Osório de Castro: «O *uma lúlic* do reino ou do suco é guardado por um sacerdote, o dátò-lulic. Pode ser *dátò-lúlic* um homem qualquer do povo, que, provavelmente iluminado, ou atacado de delírio religioso ou profético, se declare adivinho, conhecedor de feiticeiros (*buan* ou *suang*), de auspícios extispicinicos, clarividente. Como diz Fustel de Coulange, na *Cité antique*: « *Montesquieu prétend que les Romains me se sont donné ne culte que pour brider - un peuple. Jamais réligion n'a eu une telle origine*. »[448]

«Parece às vezes como um doido, disse-me de um *dátò-lúlic* um régulo, o que me faz crer no iluminismo desses sacerdotes mágico-animistas. Os malaios têm mesmo uma palavra para designar o estado de hipnose e congéneres muito frequentes na raça: *latah*.»

«Contou-me o Sr. vigário de Batugadé que é mesmo de formas artísticas, com colunas de madeira lavradas de entretalhos, o *uma lúlic* de Irlelo.[449]

«S. Ex.ª o Governador (Eduardo Marques) me mostrou um debuxo que tirou da singular *uma lúlic* do régulo de Laga, e que me disse haver-lhe feito lembrar edifícios rústicos do interior do Japão. Sobre esteios, sustentando a meio uma plataforma de madeira, assenta um andar, coberto de um alto tecto em pirâmide irregular truncada e encimada a truncatura de uma construção sobrepujante em forma de gôndola, com,

---

448 «Pretende Montesquieu que os Romanos criaram um culto apenas para porem um freio no povo. Nunca religião alguma teve semelhante origem.» Tais palavras aplicam-se igualmente aos sacerdotes politeístas, aos fundadores de religiões, como Mafoma, em cuja sinceridade é também preciso crer, e ri mesmo maioria dos padres gentilicos de Timor, a respeito dos quais custa me a aceitar como boas, as opiniões demasiado generalisadoras e incisivas do vigário geral e superior das missões daquela colónia: «Estes *macai lúlic* são verdadeiros vigaristas que exploram os povos onde vivem... O único título de *macai lúlic* deveria bastar para que as autoridades perseguissem e castigassem como salteadores estas criaturas perigosissimas... Toda a religião (dos Timorenses) reduz-se a: temor e orgias» (P.e Abilio Fernandes, *Missões Católicas de Timor*, pág. 23). Presentemente, é já dificil perfilhar o critério simplista de Dupuis, o qual, na sua erudita *Origine de tous les cultes*, escrita há século e meio explicava a origem de todas as religiões pela ambição e ganância dos respectivos sacerdotes.

449 «O *suco* nem sempre tem o seu edículo dos objectos *lúlic*, mas tem-no aquele em que fica a capital do reino, e se denomina *uma lúlic*» (A).

entre as quilhas, uma câmara quadrangular. Por uma escada móvel se sobe à porta, lavrada de ornatos, com a figura dum *tóquè* numa das meias portas, de uma cobra na outra. A construção do remate do tecto é ornada de grandes búzios univalves.[450]

«Cada família tem o seu *uma-lúlic* doméstico ou familiar, em que ao *fátuc-boisólè* ou objectos *lúlic* nele guardados se fazem oferendas de alimentos — fígado de porco, arroz encarnado, carne e ovos -—, por ocasião das sementeiras e da ceifa do milho e do néli (*harè*, em tetum, *umblá* em galoli), e quando em casa há óbitos ou nascimentos.»

Na casa *lúlic* de Guguleur (Maubara), «toda esfumada das fogueiras rituais, frequentemente acesas no interior», Osório de Castro ainda encontrou: «bastões de régulos com as armas e emblemas da *Oost Indische Compagnie*, anteriores ao tratado de 1859, que devolveu Maubara a Portugal; um tambor-caixa de bronze com o leão neerlandês e um lema da companhia; uma ponta de elefante denegrida de fumo; duas terracotas chinesas, representando uma um galo, outra um dragão; velhas vestimentas esfarrapadas e irreconhecíveis; dois altos tamboris de madeira, ornados, cercados de figuras soltas de pau, servindo de cavilhas de registo; e outras vetustas coisas, fuliginosas e sem nome... Ao lado da *uma-lúlic,* um altar de pedras, com um poste para a deposição dos chifres ou dos ossos dos animais sacrificados» (A).

Dizia Afonso de Castro que os Timores praticavam o feiticismo, e que os seus ídolos consistiam em azagaias, espadas, pedras e quaisquer objectos a que ligassem um certo mistério. De Marômaque, ente supremo, eram muito obscuras as ideias que formavam a respeito do seu poder e atributos. Os sacrifícios limitavam-se a animais; não se estendiam a criaturas humanas. Em quase todos os reinos, havia um «rei-sacerdote» *(rai luli* ou *dátò lúli,* para tratar do poinali barraca onde se guardavam os ídolos), invocar a divindade e dirigir-lhe rogativas propiciatórias. Na ocasião da guerra, duplicava a importância do *rai lúli,* porquanto acompanhava os combatentes; antes das pelejas, consultava as entranhas dos frangos, e todos os guerreiros apelavam para ele, a fim de saberem a sorte que os esperava. Na mão do sacerdote, estavam os destinos da guerra... (Q).

---

[450] Em Baucau, se um indígena passa em frente duma casa *faluno*, leva a mão ao calcanhar e traça depois uma cruz no peito, para esconjurar os malefícios. Se está de palestra e se refere, por descuido, a qualquer dessas construções sagradas, e, nessa altura, uma lagartixa se põe a «cantar», logo ele bate com as pontas dos dedos nalguma pedra, mesa ou lantem que lhe fica ao alcance. Surpreendi algumas vezes o próprio amanuense da minha circunscrição a usar tais exorcismos. A voz da lagartixa é de mau agouro. Não morre ninguém sem que ela se antecipe, a anunciar o óbito. Tal qual sucede com o uivar dos cães entre a população civilizada e cristianizada da Europa...
Fiel ao tabu tradicional, o referido amanuense não comia feijão das variedades europeias já há muito introduzidas na colónia. Só o comeu uma vez, disfarçado em «puré», num jantar que alguns amigos europeus lhe ofereceram, de propósito, para o fazerem cair em pecado e obrigarem-no, assim, a novos e clandestinos *estilos* de purificação...

XI – OS MITOS DA PRÉ-HISTÓRIA

1) Timor Holandês[451] – Entre os Timorenses da parte central da ilha, conserva-se ainda memória, deformada embora por sobreposições fantasiosas, — duma expedição de tribos oriundas da Península Malaia, que em tempos remotos

---

[451] Limito-me a reproduzir as lendas indígenas, com alterações de forma mas não de pormenor, tais quais as colheram e fixaram as autoridades administrativas cujos nomes aponto e em cujos trabalhos elas se me deparam. Não as retoco, não as componho, não tiro conclusões nem avento hipóteses. Pobres como essas lendas são, de imaginativa, e decerto já deformadas por moldes sucessivos duma transmissão que se operou exclusivamente por meios orais, atravez de gerações multiseculares, — torna-se arriscado, com um material tão suspeito, erguer vistosos mas desiquilibrados castelos de cartas de deduções pré-históricas, aventurando teorias sobre a génese da população timorense.

A pré-história é terreno falso, onde é necessário precatar-se a gente contra os escorregões, os daltonismos e as miragens, de que são vítimas a cada passo, mesmo os mais experimentados, os mais serenos e os de mais rígida probidade mental, os que se entregam a uma ciência prudente e escrupulosa, sem fomes de nomeada, não sacrificando os factos apurados a certas hipóteses preconcebidas.

A chacota deliciosa do Immortel de Afonso Daudet, devia estar sempre à cabeceira de todos os arqueólogos, como *memento homo,* a travar delírios de imaginação tartarinesca. Lembremo-nos igualmente da barulhenta e escandalosa contenda que se desencadeou, há poucos anos, nos areópagos dos sabichões europeus, em torno dos pedregulhos de Glozel. Dessa famosa e hilariante briga, tivemos em Portugal, embora noutro campo, uma edição tragi-cómica, nos assanhados debates que se travaram sobre os painéis de S. Vicente. Desandaram eles numa mexeriquice tão febril e alucinatória de entusiasmos, que um dos pelejantes, mais faminto de gloriola, não hesitou em falsificar textos para sustentar a novidade da sua interpretação, vendo-se depois, ao ser desmascarado, coagido a escapulir-se à desonra pela porta do suicidio.

Pré-história, arqueologia, antropologia, etnologia, são líquidos capitosos que embebedam cabeças fracas, espíritos pouco disciplinados, propensos a tomarem a nuvem por Juno e a fazerem dum argueiro um autêntico cavaleiro...

Em relação a Timor, os perigos multiplicam-se, já cá se chegaram a devanear miríficas hipóteses envernizadas de ciência catedrática, com base apenas numas dúzias de caveiras recolhidas ao acaso numa guerra da colónia, e em que os ossos dos indígenas se misturavam com crânios de expedicionários moçambicanos. E dizem-me que alguns antropologistas, almas crédulas e poéticas sensibilidades, de imaginação sem freio, aos quais alguém trouxe certas manilhas e dois ou três vasos de argila pescados num covato da contra-costa timorense — deram logo provas dum insólito poder divinatório, descobrindo e garantindo, com ênfase dogmática, a data mais ou menos aproximada da introdução da cerâmica em Timor, e pondo idênticas etiquetas cronológicas no emprego industrial de vários metais pelos autóctones da ilha e na época certa em que teria ali aportado a migração inicial dos drávidas pré-budistas, e não sei se conseguiram identificar o estilo e as dimensões das jangadas que serviram para a travessia, e a densidade capilar das barbas dos argonautas!... E todas estas mágicas descobertas, feitas num ápice, à simples vista da ferrugem ou do verdete que pintalgava os espécimes trazidos da colónia, sem necessidade do mais ligeiro estudo geológico dos torrões em que tais objectos teriam sido apanhados. Há antropologistas que, por vezes, se fregolizam em cartomantes.

descobriu e conquistou Timor. E uma tradição curiosíssima e duma notável importância, não só porque através dela se explica um largo ciclo da história da ilha e se reconstitui a organização política e os elementos étnicos que os Portugueses encontraram em Timor, mas porque nos dá a chave provável duma engulhenta designação com que os indígenas nos classificam, a nós outros, os europeus de Portugal. Para eles, nós somos os *malai mutim,* os *malai* brancos, ou, mais geral e simplesmente, *malai*. Esta palavra tornou-se sinónimo de imigrante, de homem que veio de fora, que surgiu do ocidente, da banda da Malásia. Há os malai, que são os Portugueses, os *malai ingrez*, que são quaisquer ingleses ou alemães extraviados que uma vez por outra se fixam na ilha, e mesmo os *malai sina*, que são os chineses que ali pululam, estabelecidos como artífices ou mercadores.

No Timor Holandês: Três exemplares da população guedelhuda daquela colónia. «Atonis» de Quefamenano.

Na zona ocupada pelos Holandeses, a nomenclatura etnográfica dos nativos ainda é mais desconcertante. Lá continuam os Portugueses a ser tratados por *malai mútim*, mas os filhos da Holanda, sem embargo das suas epidermes rubicundas, não logram ser, para os timorenses, senão *malai metam, malai* pretos, nivelados assim com os soldados negros de Moçambique que de tempos a tempos vão reforçar a guarnição militar da nossa colónia. E o caso é que, hoje se torna já impossível apurar os motivos, decerto pitorescos, que levaram os indígenas a equiparar as louras cabeleiras dos saxões com a carapinha enovelada dos landins. O *controleur* holandês Grijzen, registando o facto, ensaia explicá-lo pelas cores das bandeiras com que os dois povos colonizadores apareceram aos naturais: a nossa, branca;

escura a dos seus compatriotas. É uma hipótese que não coloca mal o brio dos neerlandeses.

Seja, porém, como for, rezam velhas tradições que séculos antes dos Portugueses aportarem àquela ilha, já os *Malaios* a conheciam pelo nome actual de Timor. No seu vocabulário, tal palavra significa Oriente, mas, quando a pronunciam, acentuam a primeira sílaba, como fazem os nativos e os próprios Holandeses. Tímor, dizem eles; Timor, dizemos nós, na esteira de Camões e dos pioneiros seiscentistas.[452]

Ora sucedeu que um belo dia houve quatro tribos que abandonaram a Península de Malaca e foram em demanda de Timor, fazendo-se ao mar em grandes jangadas de bambu. Os indígenas de Huai-Hali, quando se pôem a rememorar o êxodo, chamam às quatro tribos, *Hutum Rai Hat*, e dizem que elas emigraram de *Sina Mútinz Malacam*.[453] Ainda subsistem no Timor Central, usos e costumes idênticos aos dos aborígenes de Malaca.

O autor com um grupo de cantoneiros da circunscrição holandesa de Atambua (1932)

Largaram os aventureiros muito confiados no poder dos *suangues* que levavam a bordo e nas velas de esteiras que o vento ia enfunando, a empurrar as jangadas ao longo da costa de Samatra. Durante o primeiro dia, a viagem correu cheia de esperanças, Mas logo na outra manhã desencadeou-se um temporal medonho, os céus escancararam-se em águaceiros furiosos, o mar encapelou-se em altaneiros vagalhões, e uma ventania brava desatou a açoitar as jangadas, amarfanhando velas, estilhaçando mastros, bramindo em ameaças horripilantes de naufrágio. Começara a odisseia dramática destes argonautas malaios, que dias seguidos lutaram debalde com a tormenta impiedosa. Quando a fome entrou a lavrar a bordo, e os viajantes, esgotados, já não tinham alma para resistir à

---

[452] Cf. Camões, Lusiadas, c. IX, (e.) 14.

[453] *Hutum*, raça; *rai*, terra; *hai*, quatro. *Sina*, China; *mútim*, branca. Feiticeiros ou mágicos, em malaio.

tempestade, cada vez mais encarniçada contra eles, e entre as tribos, arrepiadas de pavor, só se descobriam soluços de presságio e olhos esgazeados de demência, houve uma voz que se ergueu no meio das tripulações apinhadas, transidas de pânico, e clamou que era o próprio Deus quem lhes barrava o caminho!... Era ele – dizia o iluminado – quem despejava as cataratas do céu e fazia o mar referver em cachões portentosos. Deus castigava os malaios por se terem lançado em tão arriscada empresa, deixando em terra, ao abandono, os mochos sagrados, essas aves sortílegas que eles designavam por os «cães dos suangues» e sem as quais eram impotentes os talismãs dos feiticeiros.

Palavras não eram ditas, o mar amainou como por encanto. Tornaram, então, as jangadas a Malaca, reparou-se o esquecimento e, de facto, mal os mochos foram encarrapitados na mastreação das embarcações, estas adquiriram uma velocidade maravilhosa. Fendendo as águas do canal, que se tinham tornado brandas e reluzentes como se fossem de seda, as jangadas corriam tanto que dir-se-iam azagaias desfechadas pela mão de Deus!

Mas dias depois, não se sabe bem por via de que estranhos malefícios, estavam os emigrantes nas proximidades da ilha de Celebes, enxergando já ao longe Ninobe-Rai-Henec (Macassar), quando nova calamidade desaba sobre eles. A tempestade torna a sacudir as embarcações como folhas desgarradas, mas agora arremessa-as contra os penhascos do litoral e atira ao mar com todos os passageiros. Felizmente que os malaios eram bons nadadores, e os crocodilos e os tubarões, por acaso, não cruzavam naquelas paragens. Assim, os náufragos conseguiram escapar, chegando à praia sãos e safos, sem que nenhuma vida se perdesse. Desgraça foi, porém, que as ondas furibundas engolissem a mor parte das coisas que vinham sobre os tabuleiros das jangadas, bagagens, mantimentos, livros e papéis – estes, sobretudo, pois, sem eles, os futuros povoadores de Timor perderam o conhecimento das letras e da arte de as escrever... E foi a muito custo, debatendo-se desesperadamente contra as vagas impetuosas, que conseguiram salvar as azagaias de ferro e as relíquias sagradas, que tanto os haviam de ajudar mais tarde, na conquista de Timor.

Em Macassar, esperava-os a hospitalidade generosa dos naturais, que se prodigalizou em auxílios e atenções, aos quais os emigrantes souberam ser gratos. Os bambus das jangadas que o mar desmantelara e projectara sobre as restingas de coral, plantaram-nos os náufragos e foram-se depois espalhando sobre toda a superfície da ilha. E ainda presentemente constitui obrigação, a que ninguém falta em Uai-Hali, receber, dar asilo e fornecer comedorias, como se parentes fossem, a quaisquer habitantes de Macassar que por lá apareçam desgarrados.

Não quiseram, todavia, os malaios das Hutum-Rai-Hat fixar-se em Macassar, pois a sedução de Timor continuava a atenazá-los, a acenar-lhes do Nascente, a prendê-los como tentáculos de monstruoso polvo. Sob a direcção de dois magnates – o Dato Maquerec e o Dato Bedaim – pegaram a armar a carcaça dum veleiro, que saiu obra capaz e em cujo vasto bojo couberam à vontade todos os emigrantes. Fez-se o navio ao largo, rumando a Sudeste, tocando aqui, fundeando acolá, num formigueiro de ilhas e ilhotas, dalgumas das quais ainda resta lembrança. Fizeram

águada em Pulo Cusso, Pulo Cai, Pulo Api e Pulo Loe, e em seguida na ilha que séculos depois os Portugueses haviam de baptizar com o nome de Flores. Aí a sua demora foi maior, de tal modo os cativou a enseada de Larantuca-Bau-Boen, onde a nossa colonização, — por igual tentada pela situação estratégica e comercial dessa ponta extrema das Flores, dominando um boqueirão frequentadíssimo por paraus, – havia de erguer, séculos depois, a capital afortalezada das nossas possessões de Solor e Timor. Em Larantuca se deixaram ficar muitos dos emigrantes, e é deles que descende o régulo e a população da zona oriental das Flores.

A maioria, no entanto, teimou em completar a viagem. A *corecora* içou de novo as velas, rumou para Timor, torneou-a pelo poente e foi dar fundo numa angra favorável que se lhe deparou, recortada numa facha montanhosa da costa, no reino de Amatung. Desembarcaram os malaios, escalaram a muralha de rochedos que na sua frente se erguia a pique e, chegados que foram ao alto, viram que por detrás se estiravam terras férteis e brotavam abundantes mananciais de água. Foi aí que resolveram estabelecer-se, construindo povoações, e dedicando-se depois ao amanho do solo e à lida do pastoreio.

Esqueceu, porém, contar que dessas quatro tribos, três havia que eram chefiadas por três *ulum* ou cabeças, todos irmãos, e que estes haviam trazido de Malaca e conservado religiosamente durante todas as peripécias da jornada, três plantas, cada uma das quais foi plantada no local onde a tribo respectiva primeiro acampou. A do mais idoso dos caudilhos era um gondão (na língua *tétum*, *ai hali*) e ficou no meio duma larga planície de terra fecunda e de suaves dobras. A de outro era um *ai bico*, a qual foi posta a Oeste daquela, e a do mais novo, que levou a sua gente para o Norte, era um ha timo ou *calimo*. Assim se constituíram os reinos de *Uai Hali, Uai Hico* e *Hai Timo*, cuja existência, sobrevivendo através de variadas formas, se prolongou até aos nossos dias. Quanto aos homens da quarta tribo, esses, foram instalar-se numa montanha, à beira e ao norte de Uai-Hali, e vieram depois a receber como *liurai* uma das vergonteas do mais velho dos três *ulum*, com a qual se foram concentrar em Fatu-Aruin, onde fundaram um novo e poderoso reino.

Dizem ainda as tradições que, na época nebulosa em que os Malaios fizeram a sua incursão na ilha do Oriente, era esta habitada pelos verdadeiros autóctones, os Mêlus,[454] hordas guerreiras e selváticas, armadas de flechas e de setas, e muito destras na arte de arremessar pedras a distâncias que pareciam inverosímeis e com pontarias inigualáveis. De começo, entre eles e os recém-chegados, os conflitos estalaram, numerosos, e bastas vezes o sangue de uns e outros empapou a terra de

---

[454] Em certos pontos do Timor Holandês ainda se encontram povoações de indígenas que dizem provir dos *ema-mélus*, mas que já não diferem dos habitantes da zona do Tétum-Norte. Mesmo os seus túmulos são iguais aos da restante população. Só os braceletes, de cobre, apresentam um feitio especial, despidos de ornatos e estreitos como argolas. Grijzen atribui aos emigrantes de Malaca a instituição da forma matriarcal do casamento, que perdura ainda, e exclusivamente. na parte meridional do centro do Timor Holandês (*Sud-Timor*) (P).

Timor. Mas no fim e ao cabo, foram os Malaios que levaram a melhor, conseguindo triunfar pela novidade e superioridade das azagaias que tinham salvado do naufrágio. Com elas se apoderaram de quase todo o Timor Central, impondo a sua soberania aos aborígenes, terminando por assimilar a maior parte deles e escorraçar para regiões distantes os que persistiram aferrados à sua orgulhosa rebeldia.

Para esta absorção, grandemente concorreu o prestigio terrorista que começara a irradiar da casa misteriosa, a *Petum*, que os estrangeiros haviam erigido numa floresta sagrada, nos subúrbios da povoação de Uai Hali. «Casa feita de materiais incombustíveis e onde, apesar de não haver tecto, não penetrava a chuva». Nela se guardava disparatado recheio de objectos trazidos de Malaca pelo mais velho dos *ulum* e por este fechados a sete chaves. Veladas por algumas cobras igualmente sagradas, figuravam lá dentro númerosas relíquias, como um par de dentes de elefante – animal desconhecido em Timor – um precioso gongo de cobre e alguns punhados simbólicos de terra, trazidos de Malaca. Posteriormente, juntaram-se-lhes três autênticos e disformes canhões de ferro.

Os reis de Uai-Hali atribuíam-se poderes sobrenaturais, intitulam-se ainda hoje *Maromac-Oan* – Filho de Deus – e era a esses homens venerados como omnipotentes, máximas autoridades políticas e supremos sacerdotes, que os povos, antigamente, dirigiam os seus apelos, rogando que a vitória coroasse os seus arraiais, os homens se safassem das epidemias, os animais escapassem das moléstias que devoravam os rebanhos, o céu se desentranhasse em chuvas fecundantes e as terras rebentassem em searas de fartura...

Com elementos da casa realenga de Uai Hali, criaram-se os reinos de Suai e Caminhasse (hoje Timor Português), os quais exerceram hegemonia em quase todo o leste da ilha. Uai Hali manteve, contudo, essas novas monarquias sob a sua alçada, integrou, numa espécie de império, os reinos de Derma, Laquecon e Voho--Tehem, e ligou ainda à sua autoridade muitos outros reinos e principados, desde Beboque e Insana, até Vohorem, Fatumean, Atasabe, Cassa Bauk, Leimea, Diru--Uate, Marobo, Leten Talo, Boebau, Balibó e Maubara – dispersos por territórios que formam grande parte do actual Timor Português.

2) Suro – Nesta região, conserva-se ainda memória de algumas lendas toponímicas, como a da montanha de Aituha ou de Alas, donde se erguia uma trepadeira que chegava até ao céu, e pela qual os homens subiam a pulso. Um dia, zangado porque a mãe fora lá cima buscar água e se demorara, houve um rapaz que cortou a trepadeira. Quem for à montanha de Alas, ainda encontra, já petrificados pelo tempo, restos dessa corrida incomensurável.[455]

– Outra lenda do Suro fala de sete indivíduos que escolheram residência nos três sucos de Maba-Quidam, Uma Bere Loic e Maha-Clussin. Quatro eram irmãos; os demais, seus servos. Destes, um trazia as esteiras em que dormiam os patrões; o segundo, as panelas em que lhes cozinhava os repastos; e o terceiro converteu-se logo em lagarto sardão. Metamorfose idêntica teve o mais novo dos manos, pois,

---

[455] Aituha, quer dizer «trepadeira».

num belo dia, viram-no transformado em crocodilo. E eis o motivo porque a gente de Alas adora o jacaré sob o nome de *Bei-Rain*, «avô senhor».

Quanto aos outros irmãos e aos dois criados que lhes restavam, constituíram família e fundaram o reino de Alas. Mais tarde, o Bei-Raim tomou por esposa, a filha de Marôma que (Ente Supremo), e foram viver no lugar de Quélan.

(Àesquerda) No interior da Ilha de Quissar: a esposa do autor, numa festa de homenagem (suco de Lebe-Lau, 1931); (À direita): Na mesma Ilha holandesa: o autor, à direita do contróleur de Quissar, R.J.C. Sneenwjagt, os alunos excursionistas das escolas da circ. De Baucau, chefes indígenas portugueses e holandeses, e as bandeiras das duas nações colonizadoras.

– Conta-se, também, que houve em tempos, no céu, uma guerra áspera e sangrenta, como no *Paraíso Perdido*, de Milton... Como, então, o céu e a terra estivessem unidos, Marômaque pediu socorro a dois *assuais* cá de baixo, de nomes Cara Loic e Bere Loic, os quais se portaram com tal bravura e decisão, que Deus resolveu premiar-lhes o esforço oferecendo-lhes três das suas filhas, mas disfarçadas em laranjas. Quando regressavam à terra, um dos assuais, afogueado como vinha, não resistiu à sede e comeu um dos frutos; e preparava-se para trincar os restantes quando ouviu risadas femininas que cascalhavam dentro das laranjas. Repeso de ter morto às dentadas uma das filhas de Marômaque, volveu o *assuai* a rogar a este que lhe desse outra filha. Deus, porém, não tinha mais nenhuma, e por isso ofereceu-lhe apenas os pratos de que as três se serviam nas suas refeições.

Das refregas celestes trouxeram os heróis muitas «cabeças de estrelas», a catana mágica com que as deceparam e algumas colunas de pedra. Estas e a catana ainda hoje são objecto de culto. Até 1912, todos os anos iam os indígenas ao respectivo *sadam-lúlic*, sacrificar um búfalo em honra de tais relíquias.[456]

---

[456] Houve já quem, numa conferência propinada à credulidade alfacinha, a 1.500 léguas de Timor, chegasse a apresentar esta lenda como um simile do mito heróico de Prometeu, e isto no intento de descobrir origens fantásticas e afinidades étnicas não menos arbitrárias, aos primeiros povoadores de Timor. Nesse sentido, forçou-se a versão indígena com enxertias mirabolantes. Por um subtil passe de prestidigitação, a bilha de água que a velhota de Alas, pacata, comezinha e quotidianamente, ia buscar ao céu, passou a ser nada mais nada menos, que o segredo do fogo, de que eram ávaros detentores os habitantes das regiões celestes, e que

Referindo-se ao assunto desta lenda, costumam os indígenas entoar uma espécie de cântico, cuja letra é a seguinte: – *Fera rai quirata – Ta rai quirata – Ema caer haenahan – Hau la cacnahan – Cacnahan faluc ri hat – Hlade cuça rai Alas*. «Combate em terra do céu, combate em terra do céu. Os povos trouxeram de lá muitas coisas. Eu nada trouxe. Apenas quatro colunas de pedra, para segurar a terra de Alas».

– Na região de Alas ainda não se apagou a lembrança dos dois grandes reinos em que se partilhava outrora a parte leste de Timor: o de Ué-Lale-Rain, com sede em terras que são hoje holandesas, e o de Liquiçá Rain, cuja capital se localiza erradamente em Quiraz (Fatu-Berliu). A este pertenciam os reinos tributários de Betano e Alas, os quais se tornaram independentes vai para 200 anos.[457]

– Diz também a tradição que em velhos tempos se travou uma guerra entre os indígenas e certos europeus — *Bicame bálac* — que teriam entrado na região, desembarcando na costa. Tendo os timores vencido os brancos, não demoraram estes em tornar com mais forças, que repeliram os naturais após rude peleja, e foram instalar-se numa enseada de Fatu-Udo, conhecida pelo nome de Pró-Uma. Durante alguns anos, impuseram aos indígenas que lhes levassem uma finta, que era paga em panos de tecido regional. Depois, os europeus desapareceram. Quando se pergunta dos timorenses de hoje qual a nacionalidade desses antigos conquistadores, afirmam uns que eram holandeses, e outros, que portugueses, havendo estes, ao que se diz, regressado a Oé-Kussi quando abandonaram Fatu--Hudo. Consta, realmente, entre os habitantes da contra-costa, que os holandeses chegaram a cobrar impostos nas terras do Suro e de Manu-Fahi [458](K).

3) Liquiçá — Ha um poço em Tibar, ao qual se fixou esta lenda: «Uma vez, há muito tempo, uma donzela do povoado vestiu-se com o seu melhor *táis-feto*, arraigou-se, sem pensar bem o que fazia, com as suas melhores *mutiçalas* e manilhas, e foi ao poço buscar água. Embora fresca, fervia, subia a água, como se estivesse ao lume, e a rapariga foi levada na fervura, para o fundo do poço, quem sabe para que boas casas. A família em balde a procurou, e já a imaginava raptada ou assassinada. Mas o pai, de noite, viu num sonho aparecer-lhe o *lúlic* do poço, sossegá-lo com dar--lhe notícias da filha que tomara para sua mulher. Que ao outro dia fosse à hora em que o sol vai mais alto para cerca do poço, que lá havia de encontrar o preço do barlaque. E que se tivesse outra filha assim to linda lha levasse também. Foi o pai à hora marcada do dia seguinte, ao pino do dia, para ao pé daquele poço, e de dentro viu sair um grande búfalo todo enjoiado de *mutiçalas*, de *luas* e braceletes, desde as

---

os filhos da terra mandaram a velha furtar, provocando-se assim uma guerra entre uns e outros. E deste jeito, a lenda dos dois *assuais* que batalharam ao serviço de Deus, foi encadeada à da velha de Aituha e igualmente deformada.

457 Conf. a lenda da guerra entre Lequeçan ou Lequeçá, e Béhali, no cap. II da 1.ª parte deste livro. *Bé* e *né*, em tétum, significam «água». Em Alas, há um poço que se diz ter sido aberto pelos Holandeses quando em tempos ali fizeram uma incursão.

458 Igual versão encontrei generalizada em Baucau, relativamente a certos pontos de Viqueque e costa sul de Lautém.

patas até mesmo ao cimo das pontas. E atrás deste, outros e outros assim rebrilhando de *mutiçalas*, de pulseiras, de *luas* de oiro muito grandes, e enchiam todo o terreiro. Mais raparigas depois se foram oferecer à borda do poço, mas nunca mais a água tornou a ferver e subir, e nunca mais ninguém a servir-se dela» (A).

4) Viqueque – «Sobre a origem do velhíssimo *dátò lúlic* de Viqueque, conta-me Loi (de Abo, Ossurôa), esta história: num escampado do suco ouvia a gente de Viqueque vozes de pessoas dentro dum rochedo.[459] Combinaram ir matar búfalos, veados e porcos, e ali perto começaram uns a assar e comer a carne, enquanto outros se escondiam atrás da penha de onde saiam vozes. Um velho, muito velho, apareceu de repente ao pé do rochedo, e como os de Viqueque o vissem com uma cara como de gente, afoitaram-se a chamá-lo, a ir-lhe ao encontro, e a pedir-lhe que viesse viver com eles, ou ver as suas casas na aldeia. O velho aceitou o convite de ir visitar a aldeia, e chamou pela mulher, que saiu do rochedo muito nova, e com muitos filhos atrás dela. Enquanto todos aqueles seguiam para Viqueque, os que ficaram escondidos trataram à pressa de tapar com uma grande laje a entrada da casa da penha. O velho, ao voltar com a família, como encontrasse tapada com uma grande laje a entrada do rochedo, resignou-se a ir viver entre os homens. Deram-lhe eles casa, búfalos, todo o necessário, e é desde então o *dátò lúlic* de Viqueque e até já tem casado com gente da terra as suas filhas». (A).

– Em Ossu e Ossurôa, há uma versão curiosa sobre os primeiros imigrantes que teve a ilha. Reza a tradição local que teria sido uma família completa, homens e mulheres, que, largando de Timor Laut (pequena ilha a meio caminho da Nova Guiné e de Timor), se viu acossada por um violento temporal e arribou a uma praia da contra costa de Timor, precisamente em *Ha-Hudo-Ué-Laco*, (próximo dos actuais sucos de Quier'ás e Clacuc, do antigo reino de Bubu-Suço ou Bibi-Suço), na planície de Quier'ás, que se estende entre as de Banque (Manatuto) e Dótic (Manu-Fahi). Tal família, que deu à ilha o nome daquela donde vinha, fragmentou-se depois em dois grupos, os quais originaram os ramos dos Belos e de Béhali. Entre si fixaram esses grupos uma linha de fronteira constituída pela *Mota Ué Lúlic* (ribeira da água sagrada), cujo curso fica quase a meio da ilha. Os forasteiros haviam encontrado os aborígenes em plena selvajaria, nus e ainda desconhecendo o fogo, alimentando-se de caça crua, de frutos silvestres, de ervas e de raízes. Fácil se tornou submetê-los e organizá-los em dois impérios, o dos Belos e o de Behali, distribuindo-se os estrangeiros pela ilha e pondo se à frente dos novos reinos. Os actuais régulos e chefes de mais preponderância julgam-se ainda descendentes daquela família, cujos membros constituíram uma aristocracia composta de *nove loros e nove bobulos*, a leste (*Loro Sahe*, sol nascente), e outros tantos a oeste (*Loro Muno*, sol poente). Os imperadores de Sorvião provinham em linha recta do tronco realengo de Behali.[460]

---

[459] Lembro-me de ter ouvido em Lautém uma versão idêntica, referida a uma gruta daquela circunscrição.

[460] Ten. Aug. Panão, Revista Colonial, n.° 88, (de x. III. 1920) e segs.

Nas outras zonas da colónia, é já quase impossível recolher tradições orais com que se reconstitua a mitologia ou a história dos timorenses.[461] Um relatório de Cova Lima, por exemplo, diz que na memória dos indígenas não subsiste qualquer traço sobre as origens da população (1). Noutro, de Oé-Kussi, lêem-se estas palavras não menos desoladoras: «Com o desaparecimento dos velhos de Oé--Kussi, foi desaparecendo também a recordação dos poucos factos históricos que ainda poderiam existir na tradição dos povos, interrogados alguns velhos, nada me souberam dizer da história dos seus antepassados» (E).

---

[461] Em nenhuma região de Timor, quer na nossa colónia, quer na holandesa, jamais se encontrou, de pé ou em ruínas, construção alguma de alvenaria anterior ao Descobrimento. Não há o menor vestigio, nem sobre a terra nem na memória dos homens, de templos, sarcófagos, palácios ou outro qualquer monumento, do qual se possa inferir que os Timorenses haviam atingido uma singular civilização antes dos Portugueses terem ali aproado. Mesmo os primeiros redutos e habitações dos europeus não foram além de palhotas e de muralhas, quase sempre improvisadas com estacaria e pedra solta, e até em Lifau nada existe, a não ser uns restos de baques de cabanas e duma trincheira de comunicação: pedras aparelhadas, mas raras e já dificeis de identificar.
Não obstante, houve alguém, colonial de torna-viagem, que apregoou em Lisboa ter-se-lhe deparado em Timor meia dúzia de pedras, onde lhe não foi dificil adivinhar indícios de colunatas de templos pré-históricos. Dessas pedras, que estavam, contudo, à flor da terra, e às quais se atribuem capiteis ornatados de talha surpreendente, ninguém dera ainda notícia, nem Afonso de Castro, Russel Wallace ou Forbes delas se ocuparam, nem Osório de Castro, aliás tão ávido de tópicos etnográficos, nem Fonseca Cardoso, o ilustre antropologista que estudou as raças de Timor depois de ter feito o mesmo com os Luenas, os Luchazes e os Quiocos de Angola, nem sequer Leite de Magalhães, que percorreu todos os recessos da colónia, procedendo a um inquérito de longos anos sobre a etnologia timorense. Ao que parece, tais pedras, aliás rudemente afeiçoadas, ou são velhas mós dalgum moinho tentado, outrora, por militares ou pelos jesuítas de Quirás, ou teriam pertencido à varanda dalguma cubata de europeu, comandante ou missionário dos primeiros tempos da ocupação. É essa, pelo menos, a conta em que as têm, várias pessoas cuja permanência no interior da colónia não se reduz a uns escassos e ilusórios seis meses. São elas: o tenente Manuel Pires, que vive em Timor desde 1919; o capitão Manuel da Silva, que foi comandante de Manu-Fahi e do Suro durante alguns anos e que faz serviço na colónia desde 1910; e o padre Fernandes, que há muito tem a seu cargo a evangelização do território onde se encontram as tais pedras. Pode-se negar, a qualquer deles, a competência científica, da qual, de resto, não presumem; mas o que se lhes não pode assacar é ignorância da região, das línguas e dos habitantes. Nâo se trata, positivamente, de coloniais de passagem...
Ha mitómanos, cujos desvarios chegaram a fazer incursão num recente congresso antropológico, e que talvez careçam de que alguém os exautore publicamente, narrando, com o apoio de testemunhas, a forma desatinada como se atreveram a manipular um estapafúrdio repertório de lendas, de parceria com deportados chasqueadores ou complacentes, com um régulo finório, e com certo pobre diabo de amanuense indígena, torturado, obrigado a inventar histórias todos os dias, para régalo dum superior caprichoso e insaciável, que se empenhava em descobrir na mioleira dos Timores toda a mitologia dos Árias...

Todavia, há vinte anos, alguém que viveu em Timor, conseguiu fixar, a tal respeito, algumas notas interessantes:

«A população de Oé-Kussi (de *Oé*, água, e *Kussi*, bilha) deverá ser um misto de malaios dos Estreitos ou de Jáva, de mestiços portugueses de Timor, na segunda metade do século XVIII, de gente de Malaca, de cristãos de Goa. Os Holandeses chamam *Portugueses pretos* à gente de Oé-Kussi. E é certo que o seu régulo é de origem malaquesa... A companhia de 2.ª linha de Sica (Díli) veio de Larantuca, ou do centro da ilha de Flores, para melhor dizer. A gente de Bidau (Díli) parece ter vindo de Lifau»[462] (A).

O povo de Motael, esse, pouco mais sabe além de que os seus avoengos provieram de Behali, reino que eles, erradamente, localizam no território de Oé--Kussi. Não há em Motael quaisquer nomes colectivos, de família, de suco, de tribo ou de reino, correspondentes a um parentesco social, donde se depreendam origens características. Simplesmente, os habitantes da circunscrição se designam genericamente por *calades*.[463]

Escrevendo com a habitual leviandade que usam os Franceses, quando se reportam a terras estrangeiras, Carlos Delavaud afirmava ser «o grupo étnico mais considerável (entre os Timorenses), o dos *Emavelo* ou *Beloneses*, a Leste (do Timor Holandês) e no centro, e que se dizem vindos das Molucas, assim como os seus vizinhos ocidentais, os Timorenses propriamente ditos ou Toh-Tímor. Conforme uma tradição, as famílias principescas da ilha descendem de invasores de Ternate,[464] que desembarcaram nos fins do século XVI na costa meridional da ilha, e levaram para lá o arroz e o milho e as armas de guerra» (*La Grande Encyclopédie*, art. Timor).

«Tradição tão precisa – comenta Osório de Castro – não a ouvi ainda no Timor Português, mas apenas a de que *certas famílias de régulos (liurai) e principais tinham vindo de fora* haveria três gerações... Em todo o caso, é historicamente averiguado que, antes do domínio português, os Malaios da Sunda, os Javaneses, dominaram ou comerciaram no litoral do mar da Banda, tendo por centro Oé-Kussi; os Macassares e Bughis ou Buguineses, da ilha de Celebes, os Moluqueses de Ternate, na costa de Baucau, nos portos, talvez, do mar de Timor.

---

462 Lifau, sita no reino de Oé-Kussi, foi a capital portuguesa de Timor, até que, em 1769, após um longo assédio dos indígenas em rebelião, a abandonamos, trocando-a por Díli.

463 Igual tratamento lhes dá a gente de Baucau, a qual, por seu turno, na boca dos caladis, é tratada por firacos. Entre os bacauenses, firaco é nome que atribuem apenas aos montanheses da sua circunscrição, áqueles cujas mulheres, nas danças, ostentam penachos de penas de cacatua.

464 Capital do distrito das Molucas, sede dum dos governos das Indias Neerlandesas. Ainda hoje ali se conservam rumas duma fortaleza portuguesa, como sucede em Bima (ilha de Sumbava). Em Macassar (ilha de Celebes, ou Selebres, como lhe chamava Mendes Pinto) e na ilha da Banda (Banda Neira, dizem os holandeses), restam ainda de pé duas fortalezas com o escudo português.

«*Oan Timor*, filho de Timor, se denomina já colectivamente o timorense do nosso território. Mas designações colectivas étnicas, só conheço na linguagem moderna a de *Firacos*, a si própria aplicada pelos povos que demoram desde Baucau, no mar da Banda, a Luca, no mar de Timor, ou Contra-costa, até à extremidade oriental da ilha; de *Caladi* ou *Calades*, aos povos da linha central de montanhas com dois estratos, pelo menos linguísticos, para o mar da Banda, a um lado e outro de Díli (Hera, e Motael, ou Môta-Hain, de *môta*, ribeira, *hain*, foz, ou a par); de Lamak-hito, ou *Laomequitos*, povos do reino montanhoso de Bobonaro, mas ainda considerados como *Calades*. O mais é gente do reino de Manu-Fahi, do reino de Maubara, ou do de Motael, de Ermera, etc..

«A gente da ilha de Pulo Kambing[465] (de *pulu*, ilha, e *Kambing*, cabra, em malaio), ou Ataúro, deverá pertencer ao grupo étnico de Sólor e Flores, mas políticamente pertence ao nosso reino da Hera» (A).

Para Delavaud, os primeiros imigrantes que teve a ilha foram originários de Ternate os quais desembarcaram em Uai-Hico-Hai-Hali, e formaram um núcleo donde saíram várias famílias principescas.[466] Mas, como nota Leite de Magalhães, não seriam homogéneos os invasores, pois que não há nos idiomas timorenses qualquer indicio da língua de Ternate. Igual observação antepõe o autor português à tradição histórica de que foram elementos malaios quem primeiro conquistou a ilha: os que se estabeleceram em Timor deveriam ser pouco numerosos, porquanto, quer na língua, quer nos costumes, impossível se torna distinguir a influência que decerto teriam exercido, se fossem bastantes para não serem assimilados pela população autóctone.

Leite de Magalhães, que, durante seis meses, procedeu a um estudo completo da linguística do Timor português,[467] resume as suas conclusões nestas palavras escrupulosas, duma nobilíssima e exemplar probidade científica: «O problema etnogénico de Timor enovela-se em séries de migrações percorrendo linhas tortuosas e fazendo paragens em pontos os mais diversos. De qualquer forma porque as populações timorenses se estudem, pela antropologia, linguística, etnografia, história e ainda pela sua distribuição geográfica, o caos surge desnorteante e quase impenetrável, revelando-se a disparidade de raças que na ilha e fora dela se cruzaram para produzir os tipos e os dialectos que naquele país se encontram. Dir-se-ia que da mais ocidental das terras sundanesas até às Filipinas e destas para o Sul, e deste até Timor e às de Fidji, todos os povos se mestiçaram e emigraram de forma a criar a Babel de elementos somatólogicos tão diferentes que

---

465 O. de C. lembra que a povoaçâo de Coto-Baba, cerca de Batugadé, tem um nome que é certamente malaio-javanês, de *cota*, porto, e *baba*, tratamento javanês de rico comerciante.

466 Verdade seja que, em 1847, o delegado holandês, Styen Parvé, declarava ao governador do nosso Timor,Julião Vieira, que a Companhia das lndias Neerlandesas recebera a ilha por legada do sultão de Ternate. que a dera em testamento como cousa sua. Timor, por via do *liurai* de Uai-Hali, seria, possivelmente, *tributário* do sultao, que chegou mesmo a predominar na ilha de Celebes e em parte das ilhas do Maluco.

467 Todo esse trabalho se perdeu irremediavelmente no naufrágio do vapor *Magellan*, em que regressava à Europa aquele distinto colonial, e que foi torpedeado em 1916, durante a Grande Guerra.

é a ilha de Timor. Perdida a esperança de se reconstituir a história, de que na memória dos povos inteiramente se apagou a tradição, teremos de seguir pelos meandros da linguística em busca do fio que nos oriente... A antropologia e a linguística, quando o estudo se efectua relativamente a cada um dos núcleos em que é possível decompor a população timorense, poderão, conjugados, estabelecer a sua origem étnica, duma forma iniludível. Tendo consultado eu algumas dezenas de vocabulários malasianos, melanesios e australianos, em nenhum deles encontrei a menor afinidade com certos dialectos de Timor, e muito especialmente com o dagadá (dos povos de Lautém), o *búnak* (da região de Bobonaro e outros pontos do sul) e ainda o *cairui*, o *mudik* e o *waimá* (regiões interiores de leste). Isto, porém, não será razão para supormos que representam raças diferentes das outras raças circundantes: apenas significa que uma absoluta necessidade teria eu de passar em revista outros tantos glossários para descobrir o que baldadamente procurei,[468] e só a Melanesia poderia fornecer mais de uma centena que absolutamente desconheço»[469]

Não abundam, realmente, as referências históricas, pelas quais se possam explicar, em parte ao menos, as transfusões étnicas que fizeram da ilha de Timor um confuso e desconcertante alambique de raças. Além da versão fixada por Delavaud e da que consta da tradição oral dos indígenas, o que se sabe, é muito pouco, verdadeiramente quase nada. Marsden (*History of Sumatra*) cita uma informaçâo do capitão inglês King, quanto à frequência com que fundeavam na costa de Timor, certas frotas de *prós paraus*), saídas anualmente de Samatra, passando por Java e Borneo, com rumo ao estreito de Torres, no norte da Austrália, onde se entregavam a pescarias.[470] Em 1521, Pigafetta (*Première voyage autour du monde*), encontrou nas enseadas timorenses vários juncos filipinos de Luçon [471]e algumas embarcações de Malaca, que ali iam mercadejar o sândalo. Quarenta anos depois, os primeiros missionários portugueses destacados de Larantuca para a evangelização dos povos fronteiros de Timor, foram dar com estes já partilhados em duas espécies de impérios, a Leste, o dos Belos, sob a chefia do régulo de Behali, a Oeste, o de Sorvião, debaixo da alçada do régulo Sonebait, e cada um exercendo a sua autoridade sobre vários reis federados e dispersos sobre a ilha.[472]

---

[468] Palavras que deveriam servir de modelo a certas criaturas levianas que, sem um prévio estudo das línguas de Timor e não falando uma só dentre elas, e apenas confiados em dois ou três mitos suspeitos, não trepidam em se apresentar nas sociedades coloniais, nas escolas de Lisboa e até num congresso de antropologia ultramarina, arvorando soluções pretensamente definitivas para a etnogenia da ilha.

[469] Artigo publ. no boletim dos *Trabalhos da Soc. Port. de Anlrop. e Etnologia*, vol. 1, fasc. II, Porto, 92o.

[470] Leite de Magalhães presume que as tripulações fossem principalmente *bataks* de Samatra, tal a ausência de vestígios que marquem nítidamente, na população timorense, a influência dos Malaios.

[471] Corsários filipinos de Mindanau ou Magindano batiam frequentemente as costas de Celebes, Gilolo e Maluco, para efeitos de remonta de escravos (El. Réclus, (*Hist. universelle*).

[472] O império dos Belos correspondia, mais ou menos, ao actual Timor Português, com mais a circunscrição holandesa da Atambua. O de Sorvião abrangia a zona povoada pelos *Atoni-*

Após a tomada, pelos Holandeses, de Malaca (1640), centro da nossa expansão no Extremo Oriente, todo o litoral de Timor foi, durante três meses, devastado implacavelmente por 7000 homens que largaram da ilha de Celebes, em 170 embarcações, comandando a empresa o rei de Tólò, sogro do sultão Carriliquio, de Macassar. Quatro mil indígenas foram escravizados e transportados para fora de Timor,[473] cujos reinos, embora provisoriamente, deveriam ter-se constituído em feudatários do monarca estrangeiro, porquanto, a este se submeteram os próprios régulos de Behali e Sonebait, e mais os de Manubangue,[474] Mena e Lifau, de cuja existência, nessa altura, há já notícia.

Dois séculos mais tarde, ainda a gente da Celebes não desaprendera o rumo de Timor. Conforme um ofício de Junho de 1816, assinado por José Pinto Alcoforado e Sousa, que então governava a colónia, continuavam os *paraus* dos macassares a afluir a todos os ancoradouros da costa, negociando em vária casta de géneros. E tais

---

-*Timor* (circunscrições holandesas de Quefarnenano, Soé e quase toda a de Cupão). O referido Pigafetta dá noticia de haver na região dos Belos quatro sedes de reinos, cujos chefes eram todos irmãos Oibich (Uai Hico? Uai Hali? Béhali ?), Lichsana (Liquiçá), Suai, e Cabanassa (Came-Nassa). Num relatório do governador Barreto da Gama (15. XII. 1734), e num ofício do governador Pinto de Alcoforado (n 10. VI. 1817), vê-se que os reinos dos Belos de maior território e autoridade eram os de Liquiçá e Behali, respectivamente, a norte e a sul da linha dorsal de montanhas que divide a ilha a meio. Cotejem-se as lendas que recolhi em Baucau e que até agora estavam ainda inéditas, com a da formação do reino de Behali, arquivada pelo controleur Grijzen. Behali devia ter hegemonia sobre Came-Nassa, Suai e Luca, e, através destes reinos, sobre os Larnaquitos de Bobonaro e a gente de Manu-Fahi, Viqueque e Lautém-Sul. Behali teria chegado a submeter, pelas armas, o reino de Liquiçá, obrigando os vencidos a emigrarem para Vemassim, onde fundaram uma outra monarquia, possivelmente, e ao menos durante algum tempo, tributaria de Behali, por via de novo rei colocado à frente de Liquiçá, até que este por sua vez se tornou independente. «Ainda hoje, nas guerras dos povos — diz L. de M. — as expressões *bir uLikossá* ou *biru-Behali* definem os partidos como S. Tiago e S. Jorge dos castelhanos e portugueses» (*art. cit.)*. E lê-se também numas notas do tenente Augusto Pavão, referentes a Viqueque, que, «tendo conversado por vezes com diversos chefes e principais sobre a sua ascendência, ficavam muito admirados quando lhes preguntava se pertenciam ao ramo dos *loros* ou *bobulo* (dos nove loros e dos oito bobulos, espécie de nobres, que outrora eram os senhores feudais da zona leste de Timor)... Ficavam boquiabertos, para logo depois responderem: «Ah, senhor, eu sou *bobulo*». Outro: «Eu sou *loro*». E alguns, ainda entre os chefes: «Eu sou *lik'ssá*». E outros, muito poucos: «Eu sou *béali*». (Revista Colonial, n.° 97, de i. VIII. 1920).

473 Carta de Fr. António de S. Jacinto ao rei D. João IV (Ms. da Biblioteca Nacional de Lisboa), publicada por Frazão de Vasconcelos, no *Boletim da Agência Geral das Colónias*. n.° 54, de XII. 1929. Foi o autor dessa carta quem, com setenta homens de armas, partiu de Larantuca (Solor) em socorro da rainha de Mena, que o frade só conseguiu desencantar a dezasete léguas da costa, «por se não dar por segura dos Macassares em outra parte». A rainha aceitou, então, o baptismo, e com ele, a soberania de Portugal.

474 Amanubang, como dizem os Holandeses, ou Amanuhão, como dizem alguns outros dos nossos velhos documentos, é uma região da contra-costa da Ilha, a Sudoeste do nosso antigo encravamento de Noe Muti. Antes de se criar a circunscrição de Sóè, esteve ali um comando militar holandês, o de Niki-Niki.

eram as relações de amizade entre os povos duma e doutra ilha, que duma vez, em 1847, chegaram os tripulantes dalguns barcos surtos na praia de Sarna (Lautém), a provocar e atacar forças portuguesas, que, no fim duma escaramuça, não conseguiram aprisioná-los, devido ao auxílio que lhes prestaram os habitantes do reino de Sarau, guardando-lhes as costas, quando se puseram em fuga.[475]

Leite de Magalhães aventura a hipótese de a linguagem Macassai, falada na circunscrição de Baucau, ser oriunda dalgum núcleo de imigrantes macassares. É possível, embora conste de tradição local, que semelhante idioma foi levado por gente arribada do sul, dos lados de Ossurôa, de Macadique.[476] Ao que parece, os autóctones daquela zona usavam a língua Uai-maa, hoje reduzida a verdadeiros enclaves dispersos na massa geral da população, que fala Macassai.[477]

Leite de Magalhães podia ter registado a designação de Macassar que têm, precisamente, em Baucau, as espadas de barlaque, e ainda o nome característico de Ponte-Macassar, porque é conhecido, mesmo oficialmente, a sede da circunscrição de Oé-Kussi.[478]

No entanto, o que é preciso confessar é que toda essa série de factos e de indícios é escassa e pouco significativa. Explica, evidentemente, certos tipos fisionómicos que nos surpreendem entre as disparatadas populações timorenses, mas o que não chega é a dar-nos a chave do grande problema da classificação e da etnogenia dos autênticos aborígenes. Problema que continua de pé, embrulhado numa densa névoa de mistério, a desafiar as hipóteses com que debalde pretendem violá-la – ora a ciência impotente, ora a fantasia desesperada dos antropologistas.

Baucau (Ilha de Timor) — Estreito
de Câmara de Lobos (Ilha da Madeira)
Nov. de 1933 - Out. de 1934

---

[475] Factos narrados no livro de Afonso de Castro, Possessões portuguesas na Oceania.

[476] Vidé pag. 101 do presente trabalho.

[477] Encravamentos constituídos por alguns sucos dos «Moradores» de Baucau, à roda da vila; pelos sucos de Berecoli, afastados daqueles por uma faixa duns 20 km.; por gente de Venilale, unida aos de Berecoli; e pelos montanheses de Afa-Loi-Cai (Mate-Biam) distantes dos de Venilale, coisa de 50 km.

[478] Na mesma região de Baucau, ouvi diversos indígenas atribuir aos macassares que antigamente frequentavam a costa, a proveniência dos grãos de mutiçala, enquanto muitos outros se mostravam crentes em que esta espécie de corais teria sido desovada na montanha da Mate Biam, por certas formigas duma variedade que já se extinguira...

Lista dos trabalhos onde colhi subsídios para a parte II deste livro

A — Alberto Osório de Castro — *Flores de coral* — Díli, 1908.[479]
B — Tenente Manuel Jesus Pires — *Relatório sobre usos e costumes indígenas da circunscrição civil de Manatuto* 1933 (ms.).
C — idem — Idem, *do comando militar de Viqueque* — 1926 (ms.).
D — Ten. Sousa Rego — Idem, *do com. mil. de Motael* — 1926 (dact.).
E — Ten. José Simões Martinho — Idem, *do com. mil. de Oé-Kussi* — 1933 (dact.).
F — Idem — Idem, do com. mil, *de HatoLia* — 1926 (dact.).
G — Ten. Leonardo Prego — Idem, *da circ. civil de Liquiçá* — 1933 (dact.).
H — Ten. Alfredo Ramos Paz — Idem, *do com. mil. de Cova Lima* 1926 (dact).
I — Ten. José Augusto Gomes — Idem, idem — 1933 [480] (dact.).
J — Cap.° José Fontoura Sequeira — Idem, *do com. mil de Motael* — 1933 (dact.).
K — 1.° Sarg. José Maria Cardoso — Idem, *do com. mil. do Suro* — 1933 (ms.).
L — 2.° Sarg. Artur Santos Ferreira - Idem, *do com. mil. de Manu-Fahi* - 1933 (dact.).
M — *Relatório sobre os usos e costumes de Ataúro*— ln *Boletim Oficial do Governo da Colónia de Timor,* 1916, págs. 130 e 142.
N — Idem, de Motael — Idem, id., págs. 151, 194, 218, 259 e 263.
O — Idem, de Maubara (org. pelo missionário da localidade) — Idem, id., págs. 128 e 139.[481]
P — Grijzen (contrôleur holandês de Atambua) — *Estudo sobre a região timorense dos Belos* — Zwolle, Holanda, 1903.[482]
Q — Afonso de Castro — *As possessões portuguesas na Oceânia* — Lisboa, 1869.
R — Alferes António Metelo — *Timor, fantasma do Oriente* — Lisboa, 1923.

---

[479] Grande parte das notas adicionadas a esse livro de poesias, foram publicadas à parte, sob o titulo *A ilha verde e vermelha de Timor,* — na revista *Seara Nova*, desde o n.° 123 (28. VI. 1928) ao 179 (19. IX. 1929).

[480] Nenhum dos relatórios de 1926 e 1933, requisitados pelo Governo da Colónia às autoridades regionais, chegou a ser publicado, nem sequer no Boletim do Governo de Timor, onde seria conveniente divulgá-los, concorrendo-se, assim, para que Timor fosse mais conhecido e para entre aquelas autoridades se estabelecesse uma emulação proveitosa — no estudo e no relato menos lacónico e superficial da etnografia indígena.

[481] Foram esses trabalhos publicados sem indicação das respectivas autorias. Sabe-se, no entanto, que o de Ataúro constituía um dos capítulos dum relatório do comandante interino daquela ilha, o então tenente, hoje tenente-coronel, Leite de Magalhães, e que abrangendo vários aspectos da mesma ilha, só veio a ser inserto, por completo, no *B. da Soc. de Geografia de Lisboa*, n.° 1.3, de I-III, 1918, 36ª série.

[482] Guiei-me pela trad. port., ms., de que encarreguei o engenheiro holandês, Aart Hoffman, com o qual, graciosamente, colaborou António de Araújo, secretário da circunscrição de Baucau. Fez-se a versão sobre um raro exemplar do arquivo de Atambua, que me emprestou, em 1933, o capitão do Estado Maior, H. J. Frenks, *contrôleur* daquela circunscrição holandesa que faz fronteira com o nosso território.

Na Exposição colonial do Porto (1934). Em cima: Ao alto, sobre a rocha, as casas dos Timores. Em baixo: O autor, entre o régulo do Suro, D. Alexandre Corte Real, e o chefe de Berecoli (Baucau), Carlos Ximenes, e os indígenas que acompanharam estes à Metrópole.

Posfácio

Em 1896 — há perto de quarenta anos — José Celestino da Silva, o maior governador que teve até agora a colónia, escreveu a respeito dos costumes indígenas de Timor, algumas palavras que ainda hoje conservam uma oportunidade flagrante e com as quais posso eu justificar e valorizar o presente livro. Dirigindo- -se ao ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha e do Ultramar, e relatando as operações de guerra travadas nesse ano contra os reinos insubmissos, dizia o coronel Celestino da Silva:

«Mas para dar todo o desenvolvimento necessário ao progresso agrícola, para manter a ordem, para acabar com as guerras, é necessário mais alguma coisa do que criar escolas e quintas modelos; **é necessário estudarmos o direito consuetudinário dos povos, o regímen de propriedade, enfim, os seus usos e costumes, e promulgar leis especiais,** *porque grave erro é acreditar-se que as leis que nos regeram ou regem no reino, podem ser aplicáveis aos negros de África, aos índios e aos timorenses; as condições sociais, o regímen da propriedade, os costumes em Timor, são bem diversos das condições sociais, do regímen da propriedade, dos costumes em Portugal, por isso ninguém aqui respeita e compreende as nossas leis, que se não aplicam por serem inaplicáveis; e porque se não aplicam, não têm prestígio.*

Os Timorenses chegam a ser ferozes na defesa da sua terra, das suas árvores, das suas hortas; têm bem nítidas noções do direito de propriedade, e o ladrão é entre eles castigado duramente; mas não compreendem que, para assegurarem o seu atreito, teriam necessidade de fazer registos na conservatória, ou que, para reivindicar esse mesmo direito, quando desrespeitado pelo vizinho, lhes seja necessário gastarem com a justiça muitas vezes mais que o valor desse direito, constituir advogado, fazer preparos, etc.; por isso o lugar de conservador é aqui uma sinecura, e o juiz de direito não tem a julgar uma causa cível em que sejam parte os timorenses, ainda os mais civilizados.

Mas não se diga que os indígenas não recorrem ao juízo de direito, porque está nos seus hábitos recorrerem às armas, não, porque recorrem à decisão do comandante militar (**hoje, à do administrador de circunscrição**)*, que respeitam*

em geral, porque **nele encontram um juiz de paz que decide atendendo ao direito consuetudinário** *e ao qual nada têm de pagar; só* **recorrem às armas** *quando não são atendidos,* ***ou*** **quando o oficial não se dedica ao estudo dos seus costumes,** *por isso estabelecer comandos militares e entregá-los a oficiais honrados e dedicados ao exercício das suas complicadíssimas atribuições é pôr termo às guerras e ao atraso agrícola que elas causam.*

Em absoluto pode dizer-se que, para não haver guerra, é indispensável que se force o indígena ao trabalho, e que este seja remunerado, que tenhamos bons comandantes militares, uma força militar que nos dê prestígio, e que **se estudem os costumes dos povos;** *e não deve haver receio de afirmar que a maior parte das guerras deste distrito têm tido como causa primária os abusos, as prepotências, a rapacidade e a* **ignorância** *de muitos que aqui têm estado encarregados de moralizar, educar e civilizar».*[483]

Tantos anos corridos sobre os dizeres de Celestino, ainda não possui Timor, um código de usos e costumes pelo qual se orientem as autoridades administrativas das circunscrições — em permanente e quase exclusivo contacto com a população nativa. Pensou organizá-lo o governador Baptista Justo, em 1932, e, antes dele, o governador Eduardo Marques, em 1908.[484] *Ambos os projectos falharam, abortando nos clássicos questionários dirigidos aos oficiais dispersos pelo interior da colónia, pouco antes desses governadores serem exonerados.*

Uma dessas consultas, a de 1908, redigiu-a o espírito invulgar dum magistrado, o Dr. Alberto Osório de Castro, que para tal fim se baseou no **Manuel du voyageur**, *do Dr. Kalt-brunner.*

Era Osório de Castro quem, citando Van Gennep, lembrava, a propósito de Timor, o alcance prático da etnografia, a contribuição poderosa que ela representara na obra anexadora das Filipinas, pacífica iniciativa de W. Slheat, e o papel decisivo que continua a desempenhar na governação da Índia Inglesa. Um dos primeiros actos dos Americanos, ao ocuparem o arquipélago filipino, foi o de levarem a cabo um **Recenseamento** *geral publicado em quatro grossos volumes, dos quais um puramente etnográfico. Mais tarde fundaram uma repartição de etnologia, donde começaram a sair copiosos e variados trabalhos monográficos sobre as populações indígenas. «Pouco a pouco, no século XX, pela própria força das coisas — predizia Van Gennep — ver-se-ão multiplicar as cátedras em que serão versadas as maneiras de viver e de pensar dos diversos povos. Não se trata de pieguices nem de teorias, mas da necessidade em que os povos de raça, língua e*

---

[483] Relatório das operações de guerra no distrito autónomo de Timor no ano de 1896 – Lisboa, 1897, págs. 42 e 48.

[484] Almada Negreiros, no seu livro *Les organismes politiques indigènes*, referia-se à portaria em que Eduardo Marques mandou compilar as usanças indígenas, e punha nela uma esperança que o tempo se encarregou de desmentir.

civilização diferentes, se encontram, cada vez mais, de elaborar um **modus vivendi** *pacífico e produtivo, variável e simples».*

Até agora, era Timor a única província do Império português onde aquele estudo estava ainda por realizar. Dando a estampa o presente livro, ter-me-ei por compensado do trabalho e dos encargos que ele representou para mim, se com ele prestar algum serviço da Nação, concorrendo para suprimir uma deficiência, de facto, nada honrosa — para o esforço colonizador que Portugal vem exercendo naquelas paragens há já quatro séculos.

A aguarela que ilustra a capa desta obra, é do pincel consagrado de Alfredo Morais, que a compôs sobre uma fotografia inédita de D. Boaventura de Sotto Maior, régulo que foi de Manu-Fahi e caudilho da mais vasta e derradeira revolta de Timor. Cedeu-me esse retrato, depois de obtê-lo da viúva do régulo, o doutor Caetano Sales Gomes, em serviço naquela colónia. Aqui lhe deixo um afectuoso obrigado pela preciosa oferta.

Os capítulos I, II e III da primeira parte deste livro, constituíram, inicialmente, um relatório que elaborei, em 27-11-1933, para o governo de Díli, tendo sido depois completado com elementos novos.

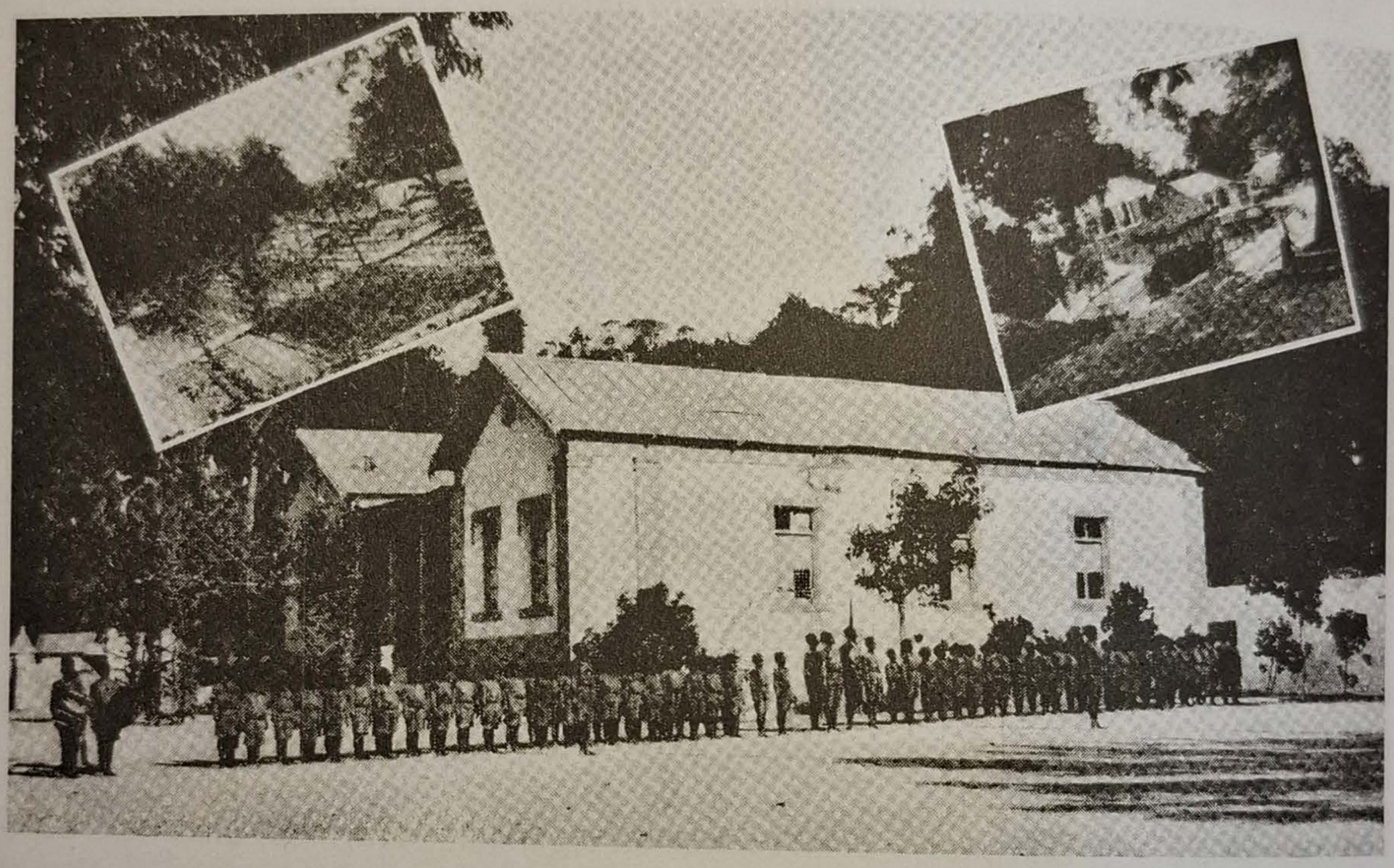
O trecho do capítulo II, relativo à «Organização administrativa», figurou noutro meu relatório oficial, datado de 16-11-1931.

***No* Boletim Geral das Colónias**, *número de Abril de 1934, saiu já publicado o referido capítulo III, e parte do IV no* **Diário de Notícias**, *do Funchal, em Outubro do mesmo ano.*

Das fotografias que apresenta este livro, a maior parte é constituída por clichés do autor. Devo, outras, ao impecável amador fotográfico, Dr. Gaston Lot, ao meu distinto camarada, tenente Óscar Ruas, assim como as zincogravuras de algumas, a um obsequioso empréstimo da Agência Geral das Colónias, da boa amizade dos jornais **A Voz** e **Diário da Manhã**.

A todos, sinceros e penhorados agradecimentos pelo valioso concurso que prestaram a esta obra.

Lisboa, 31-12-1934
(Armando Pinto Corrêa)



Formatura duma das 9 escolas (7 masculinas e 2femininas) da circ. de Baucau. (Vê-se ao fundo a residência de campo dos governadores, 1930); Trecho dum viveiro escolar; Piscina onde os alunos de Baucau tomavam o seu banho diário.

Livros e publicações que podem ser consultados sobre outros aspectos de Timor

A) Portuguesas:

1 — Casimiro Cristóvão de Nazaré — *Mitras Lusitanas do Oriente* — 1.ª ed., Nova Gôa, 1887, e Bombaim, 1888; 2.ª ed., Lisboa, 1897 e 1913.

II — Frei João dos Santos — *Etiópia Oriental* — (Évora, 1609) — Lisboa, 1891.

III — Francisco Teixeira da Silva — *Relatório do governador da província de Macau e Timor* — Lisboa, 1890.

IV — Firmino José da Costa — Idem — Lisboa, 1869.

V — Visconde de S. Januário — Idem — Lisboa, 1872.

VI — Teófilo Duarte — *Timor, antecâmara do Inferno ?* — Lisboa, 1930.

VII — Idem — *O rei de Timor* (novela) — Lisboa, 1931.

VIII — Idem — *Aspectos de administração colonial Timor* (conferência) — Lisboa, 1930.

IX — Bento da França — *Macau e os seus habitantes — Relações com Timor* [485] — Lisboa, 1897.

X — Idem — *Timor* (Biblioteca do Povo e das Escolas) — Lisboa, 1891.

XI — Dr. Damas Mora — *Águas sulfurosas de Timor* (Breve notícia) — Lisboa, 1911.

XII — Idem *O serviço da saúde em Timor nos anos de 1914, 1915 e 1916* (relatório) — Lisboa, 1917.

XIII — Leite de Magalhães — *Subsídios para o estudo cinológico de Timor* (comunicação) — In *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antrop. e Etnologia* (vol. 1, fasc. II) Porto, 1920.

XIV — Idem — *A ilha de Ataúro* — In *Bol., da Soc de Geor. de Lisboa*, fl.° 1-3, s. 36, 1918.

XV — Barros e Cunha — *Noticia sobre uma série de crânios da ilha de Timor, existentes no Museu da Univ. de Coimbra* [486] *Coimbra*, I893.

XVI — Mendes Correia — *Timorenses de Oekussi e Ambeno* (notas antrop. sobre observações de Fonseca Cardoso) — In *Anais Científicos da Acad. Polit. do Porto* — vol. XI, n.° 1.

---

485 A parte respeitante a Timor foi toda extraída do opúsculo seguinte, do mesmo autor. B. da F, exerceu funções de secretário de governo naquela colónia.

486 Os vinte e oito crânios estudados por António João Gualberto de Barros e Cunha, foram encontrados numa árvore sagrada (*ficus benjamina*, gondão ou engondão), onde a gente do reino rebelde de *Cová* pendurara indistintamente as caveiras defumadas de europeus, índios, africanos e indígenas, degolados em conjunto quando a coluna do capitão Eduardo Câmara, pai do caricaturista Leal da Câmara, foi trucidada em 1896. Essa mistura, que só mais tarde se veio a apurar, invalida as conclusões do antropologista.

XVII — Pires de Lima e Constâncio Mascarenhas Contribuição para o estudo antrop. de Timor — In *Arquivo de Anatomia e Antrop*, vol IX, n. 2 e 3 (5925).
XVIII — Alferes Acácio B. S. Flores — *Guerra de Matebian e Quelicai em 1892* — Macau, 5894.
XIX — J. A. Fernandes — *Timor. Impressões e aspectos* — Porto, 1923.
XX — Rafael das Dores — *A força armada em Timor, Lisboa, 1905* — In *Bolet. da Soc. de Geogr. de Lisboa.*
XXI — Idem — *Apontamentos para um dicionário corográfico de Timor* — Lisboa, 5905. — Idem.
XXII — Idem — *Dicion. této-português* — Lisboa, 1902. — Idem.
XXIII — José Emídio Santana da Cunha Castelo Branco (general) — *Prov. de Timor. Informações relativas aos jazigos de petróleo e à agricultura* — Lisboa, 1915.
XXIV — Conde de Penha Garcia — *Algumas palavras sobre a colónia de Timor* (Relat.) — Lisboa, 1901.
XXV — Júlio Garcez de Lencastre — *Aspectos da administração em Timor* (separata) — Lisboa, 1930.
XXVI — Idem — *Regras gramaticais da língua tétum* (idem) — Idem.
XXVII — Idem — *Monografia de Timor* (resumo histórico) -— Lisboa, 1931.
XXVIII — Idem — *Climatologia e nosologia de Timor* (separ.)— Idem.
XXIX — Idem — *O povo timorense, seu aproveitamento na valorização da colónia* (confer.) — Idem.
XXX — Idem — *Marcos da expansão do Império: Solor, Alor e Timor* (separ.) — Lisboa, 1934.
XXXI — P.e Abílio José Fernandes — *Missões de Timor* (Estudo hist. e do seu estado actual. Refutações dalgumas falsidades. etc.) — Macau, 1931.
XXXII — P.e Manuel Fernandes Ferreira — *Catecismo bádac* (pequeno catecismo) — 2a ed.. Macau, 1928.
XXXIII — Zola (pseudónimo de Pádua Correia) — *14 anos de Timor* — Díli, 1909.
XXXIV — António Pádua Correia — *Timor. O governo do general Celestino da Silva durante 14 anos — Latrocínios, assassinatos e Perseguições* — Lisboa, 1911.
XXXV — Jaime A. Vieira da Rocha — *Organisation du travau elfournissement de la main d'oeuvre dans la col. port. de Timor* — Lisboa, 1914.
XXXVI —J. C. Montalvão e Silva — *A mão d'obra em Timor* — Lisboa, 1910
XXXVII — P. Manoel M. Laranjeira — *Cartilha tétum* (duas partes) — *Mandada adoptar no ensino oficial por Filomeno da Câmara* (Port. 6x, de 7. IV. 1917).
XXX VIII — Idem — *Catecismo tétum* (litograf.).
XXXIX — P.e Sebastião Maria Aparício da Silva, S. J, director da Missão da Soibada e vigário geral da contra-costa — *Dicionário de português-tétum* — Macau, 1889.

XL — Idem — *Catecismo em tétum.*
XLI — P.e Manoel Mano Alves da Silva — *Dicionário português-galoli* — Macau, 1905.
XLII — Idem — *Homílias dos Domingos*, em galoli
XLIII — Idem — *Método para assistir à missa, em galoli.*
XLIV — Idem — *Catecismo em galoli.*
XLV — P.e Manuel Patrício Mendes - *Sarani sira fia súral* (catecismo e orações usuais).
XLVI — Idem — *Resumo textual, da obra anterior.*
XLVII — Pe Manoel Ferreira S. J. — *História Sagrada, em português e tétum* — Edição do governo — Imprensa Nacional de Lisboa.[487]

XLVIII -— Dr. José Gomes da Silva — *Em Timor (As pesquisas na região aurífera. O combate de Aiassa. O serviço de saúde)* — Macau, 1892.
XLIX — Idem — *Lista das plantas timorenses — Boletim 0f. do Gov. de Macau e Timor,* nºs 22 e 27, de 1S87.

B) Estrangeiras:

L — G. A. Wilken — *fiel Shamanisme by de volken van deis Indischen Archipel.* — s'Grav., 1887.
LI — Idem — *Bel Animisme bj de volken van den Ind. Archipel.* — Amsterdão, 1874.
LII — W. D. Wiggers — *Gewone edd de Timoreezen en Roltineezen* — Batavia, 1893.
LIII — G. p. Ronffaer — *Waar Kwamen de radselachti'e Mceti-Salah* (Aggrikalen) in de Timorgrcep oorspronkljk van daan? — s'Grav., 1809
LIV — J. G. F. Riedel – *Bijdrage 101 de Kennis der dialehlen op heI eiland Timor.*
LV — J. C. G. Jonker — *Eenige verhalen in talen, gesproken of Sumbawa, Timor en omliggende eilanden* — s'Grav., 1904.
LVI — Henry O. Forbes — *A naluralisl's wanderings in lhe Eastern Archipelago. A narrative of travel and exploration, from 1878 to 1883* — 2.a edição, Londres, 1885.
LVII — Alfred Russel Wallace — *the malay archipelago* — Londres, 1902.
LVIII — Decaisne — *Herbarii Timorensis descríptio.*
LIX — Angoulevant — *Les Indes Neerlandaises* — 2 vol. — Paris, 1916.

---

[487] O P.e Albino Fernandes, no seu opúsculo Missões de Timor, revela-nos a existência de alguns trabalhos de missionários, que ainda estão em manuscrito. São dois dicionários, um das línguas uaima'a e macassai, e o outro da língua de Oé-Kussi, ambos da autoria do P. Manoel C. Neto, havendo também, nas mesmas condições, um dicionário tétum-português organizado pelos P.e Manoel Patrício Mendes e Manuel Mendes Laranjeira, do qual não constava que estava a eternizar-se na Imprensa Nacional de Díli. São três obras cuja publicação tem o governo da colónia o dever de promover sem mais delongas.

LX — Cabaton — idem — Paris, 1901.
LXI — Henri Zondervan — *Timor en de Timoreezen* — Leyden,1888.
LXII — Hermann Friedler—*Dielnsel Timor*— Darmstadt, 1929.
LXIII — Dr. H. J. T. Bijlmer — *Oullines of lhe anthropology of Timor* — Weltevreden (Java), 1920.
LXIV — Ten Kate — *Tapport a'un voyage au groupe d'iles de Timor en Polynésie* — Leyden, 1894.

ÍNDICE

Pág.

Introdução à 2.ª Edição 2009 5
Introdução à 1.ª edição 1935 11
Dedicatórias 13

PRIMEIRA PARTE — Costumes de Baucau 15

CAP. I — Do nascimento
II — Abortos 17
II — O parto 18
III — Nominação 22

CAP. II — Pela vida fora
I — A infância 25
II — A adolescência 26
III — Desportos tradicionais 28
IV — As guerras de outrora 34
V — Pactos de aliança 38

VII — Os chefes 40
VIII — Direito Penal 43
IX — Organização administrativa 45
X — Crenças religiosas 53
XI — Almas penadas 59
XII — Bruxos e curandeiros 62
XIII — Cenas de espiritismo 66
XIV — Cerimónias culturais 72
1) A festa da espiga 72
2) Estilo da sementeira 74
3) Estilo da colheita 75
4) " do milho novo 79
5) " da inaugur. dum templo 82
6) " da casa de habitação 84
7) " da chuva 86
XV — Cronologia indígena 88
XVI — Jogos de adivinhas 91
XVII — As velhas lendas 92
1) Guerra entre Behali e Lequeçan 94
2) Fundação do reino de Vemassim 97
3) Origem de Baucau 99
4) Conquista de Baucau 100
5) O mágico João Lere 104

CAP. III — Do casamento
I — O preço duma noiva 107
II — Exploração mercantil da mulher 111
III — Como se negocia um matrimónio 113
IV — Bodas nupciais 119
V — Poligamia 120
VI — Divórcio 123

CAP. IV — Da morte
I — À espera dos parentes 127
II — O bazar das permutas 128
III — O enterro 134
IV — As exéquias 140
V — A herança 145

SEGUNDA PARTE — Costumes das outras regiões 153

CAP. I — Do nascimento 155

CAP. II — Do casamento 161
I — O barlaque 161
II — Poligamia 166
III — Adultério e divórcio 168
IV — Impedimentos conjugais 170
V — Inter-casamentos obrigatórios 172

CAP. III — Da morte 177

CAP. IV — Usanças várias
I — Direito sucessório 187
II — Nomenclatura dos parentescos 190
III — Sistema de castas 192
IV — Alianças colectivas 196
V — A hierarquia dos chefes 197
VI — Os tribunais dos régulos 206
VII — Medicinas tradicionais 212
VIII — A contagem do tempo 220
IX — Festas agrícolas 223
X — Ideias religiosas 225
XI — Os mitos da pré-historia 236

Lista de trabalhos etnográficos 251
Posfácio 253
Livros e publicações sobre outros aspectos de Timor 257

DO MESMO AUTOR

Um poeta em frangalhos (polémica) – 1921

A revolução de 28 de Maio (memórias e documentos)[488]

Timor de lés a lés (estudos e impressões sobre as colónias portuguesas e holandesa)[489]

---

[488] Armando Pinto Corrêa participou activamente na Revolta nacionalista de 18-04-1925, na qual ficou ferido. Esta revolta é tida como a precursora da Revolução de 28-05-1926.

[489] Foi publicado postumamente em 1944.

1ª edição

Foi este livro composto
e impresso, na Imprensa Lucas & C.a,
Rua Diário de Notícias, 59, 61, Lisboa,
desde 21 de Novembro de 1934
a 9 de Janeiro de 1935
Edição do autor.

2.ª Edição
Foi impresso na Empresa de Artes Gráficas,
O LIBERAL
Parque Empresarial da Zona Oeste,
PEZO, Lote 7 – Socorridos
9304-006 Câmara de Lobos, Madeira

Nós, os habitantes do Distrito de Baucau,
estamos eternamente gratos, pela acção
civilizadora deste grande Madeirense.

Em nome dos Timorenses, seja-me
permitido prestar a minha profunda
homenagem à sua grande figura de homem,
de governante e de escritor.

Pelo que escreveu e pelo que realizou,
Armando Pinto Corrêa é um Herói
para o Povo de Baucau.

Dom Ximenes Belo

"Como monografia descrita, este volume merece sem dúvida ser enfileirado entre os melhores do mundo"
Arnold Van Gennep, antropólogo, in Revista *Mercure de France, 916*, 15 de Agosto de 1936.

Associação de Escritores da Madeira
CÂMARA DE LOBOS
Município da Cultura
CÂMARA DE LOBOS
2009